

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em História Comparada

**Para além de *um vintém*: diálogos políticos e ação popular
na Corte Imperial (1870-1880).**

Autor: Leandro Duarte Montano

Orientador: José Roberto Franco Reis

Rio de Janeiro

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Montano, Leandro Duarte.

Para além de um vintém: diálogos políticos e ação popular na Corte Imperial (1870-1880) / Leandro Duarte Montano. – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2009.

xviii, 277f.

Orientador: José Roberto Franco Reis

Dissertação (mestrado) – UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2009.

Referências bibliográficas: f. 290-295

1. Movimentos sociais. 2. Motins. 3. Império. 4. Rio de Janeiro. 5. História – Tese. I. Reis, José Roberto Franco. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Comparada. III. Para além de um vintém: diálogos políticos e ação popular na Corte Imperial (1870-1880)

Leandro Duarte Montano.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Comparada, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História Comparada.

Banca examinadora:

_____ - Orientador
Prof. Dr. José Roberto Franco Reis – Fiocruz / PPGHC (presidente)

Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes (UFRJ)

Prof. Dr. Sidnei Munhoz (PPGHC/UFRJ)

Rio de Janeiro
2009

RESUMO

Este trabalho é uma investigação de formas de compreensão e atuação políticas apresentadas por agentes sociais variados dentro de um evento histórico em comum. O evento histórico estudado é o de um “motim”, ocorrido nos primeiros dias do mês de janeiro de 1880 na cidade do Rio de Janeiro, que contou com a participação de diversos setores sociais. Esta participação variada serviu como “porta de entrada” para o universo social e cultural em que foram desenhados os processos históricos que levaram aos acontecimentos destes dias, permitindo que uma série de elementos presentes ao período fossem avaliados, como problemas sociais, políticos e financeiros sérios, o que auxiliou na avaliação dos significados histórico/historiográficos deste evento. Afinal, a comparação destes agentes através dos processos históricos ponderados permitiram não só a identificação de quem eles eram, mas também que motivos teriam os levado a tomar parte no cenário de disputas políticas construído no período.

Palavras-chave: *Motim. Participação Política. Império. Rio de Janeiro (Brasil)*

ABSTRACT

This work is an investigation into ways of understanding and political action presented by different social agents within a historical event in common. The historical event studied is that of a "riot" that occurred during the first days of January 1880 in Rio de Janeiro, which had the participation of various social sectors. This wide participation served as the "gateway" to the social and cultural factors that have been designed with historical processes that led to the events of recent days, allowing a number of elements in the period were evaluated, such as social, political and serious financial , which helped to evaluate the meanings of history / historiography of this event. After all, the comparison of these agents by historical processes weighted not only allowed the identification of who they were, but that the reasons have led to take part in the scenario of political disputes in the building.

Keywords: *Riot. Political Participation. Empire. Rio de Janeiro (Brazil)*

SUMÁRIO

Introdução.	19
Prólogo	35
Capítulo 1: A (s) Corte (s) em 1870-1880: Aspectos de uma cidade em mudança.	49
Um panorama geral da Corte na segunda metade do século XIX.	49
A (s) Corte (s): uma sociedade multifacetada.	54
As dificuldades econômicas na segunda metade do século XIX.	63
Vivendo na Corte.	72
Tempos difíceis...	86
Anexo A	96
Capítulo 2: Para além de um “motim”: questões e debates no contexto de 1879-80.	103
Uma questão urgente: a reforma política.	103
Os debates por detrás das sombras: polarizações políticas no contexto do “motim”.	138
Capítulo 3: De volta às ruas: experiências compartilhadas e dimensões de luta na capital do Império.	161
Os rostos da multidão: os personagens do “motim” através dos registros prisionais.	161
Problemas sobre trilhos: conflitos e tensões nas ruas da cidade.	185
A cartada final do governo: o novo orçamento.	204
Capítulo 4: Meetings, mobilização e repressão: o ensaio final.	233
Anexo B	262
Conclusão.	269
Fontes de pesquisa	279
Referências Bibliográficas	290

AGRADECIMENTOS

Uma das tarefas mais difíceis de um trabalho acadêmico talvez seja aquela em que se tenta retribuir, de alguma forma, a contribuição das pessoas que tornaram possível este projeto, afinal, os agradecimentos, por mais sinceros que sejam, jamais poderão equiparar-se em importância ao papel que essas pessoas desempenharam me auxiliando nesta longa empreitada, ou mesmo traduzir a gratidão que alimento por cada uma delas. As contribuições de diversas pessoas, cada qual a sua maneira, fizeram com que não só este texto, mas todo o processo de pesquisa e análise que o deu origem, se desdobrassem no resultado final que será apresentado mais adiante. Mas, mesmo de forma canhestra, assumirei o risco.

De meus familiares, pude sempre contar com a compreensão, afeto e apoio, sem os quais não teria chegado aonde cheguei. Sou imensamente grato às minhas irmãs Renata e Michelle, sempre tão atenciosas e preocupadas, sempre deram apoio as minhas investidas não apenas na carreira de historiador; aos meus pais, Miguel e Marli, não apenas pelo apoio mas também por todos os valiosos ensinamentos e exemplos que me deram, além do carinho e da compreensão em todos estes anos que compartilham comigo as alegrias e as dificuldades da vida; às minha tias e tios que, cada qual a sua maneira, estiveram atentos aos meus passos, me dando apoio e carinho e demonstrando interesse pelas minhas atividades acadêmicas. Um agradecimento especial a minha tia Carolina com quem pude contar com apoio e ajuda, além de suas incontáveis histórias que motivaram e ainda motivam a minha curiosidade como historiador.

Na academia, tal qual no ambiente afetivo, seria impossível contemplar a todos que, direta ou indiretamente, tomaram parte nesta empreitada. Por isso, devo me desculpar pelas negligências, que não são propositais, mas incidentais. Aos companheiros dos corredores do IFCS com quem construí laços de amizade e respeito dedico um agradecimento geral, pela oportunidade de tê-los conhecido e pela ajudas que me permitiram ter sucesso na graduação e na pós-graduação. Dentro desta infinidade de pessoas, gostaria de agradecer aos meus companheiros e companheiras de turma, com quem comecei a dar meus primeiros passos como historiador. Gostaria de agradecer especialmente aos amigos Felipe Domingos e Fábio José que sempre estiveram a meu lado e que me apoiaram nas mais diversas circunstâncias acadêmicas e profissionais, com quem compartilhei os altos e baixos dos cinco anos de graduação.

Da mesma forma gostaria de agradecer aos colegas da pós-graduação, que freqüentaram comigo os cursos de História Comparada e que contribuíram igualmente para a evolução deste trabalho. Dentre as pessoas do programa, gostaria de agradecer aos colegas Alexandre de Moraes, Antônio Higino e Tiago pelas discussões sobre comparação histórica através da apresentação de seus temas e suas colocações sobre meu trabalho. À Wellington Nebias e Luiz Carlos Freitas que, pela afinidade teórica e pela proximidade dos temas de pesquisa proporcionaram-me longas e proveitosas conversas que permitiram o amadurecimento de algumas questões deste trabalho.

Agradeço também às pessoas que trabalhavam ou trabalham nas variadas instituições de pesquisa da cidade do Rio de Janeiro pela atenção e pela ajuda que me dedicaram no exercício de suas funções. O Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, o Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, o IHGB, a Biblioteca do IFCS foram as instituições em que realizei a maior parte de minhas pesquisas. Não poderia deixar de citar as funcionárias do PPGHC, Leniza e Márcia, que sempre me atenderam prontamente, esclarecendo minhas dúvidas, resolvendo questões burocráticas, me orientando e ajudando em diversos aspectos com paciência e zelo.

Agradeço ao CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - pelo apoio financeiro que disponibilizou através da concessão de bolsa de pesquisa que auxiliaram de forma significativa na realização das atividades deste trabalho.

Sou grato aos professores do Programa de História Comparada pelos oportunos e incontáveis debates teórico-metodológicos que pela diversidade de aportes enriqueceram minha formação como historiador, permitindo a observância de novas perspectivas histórico/historiográficas. Gostaria de agradecer especialmente à professora Regina Maria da Cunha Bustamante, ao professor Álvaro Alfredo Bragança Júnior e ao professor Sílvio de Almeida Carvalho Filho.

Gostaria de agradecer ao professor Álvaro do Nascimento, da UFRRJ, que, através de sua participação em eventos acadêmicos como a minha banca de qualificação, tecendo críticas e sugestões, colaborou para a avaliação e amadurecimento de partes deste trabalho.

Ao professor Flávio dos Santos Gomes, que me acompanha desde a graduação, gostaria de dizer que sua colaboração foi fundamental para a delimitação e construção deste trabalho, não apenas pelas incontáveis observações pertinentes que fez às minhas análises e as oportunas indicações de possíveis caminhos de pesquisa, mas por ter sido uma pessoa com ativa participação em minha formação como historiador. Suas aulas tanto na graduação,

quanto na pós, contribuíram para o desenvolvimento de algumas inquietações e escolhas que acabaram se desdobrando nos esforços empíricos e analíticos que marcaram esta dissertação.

Ao professor José Roberto Franco Reis, que tive o prazer de conhecer por intermédio da orientação no Programa de História Comparada, gostaria de agradecer as incontáveis discussões teórico-metodológicas que tivemos, as indicações bibliográficas que me sugeriu, as observações sobre as minhas pesquisas e meus textos acadêmicos, através dos quais, pude traçar muitos dos caminhos assumidos pela presente análise. Sua orientação foi de grande importância.

Por fim, gostaria de agradecer a minha querida Marina, uma pessoa muito especial que tive o privilégio e a felicidade de conhecer e com quem partilho uma história de convívio e o afeto desde os tempos da graduação. Sem seu carinho, seu apoio, sua firmeza, além de sua compreensão e generosidade impressionantes, sempre me ajudando em momentos de grande dificuldade, eu jamais teria conseguido chegar até aqui. Sua inteligência e criatividade não apenas me ajudaram a construir este texto como também serviram e servem de fonte de inspiração para sempre seguir em frente. Em diversos momentos, sua dedicação e preocupação foram e continuam sendo fundamentais para a concretização de muitos de meus projetos pessoais e profissionais. A você, dedico minha eterna gratidão.

Leandro Duarte Montano

Agosto de 2009

“Enquanto existir nas leis e nos costumes uma organização social que cria infernos artificiais no seio da civilização, juntando ao destino, divino por natureza, um fatalismo que provém dos homens; enquanto não forem resolvidos os três problemas fundamentais a degradação do homem pela pobreza, o aviltamento da mulher pela fome, a atrofia da criança pelas trevas; enquanto, em certas classes, continuar a asfixia social ou, por outras palavras e sob um ponto de vista mais claro, enquanto houver no mundo ignorância e miséria, não serão de todo inúteis os livros desta natureza.”

Hauteville House, 1 de janeiro de 1862.

Trecho introdutório de "Os miseráveis", de Victor Hugo.

TABELAS, GRÁFICOS e ILUSTRAÇÕES

TABELAS

Tabela 1	Página 55	Evolução Populacional da Corte (1849-1890)
Tabela 2	Página 56	População de imigrantes estrangeiros (1870-1890)
Tabela 3	Página 57	Estimativa da participação de populações de fora do município da Corte
Tabela 4	Página 58	População escrava da Corte (1849-1885)
Tabela 5	Página 61	Migração portuguesa para o Brasil (século XIX)
Tabela 6	Página 68	Comércio do café brasileiro (1851-1890)
Tabela 7	Página 74	Divisão da população por freguesias na Corte (1870)
Tabela 8	Página 74	Divisão da população por freguesias na Corte (1890)
Tabela 9	Página 77	População das freguesias centrais
Tabela 10	Página 78	Densidade populacional e predial (Freguesias Centrais)
Tabela 11	Página 79	Densidade populacional e predial (Demais Freguesias)
Tabela 12	Página 84	Dados sobre os cortiços e sua população (1869)
Tabela 13	Página 84	Dados sobre os cortiços e sua população (1884)
Tabela 14	Página 85	Dados sobre os cortiços e sua população (1888)
Tabela 15	Página 96	Evolução da população da Corte (dados estimados)
Tabela 16	Página 97	Variação dos preços dos alimentos no Rio de Janeiro (1850-1859)
Tabela 17	Página 97	Média e percentual de aumentos entre 1850 e 1859
Tabela 18	Página 98	Malha ferroviária do Rio de Janeiro (tráfego e construção) - 1885
Tabela 19	Página 99	Dados estatísticos sobre a densidade demográfica e domiciliar da Corte (1870-1890)
Tabela 20	Página 100	Freguesias centrais (densidade populacional)
Tabela 21	Página 100	Demais freguesias (densidade populacional)
Tabela 22	Página 100	Comparação entre as densidades populacionais
Tabela 23	Página 100	Densidade domiciliar e densidade populacional (freguesias centrais)
Tabela 24	Página 100	Densidade domiciliar e densidade populacional (demais freguesias)
Tabela 25	Página 101	Média Anual do Dólar Americano entre 1880-1889 (Dólar / Mil-Reis)
Tabela 26	Página 114	Estimativas sobre a divisão populacional da Corte (1849-1885)
Tabela 27	Página 164	Detentos “livres” - nacionalidade
Tabela 28	Página 165	Nacionalidade - acima de 4 pessoas
Tabela 29	Página 166	Naturalidade - estrangeiros
Tabela 30	Página 166	Estrangeiros sem naturalidade definida
Tabela 31	Página 166	Naturalidade - brasileiros
Tabela 32	Página 167	Detentos divididos por "cor
Tabela 33	Página 169	Detentos x moradia (acima de 3)

Tabela 34	Página 170	Freguesias e detentos
Tabela 35	Página 173	Ocupações dos detentos (acima de 4)
Tabela 36	Página 181	Detentos escravos - origem geográfica
Tabela 37	Página 183	Detentos escravos - ocupação
Tabela 38	Página 262	Profissão - Todos os prisioneiros
Tabela 39	Página 262	Profissões - acima de 4 pessoas
Tabela 40	Página 263	Comparação das profissões de detentos livres e libertos
Tabela 41	Página 264	Naturalidade - todos os prisioneiros
Tabela 42	Página 264	Nacionalidade - todos os prisioneiros
Tabela 43	Página 264	Cor" - todos os prisioneiros
Tabela 44	Página 265	Moradia – todos os detentos.
Tabela 45	Página 266	Divisão de detentos por freguesia
Tabela 46	Página 266	Causas da prisão – todos os grupos

GRÁFICOS

Gráfico 1	Página 55	Evolução populacional da Corte (1849-1890)
Gráfico 2	Página 59	População total x população escrava (1849-1885)
Gráfico 3	Página 62	Correntes migratórias portuguesas para a Corte (1856-1872)
Gráfico 4	Página 64	Exportação de café pelo Rio de Janeiro (1817 a 1851-2)
Gráfico 5	Página 96	Participação da população escrava na população total da Corte em 1849
Gráfico 6	Página 96	Participação da população escrava na população total da Corte em 1885
Gráfico 7	Página 97	Variação dos preços dos alimentos no Rio de Janeiro (1850-1859)

ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	Página 267	Freguesias urbanas da Corte (1874)
--------	------------	------------------------------------

INTRODUÇÃO

O presente trabalho vai construir uma análise historiográfica do chamado “motim do vintém” através de uma abordagem comparativa sincrônica que vai incidir tanto no tratamento das fontes quanto na interpretação dos possíveis significados assumidos por este evento.¹ A proposta aqui é a de demonstrar dimensões alternativas de agência histórica dentro de um evento de protesto e conflito ocorrido na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1879 e 1880.

Neste empenho, tem-se como apoio a abordagem de documentações variadas que, através de comparações histórico/historiográficas, contribuíram para a construção de estratégias de análise mediante as quais foram confrontados os setores sociais envolvidos neste evento e, a partir deste confronto “empírico”, foram não apenas vislumbradas características apresentadas por estes agentes no decorrer do processo que levou ao motim, como estas características ajudaram a instrumentalizar e compreender os significados da participação destes agentes no desenrolar dos acontecimentos.

A abordagem vai propor novas dimensões sobre o evento, partindo não apenas de fontes do período, como também de abordagens historiográficas produzidas sobre ele ou sobre temas similares, através dos quais serão estabelecidos diálogos teórico-metodológicos que permitam identificar e compreender dimensões específicas de ação e reflexão experimentadas pelos atores dos processos de negociação e conflito que serão analisados.

Além do motim em si, a atenção desta análise vai se voltar também para uma série de questões que poderiam ter gerado motivações à participação de setores sociais distintos dentro de um fenômeno histórico, sendo considerados, portanto, pontos de contato com questões mais amplas presentes na segunda metade dos oitocentos.

A busca pelos significados das ações dos agentes históricos nessa situação de protesto e confronto, assim como a busca pelos significados atribuídos às ações destas pessoas dentro do mesmo processo, são questões fundamentais para a análise histórica proposta. Uma análise que visa promover diálogos entre os setores sociais envolvidos no evento, mediante a

¹ A comparação sincrônica referida diz respeito a confrontação de personagens históricos que construíram dimensões de diferenciação social e política através de um processo histórico em comum. Neste intento, as fontes ligadas ao processo que levou ao evento do “motim” fornecerão elementos para esta perspectiva através de uma abordagem dialógica, em que serão relacionados elementos culturais e personagens do contexto histórico em questão e, deste modo, as contigüidades e incongruências decorrentes desta apreciação fornecerão evidências mediante as quais dimensões socioculturais específicas poderão ser apreendidas, auxiliando, por fim, na identificação e compreensão dos sentidos do fenômeno histórico em voga.

comparação das posturas tomadas pelos mesmos, buscando pontos de contato, sejam eles de antagonismo ou de conciliação.

Os estudos sobre as dimensões de ação política têm se desenvolvido bastante nos últimos anos, sobretudo no que se refere a aspectos de recuperação da agência histórica dos setores mais pobres. No entanto, as posições historicamente ocupadas por estes setores nas sociedades modernas – mas não só nelas – sendo afastados, na maioria das vezes, dos mecanismos formais de representação política, acabaram por marcar durante algum tempo a interpretação de suas atitudes e perspectivas como esvaziadas de qualquer sentido político.

A dimensão da constatação deste tipo de “alienação” da política acabou por produzir interpretações dos setores mais pobres como espectadores nos processos históricos, protagonizados tendenciosamente pelos setores de elite. Afinal, a constatação de um não envolvimento direto daqueles setores na “grande” política, ou na política oficial, se preferir, os identificou automaticamente ora como incapazes de compreender a política, ora como desinteressados politicamente. Partindo desta noção muito restrita de política, uma série de manifestações populares foram enxergadas pela análise acadêmica (mas não só nela) com ares de espontaneidade e automatismos.

Para efeito prático poderia ser citado o exemplo dos “motins”, caracterizados como uma das diversas formas de ação da multidão, que ao serem analisados através de uma ótica da “política vista de cima”², acabaram por endossar certas concepções espasmódicas³ de ação popular, através da qual, seriam necessários processos históricos de ruptura para que houvesse uma mudança significativa na participação política dos setores desfavorecidos. Completando o raciocínio anterior, sem os processos de mudança, estes setores continuariam “alienados”, sendo “manipulados” pelas grandes lideranças, ou mesmo continuariam “reagindo” (este é um

² Este conceito foi apresentado por E. P. Thompson como uma contraposição ao conceito “história vista de baixo” defendido por ele como forma de explorar dimensões populares de participação nos processos históricos. Trata-se de conceitos que expressam abordagens distintas da história, o primeiro privilegiando, por exemplo, a “grande política”, dos “grandes homens” e “grandes eventos” enquanto o segundo tenta, de forma sintética, elaborar uma interpretação histórica dialógica entre setores sociais variados, buscando dar voz àqueles que não se encontravam numa posição socioeconômica e política privilegiada, como no caso de trabalhadores (as), desempregados (as), etc. Embora o conceito da “história vista de baixo” não seja mais usual, sua pertinência como um mecanismo heurístico de abordagem persiste, sobretudo se levado em conta a persistência de abordagens “vistas de cima” em negar um papel ativo a outros setores sociais, como no caso dos mais pobres. Para mais detalhes, ver: THOMPSON, E. P. A história vista de baixo In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva (org.). Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2007, p.185-202.

³ O termo “espasmódica” está colocado aqui para ressaltar uma certa tradição intelectual de historiadores e cientistas sociais, que ao analisarem elementos econômicos ou psicológicos das populações mais pobres, tentaram explicar as dinâmicas de suas ações como uma resposta à estímulos externos. Isto classificaria suas atitudes como menos reflexivas e mais automáticas. Para uma crítica a estas visões ver: THOMPSON, E. P. A Economia Moral da Multidão Inglesa no século XVIII. In: **Costumes em Comum. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 2005, p. 150-266. Ver particularmente as páginas 151-152.

ponto importante) a estímulos externos. Em tais termos, as ações de protesto são limitadas a uma dimensão de condicionamento que parece tolher a capacidade de pensar e agir da *gente comum*, que fica à mercê de circunstâncias históricas das quais não tomaria parte senão como mero coadjuvante.

A dimensão de protesto popular que busca-se construir nesta abordagem historiográfica caminha em sentido contrário a estas concepções. À medida que a análise do chamado “motim do vintém” terá como foco uma abordagem que tenta recuperar a agência histórica de setores sociais distintos dentro dos processos de negociação e luta, construídos na cidade do Rio de Janeiro do século XIX. Para este fim analítico, acredita-se que seja necessária uma análise não só dos momentos em que o motim se desenrolou, mas também, das conjunturas que levaram ao acionamento deste tipo de ação pela multidão. O que leva à necessidade de uma observação das circunstâncias criadas em momentos anteriores ao protesto, bem como a observação de como estas mesmas circunstâncias foram observadas e agenciadas pelos setores sociais da Corte.

As décadas de 1870 e 1880 foram marcadas por uma série de mudanças no Império. Estas mudanças foram materializadas na cidade do Rio de Janeiro, ponto de partida desta análise, tanto em aspectos sociais, quanto em aspectos políticos. Tais mudanças serão aqui enxergadas como parte fundamental do processo de análise, buscando contextualizar não só o processo de desenrolar dos acontecimentos dos dias iniciais de janeiro de 1880, como os agentes que dele tomaram parte.

Tratando-se de uma sociedade desigual dotada de hierarquias, estratificações sociais e divisões no “mundo do trabalho”, para citar alguns exemplos, a cidade do Rio de Janeiro no período analisado pode ser vista como um excelente “laboratório” para a análise comparativa de relações sociais. Ao se experimentar estas comparações, atravessadas pelas situações históricas apresentadas, acredita-se que poderão ser observados processos de diferenciação social em meio às experiências de negociação e conflito.

Tentar demonstrar como estas mudanças repercutiram nas ações das pessoas da segunda metade do século XIX é um caminho que levaria à busca de especificidades, de características sociais pelas quais estes mesmos se identificavam e eram identificados nos jogos relacionais nas quais se viam inseridos. Neste momento é aberto o espaço para uma questão um tanto mais sintética.

Sendo os personagens desta história pessoas reais, dotadas de expectativas e sentimentos, crenças, inseridos em espaços de convívio social, nos quais tomam contato com situações sociais igualmente concretas, não seria absurdo tentar recuperar como estas pessoas

agiam e pensavam. À luz de uma comparação de formas específicas de agir e pensar, vai-se tentar trilhar os caminhos para a compreensão de fenômenos sociais presentes nesta virada de 1879 e 1880. Da mesma forma, busca-se pensar de que maneiras estes fenômenos sociais poderiam ajudar na tentativa de recuperar estas especificidades que auxiliam as interpretações das expectativas e motivações que levaram agentes históricos socialmente, economicamente e culturalmente distintos à tomarem parte num mesmo processo de luta.

Assim, a preocupação com os aspectos anteriormente mencionados tem por objetivo testar possibilidades de uma interpretação comparativa dos setores sociais envolvidos no episódio do “motim do vintém”, buscando assim lançar novos horizontes sobre o evento, encarando-o como um campo de experimentação e observação de dimensões de negociação e conflito para além de seus limites. Desta forma, o “motim” será, para esta abordagem, um fenômeno a partir do qual as pessoas manifestaram seus pontos de vista, de forma direta ou não, defendendo interesses específicos de locais específicos, nesta mesma sociedade oitocentista.

O grande desafio que será enfrentado não é somente apontar os momentos em que surgem antagonismos, mas de que maneira estes antagonismos fazem parte do mesmo ambiente no qual constroem similitudes, proximidades entre as pessoas ou setores envolvidos. Nestes termos, a análise vai explorar dimensões plurais de participação política, buscando resgatar formas específicas de ação e reflexão (pensadas em conjunto) experimentadas pelos agentes históricos em questão, pois será através das experiências analisadas que serão elaboradas interpretações dos significados, por vezes distintos, de participação que foram acionados nestes dias de 1880.

As “leituras políticas” dos acontecimentos da Corte, bem como a ação política decorrentes destas, serão enxergadas como elementos de aproximação e distinção dos agentes envolvidos nos processos políticos. Vai-se demonstrar e analisar mecanismos específicos de ação política, não apenas na elaboração de um sistema legal que restringisse cada vez mais os caminhos de participação política, pelas elites, mas também pela reorganização de estratégias da população mais pobre da Corte, optando por uma ação direta quando suas práticas de contato com as esferas de poder seriam desestruturadas.

No último ponto, sugere-se que o “motim” do vintém possa ser utilizado como uma “janela” pela qual serão observadas não só as tensões da Corte, conforme já havia sido sugerido, mas também uma forma específica de participação política da multidão, reorganizando suas estratégias de relação com outros setores sociais da cidade. Pois, conforme a sugestão da possibilidade do sistema legal representar mecanismos de políticos e

burocratas no sentido de limitar a participação política a uma parcela reduzida da população, excluindo os mais pobres (trabalhadores livres, libertos etc.), insiste-se também na possibilidade de enxergarmos em outras formas de ação, sinais de participação construídos nos espaços sociais dos quais estes mesmos trabalhadores freqüentavam cotidianamente.

Embora o evento em tela não possa ser visto como a única forma de participação política dos setores mais pobres do Rio de Janeiro do século XIX, e não é a intenção deste trabalho apontar para este caminho, ele também não pode ser rejeitado como uma destas formas, pois, partindo dele, a presente análise vai identificar e avaliar certas “relações de força”⁴, que estariam presentes entre os setores sociais envolvidos nas disputas políticas que serão perscrutadas.

A tentativa de elucidar a participação política dos setores populares da Corte, mediante a interpretação de um processo ativo marcado por relações de conflito e negociação com outros setores sociais, envolvendo formas de ação e reflexão específicas, não irá deixar de levar em consideração as relações dialógicas estabelecidas entre estes setores. Estes “diálogos”, enxergados aqui não apenas como manifestações verbais, serão abordados como um conjunto de ações, materializadas a partir de mecanismos políticos específicos, inseridas em contextos sociais distintos.⁵

Acredita-se aqui que ao refletir-se sobre a cidade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, devem ser levadas em consideração certas questões tais como: a existência de setores sociais distintos, dotados de visões de mundo, expectativas e projetos por vezes difusos, atravessados por relações hierárquicas de naturezas diversas (políticas, econômicas, sociais, culturais, etc.), e de que maneira estas questões eram enxergadas e acionadas pelos mesmos setores sociais sejam em suas relações horizontais, sejam em relações verticais.⁶

⁴ REIS, João José. 1993. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista da USP**, São Paulo, junho/julho/agosto, n°18, 1993, p. 6-29. O conceito “relações de forças” está ligado a disputas entre setores sociais distintos em torno de um processo comum, buscando materializar objetivos específicos. João Reis utilizou o mesmo na construção de seus argumentos para interpretar uma greve escrava na cidade de Salvador em 1857, episódio que permitiu a sua análise identificar as motivações dos grevistas e seus objetivos com este tipo de manifestação.

⁵ Esta sugestão tem por objetivos explorar outras formas de agência política que não estejam restritas aos mecanismos formais disponibilizados pelo governo imperial. Assim, vai se tentar buscar formas alternativas de participação política para além do sistema eleitoral, que será enxergado aqui como um, e não o único, mecanismo de ação política.

⁶ A distinção entre os setores sociais não é sugerida aqui fora dos contextos que estão inseridos, mas, pelo contrário, acredita-se que só através da observação dos espaços ocupados entre estes agentes é que podem ser compreendidas as distinções e aproximações que eles constroem entre si. Portanto, para esta análise, as distinções de classe social decorrem de um processo ativo no qual os indivíduos ou grupos elaboram, através de suas experiências históricas, concepções relacionais de identidade e alteridade dentro de espaços de disputa e negociação. Para mais detalhes ver: THOMPSON, E. P. Prefácio. In: **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Vol. 1, 2004. p. 9-14.

Os diálogos políticos que serão explorados através de situações como a do “motim” levarão em consideração as características históricas levantadas anteriormente como formas de se buscar enxergar relações políticas entre os envolvidos, bem como as conseqüências destas relações para os processos de mudanças sugeridos nos cenários sociais da cidade.

Todavia, antes de continuar com esta etapa introdutória, será necessário estabelecer um breve balanço historiográfico sobre o tema do chamado “motim do vintém”, bem como de análises historiográficas que possam ilustrar melhor os objetivos do presente trabalho. Visto que a análise do “motim” visa observar as relações sociais da Corte nas duas últimas décadas do Império, não se poderia deixar de lado o tratamento de certos assuntos que, de alguma forma, estariam relacionados com o objeto de análise.

O primeiro trabalho a ser abordado será o texto que tratou de forma mais direta o “motim do vintém”, para, em seguida, elaborar diálogos com outras abordagens que se aproximam das questões que se quer analisar sobre o evento.

A primeira e, por muito tempo, a única interpretação historiográfica sobre o motim do vintém foi elaborada pela historiadora norte-americana Sandra L. Graham.⁷ Sua análise, publicada em 1981, tem sido constantemente repetida pela historiografia⁸, sem, no entanto, sofrer um tratamento alternativo, seja por uma abordagem à luz de novas interpretações, seja pelo levantamento de novas questões. Sendo assim, a análise dessa historiadora será um ponto de contato para o diálogo que vai se buscar estabelecer sobre formas alternativas de análise deste evento.

Em linhas gerais, a tese central de Sandra Graham sobre o “vintém” afirma que se tratou de um protesto contra o aumento abusivo de tributos e, mais diretamente, do valor da passagem de bondes e sua cobrança por empresas particulares. Os desdobramentos para o cenário político imperial foram sentidos por toda a década de 1880, pois o motim teria “redefinido os atores, a platéia, e a encenação da cultura política.”⁹ A partir de tal evento, segundo a historiadora, foram modificadas não só as regras do jogo político, como foram apresentados novos atores no cenário da Corte, levando os debates às ruas e dando voz aos excluídos, que não mais seriam inauditas.

⁷ GRAHAM, Sandra. O motim do vintém e a cultura política do Rio de Janeiro, 1880. **Revista Brasileira de História**, v.10, n. 20, mar/ago, 1991, p. 211-32.

⁸ Uma exceção a este quadro pode ser observada pela análise historiográfica recente desenvolvida pelo historiador Eleomar Cândido Gonçalves Silva, intitulada **Cotidiano, política e protesto popular no Rio de Janeiro: 1880-1901**. Dissertação de Mestrado - PPGHC/UFRJ, Rio de Janeiro: 2008, que apresenta outra perspectiva sobre o assunto, embora persista em algumas questões desta autora. O seu trabalho será abordado na etapa final desta análise.

⁹ GRAHAM, Sandra. O motim do vintém e a cultura política do Rio de Janeiro, 1880. **Revista Brasileira de História**, v.10, n. 20, mar/ago, 1991, p. 212.

Embora seja sintética, a passagem anterior consegue demonstrar o olhar de Sandra Graham sobre o “motim” e a indicação de sua importância para a modificação das relações políticas da cidade do Rio de Janeiro a partir da década de 1880. Afinal, conforme seus argumentos, só a partir deste evento é que teriam sido redefinidas as relações políticas no Império. No entanto, antes de dar continuidade aos argumentos, serão avaliados mais alguns aspectos importantes desta abordagem.

O primeiro deles diz respeito a que tipos de relações políticas teriam sido “modificadas” pelo evento de 1880. Para isso, vejamos como a própria historiadora caracteriza as práticas políticas que teriam sido modificadas:

Desde 1850, durante várias décadas, a política do Segundo Reinado constituiu o domínio de uma elite socialmente coesa e essencialmente segura de si mesma, embora geograficamente dispersa. A vida política consistia exclusivamente na ocupação de homens poderosos agindo em nome daquilo que eles, sem hesitação, classificaram como interesse comum. No parlamento, eles podiam discordar acirradamente; contudo, suas diferenças revestiam-se de um sentimento confortador de que os assuntos políticos seriam conduzidos e limitados por regras, que todos eles aceitavam.

Era uma política baseada, em última análise, na dependência e no apadrinhamento, e na qual favores políticos mediam-se cautelosamente em termos de vantagens eleitorais. *Diante deste requintado acordo, o grande público podia surgir como expectador ou como comentarista, mas não como participante ativo.* Uma visão consensual destas regras formava a cultura política dominante dos anos anteriores a 1880.

Os acontecimentos de janeiro de 1880 romperam com essa perspectiva. O Motim do Vintém marcou uma mudança não só na maneira pela qual a ação política podia ser pública e diretamente realizada e compreendida, mas também quanto aos atores envolvidos. Ela significa a transformação da cultura política. Pela primeira vez em mais de quarenta anos, respeitáveis habitantes da cidade, mesmo que sem posição ou conexões política formais, participaram de demonstrações formais de protesto. (...) ¹⁰

Seguindo sua linha argumentativa, o “motim” representou um momento de “ruptura” com certos padrões de política, no qual o domínio das elites teria sido posto em “xeque” pelas novas circunstâncias abertas nos dias de janeiro de 1880, em que novas dimensões de participação teriam sido abertas à população nas ruas. Segundo Sandra Graham, é neste momento que a política sai das esferas restritas do gabinete e vai para as ruas. ¹¹

A seleção do trecho anteriormente destacado corresponde a certos objetivos de abordagem deste trabalho. Tais objetivos dizem respeito as próprias interpretações nas quais são sustentados os argumentos defendidos aqui como fundamentais para a compreensão desse evento. Sendo assim, serão analisados alguns aspectos que são enxergados aqui como “problemáticos” na abordagem de Sandra Graham, e que devem ser reavaliados no processo

¹⁰ GRAHAM, Sandra. Op. Cit., p. 213-14

¹¹ Idem, p.215-216.

de análise.¹² O primeiro deles diz respeito à sua abordagem da política institucional.

A identificação da política institucional como um campo de atuação das elites não é estranho à abordagem que está-se tentando construir nesta análise.¹³ No entanto, parece haver um problema de ênfase na abordagem dada por Sandra Graham, através da qual o campo institucional seria o único espaço para manifestações políticas. Esta constatação ressalta uma compreensão unidimensional de “política”, em que outros espaços para a sua manifestação seriam inexistentes, pelo menos até o “motim”. Esta escolha é compreensiva se levado em consideração a idéia de “ruptura” sobre a qual é trabalhada a tese central do artigo, sustentada por uma concepção singular de política, que teria sido modificada mediante a ampliação dos espaços de participação política.

A concepção singular de política ressaltada, pode ser confirmada por uma pequena, mas importante passagem, que sintetiza a forma como Sandra Graham compreende a política do Segundo Reinado. Vejamos:

O meu argumento, apoiado em diversas histórias do Império, pressupõe simplesmente que a política pertencia às elites e que estas praticamente não se davam conta da necessidade nem de justificar suas decisões, nem de se envolverem com questões externas ao seu próprio interesse.¹⁴

O fato das elites se julgarem as únicas capazes de agir politicamente corresponde a certas visões de mundo expressas por elas nos cenários políticos do Império. Estas visões endossaram muitas das expectativas depositadas na própria dimensão de cidadania e participação política.¹⁵ Entretanto, embora tenham que ser levadas em consideração as dimensões discursivas e ativas destes setores, e seu papel de certo predomínio nas esferas governamentais, não acredita-se que estes sejam os únicos capazes de agir politicamente até 1880. Trata-se de uma questão de foco.

Quando Sandra Graham diz que o “motim” representa uma ruptura no domínio das elites sobre a esfera política do Império, ela indica não só os espaços institucionais como

¹² A compreensão de uma dimensão de diálogos com a abordagem da historiadora Sandra Graham é importante para este projeto para que avancemos não apenas na interpretação dos argumentos desta historiadora, mas também na própria compreensão do objeto analisado.

¹³ Esta dimensão será explorada no capítulo 2 do presente trabalho.

¹⁴ GRAHAM, Sandra. O motim do vintém e a cultura política do Rio de Janeiro, 1880. In: **Revista Brasileira de História**, v.10, n. 20, mar/ago, 1991, p. 213.

¹⁵ A questão discursiva aludida refere-se a materialização das expectativas das elites em apresentarem-se como únicos atores no palco de “encenação” política. Como exemplo concreto poderia ser citado o discurso do José Antônio de Figueiredo, um reformador liberal brasileiro do século XIX, que ao refletir sobre a esfera de participação política e cidadania afirmou que “todo bom sistema eleitoral deve ter por fim: que o maior número possível de proprietários concorra para a escolha de deputado, que todos os interesses sobre os quais repousam as instituições sejam representados; que sejam chamados [para o ato de votar somente] os cidadãos que (...) se distinguem por sua educação, moralidade, ilustração e práticas dos negócios.” FIGUEIREDO, Apud GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 243.

locais por excelência de atuação política de elites, como exclui outros cenários da Corte como espaços em potencial para ação e reflexão políticas. Assim, ela deixa de lado outras possibilidades de se interpretar dimensões de participação política que estejam fora dos momentos do “motim”, caindo, no que poderia ser considerado, uma espécie de “armadilha” interpretativa, na qual acaba assumindo certos discursos como única dimensão tangível.¹⁶

O historiador Carlos Eugênio Líbano Soares, em sua análise sobre as dimensões de participação política na Corte demonstra melhor esta questão¹⁷. Ainda que diretamente não estivesse refletindo especificamente sobre este tema, Soares foi um dos primeiros a apontar os problemas decorrentes de focos de análise como os de Graham. Em suas palavras:

Discordamos de Sandra Graham em alguns pontos. Por mais que aceitemos a importância da Revolta na transformação do papel de alguns políticos já integrados ao sistema, que a partir de agora estariam mais conectados com um clamor popular, não pensamos esta política de rua como algo completamente novo. Pelo menos desde 1872, como demonstramos antes, a massa popular urbana tem papel decisivo nos conflitos partidários da Corte.¹⁸

Soares chama a atenção para o que ele identificou como a “partidarização do cotidiano politizado das classes populares urbanas”, onde teria havido “a inclusão dos conflitos partidários na *micropolítica* do cotidiano das classes populares da Corte.”¹⁹ Fazendo esta constatação, ele chama a atenção para duas questões principais: a primeira delas seria a

¹⁶ A forma como é desenvolvida a narrativa historiográfica de Sandra L. Graham em seu artigo sobre o “motim” do vintém pode sugerir que ela tenha abordado as interpretações dadas por contemporâneos ao processo de mudança política analisado como fiéis à “realidade”. Este tipo de escolha na abordagem das fontes pode ter levado suas interpretações a reificarem determinadas premissas defendidas pelos agentes históricos que se envolveram diretamente no evento, o que, por conseguinte, teria limitado os seus horizontes analíticos, avaliando, por exemplo, que até 1880 a política estaria limitada aos setores de elite. Como exemplo concreto a este respeito, poderia ser sugerido o olhar do político Conservador Francisco Belisário Soares de Souza, que era contrário à participação popular nas eleições por achá-los “manipuláveis” e “sem consciência política formada”, manifestando-se na década de 1870 à favor de reformas eleitorais que restringissem o acesso ao voto. Estas posições foram amplamente observadas na segunda metade do século XIX, sobretudo nas décadas de 1870 e 1880, justamente no momento em que se deram as reformas eleitorais que reduziram a possibilidade de acesso ao voto a uma parcela reduzida da população. Esta questão será analisado no trabalho como forma de abordar a dimensão das elites e suas visões de mundo nas duas últimas décadas do Império. Sobre esta questão ver GRAHAM, Richard. Op. Cit., p. 239-268.

¹⁷ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A negregada instituição. Os capoeiras no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: SMC/DGDI, 1993.

¹⁸ Idem, p. 217

¹⁹ O historiador Carlos Eugênio Líbano Soares analisou os processos de participação política pelos setores mais pobres da cidade nos “jogos políticos” promovidos pelos partidos na Corte. No entanto, ele chama a atenção para o fato de que esta “partidarização do cotidiano” não deve ser interpretada como uma “politização do cotidiano” dos setores populares, e sim como uma reorganização de práticas já existentes nos diálogos entre os setores mais pobres e as elites. Assim, a crítica à Sandra L. Graham não é quanto ao momento em que teria “se dado” a mudança da orientação política, mas sim ao fato de não parecer haver na análise desta historiadora a demonstração de dimensões políticas dentro das práticas dos setores populares da Corte, conforme Eugênio tenta demonstrar em sua análise. Para mais detalhes sobre a crítica a perspectiva do artigo de Sandra, ver: SOARES, Carlos Eugênio. **A negregada instituição. Os capoeiras no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, SMC/DGDI, 1993, p. 217-8.

identificação de dimensões de política próprias dos setores populares, anteriores ao motim, e, em segundo lugar, chama a atenção para possibilidades de terem sido estabelecidos mecanismos de contato entre as esferas de atuação popular e aquelas caracteristicamente de elites.²⁰

A questão principal a ser buscada não é a definição do momento de “nascimento” das dimensões populares de política, se ela se deu uma década antes, ou mesmo em outros períodos, mas sim a identificação de processos de construção e modificação de certas dimensões de fazer e pensar política nos espaços variados do Império. Caso contrário, ao se insistir na busca por definir o “momento exato” no qual mudanças teriam ocorrido (caso fosse possível reduzir a um momento todo um processo histórico) corre-se o risco de cair num evolucionismo crasso, no qual há “o momento”, “singular”, “único”, em que as coisas se tornam diferentes.

Pensando de outro modo, ao ver-se a história como um processo, no qual seriam operadas mudanças e permanências, o evento do vintém seria visto como uma experiência histórica específica na qual foram apresentadas formas de agência e reflexão políticas. Estas formas, historicamente elaboradas, ao se relacionarem, não só nos quatro dias do motim, mas em todos os outros nos quais seus agentes teriam tomado partido, possibilitam que sejam enxergadas não só as já mencionadas formas de agir e pensar, como dão abertura para a interpretação dos processos históricos de sua construção.

Enxergando o “motim” nestes termos, chega-se ao segundo ponto que torna-se necessário ser abordado: a possibilidade de enxergar o mesmo como um momento para análise de relações dialógicas entre os setores sociais. Estes “diálogos”, conforme pôde ser observado na análise de Soares, estariam presentes nas relações sociais globais da cidade do Rio de Janeiro.

As dimensões dialógicas buscadas pela presente análise podem ser mais bem compreendidas se forem buscadas outras experiências de análise que tenham tratado de “motins” como formas de observação de espaços de relações de disputas políticas. O historiador Edward P. Thompson, refletindo sobre os “motins de fome” da Inglaterra no século XVIII²¹ e seus significados para os espaços políticos britânicos, chegou a conclusões importantes, que devem ser consideradas para a proposta do presente trabalho.

²⁰ Para elucidar melhor estes mecanismos, Carlos Eugênio indica o que ele identificou como “Partido Capoeira” que teria sido o resultado destas relações estabelecidas entre os setores de elite e os setores populares. Nas suas palavras este “partido”, “não é um grupo específico com determinado número de membros. Ele significa um método, uma forma de fazer política.” Idem, p. 219.

²¹ THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 150-202.

A primeira delas diz respeito a própria interpretação de um fenômeno histórico como o “motim”. Segundo Thompson, o “motim de fome”, no período em que ele estuda, seria “uma forma de manifestação complexa de ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros” que seriam identificados mediante a observação das próprias motivações da multidão. Estas motivações estariam ligadas às circunstâncias materiais e sociais vividas por seus participantes, às quais o “motim” seria uma forma política de agir, elaborada pelas pessoas para fazer valer seus interesses diante das circunstâncias que acreditavam ser injustas.²² Um segundo ponto, não menos importante, chama a atenção para o fato de que, nestes momentos de confronto, podem ser materializadas experiências de antagonismo e negociação entre setores sociais acerca de questões específicas. Estas, por sua vez, estariam ligadas às motivações dos envolvidos no processo do motim, que ao buscarem materializá-las em meio a experiência histórica, possibilitam a observação de circunstâncias de contatos e diálogos políticos.²³

A síntese anterior não deu conta de todas as idéias trabalhadas no artigo de Thompson, tampouco teve tal pretensão, mas, para efeitos práticos, tem por objetivo dar suporte à compreensão seguinte, fundamental para esta análise, de que “a palavra 'motim' é demasiado pequena para abarcar isso tudo”²⁴, ou seja, o motim em si, seria limitado para dar conta de tantas circunstâncias que estariam presentes em sua ocasião. Embora a reflexão deste autor esteja se debruçando sobre as especificidades do cenário inglês do século XVIII, e isto é importante de ser frisado, pois as conclusões tiradas por ele baseiam-se na análise destes elementos, este fato não impossibilitaria que fossem utilizados certos elementos ressaltados por Thompson para ajudar na compreensão da experiência do vintém e dos elementos a ele relacionados.

A compreensão buscada vai passar, desta forma, por uma dimensão de diálogos analíticos, nos quais, as experiências de análises frisadas seriam conectadas entre si, na busca por construir mecanismos que possibilitem interpretações dos espaços específicos nos quais este trabalho se debruça. A operacionalização desses diálogos analíticos e suas decorrentes conexões requer que se tenha, de forma clara, a noção de que, nesta busca por entrar em contato com as questões levantadas por Thompson sobre a experiência britânica, não se está

²² Idem, p. 152 e 153.

²³ Mesmo não utilizando a expressão “diálogo” propriamente dita, Thompson parece deixar clara na sua interpretação a necessidade de serem identificadas não só as motivações dos agentes históricos, como também os mecanismos experimentados nos processos de relações históricas, vistas como dialógicas, para materializar as expectativas decorrentes destas motivações. Para mais detalhes a este respeito, ver: THOMPSON, Op. Cit., p. 150-202.

²⁴ Idem, p. 153.

tentando identificar que elementos da Inglaterra do século XVIII podem ser identificados no Brasil do século XIX²⁵, mas, pelo contrário, em que medida as circunstâncias históricas apresentadas pela cidade do Rio de Janeiro na segunda metade deste século podem ser compreendidas com a ajuda das questões levantadas por sua análise. Haja vista esta dimensão, o avanço desta etapa inicial pode ser feito com maior clareza rumo à tentativa de identificar que questões estariam motivando as pessoas a promoverem estratégias de ação direta nos dias iniciais do ano de 1880. Todavia, para tanto, será necessário pedir ajuda a outras reflexões que possam dar maior materialidade aos contornos buscados da cidade do Rio de Janeiro nas décadas de 1870 e 1880.

Para isso deve-se tentar traçar um panorama da Corte nestas duas décadas, e para esse objetivo será acionada também a abordagem do historiador Eduardo Silva sobre o assunto. Em seu livro sobre Antônio Soares Galvão, mais conhecido como Dom Obá II D'África²⁶, ele chama a atenção para aspectos não só da vida deste personagem em particular, mas também para as transformações pelas quais passou a cidade no período. Estas transformações, muitas delas presenciadas por Obá, ocorreram em aspectos como: evolução populacional, condições de trabalho, condições de infra-estrutura, alimentação, custo de vida, etc.

Estes aspectos demonstrados pelo autor tornariam a vida na Corte, sobretudo na virada de 1879-1880, muito difícil para as populações mais pobres da cidade. Afinal, com uma população cada vez maior e uma infra-estrutura precária que não acompanhava este crescimento, viver no Rio de Janeiro neste período era uma tarefa difícil. Conforme ele observa, além da “explosão populacional” e das péssimas condições de vida nos cortiços e casas de cômodos – habitações típicas dos habitantes mais pobres -, o custo de vida era cada vez mais elevado e a renda cada vez mais baixa, além da escassez e baixa qualidade dos alimentos – agravada pela especulação promovida pelos comerciantes da Corte. Para tornar mais difícil a já complicada situação, têm-se ainda uma redução na oferta de postos de trabalho e o aumento dos impostos.²⁷

É basicamente neste ambiente conturbado demonstrado por Eduardo Silva que ocorre o “motim do vintém”. Mas, a simples constatação destas circunstâncias difíceis não explicaria

²⁵ A insistência em uma identificação de elementos específicos do cenário inglês do século XVIII no Rio de Janeiro do século XIX, e vice-versa, visando explicar o “motim” do vintém através de uma comparação superficial, levaria esta operação a incorrer não só em um anacronismo, como também ocasionaria uma extrapolação das próprias dimensões analíticas que Thompson se propôs a construir. Afinal, em nenhum momento ele se candidata a buscar um método universal de abordagem de motins.

²⁶ SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, o príncipe do povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.** São Paulo: Cia das Letras, 2001.

²⁷ A síntese destas informações foi retirada do capítulo 4 intitulado “Vida na Corte” do livro de Eduardo Silva. Idem, p. 71-92.

por si só a deflagração de um motim, pois seria necessário saber até que ponto estas medidas, em conjunto com outras, teriam feito com que as pessoas fossem às ruas para protestar. Afinal, por mais evidentes que pareçam os motivos, deve-se tentar levar em consideração outras circunstâncias que teriam servido de ponto de partida para a ação, pois, por mais amplas que sejam as motivações anteriores, é necessário lembrar que se está lidando com um campo de escolhas, onde seriam operadas as estratégias de ação, e, deste modo, o envolvimento dos manifestantes e as condições que eles tiveram que lidar são fundamentais para interpretar os significados de sua ação.

A inquietação anterior está ligada às dimensões de ação e reflexão políticas que buscase demonstrar através da análise do episódio em questão. Por sua vez, ao se indicar esta estratégia de interpretação que tenta demonstrar a operacionalização de escolhas pela *gente comum*, visa afastar-se das interpretações que seguem por um caminho de “reações espasmódicas a estímulos primários”²⁸. Este caminho, conforme analisado por Thompson²⁹, supervaloriza os estímulos econômicos primários como a alta dos alimentos, e a fome decorrente dele, como causas únicas para a “reação” (a palavra é significativa neste momento) da população mais pobre. Bastaria uma mudança na alimentação dos setores populares que estaria montada a situação “padrão” para a ação direta da multidão. Em suas palavras, o caminho de interpretação espasmódico parece estar encarnado na palavra “turba”:

Essa simples palavra de cinco letras é capaz de encobrir o que pode ser descrito como uma visão espasmódica da história popular. Segundo essa visão, dificilmente se pode tomar a gente comum como agente histórico antes da Revolução Francesa. Antes desse período, ela se intromete de forma ocasional e espasmodicamente na cena histórica, em períodos de repentina perturbação social. Estas intromissões são antes compulsivas que conscientes ou auto-ativadas: não passa de reações a estímulos econômicos. Basta mencionar uma colheita malograda ou uma tendência de baixa no mercado, e todos os requisitos da explicação histórica são satisfeitos.³⁰

O alerta de Thompson serve como uma boa reflexão para que se tenha cuidado na excessiva ênfase em circunstâncias econômicas para explicar toda e qualquer manifestação política, e este ponto é importante para o caso do evento do vintém que teria sido apresentado como consequência direta de circunstâncias econômicas difíceis como no caso da elevação das passagens de bondes. Como o objetivo é tentar explorar outras possibilidades históricas para além da questão econômica do imposto, os argumentos deste historiador são de grande

²⁸ Para mais detalhes, ver: THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 151-152.

²⁹ Idem, *ibidem*.

³⁰ Idem, p. 150.

ajuda para ampliar os horizontes não só do evento em si, como também do contexto em que ele foi apresentado e dos personagens que dele tomaram parte.

Por fim, será apresentada a disposição do texto da dissertação acompanhada de um pequeno resumo de suas partes. O texto deste trabalho foi dividido em cinco partes não lineares, cujo ponto de partida é, justamente, o elemento final desta história, ou seja, o “motim”. A escolha deste tipo de estrutura não convencional, posto que não é essencialmente cronológica, visou permitir ao leitor tomar parte do processo de análise da mesma forma em que o trabalho foi construído, levando-o do evento em si, donde foram levantadas as primeiras interrogações, até um universo mais complexo e variado que constituiu a conjuntura analisada. A primeira parte, o prólogo, apresentará alguns dos eventos que marcariam este momento, contemplando desde a reunião de São Cristóvão, realizada no dia 28 de dezembro de 1878 até o “motim”, ocorrido nos primeiros dias de 1880. Nele serão apresentados ainda alguns dos personagens que marcaram presença nos episódios abordados, que, inclusive, acompanharão os passos deste trabalho até o final.

No capítulo 1, será desenhado um panorama geral da cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, e, mais precisamente, das décadas de 1870 e 1880, quando serão observadas algumas das possíveis circunstâncias que teriam levado às manifestações de protesto e conflito entre dezembro de 1879 e janeiro de 1880. O objetivo principal aqui será tentar capturar a “atmosfera” social, econômica e cultural da cidade nos momentos que precederam os eventos apresentados no prólogo.

O capítulo 2 possui um caráter mais específico, pois irá abordar temas polêmicos do período, como a reforma eleitoral, a reforma financeira, e as lutas políticas estabelecidas entre os membros das elites na capital em torno destes temas e que, como será visto, atravessariam os meses finais do ano de 1879, atingindo o ano seguinte, repercutindo, inclusive, nos desdobramentos dos acontecimentos de janeiro de 1880.

Seguindo o exemplo do segundo capítulo, o capítulo 3 também apresentará características específicas do contexto do motim. Contudo, ele terá um papel central na proposta deste trabalho, pois irá demonstrar os rostos da multidão que participou dos eventos mencionados nas etapas anteriores, e, além de apresentar estes personagens, irá demonstrar circunstâncias variadas que contribuiriam para os processos de mobilização e protesto em que teriam se envolvido. Além disso, a questão do imposto de 20 réis será retomada, porém, sobre uma perspectiva social e política mais ampla, na qual os setores populares aparecem como seus principais contendores, o que, como será abordado, esteve relacionado à questão muito aquém de circunstâncias financeiras.

No capítulo final as circunstâncias trabalhadas nas etapas anteriores serão retomadas para serem relacionadas a outras questões exploradas neste momento, tais como os significados das manifestações políticas apresentadas pelos setores populares entre os meses finais de 1879 e o mês de janeiro de 1880, assim como a sua relação com outros setores sociais que partilharam da mesma conjuntura de disputas. O objetivo principal do capítulo 4 é conectar as diversas experiências analisados no decorrer deste trabalho e, através disso, estabelecer parâmetros que possam elucidar os sentidos variados que seriam observados no interior de um mesmo fenômeno histórico e, deste modo, explorar formas específicas de compreensão e ação política.

Por fim, a conclusão não irá apenas finalizar o trabalho, como é de se esperar, mas, além disso, irá discutir algumas questões importantes que estiveram relacionadas ao trabalho mas não foram discutidas de forma tão direta. Nela serão retomadas algumas dimensões teóricas e empíricas que só se tornaram possíveis após os trabalhos realizados nas etapas anteriores.

PRÓLOGO

Às cinco horas da tarde do dia 28 de dezembro de 1879 cerca de 4 mil pessoas³¹ se reuniram em frente ao Palacete Mauá, no Campo de São Cristóvão, para ouvir o discurso do jornalista Lopes Trovão. O tema principal desta reunião era a polêmica execução do regulamento do imposto dos transportes que entraria em vigor no dia primeiro de janeiro do próximo ano.³²

Este *meeting*, que fora divulgado em maior ou menor grau nos periódicos da Corte, tinha como um dos seus objetivos declarados “levar a S. M., o Imperador, uma petição [solicitando] que fosse revogado o regulamento do imposto do vintém”.³³

Ao fim da leitura, o orador convidou o povo a dirigir-se ao paço da Boa Vista³⁴ para efetuar, na presença do monarca, a entrega das “exigências da petição popular”. O momento parecia oportuno aos olhos de Trovão, dada a maciça presença popular que garantiria, em primeira instância, um maior grau de pressão, e em última, uma repercussão estrondosa na opinião pública³⁵.

Partindo do local da reunião, os manifestantes dirigiram-se para a Rua São Luiz Gonzaga, de modo a chegar à residência imperial que ficava próxima. No entanto, sua presença já era aguardada por uma linha de cavalaria e um grupo de mais de 100 agentes da polícia, posicionados na mesma rua, prontos a fazer frente aos manifestantes³⁶. Diante destas forças estava o comandante da operação, o 3º delegado de Polícia da Corte, Félix da Costa.

³¹ O número de participantes é controverso, pois são mencionados 4 mil, 5 mil e até 6 mil pessoas. Estes números não devem ser tidos com exatidão, tendo em vista que a *Gazeta de Notícias* estima entre 4 e 5 mil pessoas, com uma absurda margem de erro de 1 mil pessoas. Isto, no entanto, não deve ser encarado como uma questão que anule a importância da observação do evento, afinal, o mais importante aqui não é o número em si, mas as questões tratadas no evento e suas repercussões para a época analisada. O horário também é controvertido, dado que se fala em 4 ou 5 horas da tarde. Optei por manter as 4 horas da tarde por ter sido o horário expresso tanto no *Jornal do Comércio* quanto na *Gazeta da Noite* nos dias que se seguiram ao evento, além do fato de ter sido anunciado como sendo este nos dias anteriores.

³² A descrição dos eventos de São Cristóvão fora expressa na *Gazeta de Notícias* do dia 29 de dezembro, na *Gazeta da Noite* de 29 de dezembro de 1879, no *Cruzeiro* de 29 de dezembro 1879, *Jornal do Comércio* de 29 de dezembro de 1879. Todos os periódicos citados apresentam edições da cidade do Rio de Janeiro. Casos excepcionais serão notificados com a cidade de origem.

³³ *Gazeta da Noite*, 29 de dezembro de 1879.

³⁴ Atual Quinta da Boa Vista.

³⁵ Se levada em consideração as circunstâncias nas quais a cidade estava envolvida desde, pelo menos, a ascensão do gabinete liberal, onde conseguiu-se identificar a evidência de antagonismos entre o governo e as forças de oposição, assim como a eminência de uma forte campanha de repressão as dimensões populares de participação política, talvez se possa compreender a necessidade de uma grande repercussão levantada aqui. Esta questão vai se tornar mais clara quando forem demonstradas as análises das narrativas produzidas sobre o evento, no capítulo 2 do presente trabalho.

³⁶ A descrição das forças presentes era de “um grupo de mais de cem agentes da polícia, armados das mais grossas bengalas de Petrópolis”, contanto com o auxílio de membros da “ ‘polícia secreta’, armados de grossas

Como é de se imaginar, o encontro entre as forças policiais e os manifestantes seria marcada por momentos de tensão. As incertezas de ambos os lados traduzir-se-iam numa exaltação dos ânimos que acabaria por tornar mais inflamável o ar daquela virada de tarde para a noite. Diante desta incerteza inicial, coube à multidão o papel de dar o primeiro passo, rompendo um breve, porém nervoso, silêncio que tomou conta desse primeiro contato. Assim, após alguns segundos daquilo que parecia ser uma atuação hesitante de ambas as partes, irromperam do seio da multidão, as seguintes palavras:

“Aonde está o rei? Queremos ver sua majestade!”

O tom imperativo destas curtas, porém emblemáticas frases demonstram não só a razão de ser de tal visita, como também certa aspereza em relação à aparente barreira de contenção que constituía, aos olhos dos visitantes, uma obstrução do caminho até a residência imperial.

Não menos áspera e imperativa foi à resposta dada por Félix da Costa, ao advertir Trovão e demais presentes que parassem a manifestação e se retirassem imediatamente, pois S. M. não iria vê-los, ameaçando, inclusive, o uso da força, caso continuassem sua marcha.

Diante da negativa da autoridade em “permitir” a passagem pelo Portão da Cancela, Trovão afirma que “o povo usava de um legítimo direito ao solicitar na presença de Sua Majestade a revogação de um regulamento”. Em resposta, Félix da Costa foi taxativo e irônico:

“Já fiz muito em consentir que fizessem um meeting.”³⁷

No entanto, a eminência de um confronto direto entre as forças em campo não se efetivou, seja pela negativa de Trovão, seja pela negativa do restante dos manifestantes em entrar em um conflito direto com as forças de repressão ali presentes.

Seguindo por outro caminho, atravessaram o Campo de São Cristóvão, dobrando em seguida, pela Rua da Feira³⁸ e depois entraram na de São Cristóvão. Momentos depois de entrar nesta via, uma parte do povo, ao chegar a Rua do Imperador³⁹, quis entrar por ela em direção ao *portão da Coroa*. No entanto, esta tentativa de adentrar na propriedade imperial por outro portão foi frustrada pela presença de um pelotão de cavalaria, que naquele instante, guardava o acesso.

bengalas e um pelotão de cavalaria. Para mais detalhes, ver: *Gazeta de Notícias* de 29 de dezembro de 1879 e *Gazeta da Noite* de 29 de dezembro de 1879.

³⁷ *Gazeta da Noite*, 29 de dezembro de 1879.

³⁸ Atual Rua Figueiredo de Melo.

³⁹ Atual Rua Pedro II.

Neste momento, são esboçadas posições a favor do enfrentamento, sendo, no entanto, sobrepujadas pelas negativas da maioria dos manifestantes. Não passando apenas de uma ameaça, esvaiu-se diante da caminhada continuada pela Rua de São Cristóvão.

O cerco parecia fechado aos manifestantes, frustrando, em princípio, as expectativas presumíveis dos que estavam presentes. O empenho do governo em criar obstáculos a uma visita ao Imperador parecia ter sido o suficiente para impedir que os reclamantes conseguissem atingir seu objetivo maior, que era o de sensibilizar sua majestade.

Ainda que contrariada, a multidão seguiu em frente, quando, já na altura do Matadouro, foi interrompida por uma figura que se dizia “representante do camarista de S. M.”, dizendo que trazia uma mensagem do Imperador, afirmando que ele receberia uma comissão de representantes dos manifestantes. No entanto, esta afirmação não inspirou segurança, e o temor de uma “cilada” espreitava tais palavras.

Se de fato foi isto que impediu o retorno ao paço não se tem provas concretas, mas há evidências que fazem crer nesta hipótese⁴⁰. Certamente não havia muita clareza quanto ao desfecho de tal manifesto, mas as circunstâncias desta tentativa malograda deram à Lopes Trovão munção para sua artilharia de oposição. Afinal, conforme ele observou, em tom de “teatralidade”, “o povo não voltaria, uma vez que fecharam-lhe as portas do palácio pela polícia”, ocasionando uma conseqüente obstrução do direito de diálogo com o monarca. Embora a polícia pareça configurar-se como o “pivô” desta situação de desalinho, podemos arriscar um palpite de que as palavras de trovão tinham outro alvo, o governo liberal.

Retomando os passos de nossos personagens, a negativa de retorno parece ter se concretizado, pois a multidão prosseguiu em sentido oposto ao Paço, tomando a direção do centro da Corte. Mas, a exemplo do que vimos anteriormente, este retorno não seria marcado por tranqüilidade, pois o perigo parecia espreitar o caminho dos visitantes.

De fato, tal inquietação não tardou a se tornar uma realidade. As oportunas provocações de um “Corpo de Secretas”⁴¹, que acompanhava os passos dos manifestantes

⁴⁰ Os periódicos desta época destacam, por vezes, exemplos de utilização de força excessiva na repressão de manifestações de cunho popular contrárias ao governo. A constatação deste fato se torna mais clara se forem observados os eventos seguintes ao referido *meeting* de São Cristóvão, mais precisamente nos acontecimentos de janeiro de 1880, em que foram emitidas circulares do chefe de polícia da Corte, Eduardo Pindayba de Mattos, aconselhando “descargas” de tiros contra os manifestantes que resistissem às autoridades de segurança, fato aliás que parece ter sido uma constante nestes dias de conflito, o que contribuiu para o aumento da tensão nas ruas. Para mais detalhes, ver: *Jornal do Comércio*, 4 de janeiro de 1880. Este assunto será retomado mais adiante. Esta postura repressiva chegou a ser classificada como “necessárias a execução de uma lei”, nas palavras de alguns membros do governo. Imposto do Vintém. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, tomo 153, v. 103, p. 41-42.

⁴¹ O historiador Carlos Eugênio demonstrou que o chamado “corpo de secretas” era uma espécie de “polícia política clandestina que fornecia informações para os escalões mais altos da instituição [policial].” Segundo o mesmo, há a evidência de que esta era composta “exclusivamente por capoeiras recrutadas nas prisões”, que em

desde que deixaram a entrada da residência imperial, faziam com que a situação, até então sem confronto direto, rumasse para uma possível exacerbação dos ânimos, o que parecia ser, todavia, aguardado com boas expectativas pelo comandante do destacamento policial.

Segundo relatos, os “secretas”, faziam parte das forças comandadas pelo delegado Félix, ensaiando provocações à multidão de modo a promover um embate, no qual a polícia poderia exercer, nos termos da lei, uma repressão legal em prol da manutenção da ordem.

Ao que tudo indica, as provocações não surtiram o efeito desejado, pois, a exemplo do que ocorrera diante da Quinta, transcorreram sem resposta da multidão, que seguiu seu caminho - para o desapontamento do delegado - sem promover confrontos físicos. Chegando à Rua do Conde D'Eu⁴², Lopes Trovão se despede dos manifestantes que seguem adiante.

Não obstante, contrariando a tendência notada até aqui, com o cair da noite, são observadas mudanças nas posturas das forças em jogo. Por volta das oito e meia da noite, quando parte do povo regressava do Campo de São Cristóvão, ao passar pela Rua da Constituição, entre a Regente¹³ e a Núncio¹⁴, manifestantes foram atacados por uma força de urbanos com sabres em punho, sob o comando do Tenente Heller. Provavelmente estes se aproveitaram da dispersão da multidão – que se encontrava em número reduzido – para poder desferir um ataque com maior sucesso. As razões do ataque são controversas, mas ao que tudo indica talvez se possa conjecturar que para dar um corretivo naqueles que se indispuseram contra o governo!

De concreto temos que as repercussões, não só destes últimos atos, como de todas as atitudes ensaiadas nesse dia quente de verão, incidiram de forma satisfatória para a oposição de diversos matizes político-partidárias da Corte.

Nos dias subseqüentes, a imprensa lançaria mão deste evento para promover ataques implacáveis ao governo, ressaltando sua posição de obstáculo entre o Imperador e seu povo, abusando, desta forma, de suas prerrogativas legais, ao evitar que a população conseguisse se fazer ouvir pelas altas esferas do poder imperial.⁴³ Estas investidas nos jornais possibilitam

troca da liberdade, realizavam serviços que a polícia não “podia” realizar. SOARES, Carlos Eugênio. **A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: SMC/DGDI, 1994, p. 220.

⁴² Atual Rua Frei Caneca.

¹³ Atual Rua Regente Feijó.

¹⁴ Atual República do Líbano.

⁴³ Dentre os jornais da capital que participaram do “coro” de oposição as atitudes do governo, merecem destaque a *Gazeta de Notícias* e a *Gazeta da Noite*. Neste sentido, as pesquisas demonstraram um claro envolvimento destes periódicos com a questão do imposto, abrindo espaço ao tema, estimulando os debates e dando apoio a figuras como as de Lopes Trovão e de José do Patrocínio (que eram, inclusive, colaboradores nestas folhas). Vale ressaltar ainda que a análise destas folhas evidenciou uma tendência de ataques contundentes contra o governo, materializadas através de campanhas abertas contra o gabinete liberal e seus membros, o que teria acarretado não só a antipatia governamental mas também a ação direta do Estado, concretizada pela suspensão

uma leitura mais ampla dos acontecimentos, na medida em que informam não só uma incapacidade governamental no trato das coisas públicas, como também apontam para a gestação de polarizações políticas entorno do governo liberal.⁴⁴

A partir da análise dos periódicos, é possível supor que um dos objetivos dos que estavam presentes à reunião do dia 28 era promover repercussões dos acontecidos na imprensa, planejando com isso estimular a formação de uma opinião pública que desse apoio às investidas oposicionistas, utilizando o incidente do *meeting* como um meio de desestabilizar o gabinete Liberal.⁴⁵

Acrescentando elementos a já complexa conjuntura destes dias, ainda pode ser observado que a forma pouco flexível com a qual as autoridades de segurança da capital agiam desde a subida do novo gabinete⁴⁶ - reflexo das posições assumidas pelo próprio governo - serviu tanto de combustível à retórica dos seus críticos, quanto ao aumento da tensão entre os habitantes da cidade e os poderes constituídos.

A última hipótese também deve ser observada com bastante atenção. Afinal, ela poderá revelar outras possibilidades de interpretação do mesmo evento, podendo apresentar expectativas que não estariam necessariamente alinhadas ou reduzidas às retóricas de intelectuais e políticos. Isto levaria esta interpretação a uma busca por significados variados, sejam eles quais forem, em meio a um processo de relações de forças. Mas que forças seriam essas? E, caso haja, que outros interesses estariam inseridos neste cenário de disputas políticas?

As perguntas são muitas, mas serão deixadas sem resposta, ao menos por enquanto, pois ainda faltam alguns elementos para que o “quebra-cabeças” esteja completo. Por isso,

temporária da circulação da *Gazeta da Noite* nos dez dias iniciais de janeiro de 1880. Como observação final, cabe ressaltar que esta última evidência sobre a atuação do governo sobre os jornais demonstra um certo paradoxo na suposta “liberdade” a que teria desfrutado a imprensa durante todo o Segundo Reinado.

⁴⁴ Os periódicos permitem que seja percebida uma polarização entre duas correntes: Uma corrente de oposição ferrenha ao governo, composta pelos jornais *Gazeta de Notícias* e a *Gazeta da Noite*, ambos de tendência republicana e outra de tendência mais moderada ou alinhada ao governo, como no caso do *Jornal do Comércio*. Embora estas tendências não possam ser mensuradas apenas levando-se em consideração estes três periódicos, de um modo geral, estes traduziram bem as tensões que se instauraram no cenário de disputas políticas da cidade neste momento, apresentando posturas contraditórias e conflituosas entre si, ocupando significativos espaços nos debates, além de buscarem dar sentidos próprios aos acontecimentos.

⁴⁵ Neste ponto, é necessário que não sejam confundidas as expectativas anteriores e posteriores a este evento. Embora possa ser percebida uma busca por capitalização do *meeting* pelos opositores para a construção de críticas ao governo liberal (1878-1880), é de se supor que haja um limite nas projeções dos mesmos, que se limitariam ao próprio desenrolar dos acontecimentos. Em outras palavras, acredita-se que os desdobramentos destes acontecimentos devem ser levados em consideração juntamente com as possíveis indeterminações que estiveram presentes aos atores desta história, que teriam se aproveitado das circunstâncias criadas pelo *meeting* e pela polêmica taxa de transportes para construir seus argumentos de crítica ou de apoio às medidas governamentais adotadas.

⁴⁶ Cf. SOARES, Op. Cit., p. 212-215.

vai-se buscar identificar melhor as “peças” desta história para que se possa montar uma interpretação plausível, explorando as nuances, as características e os papéis representados por seus componentes.

Os dias seguintes ao *meeting* foram marcados por sinais de que os conflitos deixaram certas marcas na Corte. Encerrado o ano de 1879, as cortinas se fecharam mas não representaram o fim do espetáculo. Uma sensação de continuidade parecia ter marcado o fim deste primeiro ato no teatro da Corte, deixando certas marcas que poderiam contribuir para um segundo ato, no qual as personagens teriam ocasião de apresentar-se mais uma vez. Esta ocasião não tardaria a aparecer, devido a insistência do governo em demonstrar que não mudaria sua postura em relação a manifestações de opiniões contrárias, persistindo na estratégia de imposição ao invés da negociação.

O governo estava empenhado em levar adiante o imposto sobre os transportes públicos da Corte, fazendo o que fosse possível para que a lei fosse cumprida. O tratamento dado pelas autoridades para a efetuação da cobrança destes novos tributos, agindo e permitindo agir de forma arbitrária no trato com a população da cidade⁴⁷, seria a reafirmação de uma postura inflexível que já havia sido experimentada dias antes no paço de São Cristóvão.

A reafirmação de tal posicionamento parecia trazer consigo uma mensagem clara sobre o tipo de postura que assumiria o governo diante de tentativas de obstrução de suas medidas, que, a exemplo do que havia ocorrido no episódio do Imperador, seriam tratadas com rigor. A seqüência dos acontecimentos parece evidenciar não só que a “mensagem” foi bem compreendida, como também contribuiu para a modificação do comportamento manifestado pelos setores sociais da cidade ao se relacionarem com o governo e seus agentes.

No tocante aos jornais, como pôde ser brevemente observado acima, o assunto do imposto não seria tratado de forma condescendente. Ao contrário, esses meios de comunicação tiveram um papel importante para a divulgação dos debates a respeito da

⁴⁷ A este respeito, segue o trecho de um editorial publicado no jornal *Gazeta de Notícias*, da Corte, sob o título de “O Imposto do Vintém”: “A cobrança do imposto era impraticável pelos meios legais segundo as formulas que regem a arrecadação de impostos, e S. Ex. não duvidou recorrer aos meios extraordinários e extralegais que consignou no seu regulamento. Por isso, *manda nesse acto intervir a polícia na cobrança de um imposto*, o que nenhuma lei autoriza; insinua a possibilidade de cadeia para o contribuinte que não tiver meios para satisfazer ao imposto, o que também é lei nova; e autoriza as companhias a emitir cartões designativos do valor da passagem acrescentado ao valor do imposto. (...) *E ainda pela impraticabilidade do imposto, aliás previsto pelos seus autores, que o governo se vê hoje obrigado a recorrer ao terror, às ameaças, a coação pela violência da polícia.*” Grifo meu. Este editorial, que foi publicado no dia 28 de dezembro de 1879 - três dias antes do início da cobrança da taxa de transportes - consegue demonstrar a expectativa acerca da postura que seria assumida pelo governo para a efetuação da cobrança. Não restam dúvidas quanto ao tipo de tratamento que seria (e foi) dado àqueles que se recusassem a pagar o novo tributo. Este assunto será visto com mais detalhes nos capítulos posteriores.

questão dos transportes, demonstrando posturas de antagonismo e alinhamento em relação ao poder central. Mais do que apresentar vozes contrárias ou a favor das atitudes governamentais, os periódicos permitem que seja identificado que não havia um consenso, ao menos neste momento, sobre o tipo de atitude que deveria ser tomada diante dos novos tributos.⁴⁸

Esses posicionamentos antagônicos em relação as atitudes do governo em dezembro de 1879 marcaram outros espaços de manifestação política, pois além dos jornais, as vozes governistas e de oposição fizeram-se presentes, inclusive, dentro e fora do parlamento brasileiro, dando uma dimensão maior aos possíveis antagonismo observados.

Em se tratando de uma esfera ampliada de disputas, os dias iniciais de janeiro de 1880 contribuíram de forma decisiva para tornar mais perceptíveis não só uma certa polarização entre os setores de elite, pelo controle do poder institucional, mas, sobretudo, por apresentar uma outra esfera de força, neste espaço de negociação. Esta “outra” esfera, que esteve presente nos dias finais de dezembro, viria novamente a tona, buscando seu espaço de participação diante de uma conjuntura aparentemente hostil à sua presença. Mas, ao contrário do que teria consagrado os acontecimentos do final de 1879 como “pacíficos”, as *jornadas* de janeiro representaram uma espécie de mudança nos ânimos e nas estratégias de participação. Aqueles primeiros dias de 1880 seriam forjados a ferro e a fogo pela disputa latente e direta entre forças que iriam além do restrito espaço de participação da política institucional.

De fato, a situação parece chegar ao seu “ponto máximo” com o “motim do vintém”, momento em que as forças em questão, que até o presente momento apenas ensaiavam embates localizados, convergem para um conflito de larga escala social e política, não só pela dramaticidade dos acontecimentos, como também pela diversidade dos grupos sociais envolvidos.

Mesmo sob a repressão do governo, mais uma manifestação de rua é convocada, agora para o dia 1.º de janeiro de 1880, data em que se iniciaria a cobrança do imposto dos transportes. A sua frente estaria não só Lopes Trovão, como outras lideranças republicanas, das quais algumas assinaram o manifesto republicano de 1870⁴⁹. O cenário estava armado para

⁴⁸ De um modo geral, o imposto dos transportes sobre trilhos (ou do vintém, como ficou popularmente conhecido) suscitou críticas dos jornais da Corte. Ainda que a tônica e a intensidade destas críticas variasse de acordo com a posição assumida pelos periódicos frente ao governo, elas estiveram presentes em quase todos os veículos impressos desta cidade. Neste ponto, há um grande divisor de águas: que tipo de posição assumir em relação a um assunto tão polêmico? Esta deve ter sido uma das perguntas mais recorrentes nas redações dos jornais na cidade e cuja resposta esteve ligada aos interesses demonstradas pelos seus colaboradores no decorrer do processo de lutas instaurado no período. Nota: Um vintém equivalia a vinte réis.

⁴⁹ Segundo o relatório de Carlos Alberto Bulhões Ribeiro, delegado da 1ª. Delegacia de Polícia da Corte, estavam presentes aos confrontos Lopes Trovão, Ferreira de Menezes, José Carlos de Carvalho, José do

mais um espetáculo de protestos que se concentraria na praça D. Pedro II⁵⁰, no coração da *cidade velha*. Porém, ao contrário do que ocorrera no dia 28 de dezembro, os acontecimentos tomariam proporções bem mais drásticas.

Partindo da dita praça, os manifestantes se dividem em diversos grupos, “conservando-se um na Rua do Ouvidor, outro se dirigindo ao largo do São Francisco, outro dirigiu-se à Rua Uruguaiana, onde conservou-se, outros seguiram para a Rua e Largo da Carioca e outros pequenos grupos tomaram diferentes direções.” Os acontecimentos que se seguiram a este momento foram de confronto entre as autoridades e o povo, que mediam forças nas ruas.

Segundo artigo do *Jornal do Comércio*, de 3 de janeiro de 1880 foram assim narrados os acontecimentos:

[Foram praticadas] indiscretíveis cenas de vandalismo, causando grande dano aos carros, animais e trilhos da Cia. de Carris Urbanos, apedrejando a força pública e fazendo grande algazarra. Esfaquearam animais, arrancaram trilhos e pedras do calçamento, tiraram bondes dos trilhos e quebraram diversos carros, deram tiros de revólver e espingarda, agrediram e abordaram condutores e cocheiro; assaltaram bondes ao saírem deles passageiros pacíficos.

Dadas as circunstâncias, a presença de forças públicas é intensificada nas ruas em direção aos focos de agitação. Sob o comando do Ten. Cel. Eneas Galvão rumaram para o Largo do São Francisco de Paula, o 1º Batalhão de Infantaria, acrescidos de 200 praças do 10º Batalhão de Infantaria, que iriam se juntar aos 200 praças do 7º Batalhão de Infantaria e 50 do 1º Regimento de Cavalaria, que aguardavam reforços para enfrentar os manifestantes no local.

A situação parecia delicada, pois, até aquele momento, os manifestantes já haviam fechado o quarteirão da Rua Uruguaiana – entre a Rua do Ouvidor e a Sete de Setembro - com 2 barricadas, bem como ocupavam outros logradouros próximos. Além disso, não se mostravam dispostos a abandonar a resistência montada no local, respondendo de forma negativa às tentativas de persuasão desempenhadas pelos oficiais presentes, mesmo após a ameaça do uso da força para reprimi-los. As ameaças parecem ter tido um efeito contrário daquele pensado pelos militares, pois, houve o aumento da tensão, traduzida em hostilidades em relação à força.

Terminado este primeiro ato, teve início o combate propriamente dito, opondo de um lado, os manifestantes armados de paralelepípedos, pedaços de madeira e trilhos arrancados

Patrocínio e Ferro Cardoso. RIBEIRO, Carlos Alberto Bulhões (1.º delegado). Relatório da 1.ª Delegacia de Polícia da Corte ao Chefe de Polícia da Corte, Eduardo Pindayba de Mattos. Rio de Janeiro, 1.º de janeiro de 1880, publicado no *Jornal do Comércio* de 3 de janeiro de 1880.

⁵⁰ Esta praça se encontrava no local onde é a atual Praça XV de Novembro.

do local, e, do outro, as forças do governo, compostas por soldados armados. De modo a tomar as barricadas, as forças foram divididas em duas frentes: uma, comandada pelo capitão do 10º Batalhão de Infantaria, Manoel Rodrigues Bragança, rumaria em direção à Rua Uruguaiana, e a outra, comandada por Eneas Galvão, marcharia sobre a Rua do Ouvidor. O objetivo era surpreender e atacar os manifestantes por duas frentes. A primeira barricada parece ter sido dominada sem grandes dificuldades pelas tropas, que ao avançarem em grande número forçaram os manifestantes a se retirarem para o segundo ponto de resistência. Parecia questão de tempo até a tomada do quarteirão da Uruguaiana.

No entanto, os manifestantes também contavam com um “az” em sua manga. Acima das cabeças dos soldados havia grupos entrincheirados nos sobrados nas proximidades da segunda barricada, de onde foram efetuados ataques contra as forças com grande quantidade de paralelepípedos, garrafas e tiros de revólver. Estes ataques, aliados aqueles desferidos pela barricada, conseguiram parar o avanço da força, obrigando-os a enfrentar dois pontos de ataque. Após um recuo momentâneo, o batalhão promoveu disparos contra os ditos sobrados, no intuito de criar uma brecha no “sistema” defensivo, até que chegassem reforços do segundo batalhão sob o comando de Manoel Bragança. Chegados os reforços e reduzida a resistência nos sobrados, os dois batalhões avançaram sobre o segundo foco de resistência, tendo sido tomado depois de algum tempo.

Após a conclusão desta operação, cada um dos dois pontos de resistência da Uruguaiana ficou com cerca de 150 praças, guardando-os contra possíveis tentativas de reconquista pelos “amotinados”. Com a chegada do 10º Batalhão que guarnecia a Rua Sete de Setembro, o Ten. Cel. Galvão deslocou o pelotão da segunda barricada em direção à primeira, reforçando-a com cerca de 300 soldados. Afinal, nas imediações das Ruas do Ouvidor e Rosário estavam se formando mais dois focos de resistência, com a criação de novas barricadas, formadas por bondes e alguns outros carros, além de diversos materiais na rua para guarnecê-los. A ação rápida das forças não permitiu, todavia, que estes fossem concluídos.

Momentaneamente terminados os conflitos da Rua Uruguaiana as tropas comandadas pelo Ten. Cel. Eneas Galvão rumaram para o Largo do São Francisco de Paula, que seria convertido em centro para operações posteriores, conforme recomendações do desembargador e chefe de polícia, Eduardo Pindayba de Mattos, para o policiamento geral da cidade.

Para além das imediações desta rua, onde se ergueram “barricadas formadas por bondes cheios de paralelepípedos e rodeados completamente dos mesmos”⁵¹, temos uma ampliação geográfica dos confrontos, ainda que em dimensões menores. Por exemplo, na Rua Larga de São Joaquim foi preso Veríssimo Francisco Vieira por tentar incendiar um bonde que estava virado. Para os lados da Rua Nova do Príncipe o guarda urbano Francisco Ferreira de Souza “caiu prostrado de cacetadas que lhe deram três indivíduos que, em seguida, foram presos”⁵². Segundo relatório de Galvão⁵³, a ordem só conseguiu ser restabelecida por volta das 11 horas da noite desta quinta-feira, ao custo de três mortos (2 estrangeiros e um nacional⁵⁴) e alguns feridos (2 soldados feridos a tiros de revólver, além de 3 oficiais e 4 praças que sofreram contusões e ferimentos por garrafas e paralelepípedos).

No dia seguinte a situação se manteve igualmente conturbada, com mais cenas de enfrentamento, se estendendo por outros espaços da cidade.

Na Rua Uruguaiana, por volta das 10 horas da manhã reapareceram grupos de pessoas, porém não houve depredações como no dia antecedente devido a presença de uma força do Exército, representada pelo 1.º Batalhão de Infantaria sob o comando de Eneas Galvão, que dispersou-os e auxiliou a polícia na prisão de alguns indivíduos.

Apesar desta presença ostensiva de forças do governo, concentradas no Largo do São Francisco e no quarteirão da Rua Uruguaiana (região de maior conflito no dia anterior), a população promoveu manifestações em outras regiões do centro da Corte e seus arrabaldes. Parece que, diante da presença de numerosas tropas nesse local – de onde partiam e chegavam praticamente todos os bondes da Corte -, a população preferiu fragmentar suas ações em espaços mais dispersos, que poderiam impedir uma ação mais efetiva das tropas e, por conseguinte, permitir mais espaço para a ação.

Na Rua princesa dos Cajueiros foram arrancados trilhos; Na Rua Conde D’Eu um bonde fora retirado, por um grupo, da linha do Catumbi para fora dos trilhos e colocado sobre a linha dos Carris Urbanos; as chaves da Rua Pau Ferro foram arrancadas; dum sobrado da Rua Escobar foram arremessados pedras e fundos de garrafas sobre os passageiros que

⁵¹ GALVÃO, Antônio Eneas Gustavo. “Relatório do Tenente Coronel Commandante ao Illm. E Exm. Sr. Conselheiro Tenente-General Visconde de Gávea”, publicado no *Jornal do Comércio* de 3 de janeiro de 1880.

⁵² Idem.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Sobre as 3 vítimas da Rua Uruguaiana, a *Gazeta da Noite* divulgou a identidade dos dois estrangeiros e do brasileiro que teriam sido mortos nos confrontos com a polícia, além indicarem o local em que teriam sido sepultados. Segue a notícia a este respeito, publicada na edição do dia 12 de janeiro de 1880:

"Soubemos que as três victimas da rua Uruguayana foram sepultados nos cemitério de S. Francisco Xavier, Carlos Minetti foi enterrado na sepultura n. 9005; Bernardo Foglebam, na sepultura n. 9008; e o pernambucano Faria de Andrade, na de 9007."

transitavam por ali; o tráfego da linha do Saco do Alferes foi interrompido por um tempo; nas imediações da Mariz e Barros foram atiradas pedras sobre os passageiros e foram colocadas grandes pedras sobre os trilhos; na Rua da Alfândega, alguns indivíduos⁵⁵ se apoderaram de uma lata de querosene do armazém n.º 85 da Rua dos Ourives e despejaram sobre a porta da casa de armamentos de *Laport & C.* lançando-lhe fogo; na Nova do Príncipe guardas urbanos foram agredidos por alguns indivíduos armados de *cacetes*, por tentarem prender uma pessoa que se encontrava bêbada num botequim situado no n.º 90 da dita rua, sendo esta mesma força novamente agredida nas imediações da Rua dos Andradas por outro grupo de pessoas; Na praia de Santa Luzia 300 indivíduos portugueses e italianos, provenientes das estalagens 26, 36 e 38 deste local, rolaram pedras sobre os trilhos e lançaram contra os bondes, ofendendo os respectivos passageiros e condutores, ameaçando arrancarem os trilhos se não cessasse o tráfego; nos arredores da Rua São Francisco Xavier fora arrancada a curva do Andaraí Grande e atirada para dentro do Palacete do Barão de Mesquita por um grupo de indivíduos identificados como “cocheiros e capineiros das imediações”⁵⁶.

Embora no dia 4 de janeiro ainda pudessem ser encontrados focos de distúrbios na Rua do Carmo, no Largo do São Francisco de Paula, na Rua Sete de Setembro e na Rua Barão do Bom Retiro, promovendo avarias em linhas de bondes e se confrontando com as autoridades, o relatório do chefe de polícia Eduardo P. de Mattos demonstra que os dias que se seguiram foram menos drásticos, não havendo grandes confrontos a exemplo do que tinha ocorrido anteriormente, já não havendo distúrbios no dia 6 de janeiro⁵⁷.

A situação havia se tornado tão extrema nestes dias que foi declarado uma espécie de “estado de sítio”⁵⁸, os ajuntamentos foram proibidos em ruas, praças e edifícios públicos, foi dada a permissão para atacar com tiros os manifestantes que oferecessem resistência, foram registrados numerosas prisões, os jornais de oposição foram ameaçados de serem fechados e seus funcionários de serem presos⁵⁹.

⁵⁵ “Jose Duarte Chausse e outros (...)”. Relatório de Eduardo Pindayba de Mattos, 3 de janeiro de 1880, publicado no *Jornal do Comércio* de 4 de janeiro de 1880.

⁵⁶ *Jornal do Comércio*, 4 de janeiro de 1880.

⁵⁷ Relatório do Chefe de Polícia da Corte, Eduardo Pindayba de Mattos ao Ministro da Justiça, Lafayette Rodrigues Pereira; Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1880, publicado no *Jornal do Comércio* de 8 de janeiro de 1880.

⁵⁸ *Jornal do Comércio*, 4 de janeiro de 1880.

⁵⁹ A situação se tornou tão extremada que pode-se crer que os dois principais jornais de oposição ao governo, a *Gazeta de Notícias* e a *Gazeta da Noite*, foram “empastelados”. Isto se confirma não só pelo silêncio que se deu da descrição dos acontecimentos dos dias de janeiro – não há edições – como pelas afirmações expressas na *G. da Noite*, que no dia 29 de dezembro afirmou que “todos os empregados de nossa folha estão ameaçados de prisão”. Quatorze dias depois, na edição do mesmo jornal, datada de 12 de janeiro de 1880, há a confirmação de que as ameaças ao jornal haviam sido cumpridas, na medida em que os funcionários haviam sido banidos do jornal a força pela polícia.

Os acontecimentos seguintes foram sintomáticos de que algo não iria muito bem. A suspensão da taxa* dos transportes e a posterior queda do gabinete liberal que a propôs, dois meses depois das jornadas de janeiro, podem indicar alguns caminhos a serem seguidos pela presente análise.

A situação mais interessante demonstrada pelos acontecimentos relatados talvez seja a da possibilidade de serem observadas as posições de setores sociais distintos dentro de um mesmo processo histórico. E, mais do que simplesmente observá-las, tais posições assumidas podem indicar interesses sociais que se tornam característicos no decorrer do processo, auxiliando não apenas a identificação de seus protagonistas, mas também a identificação de expectativas manifestadas. Estes dois elementos contribuiriam, da mesma forma, para uma significativa compreensão dos sentidos assumidos por tais acontecimentos nas mentes daqueles que se viram ou não envolvidos diretamente com estes episódios da história desta cidade.

Seja pela ação direta da multidão que combateu as forças governamentais, seja nos ataques (e defesas) exercidos por uma elite dividida na busca de perpetuação no poder, e, acima de tudo, as perspectivas dos (possíveis) diálogos estabelecidos por estes setores no decorrer dos acontecimentos, acabam por ampliar os horizontes desta análise para além da busca por explicações restritas ao motim. Afinal, acredita-se que este último seja um elemento, dentro outros, de um processo histórico mais amplo e complexo, que estaria se desenhando no Rio de Janeiro do período.

É no instante de aparente *clímax* que esta história será interrompida. Uma pausa branda, embora pouco sutil, na qual o autor toma fôlego enquanto mexe com a imaginação do leitor que vem acompanhando os passos desta jornada. Sem pressa, deve ser assinalado que daqui em diante será feito um caminho retrocesso para que possam ser percebidos com maior clareza que aspectos estariam presentes em meio a estes acontecimentos. Aspectos que teriam escapado à descrição do autor, mas que não teriam faltado às dimensões dos protagonistas desta história, pois, são eles que dão sentido a este processo, e, por isso, é preciso observá-los

* Nota sobre os termos “taxa” e “imposto”: Estes dois termos aparecerão diversas vezes no presente trabalho referindo-se à tarifa de 20 réis sobre transportes públicos da cidade do Rio de Janeiro, cobrada pelas empresas de bondes, trens e barcas a partir do dia 1º de janeiro de 1880. Embora os termos mencionados acima possam não apresentar a mesma acepção, para os agentes envolvidos nos debates sobre o tema eles assumem significados bem similares, sendo, por este motivo, preservados no texto deste trabalho como relacionados ao mesmo elemento de cobrança, isto é, o de um vintém ou “vinte réis por passageiros”. Todavia, vale a nota de que o nome utilizado no texto da **Lei nº 2.940 de 31 de outubro de 1879**, que deu origem a referida contribuição, em seu Art. 18, nº 11, 2º é o de “taxa”. Ainda sobre esse termo, o dicionário **Houaiss**, 2006, explica que a palavra pode significar “preço cobrado ao usuário pela prestação de algum serviço”, possuindo, por derivação, os seguintes sinônimos: *contribuição, encargo, imposto, tarifa, tributo*.

com mais cautela. Afinal, é na encruzilhada de seus dramas e expectativas, daquilo que nos relegaram, ainda que de forma involuntária, que podem ser coletados elementos para contar esta história.

CAPÍTULO 1

A (s) Corte (s) em 1870-1880: Aspectos de uma cidade em mudança

Um panorama geral da Corte na segunda metade do século XIX.

A segunda metade do século XIX se apresenta como um tempo de mudanças significativas na capital imperial. As transformações pelas quais passou a antiga cidade colonial tornaram-se substanciais a partir da década de 1850, momento em que são observadas modificações econômicas, sociais, políticas e infra-estruturais nesta cidade⁶⁰.

O Rio de Janeiro apresentou no alvorecer da década de 1850 e nas demais décadas subseqüentes uma série de modificações em sua fisionomia. Além de ser a capital do país, situação apresentada desde a independência política do país, em 1822, a cidade tornou-se também o “centro nervoso” financeiro e comercial do Império.

O fluxo de capital gerado pela reordenação das aplicações financeiras de comerciantes envolvidos com o trato de escravos, após a extinção do tráfico em 1850, deu outro rumo às atividades comerciais na cidade⁶¹. Embora a extinção legal – decorrente, em parte, de pressões externas – não tenha interrompido por completo o fluxo de comércio de cativos, é notável a tendência empresarial observada nesta praça no decorrer das décadas de 1850 e 1860.

Fato disso é que, no período dos dez anos seguintes à extinção do tráfico, um grande fluxo de investimentos empresariais é observado: são estabelecidas 62 companhias industriais, 23 companhias de seguros, 20 companhias de navegação a vapor, 14 bancos, 8 companhias de

⁶⁰ Não devem ser ignoradas aqui as mudanças pelas quais passou a cidade no momento da chegada da família real portuguesa que promoveram uma série de modificações na cidade, tanto do ponto de vista administrativo e político, quanto do ponto de vista arquitetônico. Para citar alguns exemplos, temos a instauração da Intendência Geral de Polícia, a elevação a categoria de Capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a construção da Biblioteca Real, a construção dos Arcos da Lapa, entre outros. Para uma análise mais específica sobre a chegada da família real e seus desdobramentos sobre a política na América Portuguesa, ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da Metrópole (1808-1853)*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 160-184.

⁶¹ Vale ressaltar que o tráfico de escravos era um dos empreendimentos mais rentáveis do país, pois ele envolvia tanto o transporte e comércio de numerosos africanos, quanto à movimentação da economia local, em que uma série de produtos tanto os tradicionais brasileiros (como fumo, cachaça, rapé) quanto manufaturados europeus eram utilizados para a obtenção de cativos na costa da África.

mineração, 8 estradas de ferro, 4 companhias de colonização, 3 caixas econômicas, 3 companhias de transporte e 2 companhias de gás.⁶²

Desta forma, com o aumento da oferta de capital circulante – provenientes, inclusive, de investidores estrangeiros - há a aplicação de recursos nos mais diversos setores da cidade, representando um processo de rápida “modernização” comercial e financeira.

Aspectos mais claros desta modernização podem ser percebidos pelas inovações aplicadas à infra-estrutura da cidade. Áreas como a dos transportes, das comunicações, do saneamento, da iluminação pública, constituíram áreas que fizeram parte destes processos de modificação pelo qual passou a capital do Império.

Para citar alguns exemplos mais específicos, são datadas deste período inovações como: a construção das primeiras linhas de bondes puxados a burro⁶³, a inauguração da primeira estrada de ferro do Brasil, a implantação do sistema telegráfico, as inovações dos sistemas de iluminação pública⁶⁴, as obras para estabelecimentos de rede de esgotos⁶⁵, a construção de um novo sistema de abastecimento de água, a instalação da rede de telefones e a eletrificação dos bondes⁶⁶.

Este conjunto variado de inovações ocorreu num espaço relativamente curto, ou seja, nos últimos 30 anos do regime imperial, ocasionando uma modificação expressiva dos espaços urbanos da cidade, contribuindo, inclusive, para a modificação do ritmo e da ocupação espacial da cidade.

No entanto, comparando-se estas inovações a certos aspectos de ordem mais geral apresentados pela cidade no mesmo período, sobretudo pelo seu núcleo central⁶⁷, pode ser notado um panorama nada animador, marcado por disparidades socioeconômicas bem amplas.

⁶² SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D`África, o príncipe do povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.** São Paulo, Cia das Letras: 2001, p. 73-4.

⁶³ A primeira concessão para o estabelecimento de serviços de carris no Rio de Janeiro (e também o primeiro do Brasil) foi dada à empresa Botanical Garden Rail Road, tendo à sua frente o engenheiro estadunidense Charles B. Greenough. As obras foram iniciadas em julho de 1868 e cerca de três meses depois já estavam em circulação os veículos da primeira linha de bondes da cidade, que ia da Rua Gonçalves Dias ao Largo do Machado. SANTOS, Noronha. **Meios de transporte no Rio de Janeiro: história e legislação.** 2. ed. Rio de Janeiro, SMC/DGDI: 1996. p. 193 e 195.

⁶⁴ A iluminação pública no perímetro urbano sofre modificações em 1854, quando os lampiões à base de óleo de peixe foram substituídos por modernos sistemas de iluminação a gás.

⁶⁵ A instalação da primeira rede de esgotos da capital foi iniciada em 1866 (?) e a rede de abastecimento de água somente em 1880. PIMENTEL, Apud VAZ, Lilian Fessler. **Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado, PUR/UFRJ, 1985, p. 44.

⁶⁶ O primeiro sistema de bondes elétricos começou a trafegar pelas ruas da cidade em 1892, já no período republicano. RODRIGUEZ, Hélio Suêvo. **A formação da estrada de ferro do Rio de Janeiro. O resgate de sua memória.** Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2004, p.152.

⁶⁷ O núcleo central referido aqui, diz respeito às freguesias centrais do município da Corte que eram: Candelária, Sacramento, São José e Santa Rita, sendo complementado pelas freguesias de Santo Antônio e Santana, além da Glória e Espírito Santo, que formavam uma espécie de cerco entorno das demais. No entanto, no tocante as

O processo de crescimento de atividades comerciais, manufatureiras e de transportes, trouxe consigo um quadro de agravamento das condições de vida na cidade. Afinal, se por um lado, a transformação do Rio em um grande centro exportador/importador, com alguns núcleos de produção manufatureira e fabril significou um processo de intensificação das relações econômicas de mercado, marcadas por uma diversificação na aplicação do capital, por outro lado, o mesmo “desenvolvimento” não pôde ser observado em relação às condições de vida e trabalho das pessoas que habitavam a Corte.⁶⁸

Estas disparidades podem ser observadas em aspectos como: ocupação espacial, oferta de serviços, nível de renda *per capita*, mercado de trabalho, custo de vida etc. Este conjunto de elementos forma um verdadeiro “mosaico” de circunstâncias que dão cor e tom a esta cidade em seus diversos espaços de convívio.

Somados a este conjunto de aspectos parcialmente citados, tem-se o efeito de um outro processo correlato, de grande importância para a compreensão de certas modificações operadas na Corte neste período: a ampliação da população da cidade.

Num período de tempo relativamente curto, há um aumento significativo da população das freguesias urbanas do município da Corte, se comparados os números totais de habitantes entre os períodos de 1849 e 1890. De uma população de cerca de 205 mil pessoas em 1849, ela dobra de tamanho em cerca de quarenta anos, chegando a mais de 500 mil pessoas em 1890.

Este aumento populacional vai ser observado com um ritmo crescente nas demais décadas, fazendo com que a capital do Império e, posteriormente, da República, continuasse a ser, pelo menos por um bom tempo, o maior centro populacional do Brasil⁶⁹. No entanto, este “título” trouxe consigo graves conseqüências para seus habitantes.

Os efeitos de uma situação de crescimento populacional acelerado sobre as já precárias condições de infra-estrutura da cidade - que embora apresentasse modernizações de alguma

inovações sugeridas, deve ser observado que estas não se deram de forma equivalente em todas as freguesias, dado confirmado pela concentração de vários investimentos (sobretudo de serviços e negócios) na região da freguesia da Candelária. No decorrer desta análise, será observado que os processos distintos de utilização e investimentos destes espaços iriam levar a uma conceituação distinta de “núcleo central”.

⁶⁸ LOBO, Maria Eulália L. **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital comercial e financeiro**. V.1, Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, p.156.

⁶⁹ Estes dados serão trabalhados mais adiante. Contudo, para efeitos de ilustração, a população da cidade do Rio de Janeiro mais que dobrou entre 1870 e 1890, chegando à marca de aproximadamente 522.651 habitantes. Um número expressivo, se comparado aos dados obtidos na década de 1870, que apresentavam o número aproximado de 235.381 habitantes. Segundo o censo de 1907, esta mesma população era estimada em 800 mil habitantes em 1906. BRASIL. **Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal) realizado em 20 de Setembro de 1906**. Rio de Janeiro, Oficina de Estatísticas, 1907.

ordem, não conseguiu corresponder satisfatoriamente a uma demanda crescente por serviços básicos – foi a de piora geral das condições de vida da população, sobretudo a mais pobre.

Aliado a este crescimento demográfico acentuado, temos a ocorrência de um aumento no custo de vida, sobretudo nas duas últimas décadas do Império, acompanhado pelas precárias condições em que se encontrava grande parte da população, “amontoadas” em habitações coletivas insalubres e sujeitas a taxas de impostos que tornavam difíceis as condições sobrevivência da maioria trabalhadora e desempregada da cidade⁷⁰.

A elevação dos impostos e a redução dos postos de trabalho na cidade - dois pontos críticos das décadas de 1870 e 1880 - foram acompanhadas pela alta nos preços dos alimentos e dos aluguéis - explicados, em parte, pelas posturas especulativas de comerciantes e proprietários de imóveis e pela alta dos impostos incidindo sobre as importações de gêneros de primeira necessidade⁷¹. O conjunto de fatores citados incidia diretamente sobre o custo de vida dos habitantes em geral, tornando difíceis as condições de vida dos habitantes pobres, em particular.

Esta elevação da carga tributária pode ser explicada, em parte, pela crise financeira enfrentada pelo governo imperial entre os anos de 1870 e 1880, tendo como pivôs os esforços de guerra contra Solano Lopes, os comprometimentos com obras de infra-estrutura, o combate à seca na região Nordeste e, principalmente, a redução do valor das exportações brasileiras.

Em meio a este quadro de profundas dificuldades, as informações demográficas trazem consigo outros dados importantes. Entre as décadas de 1840 e 1870 ocorrem mudanças significativas no estatuto jurídico da população, que na década de 1870 apresentou um amplo predomínio de pessoas “livres” sobre as “escravas”, contrastando com os dados apresentados até meados da década de 1850, em que havia um equilíbrio relativo entre as duas “categorias”.

Observados comparativamente os números de 1849 e os de 1874, nota-se que há um declínio da população escrava de aproximadamente 21,25% sobre o total de habitantes⁷²,

⁷⁰ Conforme será visto no decorrer deste capítulo os impactos ocasionados por um crescimento acelerado da população, aliado à sua concentração na região central, não fora contrabalançado por melhorias estruturais nas condições habitacionais na segunda metade do século XIX. Este fato gerou, em conjunto com outras dificuldades, sérias conseqüências para a população da cidade como a piora nas condições de vida, sobretudo dos mais pobres.

⁷¹ As décadas de 1870-1880 são críticas do ponto de vista alimentar, pois apresentam não só um déficit no fornecimento de alimentos (em contrapartida a uma população em crescimento), mas também uma elevação geral dos preços, inclusive da base alimentar das camadas mais pobres da população. No entanto, este quadro de dificuldades no setor alimentício não é um fenômeno exclusivo daquelas décadas, pois os índices de aumento já são observáveis nos anos de 1850. Estes aspectos serão analisados de forma mais detalhada no decorrer do trabalho.

⁷² Dados de SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, o príncipe do povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.** São Paulo, Cia das Letras: 2001, p. 75. Dados deste tipo serão trabalhados com mais detalhes no decorrer do presente trabalho.

ocasionando uma mudança jurídica global da população. Estes dados foram conseguidos através da realização de recenseamentos populacionais em momentos históricos distintos da cidade, englobando tanto o contexto anterior à proibição do tráfico (ocorrido em 1850) quanto ao período posterior a esta proibição.

A redução do comércio atlântico de escravos – pois, mesmo que proibido, não cessou suas atividades – aliada aos processos de aumento do número de alforrias na Corte, a intensificação da imigração européia, sobretudo portuguesa, nos anos que se seguiram aos dados da década de 1850, além da permanência de ex-escravos na cidade, contribuíram para este fenômeno demográfico. No entanto, não é esta a questão principal a ser tratada. Afinal, estes dados servem aqui para subsidiar a análise dos possíveis impactos políticos, econômicos e sociais que este “desequilíbrio” comparativo pode ter ocasionado na Corte, de um modo geral, e, especificamente, nos setores sociais que a compunham.

Várias questões podem ser abertas pela perspectiva de interpretar estas correlações entre um fenômeno histórico e os processos a ele relacionados. Estreitando um pouco as coisas, e ligando o fio condutor aos setores privilegiados da cidade, pode-se interrogar as formas com as quais estes setores teriam recebido estes dados, ou melhor, teriam percebido esta mudança do estatuto jurídico da população

De forma mais direta, a proposta seria a de analisar a hipótese de que esta mudança no panorama populacional possa ter gerado manifestações específicas dos setores de elite e que estas manifestações podem ser notadas através da observação dos mecanismos específicos que estes mesmos setores possuíam para se manifestar politicamente.

Esta é uma proposta tentadora. Afinal, se levarmos em consideração alguns aspectos que cercam os setores de elite da Corte, como, por exemplo, seu envolvimento com o poder central, tem-se em mente que a análise da leitura destes setores possam ser adquirida de posturas assumidas, seja mediante discursos em praça pública, seja através da defesa e aprovação de reformas legais.

Mudando o foco, mas mantendo a perspectiva, pode-se sugerir, da mesma forma, que as posturas assumidas pelos setores populares diante das circunstâncias críticas na Corte nos anos de 1870-80 possam (e devam) ser buscadas na análise dos processos que levaram à ação direta da multidão nos primeiros dias de janeiro de 1880. Não só pelo fato de se tratar da ação direta desta população que está se tentando mapear, mas também pelo fato de busca-se enxergar em suas atitudes formas específicas de agir e pensar politicamente.

Acredita-se que se trate de uma questão de ótica de análise: a interrogação destes setores, ambos envolvidos no chamado motim do vintém, em situações específicas sugeridas

aqui, e a interconexão entre estas situações podem dar algumas pistas dos caminhos que deverão ser seguidos por esta análise, sobretudo na busca dos significados do evento analisado. Mas isto vai ficar para os próximos tópicos.

A (s) Corte (s): uma sociedade multifacetada.

Em seus diversos aspectos, a cidade do Rio de Janeiro nessa segunda metade do século XIX era um espaço múltiplo por excelência. Tal multiplicidade era expressa pela grande variedade de elementos sociais e culturais que se relacionavam em seus diversos ambientes de convívio. Ambientes estes que, em seu conjunto, tornavam esta cidade uma verdadeira “colcha de retalhos”.

Devido a esta diversidade, a abordagem que será construída aqui vai levar em consideração os aspectos constitutivos dessa cidade de dimensões amplas e variadas, tanto em termos quantitativos, quanto em termos qualitativos.

Nestes termos, a preocupação em demonstrar que cidade era essa, passa pelo esforço em tentar desvendar quem fazia parte dela, que pessoas compunham este contingente de milhares que trabalhavam e viviam neste centro urbano em expansão. E este será o desafio deste subtítulo.

O Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX era uma cidade em franca expansão. Enquanto a economia parecia se tornar um espaço de expansão dos investimentos, com novos negócios sendo abertos e capitais provenientes do tráfico de escravos sendo investidos em outros ramos econômicos da cidade, um outro aspecto chama a atenção neste momento.

A população da cidade, conforme observado por autores que analisaram a evolução de seu crescimento populacional, aumentou substancialmente nas décadas posteriores a 1850. Este aumento gerou, entre outras circunstâncias, o agravamento das condições de vida e trabalho, mudanças na composição étnica da população, além de influir no desequilíbrio entre pessoas livres e escravas.

No entanto, mesmo os dados estatísticos apresentados devem ser utilizados com ressalvas, sobretudo se forem comparados entre si. Os censos de 1870, 1872 e 1890, por exemplo, utilizavam bases de pesquisa variadas: Os censos de 1870 e 1890 contavam somente

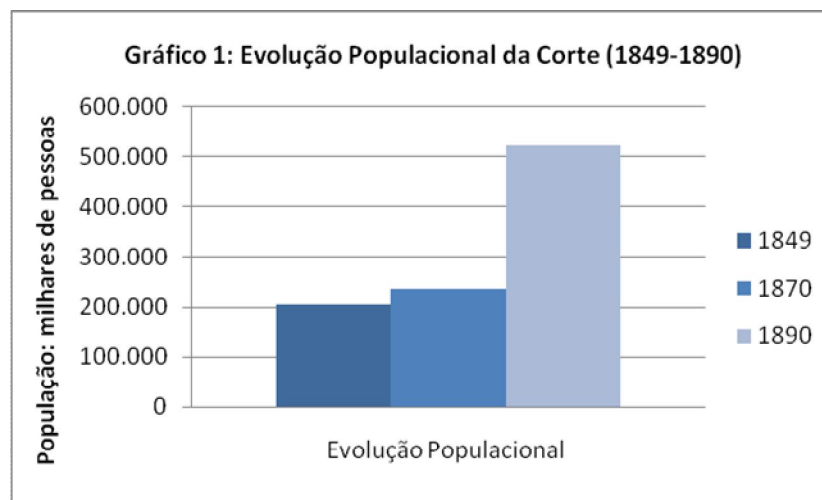
as pessoas presentes por ocasião da pesquisa, enquanto o de 1872 incluía em algumas tabelas indivíduos que não estavam presentes, mas que sustentavam residências na Corte⁷³.

Vendo os dados populacionais organizados em uma tabela abaixo, fica mais fácil a ilustração dos fenômenos demográficos experimentados pela Corte na segunda metade do século XIX. Estes dados podem nos dar algumas pistas referentes à população que vão além da simples constatação de sua evolução.

Tabela 1: Evolução Populacional da Corte (1849-1890)⁷⁴

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	AUMENTO %
1849	205.906	-
1870	235.381	14,31
1890	522.651	122,04

Relacionando estes dados graficamente, pode se observar que a evolução da população (em milhares de pessoas) demonstra uma escala de crescimento desigual entre os dois períodos de duas décadas.



As informações apresentadas no “gráfico 1” não deixam dúvidas de que há um crescimento desigual nos períodos compreendidos entre 1849-1870 e 1870-1890. Embora possa ser percebida a permanência de uma tendência de crescimento entre estes dois “blocos”

⁷³ BERGSTRESSER, Rebecca Baird. **O movimento pela abolição da escravidão no Rio de Janeiro, 1880-1889**. Tese de Doutorado, Universidade de Stanford, 1987, p. 21-22. Apesar de dificultar um inquérito mais preciso sobre aspectos quantitativos e qualitativos, estes censos são uma fonte de informações inestimáveis para a proposta de tentar traçar um panorama (aproximado) das pessoas que viviam na Corte entre os anos de 1870 e 1880. Para isso, vão ser utilizados materiais complementares em que tenham sido tratados temas e dados similares aos da presente análise, buscando, assim, tratar os dados de forma mais didática possível.

⁷⁴ Baseado nos dados do recenseamento de 1906. BRASIL. **Recenseamento de 1906**, p. 13-14.

- que tem como marco referencial de divisão a década de 1870 -, podemos notar que este crescimento é numericamente desigual, já que, se no primeiro “bloco” (1849-70) há um aumento de 29.475 pessoas, a mesma ordem não é observada no “bloco 2” (1870-90), onde é identificado um crescimento de 287.270 pessoas. O que leva a uma conclusão espantosa de que a população da Corte cresce acima do dobro em vinte anos.

Aprofundando um pouco mais a análise, pode ser observado que, em termos percentuais, enquanto os dados entre os anos 1849 e 1870 demonstram um aumento relativo da ordem de 14,31%, os compreendidos no período de 1870 a 1890 apresentam um acréscimo de 122%.

Estas elevadas taxas de crescimento demográfico estão ligadas, principalmente, aos fluxos de migração interna e externa, representados pela chegada de pessoas de outras províncias do Império ou por pessoas de fora do Brasil, à permanência de libertos na cidade e as taxas de natalidade⁷⁵.

Conforme os dados do recenseamento de 1906, a população de imigrantes estrangeiros da cidade aumentou substancialmente nas décadas posteriores a 1870:

Tabela 2: População de imigrantes estrangeiros (1870-1890)⁷⁶

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	ESTRANGEIROS	%
1870	235.381	78.676	33,43
1890	522.651	124.352	23,79

Conforme pode ser notado pelos dados acima, embora o número de migrantes estrangeiros tenha aumentado em números absolutos entre 1870 e 1890, em números relativos, sua participação (sobre o total da população) reduziu em aproximadamente 10% no mesmo período⁷⁷. Estes dados são significativos, se for levado em conta que a população total da Corte aumentou nestas duas décadas 122,04% (ver TABELA 1).

⁷⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe. Proletários e escravos. Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850 -1872. **Novos Estudos Cebrap**, Rio de Janeiro, n.21, 1988, p. 42-44.

⁷⁶ **Recenseamento de 1906**, p. 116-118 e 120.

⁷⁷ Estes dados indicam um contraste, pois a população estrangeira da Corte após 1890 cresceu mais rapidamente que a brasileira, fruto de uma ampliação do fluxo migratório no período. Outro ponto importante é o de que apesar da população estrangeira ter reduzido sua participação percentual sobre o conjunto da população entre 1870 e 1890 (conforme os dados do censo), isto não se deveu a uma redução acentuada no processo de chegada de estrangeiros à cidade, mas sim a uma participação acentuada de pessoas provenientes de outras regiões do país. Este último fato é observado por SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, o príncipe do povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor**. São Paulo, Cia das Letras: 2001, p. 116-118.

Embora esta participação tenha declinado, os estrangeiros, em conjunto com a população proveniente de outras províncias, representavam cerca de metade da população da Corte em 1890. O que leva a uma cifra espantosa de aproximadamente 261.325 pessoas.

Observando a tabela sobre a divisão dos migrantes por origem, pode-se notar de forma mais específica os dados que estão sendo tratados:

Tabela 3: Estimativa da participação de populações de fora do município da Corte⁷⁸

ANO / %	POPULAÇÃO TOTAL	ESTRANGEIROS	BRASILEIROS (de fora da Corte)
1890	522.651	124.352	136.973
%	100	23,79	26,21

Os dados indicam uma divisão dos habitantes de acordo com sua origem geográfica, materializada em uma separação populacional de habitantes “naturais” e “exteriores” à cidade. Este fato demonstra também que o crescimento “natural” da Corte não chega a ser a única causa responsável por estas cifras de avanço demográfico, ao menos em termos absolutos, fato comprovado pelos elevados registros de pessoas provenientes de outras localidades⁷⁹.

Dada à proposta deste trabalho, a busca por uma caracterização mais específica destas pessoas requer que seja traçada uma análise mais detalhada dos dados apresentados. Saber a origem dos migrantes (brasileiros e estrangeiros) é um passo importante neste sentido.

Segundo dados apresentados por trabalhos sobre o assunto, há uma indicação de que as principais províncias responsáveis pela migração interna rumo a Corte eram as do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e São Paulo. Estas correntes migratórias eram formadas por “homens livres de cor, libertos e, mesmo antes de 1888, escravos fugidos”⁸⁰.

Sobre estas pessoas, os dados de 1872 e 1890 parecem indicar um quadro de decréscimo na participação do total de habitantes. As informações sobre as pessoas “de cor” indicam que de 44,79% em 1872, passaram para 37,20% do total de habitantes, em 1890. Entre estes números, tem-se a redução do número de “pretos” de 24,13% em 1872 para 12,34

⁷⁸ Idem, ibidem.

⁷⁹ Segundo Luiz Felipe Alencastro, um número acima de 200 mil portugueses chegaram ao Rio entre os anos de 1844 e 1878. Os números sobre os estrangeiros seriam bem mais elevados se fossem complementados pelos demais imigrantes (italianos e espanhóis, por exemplo). No entanto, é importante chamar a atenção para o fato de que, durante todo o século XIX, a população migrante livre foi predominantemente portuguesa. Para mais detalhes, ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe. Proletários e escravos. Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850 -1872. *Novos Estudos Cebrap*, Rio de Janeiro, n.21, 1988, p. 52-54.

⁸⁰ SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, o príncipe do povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.** São Paulo, Cia das Letras: 2001, p. 77.

em 1890, e um aumento da população “parda” ou “misturada” de 20,66% para 24,94% no mesmo período.⁸¹

E embora os dados referentes à “cor” da população não sejam muito confiáveis, é interessante que levemos em consideração que, em termos relativos, o número maior de brancos (62,7% da população em 1890⁸²) seja uma consequência do processo de migração européia e dos processos de transferência para outras regiões ou da morte de escravos.

Em sentido contrário a este processo de aumento do número de habitantes da Corte, o número da participação da população escrava nestes números era cada vez menor. Desde a década de 1850 há registros de que a população escrava caminhava num processo contínuo de redução numérica. Seguem os dados a este respeito:

Tabela 4: População escrava da Corte (1849-1885)

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL ⁸³	POPULAÇÃO ESCRAVA ⁸⁴	%	REDUÇÃO %
1849	205.906	78.855	38,30	-
1874	276.095	47.084	17,05	21,25
1884	411.412	32.103	7,80	9,25
1885	428.152	29.909	6,99	0,81

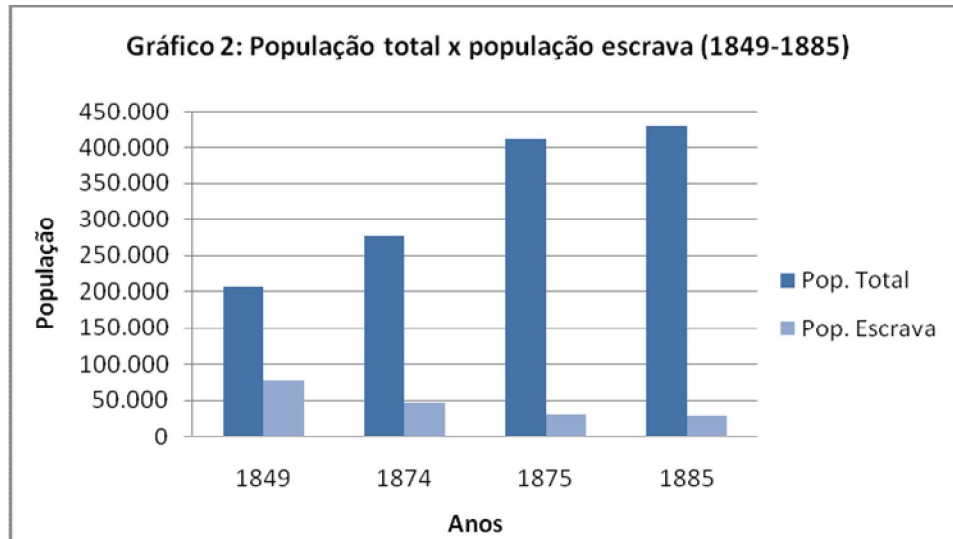
Conforme pode ser observado pelos dados da TABELA 4, há um processo de redução da população escrava na Corte. Esta tendência demonstra ser contínua, pois, conforme avançavam as décadas, tal processo modificava as características demográficas da população desta cidade: de aproximadamente 38,3% da população total, na metade do século XIX, os escravos representam, em 1885, apenas cerca de 7%.

⁸¹ Estes números devem ser vistos com cautela, pois não há critérios muito claros na definição de “cor” para base de elaboração dos cálculos. Isto talvez se deva, conforme sugere Silva (Op. Cit., p. 77-8) a dois fatores: em primeiro lugar, pela especificidade da caracterização racial brasileira, “reconhecidamente *multi-* e não *birracial*, permitindo um leque razoável de nuances entre negros e brancos”; e, em segundo lugar, a emergência das primeiras formulações das “ideologias de branqueamento”, que surgiram por essa época, servindo, “até certo ponto como corolário do próprio sistema de classificação.” Conforme ressalta no mesmo trabalho, o próprio censo de 1906 ao apresentar a supressão da categoria “cor”, estaria demonstrando um sinal da influência destas ideologias sobre os levantamentos estatísticos. Assim, há questões transversais que influem diretamente nos resultados dos censos, dificultando conclusões mais precisas.

⁸² Idem, *ibidem*.

⁸³ As estimativas, bem como os padrões seguidos para chegar às mesmas, estão expostos no ANEXO A - tabela 15. Ver também as observações referentes à última.

⁸⁴ Estimativas apresentadas por SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, o príncipe do povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.** São Paulo, Cia das Letras: 2001, p. 77.



Observando os dados expostos no “gráfico 2” pode ser constatado com mais facilidade que, em termos comparativos, há uma proporção inversa entre os dados do crescimento populacional e da participação escrava nestes números: o aumento da população total é acompanhado por níveis cada vez menores de escravos.

Comparando os dados apresentados pelos percentuais de crescimento⁸⁵ aos dados da TABELA 4, nota-se que, ainda que de forma aproximada, enquanto a população total cresceu 107,94% entre 1849 e 1885⁸⁶, a população escrava, no mesmo período, reduziu em aproximadamente 62,07%.

Este processo de redução da população escrava na Corte a partir de 1850 deveu-se a fatores como o registro de altas taxas de mortalidade, sobretudo nos anos iniciais da década de 1850, o aumento do preço dos escravos devido à proibição do tráfico negreiro e à crescente demanda de braços nas fazendas de café que teriam levado muitos senhores a alugar ou vender seus negros para as áreas rurais e, por fim, um aumento significativo do número de alforrias, sobretudo na década de 1860. Segundo os dados levantados por Mary Karasch, esta década foi marcada por um número de 13.246 liberdades de escravos registradas na Corte, em uma média de 1300 manumissões anuais.⁸⁷

O tráfico *interprovincial* de escravos - alternativa encontrada pelas regiões produtoras de café para suprir suas necessidades crescentes de mão-de-obra, dificultadas pela proibição do tráfico atlântico – foi freqüente até meados de 1888⁸⁸, data da abolição da escravidão. Este

⁸⁵ Ver tabela 15, no ANEXO A.

⁸⁶ Ver Gráficos 5 e 6 no ANEXO A.

⁸⁷ KARASCH, Apud CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 199.

⁸⁸ Vale ressaltar que a lei 3.270 de 28 de setembro de 1885, também conhecida por “lei do Sexagenário” ou “Saraiva – Cotegibe”, em seu Art. 3º, §19, limitava a transferência do domicílio do escravo para outras

comércio interno foi responsável pelo deslocamento de numerosas populações escravas de diversas regiões, inclusive da Corte, convergidas para as lavouras de café, que tinham como estímulo a mais o aumento do valor do escravo no mercado interno.⁸⁹

Talvez as múltiplas situações abertas pelo tráfico interno possam ter motivado o aumento da busca por alforrias nas décadas pós-1850. Os significados múltiplos da liberdade podem ser vistos não só no fato de se estar juridicamente subordinado a outrem, mas no próprio direito de ir e vir, de poder fazer suas escolhas, e de julgar o que seria mais vantajoso dentro destas circunstâncias de deslocamento forçado. Estas circunstâncias geraram, muitas das vezes, antagonismos entre os escravos e seus senhores, seja na resistência em migrar para regiões de lavoura, seja pela fuga destas regiões rumo a Corte⁹⁰.

Observadas as questões entorno das quais estavam envolvidos o decréscimo do número de escravos, cabe uma pergunta para dar seqüência a análise da população do Rio de Janeiro: que circunstâncias explicariam este grande fluxo de imigrantes, sobretudo portugueses, chegando nesta cidade no período posterior a 1850?

A tendência de aumento da imigração, sobretudo portuguesa, segundo o historiador Luiz Felipe de Alencastro, se deveu a três fatores principais: Em primeiro lugar, ao contexto socioeconômico de Portugal, sobretudo na região norte, e das ilhas atlânticas, em segundo lugar, à demanda de mão-de-obra no Brasil e, acima de tudo, a reordenação de capitais e

províncias, só sendo permitida em casos específicos. Segundo o texto da lei, “a mudança importará aquisição da liberdade, exceto nos seguintes casos: 1) transferência do escravo de um para outro estabelecimento do mesmo senhor; 2) Se o escravo tiver sido obtido por herança ou por adjudicação forçada em outra província; 3) Mudança de domicílio do senhor; 4) Evasão do escravo.” Nestes termos, a lei parece contemplar a tráfico interprovincial de escravos, que tinha como uma de suas características a transferência decorrente da venda do cativo.

⁸⁹ Com a abolição do comércio atlântico de cativos, em 1850, a “nova costa d’África” para as regiões da cafeicultura será o país inteiro, de norte à sul, mas particularmente o Nordeste devido ao franco processo de crise enfrentados pelas suas lavouras entre 1870 e 1880, momento em que observa-se um processo expansão das zonas cafeeiras na região Sudeste. Para mais detalhes, ver: CONRAD, Robert E. **Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁹⁰ Situações como essas foram observadas pelo historiador Flávio Gomes, ao analisar situações de protesto e “resistência” escrava na Corte na segunda metade do século XIX. Ao analisar dois casos específicos de rebelião escrava nesta cidade - um de uma fábrica de velas e sabão, em 1854, e outro de um trapiche de café, em 1858 - relacionados à venda de escravos para fora da Corte, Gomes observa que “aqueles escravos pareciam ter a completa consciência de sua situação” e tratavam de “defender – mesmo que fosse no braço – os significados que entendiam por *liberdade* e *escravidão*. Escolher como, onde e a quem servir, certamente era um desses significados.” Assim, em eminência das mudanças operadas a partir de 1850, os escravos estariam tentando estratégias de se manter na Corte, evitando não só “ficar longe da dureza do trabalho diário nos cafezais, mas fundamentalmente manter [em] espaços urbanos, arranjos e laços sociais antigos.” GOMES, Flávio. História, protesto e cultura política no Brasil escravista In: **Escravidão: officios e liberdade**. Rio de Janeiro: APERJ, 1998. p. 65-97. Ver especificamente as páginas 66 a 71.

equipamentos outrora utilizados no lucrativo comércio de escravos africanos, para o transporte de “escravos brancos”.⁹¹

Na tabela abaixo, podemos notar com maior clareza, a origem destes imigrantes que chegavam ao Rio de Janeiro no decorrer do século XIX.

Tabela 5: Migração portuguesa para o Brasil (século XIX)⁹²

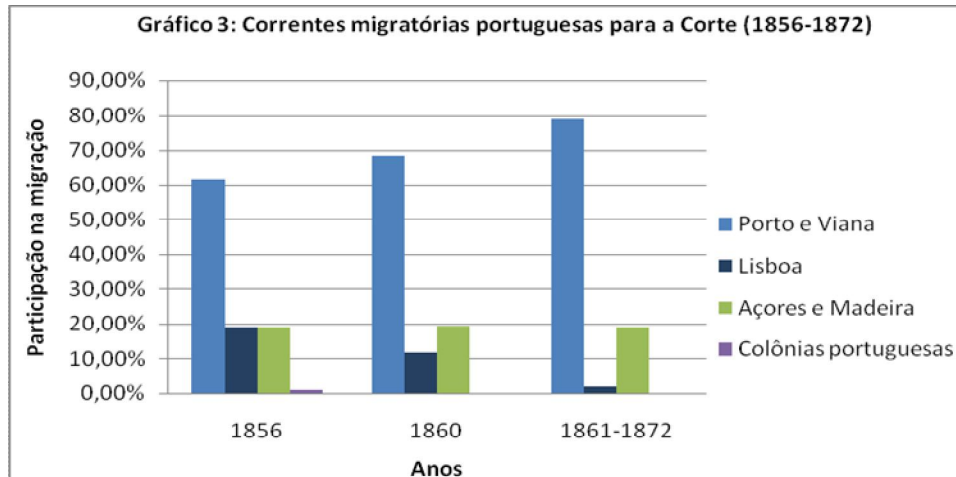
REGIÕES	ANOS					
	1838	1844	1846-63	1856	1860	1861-72
Porto e Viana	46,20%	48,60%	57,50%	61,40%	68,50%	79,00%
Lisboa	26,00%	4,20%	6,50%	19,10%	11,70%	2,00%
Açores	25,40%	29,20%	25,90%	17,90%	19,20%	18,90%
Madeira	-	16,30%	2,70%	1,00%	-	-
Colônias portuguesas	-	-	7,20%	-	-	-
TOTAL	2.421	3.197	36.074	10.397	5.716	43.900

Observando os números apresentados sobre a chegada de portugueses durante o século XIX, se pode notar que há um predomínio relativo de populações provenientes de Porto e Viana sobre as demais, seguida pela ilha atlântica de Açores. Esta situação parece demonstrar, com algumas exceções, que estas duas regiões constituíram, durante parcelas significativas do século XIX, as principais fontes de populações lusas.

Complementando a tendência apontada anteriormente, observa-se que entre os períodos entre 1861 e 1872, Porto e Viana representam 79% do total de migrações de portugueses para a Corte, que somadas as ilhas atlânticas de Açores e Madeira chegam a um patamar de 97,9% do total de fluxo migratório deste período. Conclui-se que há certo padrão de “homogeneidade” quanto à origem geográfica das correntes migratórias lusas, concentrando-se em locais específicos.

⁹¹ Para mais detalhes sobre o transporte de “engajados”, ver ALENCASTRO, Luiz Felipe. Proletários e escravos. Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850 -1872. **Novos Estudos Cebrap**, Rio de Janeiro, n.21, 1988, p. 35-38.

⁹² Idem, p.53.



Chegando aqui em busca de oportunidades no mercado de trabalho, fugindo das dificuldades da terra natal, muitos destes imigrantes portugueses se aventuraram pelas ruas estreitas e perigosas da Corte. Chegando aqui, ao contrário do que uma dada visão romântica construiu, estas pessoas não encontravam um ambiente tão amistoso à sua presença.

Tendo que disputar espaços com a numerosa população de livres nacionais, atuando em atividades, muitas das vezes, realizados por escravos, os lusos também sofreram na pele as dificuldades desta cidade em plena expansão. Seja pela difícil situação financeiras, pela falta de condições de higiene e de alimentação adequada, muitos pereceram juntos aos demais pobres desta imensa cidade, dos males que assolavam seus diversos espaços na segunda metade deste século.

O historiador Carlos Eugênio Líbano Soares resumiu bem, em sua análise sobre estas populações de imigrantes portugueses na segunda metade do século XIX, as circunstâncias difíceis em que se encontravam milhares de imigrantes ao “fazer a América”:

Desembarcados na Corte, em grande parte sem apoio de conterrâneos e sem família, com idades entre a puberdade e a adolescência, em grande maioria homens, trazendo uma vivência rural em grande medida inadequada à vida na cidade, vulneráveis à violência e às epidemias, os jovens portugueses de certo foram obrigados a deixar de lado os preconceitos trazidos da terra natal, vindo a se relacionar amplamente com a população negra e mestiça que dominava as ruas da capital do Império.⁹³

Encerrando esta parte do capítulo com esta citação intrigante, é aberto o espaço para que se dêem os próximos passos na identificação dessa população da Corte. Chegou-se a conclusões interessantes sobre os fluxos populacionais que marcaram a cidade imperial na

⁹³ SOARES, Carlos Eugênio. **A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: SMC/DGDI, 1994, p.165.

segunda metade do XIX, das quais podemos dizer que a diversidade era uma marca indelével dos milhares de habitantes que viviam e moravam em seus diversos espaços.

Definir como se deu a inserção destas pessoas social e culturalmente diversas nos espaços variados de convívio que uma cidade como o Rio de Janeiro apresentava, sejam eles os locais de trabalho ou de convívio social mais íntimo, é parte da mesma história que está se buscando construir. Uma história que vai dialogar com histórias e dramas pessoais e coletivos vividos nesta cidade em crescimento.

As dificuldades econômicas na segunda metade do século XIX.

O Império Brasileiro passou por amplas mudanças no decorrer da sua existência. A população cresceu em níveis cada vez maiores, grandes deslocamentos regionais foram registrados, impactando na composição étnica e cultural dos seus diversos espaços.

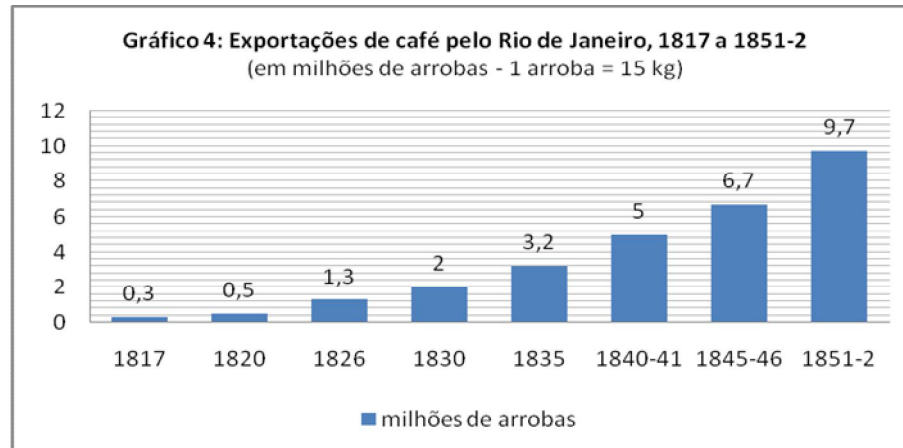
Estas mudanças estiveram presentes, inclusive, no campo econômico, no qual foi observada uma expansão cada vez maior da produção agrícola brasileira, que ao explorar cada vez mais os recursos disponíveis, ocasionou um processo de “especialização da produção”.

Esta especialização representou a ampliação da monocultura de produtos como o café, que de longe se tornou o produto de exportação mais importante do Império. Esta ampliação, conforme será visto nas páginas seguintes, se deu a custos cada vez mais altos para o conjunto da sociedade.

Analisar alguns aspectos das mudanças na economia brasileira, bem como seu impacto sobre a sociedade, será o objetivo desta parte do trabalho.

O período de passagem da primeira para a segunda metade do século XIX foi, em certos aspectos, um período de transições para a economia brasileira. Marcado pelo aumento da produção do café, que se tornou o principal produto nas pautas de exportação do Império⁹⁴, este foi um momento de franca expansão de suas lavouras.

⁹⁴ Conforme observado por Eduardo Silva, em 1868, a região Sudeste vai ser responsável pela produção de metade do café produzido no mundo, e o Nordeste, ao contrário, tendo que enfrentar forte concorrência no mercado externo para vender seu principal produto, o açúcar, vai reduzir sua participação nas exportações. Esta tendência, por exemplo, vai ser observada entre os anos de 1872-3, quando o café atinge o faturamento de 115.285 contos de réis e as safras de açúcar e algodão juntas, não chegam a 49 mil contos de réis. Para mais detalhes ver SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D`África, o príncipe do povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.** São Paulo, Cia das Letras: 2001, p. 63.



O aumento da produção do café⁹⁵ acabou sendo uma das conseqüências da ampliação dos espaços agricultáveis que, por sua vez, teve suas origens ligadas à ampliação do consumo nos mercados europeu e norte-americano. Esta expansão dos espaços dedicados à cafeicultura se deu, muitas das vezes, em detrimento dos locais onde eram produzidos gêneros alimentícios, necessários ao sustento dos habitantes das fazendas e cujos excedentes eram comercializados com a Corte.

A modificação na rotina de produção representou uma reordenação das lavouras exportadoras, que ao se preocuparem cada vez mais em ampliar os espaços dedicados a monocultura do café, deixaram de lado a produção de outras culturas como a de alimentos.

Segundo relatório de 1857 do Presidente da Província do Rio de Janeiro sobre a situação da produção agrícola das regiões “fluminenses”, há um quadro de especialização que modificou o seu panorama produtivo. Em suas palavras,

O que resultou daí foi que a produção de açúcar, do arroz, do feijão, e da farinha que tinha a província, a ponto de exportar o excesso, e grande excesso, lhe sobrava do consumo, diminui espantosamente, e que o Rio de Janeiro já compra para consumo das outras províncias do Império estes gêneros tão necessários à subsistência.⁹⁶

Esta situação correspondeu a uma mudança nas perspectivas produtivas, pois com a dedicação quase que exclusiva ao café, houve o abandono da busca pela “auto-suficiência” que, até a virada do século XIX, apareceu como uma das metas a serem atingidas na gestão

⁹⁵ Deve ser observado que a expansão da produção do café na primeira metade do século XIX (ver GRÁFICO 4) se deveu, em parte, ao êxito do tráfico negreiro, que representou uma ampliação da oferta de escravos e uma conseqüente redução dos preços. Dados do gráfico: STEIN, S.J. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 53.

⁹⁶ **Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro**, 1º de Agosto de 1857. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1858.

das propriedades agrícolas⁹⁷. Cada vez mais estes agricultores passaram a figurar como consumidores, num mercado em que outrora eram fornecedores⁹⁸.

Esta tendência, no entanto, não se restringiu aos grandes fazendeiros, atingindo também o pequeno e médio agricultor, tradicionalmente envolvido com a produção de gêneros alimentícios. A passagem a seguir deixa esta situação um pouco mais clara:

Com a cotação em alta no mercado, também o pequeno sitiante, tradicional produtor de alimentos, passou a plantar café. A escassez de mão-de-obra afetava esses pequenos fazendeiros ainda mais que aos grandes barões. Agregados e rendeiros, sem grande possibilidade de reação, viram as melhores terras serem tomadas pelos cafezais.⁹⁹

A redução do número de cativos disponíveis e seu conseqüente aumento de preço, tornou esta mão-de-obra um investimento escasso e caro para o pequeno produtor. Afinal, com a reorientação da grande lavoura, baseada na exploração máxima de recursos produtivos (terras, capital e trabalho) no cultivo do café, houve um encarecimento da mão-de-obra, cada vez mais solicitada por esta, além de uma expansão das fronteiras agricultáveis (e o conseqüente esgotamento do solo) que tomaram o lugar da produção de outros gêneros.

O impacto do aumento dos custos de produção talvez possa ser avaliado pela evolução do valor de um escravo neste período de expansão da cafeicultura. Neste sentido, o preço médio de um cativo adulto em idade produtiva (cerca de 25 anos de idade), subiu rapidamente após a extinção do tráfico, sobretudo em regiões da expansão pioneira da cafeicultura. Nestes locais onde a procura era mais acentuada, no período entre 1850 e 1877, o preço médio por escravo (homem ou mulher) chegou a 1:925\$000. Esta tendência de alto valor parece persistir ainda em 1888, às vésperas da abolição, em que um escravo podia ser negociado a cifras altas como a de 850\$000.¹⁰⁰

Resumidamente, o aumento da produção do café foi conseguido mediante a utilização de cada vez mais recursos disponíveis. Esta situação, por sua vez, reduziu a oferta de mão-de-obra (escrava) e o número de terras disponíveis ao cultivo de outros produtos como os

⁹⁷ Esta orientação pela auto-suficiência das propriedades agrícola pode ser encontrada junto de muitas outras que foram deixadas por Francisco Peixoto Lacerda Werneck, mais conhecido como Barão de Pati de Alferes, em sua obra intitulada "Memória sobre a fundação e a manutenção de uma fazenda na província do Rio de Janeiro", originalmente pública em 1847. Quem chama a atenção para este aspecto é SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, o príncipe do povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.** São Paulo, Cia das Letras: 2001, p.86.

⁹⁸ **Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro**, 1º de Agosto de 1857. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1858, p. 54.

⁹⁹ SILVA. Op. Cit., p.86.

¹⁰⁰ STEIN, S.J. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba.** São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 263; SILVA, Eduardo. Op. Cit, p. 66.

alimentos. Em decorrência desta redução de mão-de-obra e de terras disponíveis, houve uma elevação dos custos da produção, e a conseqüente redução da margem de lucros, que, por sua vez, atingiram tanto os grandes proprietários (detentores de grande plantel de escravos e um crescente número de terras) quanto os pequenos agricultores.

O pequeno e médio produtor de alimentos, em desvantagem em relação ao grande agricultor – em sua maioria, envolvidos com o café - e não tendo muitas alternativas se vê obrigado a migrar (quando possível) para a cultura de café (cujo valor vinha crescendo), em uma tentativa de não ter suas terras e escravos incorporados pelos grandes fazendeiros.¹⁰¹

As conseqüências desta conjuntura econômica podem ser observadas pela tendência de queda na produção de alimentos, necessários tanto ao consumo nas fazendas, quanto nos grandes núcleos de concentração populacional como a Corte.

Os efeitos imediatos desta situação foram sentidos no mercado alimentar: a necessidade de importar alimentos, aliada a especulação dos comerciantes da Corte, levou à alta geral dos preços.¹⁰²

Produtos como arroz, açúcar, carne-seca, feijão - elementos do consumo básico dos setores mais pobres do Rio de Janeiro - entre os anos de 1850 e 1859, elevaram seus valores acima do dobro: a arroba (14,4 quilos) do arroz, de 1\$700 para 3\$300, o açúcar, de 1\$700 para 3\$750, a carne-seca, de 2\$750 para 4\$980 e o alqueire (36,27 litros) de feijão, de 2\$300 passou para 4\$980.¹⁰³ Com o avançar dos anos, esta situação continuou a se agravar.

Nas décadas posteriores a 1860, esta orientação produtiva foi posta à prova. Os resultados de tal política de supervalorização das exportações de produtos como o café, que virtualmente mantinham certo equilíbrio da balança comercial brasileira, no entanto, foram catastróficos.

As provas de fogo vieram traduzidas num quadro de crise financeira que repercutiu na balança comercial brasileira e nas rendas públicas. Esta crise deve ser pensada como um processo decorrente das situações enfrentadas pelo Brasil na segunda metade do século XIX que, por sua vez, estariam interligadas às transformações que a economia e a sociedade estavam sofrendo.

¹⁰¹ Acompanhando a evolução dos preços dos escravos no mercado interno após a extinção legal do tráfico atlântico e a conseqüente formação de correntes de comércio interno desta mão-de-obra, podemos ao menos conjecturar que muitos pequenos proprietários de escravos tenham optado (quando não se viram forçados pela situação econômica) pelo abandono da produção e venda de seus cativos. Esta hipótese parece ser mais evidente se for observada a queda na produção de alimentos nas décadas seguintes a 1850.

¹⁰² SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, o príncipe do povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.** São Paulo, Cia das Letras: 2001, p. 54.

¹⁰³ Ver ANEXO A – Tabelas 17 e 18, que demonstram as variações nos preços dos alimentos no Rio de Janeiro.

Neste aspecto, algumas questões necessitam ser ressaltadas para que haja a compreensão do quadro de dificuldades que atingiram o Império e, mais especificamente, a Corte entre os anos de 1870 e 1880.

Se no período anterior a 1850, a cafeicultura apresentou um crescimento cada vez maior (ver gráfico 4), possibilitado, em certa medida, pela grande oferta de escravos provenientes do comércio atlântico, esta situação não pôde ser observada na segunda metade do século. Após a proibição do tráfico (Lei Eusébio de Queirós), houve uma redução da oferta (externa) de escravos disponíveis à cafeicultura, o que, levando em consideração as condições de expansão anteriores, teria levado à ruína este tipo de atividade. No entanto, ao contrário do imaginado, foi observada uma expansão da cafeicultura fluminense nas décadas seguintes.

Segundo Stanley Stein, ao analisar a cafeicultura do Vale do Paraíba, ocorreu um processo inverso daquele que podia-se imaginar com esta mudança em relação a oferta da mão-de-obra. Em suas palavras,

Por mais incrível que pareça, conquanto o esto do tráfico negro tenha possibilitado a rápida expansão da cultura cafeeira durante a década anterior, foi a cessação desse mesmo tráfico que incentivou a prosperidade e a opulência. Para as pequenas fazendas, com poucos escravos, a vertiginosa alta de preço dos escravos, depois de 1852, constituiu verdadeira calamidade. Ao contrário, para os grandes fazendeiros que haviam contraído dívidas para a aquisição de grandes contingentes de escravos no período de preços baixos, a determinação do tráfico constituiu uma bonança. Em consequência dessa valorização dobrou também o valor das garantias que podiam oferecer para contrair novos empréstimos, que iriam permitir-lhes superar a primitiva economia de auto-suficiência características da primeira fase agrícola.¹⁰⁴

Assim, embora possa ser percebida alguma perspectiva de “vantagem” em meio a esta situação, não pode ser negado que, com a redução da oferta, e o aumento do preço do escravo, os custos totais da expansão cafeeira tenham ocasionado margens decrescentes de lucro, além do risco ocasionado pelo tipo de sistema produtivo adotado, que para sua expansão, precisava de doses crescentes de investimentos, mão-de-obra e terras virgens¹⁰⁵. Esta situação foi possível devido à elevação dos preços no mercado e o decorrente aumento das exportações.

¹⁰⁴ STEIN, S.J. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1961, p.35.

¹⁰⁵ A necessidade de uma quantidade crescente de “capital natural”, ou seja, de “recursos fornecidos pela natureza”, tornava a lavoura de café um investimento que consumia uma grande quantidade de recursos, correspondendo pela exaustão do solo. Esta exaustão, ligada aos métodos predatórios de preparação do solo, fora responsável pelos constantes (e necessários) processos de expansão de áreas dedicadas ao cultivo. Resumidamente, o preparo para a produção do café passava pelas seguintes etapas: Num primeiro momento, há o desbravamento da área, que consta de várias operações: a limpeza ou roçada, em seguida a derrubada das árvores. Após a derrubada das árvores vem o rebaixamento da vegetação local (mato). A madeira para uso na fazenda era separada e o resto era deixado para secar. Quando possível a lenha e a madeira de lei eram retiradas para finalidades econômicas, caso contrário, eram conservadas no próprio local, sendo retiradas de acordo com as necessidades. Depois eram realizadas queimadas, que ocorriam em época de estiagens, para acabar com os

A elevação registrada a partir de 1851 teria sido responsável pela expansão da cafeicultura, mesmo após a extinção legal do tráfico. E esta, por sua vez, teria sido possibilitada pela expansão do consumo mundial¹⁰⁶.

Assim, “o aumento dos preços internacionais, portanto, contrabalançou, ao menos de modo relativo, os efeitos perversos pelo lado dos custos, mantendo positivas as perspectivas do negócio cafeeiro”, que colaboraram para o crescimento considerável da produção.¹⁰⁷

Os resultados deste quadro apresentado já são presumíveis: uma quebra nas circunstâncias favoráveis apresentadas poderia trazer abaixo esta estrutura produtiva baseada na exploração máxima dos recursos visando à expansão do mercado e, por fim, sérias conseqüências à economia do país. O que, de fato, não tardou muito a ocorrer.

Tabela 6: Comércio do café brasileiro (1851-1890)¹⁰⁸

ANOS	COTAÇÃO MÉDIA DO CÂMBIO	PREÇO MÉDIO DO CAFÉ POR 10 kg (em mil-réis)	Quantidade de sacas de café exportado (média do período)
1851 - 1860	27	4\$358	2.481.226
1861 - 1870	23	6\$862	2.625.690
1871 - 1880	24	6\$459	2.924.658
1881 - 1890	22	4\$853	4.025.797

A observação dos dados demonstra que ocorreu um processo contínuo de elevação do preço do café que apresenta seus primeiros sinais de declínio entre 1871 e 1880, sendo seguido por um declínio mais acentuado entre os anos de 1881-1890, em que é registrada uma queda aproximada de 24,87% em relação ao valor médio da década anterior. A exportação, por sua vez, sofre um processo de ampliação, não ocorrendo, contudo, reduções expressivas conforme observado no caso do preço.

últimos remanescentes. Após as queimadas, com o solo ainda em temperatura elevada, era iniciado o preparo para o plantio. Estas técnicas “rudimentares” (Pereira, 2005) repercutiram por muito tempo, pois praticamente não houve investimentos científicos, nem tecnológicos no período do café no Rio de Janeiro. Para mais detalhes, ver: STEIN, S. J. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Tradução de Vera Bloch Wrobel, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990; e de forma mais sintética, PEREIRA, Maria Juvante Ferreira da Cunha. **História Ambiental do Café no Rio de Janeiro – século XIX. A transformação do capital natural e uma análise do desenvolvimento sustentável, História: Guerra e Paz**. Londrina: Editorial Mídia, 2005, apresentado no XXIII Simpósio Nacional de História – História, Guerra e Paz, Londrina, 2005.

¹⁰⁶ MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 71.

¹⁰⁷ Idem, ibidem. Para este autor, sem a elevação do preço do café no mercado internacional, a partir de 1857, não teria sido possível à economia cafeeira superar as dificuldades decorrentes da elevação do preço dos escravos.

¹⁰⁸ Baseados nos dados do **Censo de 1907. SÉRIES estatísticas Retrospectivas. (Censo de 1907)**. Vol. 2. O Brasil, suas riquezas Naturais e suas Indústrias. Tomo 2 - Indústria Agrícola. Edição fac-similar (original publicado em 1908). Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

A década seguinte a 1860 apresentou dificuldades para a economia imperial. Com o aumento da concorrência no mercado internacional de *commodities*, a participação brasileira neste nicho ficou com uma parcela cada vez menor. Produtos brasileiros como açúcar, algodão, tabaco e, até mesmo o café, que tinha sido quase um monopólio brasileiro durante décadas, começam a sofrer os efeitos de um mercado mais competitivo. A produção de café, por exemplo, que representava um percentual de 49,4% da produção mundial, em 1855, passou para 45,9% em 1878.¹⁰⁹

Se externamente a economia enfrentava dificuldades decorrentes da queda do valor de produtos como tabaco, açúcar, algodão e mesmo o café no mercado internacional, internamente o quadro não parecia ser melhor.

Os altos custos com a produção, aliados as dificuldades decorrentes de um sistema inadequado de créditos¹¹⁰ e moeda, impunham um sistema severo de débitos e perdas aos agricultores. O quadro de aumento dos gastos e conseqüente redução dos lucros geraram uma situação de dificuldades para a lavoura.

Pressionado pelos senhores rurais, por um lado, e pelo quadro de redução dos valores do comércio externo, por outro, o governo promoveu investimentos em infra-estrutura, sobretudo de transportes, que tornassem o escoamento da produção mais eficiente e barato.

Embora os investimentos na expansão da rede ferroviária nas décadas de 1870 e de 1880¹¹¹ tenham reduzido os valores gastos com transporte pela economia cafeeira escravista

¹⁰⁹ SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, o príncipe do povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.** São Paulo, Cia das Letras: 2001, p. 89.

¹¹⁰ O crédito a lavoura de café era realizado pelas casas comissárias que atuavam tanto como agentes de comercialização em larga escala, quanto financiadores da lavoura. Estas casas faziam grandes adiantamentos aos fazendeiros, recorrendo muitas das vezes a empréstimos bancários, quando seus recursos eram insuficientes para atender a demanda sempre crescente. O dinheiro de empréstimos bancários era obtido mediante um desconto de letras recebidas do fazendeiro (que tinham prazos de quatro a seis meses, que podiam ser renovados) pelos comissários nas casas bancárias (que também tinham recursos limitados), fazendo-se necessário redescotar títulos nos grandes bancos. Como conseqüência deste sistema complexo tem-se o encarecimento das taxas de juros, que, todavia, não chegavam a impedir a reprodução dos negócios.

A razão de ser deste sistema centrado no comissário se deve à não existência de um sistema regular de créditos agrícolas no Brasil, pois o sistema bancário (que seria o responsável pela oferta de créditos aos produtores) se estruturou inteiramente ligado às atividades comerciais, ocasionando uma falta de condições de atendimento pleno da agricultura. Com financiamentos a curto prazo e juros altos, mesmo nos bancos intitulados agrícolas ou hipotecários, que na prática funcionavam como bancos comerciais (empréstimos a curto prazo, descontos, depósitos e dinheiro em conta corrente), os agricultores passavam por dificuldades na obtenção de créditos, na medida em que necessitavam de adiantamentos com prazos mais longos. Nestas circunstâncias, o comissário ocupava o papel de “banqueiro”.

As limitações do sistema de crédito disponível demonstraram-se conforme a cafeicultura se expandia, quando a necessidade de créditos maiores ocasionou um quadro de pressão cada vez mais intensa sobre os comissários que, por sua vez, possuíam créditos limitados pelo sistema financeiro vigente. Para mais detalhes a este respeito, ver: VIEIRA, Wilson. **Apogeu e decadência da cafeicultura fluminense (1860-1930).** Dissertação de Mestrado, Unicamp: 2000, p. 27-32.

¹¹¹ A expansão da rede ferroviária atendeu a uma demanda pela redução do valor e do tempo gastos com o transporte do café. Esta expansão foi intensificada entre os anos de 1860-80, embora possam ser observadas duas

do Rio de Janeiro, estes, no entanto, tiveram um custo muito alto, pois à medida que avançava a década de 1880, o déficit orçamentário ia aumentando.

A década de 1880 apresentou um quadro de piora, seguindo as tendências dos fins de 1870. O desequilíbrio da balança comercial, ocasionado pela tendência de queda das exportações, e, conseqüentemente da capacidade de importar, prejudicou a arrecadação dos fundos públicos que eram mantidas, basicamente, pelos impostos cobrados sobre o comércio exterior. A elevação dos gastos e a redução da arrecadação sobre um quadro de crise financeira agravado por comprometimentos do governo como no combate à seca nas províncias do Nordeste deste período¹¹², bem como os gastos com a Guerra do Paraguai¹¹³ aprofundaram ainda mais a situação delicada pela qual passava a economia e as finanças imperiais.

Para enfrentar estes déficits orçamentários, o governo imperial respondeu de três formas básicas: solicitação de empréstimos externos em Londres (1883, 1886 e 1888), emissões inflacionárias de papel-moeda, e elevação dos impostos.¹¹⁴

As três situações apontadas seriam não só sinal de uma piora geral nas finanças do Império Brasileiro, como indicaram uma piora nas condições de vida de uma grande parcela da população comum que, conforme visto, era cada vez mais numerosa.

Este conjunto de medidas adotadas pelo governo formou um ciclo fiscal caracterizado por déficits orçamentários, empréstimos financeiros e emissão de moeda, gerando dificuldades particulares entre os grupos urbanos de baixa renda, que se beneficiavam

tentativas do governo provincial em organizar o sistema ferroviário. Segundo Mello, o “investimento em ferrovias se processou maciçamente entre 1860/1880, embora na década de 1840 tenha havido duas tentativas de organização de ferrovias na Província. Ambas foram tentativas do Governo Provincial para tentar solucionar o transporte de café nas áreas pantanosas do fundo da Baía do Rio de Janeiro [Baía de Guanabara]. (...) o investimento ferroviário teve uma contribuição decisiva do investidor nacional – grandes plantadores de café e comissários (...) que lideraram este processo, seja colocando capitais próprios, seja pressionando os governos provinciais para garantir essas operações. Quando estas ofertas não atraíram mais os capitalistas, o Governo aplicou fundos públicos, comprou ações e debêntures das ferrovias privadas.” MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.120 e 123. Para observar o volume de capital investido pelo Governo na malha ferroviária do Rio de Janeiro, ver ANEXO A - Tabela 18.

¹¹² Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, a calamidade ocorrida em 1877 na província do Ceará e imediações teve um grande impacto social e econômico sobre o Império. Conforme ele observa, esta foi “uma das maiores secas da região Nordeste, tragédia que matou mais gente que a Guerra do Paraguai e exigiu grande mobilização de recursos.” CARVALHO, J. M. de. **D. Pedro II**. Coleção Perfis Brasileiros. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 173.

¹¹³ A campanha na Guerra do Paraguai foi sustentada, principalmente, pela elevação das pautas alfandegárias brasileiras durante os anos de 1860 (ver Tabela 5), momento em que pode ser observada uma valorização de produtos como o café no mercado externo. No entanto, a situação mudou nos fins dos anos de 1870 e no início dos anos de 1880, quando o valor das exportações brasileiras apresentou uma queda (ver Tabela 5), motivada pelas baixas cotações de produtos como açúcar, algodão, tabaco e café no mercado externo, reflexo do aumento da concorrência internacional. Esta queda afetou a balança de pagamentos brasileira, o que, em parte, teria motivado as reformas tributárias nos anos de 1870.

¹¹⁴ SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, o príncipe do povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor**. São Paulo, Cia das Letras: 2001, p.89.

relativamente menos que os grupos mais abastados, das reduções das taxas de importação, causadas pela depreciação monetária, e que sofriam mais com a resultante inflação do processo.¹¹⁵

Devido ao peso econômico, social e político dos fazendeiros, como lembra Silva¹¹⁶, as medidas anunciadas pelos políticos seriam executadas para proteger os interesses da lavoura de exportação – principal fonte de divisas e um dos sustentáculos da economia. Sendo assim, a arrecadação deveria ser equilibrada sem que, com isso, a lavoura fosse prejudicada. Nestes termos é que podem ser compreendidos os esforços tanto de membros do Partido Conservador, quanto dos Liberais – ambos ligados ao setor da cafeicultura – para enfrentar a crise, visando minimizar as perdas da lavoura e do governo.

Isto explicaria o porquê da redução das tarifas alfandegárias sobre a exportação de produtos como café, açúcar e mate que passaram de 9% para 7%, ou mesmo a criação de tarifas extras sobre produtos importados, além da elevação dos impostos sobre produtos e serviços, que atingiram diversos setores, dentre os quais os de transportes¹¹⁷.

Para além do mais diretamente perceptível, como a questão do estímulo da exportação, sem perder com a arrecadação, tem a ocasião da elevação geral dos preços, precariedade de acesso a bens e serviços e uma piora nas condições de vida nos grandes centros populacionais, como a Corte.

Sem perder de vista estas questões gerais, voltou-se à Corte, ponto de partida desta jornada. Será aqui que vai-se tentar observar de que maneira esta piora repercutiu na vida das pessoas que viviam nesta cidade e quais os significados disto para a compreensão das próximas etapas desta análise. Estas e outras questões serão contempladas no subtítulo seguinte, sobre as condições de vida na Corte.

¹¹⁵ Celso Furtado Apud BERGSTRESSER, Rebecca Baird. **O movimento pela abolição da escravidão no Rio de Janeiro, 1880-1889**. Tese de Doutorado, Universidade de Stanford, 1987, p.28.

¹¹⁶ SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, o príncipe do povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor**. São Paulo, Cia das Letras: 2001, p. 89.

¹¹⁷ Uma série de novos impostos foram anunciados no decorrer do ano de 1879 com o objetivo de enfrentar o déficit fiscal do governo. Dentre estes impostos, seria interessante destacar um trecho que versa sobre as taxas cobradas sobre os transportes da cidade do Rio de Janeiro: “Cobrar-se-ha também a seguinte taxa de transportes:” (...) “De 20 réis por passageiro que circular nas linhas férreas da cidade do Rio de Janeiro e subúrbios, trainways ou carris urbanos de tração animal ou a vapor. O governo se entenderá com as empresas ou companhias a cargo de quem se achar esse serviço, tanto marítimo e fluvial, como terrestre, afim de assegurar as taxas de transportes.” (BRASIL. Lei nº 2.940 de 31 de outubro de 1879, Art. 18, nº 11, 2º.) Sua importância está ligada ao papel que teve na revolta de 1880, como um dos possíveis catalisadores do descontentamento e protestos. Esta questão será mais bem analisada quando forem observadas as condições de vida na Corte entre os anos de 1870 e 1880, o impacto que os novos impostos ocasionaram sobre estas condições, e de que maneira a população compreendeu estas circunstâncias para optar por uma estratégia de ação direta. Estes serão os próximos desafios deste trabalho.

Vivendo na Corte.

As décadas finais do regime imperial podem ser caracterizadas, para a cidade do Rio de Janeiro, como um período de transformações. A população total crescia de forma acelerada, chegavam cada vez mais imigrantes, a população cativa reduzia cada vez mais seu contingente, ora pelo crescente número de alforrias, ora sendo vitimadas pelos “miasmas” da Corte, ou ainda pela migração muitas das vezes forçada para as áreas rurais, cada vez mais voltadas para o cultivo de café.

Estas modificações populacionais observadas na Corte neste período não se constituem como as únicas questões observáveis. Junto a elas, temos a incidências de uma série de outras situações que, em conjunto, formaram o que se poderia chamar de um quadro de crise social.

Este quadro manifestou-se, sobretudo, através de uma infra-estrutura urbana cada vez menos adequada às demandas de uma população cada vez maior. E, aliado a isso, as condições de vida pioravam, impulsionadas tanto por este processo de crescimento, quanto pelas dificuldades de alimentação, saúde, moradia, entre outros.

Estes e outros aspectos da sociedade da Corte serão tratados nesta etapa do trabalho, na busca por demonstrar como era a vida na Corte na segunda metade do século XIX.

A população do município da Corte crescia em larga escala, seja pela chegada de imigrantes de outras regiões do país, ou de outros países. Este processo de crescimento, ligado a outros processos análogos, como a redução da população escrava, modificou as características globais de seus habitantes nas décadas seguintes a 1850¹¹⁸.

No entanto, dos quarenta anos que seguem a virada deste século, é no período compreendido entre 1870 e 1890 que foram registradas as mais elevadas taxas de variação demográfica.¹¹⁹ Afinal, se comparado com os vinte anos anteriores, o coeficiente

¹¹⁸ Conforme observado nas etapas iniciais deste capítulo, na segunda metade do século XIX, os impactos demográficos ocasionados pelos processos de deslocamentos populacionais (chegada e saída de pessoas da Corte) e pelos processos de modificação do estatuto jurídico dos escravos, contribuíram para modificar a fisionomia da cidade do Rio de Janeiro, que caracterizava-se, até este momento, como uma cidade de imensa população “negra” escrava. É notório que este fato também contribuía para uma situação relativo equilíbrio numérico entre “livres” e “escravos” até meados de 1850, fato que foi se modificando - conforme observado pelos dados populacionais anteriormente expostos - nas décadas da segunda metade do século. Ver Tabelas 15 e 16 do ANEXO A que se encontram no final deste capítulo.

¹¹⁹ Mais detalhes, ver Tabela 1 e Tabela 15 (ANEXO A).

populacional praticamente dobra de tamanho neste momento, chegando ao incrível número de 522.651 pessoas.

Não obstante, a distribuição geográfica desta população se deu de forma desigual. Os maiores índices de concentração populacional foram registrados na região caracterizada pelas freguesias centrais¹²⁰. Este fato pode ser explicado por dois motivos: o primeiro, de ordem mais econômica, pela oferta de postos de trabalho que o centro oferecia, em detrimento das demais regiões da cidade; e em segundo lugar, de ordem espacial, pela possibilidade de poder morar nas imediações do local de trabalho¹²¹. Estes dois elementos são importantes para entender a própria estruturação da ocupação *sócio-espacial* do centro.

Caracterizada por uma grande diversidade ocupacional, a região das freguesias centrais apresentavam tipos variados de utilização do espaço: residências, casas comerciais, casas comissárias de café, estabelecimentos bancários, escritórios, repartições públicas, oficinas, manufaturas, armazéns, o porto, e uma série de outros estabelecimentos¹²².

Esta variedade fazia da região central um espaço de grande concentração de produtos e serviços e, por conseguinte, de oferta de oportunidades. Estas oportunidades eram traduzidas tanto pelas possibilidades de negócios (que se proliferaram bastante na segunda metade do século XIX), quanto pela oferta de postos de trabalho.

Para as milhares de pessoas que viviam ou desembarcavam todos os anos na capital do Império, a situação apresentada por este centro poderia representar uma melhoria em suas condições de vida. A busca por oportunidades e de uma maior liberdade (muito presentes nas expectativas de libertos e escravos fugitivos) parecia fazer parte das dimensões de muitos homens e mulheres que compunham a população da Corte no século XIX.

Se de fato estas expectativas podiam compor as motivações de muitas pessoas que moravam nesta cidade, a realidade apresentada pela mesma não parecia ser tão motivadora assim.

Em decorrência do aumento da população e da busca por oportunidades na área central, pode ser observado um processo de concentração intensa. Este processo pode ser

¹²⁰ Esta região apresentava um núcleo antigo e central constituído pelas freguesias da Candelária, Sacramento, São José e Santa Rita, sendo complementado pelas freguesias de Santo Antônio e Santana, além da Glória e Espírito Santo, que formavam uma espécie de “cinturão” ao redor das demais.

¹²¹ Residir próximo ao local de trabalho era uma questão importante para os trabalhadores da cidade, pois permitia uma redução nos gastos com transportes e um decréscimo no tempo de deslocamento entre o local de trabalho e a residência, dois pontos bastante críticos em regiões mais afastadas como as freguesias rurais, que não contavam com a oferta de transportes observada nas regiões mais próximas do centro.

¹²² Para mais detalhes, ver: CAVALCANTE, João Cruvello. **Nova numeração dos prédios da cidade do Rio de Janeiro organizada por ordem da ilustríssima Câmara Municipal**. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1878.

identificado com maior clareza se forem observados os dados estatísticos apresentados sobre a população da Corte entre 1870 e 1890.¹²³

Tabela 7: Divisão da população por freguesias na Corte (1870)¹²⁴

FREGUESIAS	Pessoas	%
Total das 8 freguesias centrais	146.435	62,21
Total das demais freguesias	78.150	37,79
Todas	235.381	100

A tabela acima resume o contingente populacional abrigado nas freguesias da Corte: na parte superior, as freguesias que constituíam a “região central”¹²⁵ e, logo abaixo, as demais freguesias¹²⁶. Conforme pode ser constatado, o percentual populacional presente no que se denominou “região central” é de 62,21%, enquanto nas demais freguesias há uma taxa de 37,79%.

Além de demonstrar que as freguesias do centro, em conjunto, eram mais povoadas que todas as demais juntas, estes dados também ajudam na constatação de que, em meados de 1870, o adensamento populacional é maior num espaço territorial menor. O que significa dizer que aproximadamente 146.435 pessoas (62,21% da população total da cidade) encontravam-se na região central.

Ao serem observados os dados de 1890 sobre o nível populacional por freguesias, poderemos perceber outros dados interessantes.

Tabela 8: Divisão da população por freguesias na Corte (1890)¹²⁷

FREGUESIAS	Pessoas	%
Total das 8 freguesias centrais	309.229	59,17
Total das demais freguesias	213.422	40,83
Todas	522.651	100

¹²³ Ver ANEXO A - Tabela 19.

¹²⁴ Dados do Recenseamento de 1906.

¹²⁵ A chamada “região central” é geograficamente circunscrita às freguesias de Candelária, Sacramento, São José, Santa Rita, Santana, Santo Antônio, Glória e Espírito Santo.

¹²⁶ As demais freguesias eram: Engenho Velho, Lagoa, São Cristóvão, Gávea, Engenho Novo, Irajá, Jacarepaguá, Inhaúma, Guaratiba, Campo Grande, Santa Cruz, Ilha do Governador e Ilha de Paquetá.

¹²⁷ Baseado nos dados do Recenseamento de 1906.

Os dados de 1890 apresentam mudanças em relação aos números vistos anteriormente. Se em 1870, 62,21% da população viviam na “região central”, e outros 37,79% viviam nas demais freguesias, em 1890, há uma redução nesta concentração, onde as freguesias centrais vão representar 59,17%, enquanto as demais serão responsáveis por 40,83%. Esta mudança pode ser decorrente não só do aumento populacional significativo (de 235.381 para 522.651), mas também dos processos de expansão da malha urbana, e das medidas de deslocamento compulsório empregados pelas autoridades, possibilitados, em parte, pela ampliação dos investimentos no sistema de transportes, tanto ferroviário, quanto de bondes.¹²⁸

Deixando de lado estes processos de deslocamento e concentrando a atenção na área central, observa-se que, apesar da redução percentual observada, há um aumento no número de pessoas nesta parte da cidade. Pois, se 1870 havia 157.231 pessoas, em 1890 estes números chegam a 309.229 habitantes. O que significa dizer que, em vinte anos, há um percentual de aumento de 96,67% (151.998) no número de pessoas nesta área da cidade. E se este aumento for comparado com a evolução da população no resto do município, será observado um número de 16.726 pessoas a mais na região central no mesmo período¹²⁹. Isto significa dizer que, seja em termos absolutos ou em termos relativos, os ritmos de crescimento são desiguais entre as regiões da cidade.

¹²⁸A expansão da ocupação espacial urbana da cidade rumo às regiões externas ao perímetro das freguesias “centrais” foi possibilitada pela ampliação dos transportes urbanos na segunda metade do século XIX e no decorrer do século XX. Conforme observou Oswaldo Porto Rocha, o processo de criação de novos bairros e a intensificação de suas ocupações foi possibilitado pela estreita ligação entre implantação de meios de transportes e a ação da especulação imobiliária. O mesmo cita como exemplo o caso do bairro de Vila Isabel, onde a atuação da empresa do barão de Drummond, a Companhia Ferro-Carril de Vila Isabel, junto a Companhia Arquitetônica (responsável pelo desenvolvimento do projeto e sua implementação) ocasionou não só a fundação e intensificação da ocupação do bairro, como a valorização dos terrenos, devido à construção de uma linha que ligaria o mesmo ao centro da Corte. ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro: SMC/DGDI, 1995.

A ordem dos fatos em que se deu este processo deixa mais clara a situação: No princípio de 1872, o barão de Drummond adquire as terras da fazenda do Macaco (que representava uma vasta região desabitada) e, em seguida, na data de 22 de fevereiro de 1872, consegue uma concessão para instaurar uma linha de bondes (decreto imperial nº 4.895) que ligaria os bairros do Andaraí Grande (Grajaú, Aldeia Campista, Andaraí e, posteriormente, Vila Isabel), São Francisco Xavier e Engenho Novo com a rua Uruguaiana. Em 25 de setembro deste ano são registradas as primeiras vendas de terras da dita fazenda a Zeferino de Oliveira e Silva à recém fundada Cia de Vila Isabel (que tinha a sua frente o Barão de Drummond). Em seguida, a Companhia Arquitetônica adquire os terrenos do Barão de Drummond e de Zeferino de O. Silva, e apresenta a planta de um novo bairro (em outubro de 1873) que seria fundado na região destas terras. Depois disto, a mesma empresa promove arruamentos e venda de lotes, já sendo observada em 1874 a construção das primeiras edificações. Por fim, em 10 de abril de 1875, é inaugurado o trecho da linha que ligaria o novo bairro à rua Uruguaiana pela companhia Vila Isabel. Idem, p. 31-2.

¹²⁹ Deve ser observado que, apesar do crescimento numérico ser desigual entre estas duas “macroregiões” da cidade, os percentuais de aumento registrados pelas “demais freguesias” é de 173,09%, enquanto nas “freguesias centrais”, no mesmo período, é observada uma taxa de aumento de 96,67%. O que significa dizer que, em termos relativos às taxas de crescimento (analisadas individualmente), as “demais freguesias” apresentam uma certa vantagem sobre as centrais. Embora deva ser lembrado que estas freguesias não apresentam, no período analisado, números populacionais superiores às centrais. Para mais detalhes, ver as Tabelas 20, 21 e 22 no ANEXO A.

Os dados revelam que há um aumento da população e que, agregado ao mesmo, há um processo de concentração demográfica nas áreas da região central da Corte. No entanto, o que eles não parecem revelar, pelo menos de forma direta, são as conseqüências destes dois fenômenos análogos para a situação social global neste município, bem como seus possíveis desdobramentos para a população pobre que compunha seus habitantes.

Decifrar os dados expressos pela documentação, buscando as conseqüências sociais das variações populacionais, exige que se tenha o cuidado de não perder de vista o principal aspecto destes números: as suas dimensões humanas.

Assim, cabe aqui uma pergunta: em que medida os dados estatísticos que vêm sendo analisados neste trabalho podem ajudar na identificação e compreensão de fenômenos sociais presentes nesta cidade na segunda metade do século XIX, e, por conseguinte, das pessoas que deles tomaram parte?

A pergunta é estratégica e proposital. Estratégica, pois busca anunciar os passos seguintes desta análise; e proposital, para chamar a atenção do leitor sobre os possíveis desdobramentos destes passos.

A procura por respostas a pergunta anteriormente formulada passa pela constatação de que há outras dimensões a serem exploradas através dos fenômenos demográficos vistos. Isto faz com que se volte à atenção para os dados populacionais, e que, através de uma observação mais específica, seja possibilitada à busca de mais elementos que caracterizem esta cidade e sua população.

Na busca por dimensões mais amplas em tais fenômenos, observa-se que a localização de um número cada vez maior de pessoas num espaço geográfico restrito pode demandar não só mudanças estruturais neste espaço, por um lado, como também pode representar uma crescente necessidade por produtos e serviços, por outro. Estas hipóteses elucidam uma dupla dimensão circunstancial nos processos históricos por ela contemplados. Afinal, a identificação do crescimento e concentração de pessoas em um determinado espaço contempla uma destas dimensões. A outra, conforme será visto agora, diz respeito às circunstâncias desencadeadas pelas modificações nestes espaços centrais.

Uma destas circunstâncias pode ser identificada através da observação das condições de vida de milhares de pessoas que habitavam e/ou transitavam pelas regiões centrais desta urbe. Neste aspecto, podem ser vistos como evidências não só dados estatísticos, como algumas descrições do período sobre as condições de vida apresentadas – moradia, trabalho, alimentação, etc. Todavia, estes são apenas alguns dos temas transversais que unem estas

personagens em circunstâncias e experiências comuns, que os tornam agentes deste processo de mudanças urbanas, sem serem reduzidas a elas¹³⁰.

Avançando na exposição das informações, observa-se que, como consequência deste aumento demográfico nas freguesias centrais, há uma concentração cada vez maior de pessoas por espaço edificado. Tomando como exemplos os dados estatísticos que indicam a evolução da concentração populacional por prédios e domicílios na Corte, nas décadas de 1870 e 1890, pode ser notado que com o passar dos anos a situação das moradias foi se tornando cada vez mais crítica. No entanto, antes que se chegue a alguma conclusão a respeito desta situação, é preciso observar mais detalhadamente os dados destas freguesias mais ao centro do município.

Tabela 9: População das freguesias centrais¹³¹

FREGUESIAS	População em 1870	% do total	População em 1872	% do total	População em 1890	% do total
Candelária	9239	5,88	9818	5,38	9701	3,14
S. José	20220	12,86	20010	10,96	42017	13,59
Santa Rita	23810	15,14	30865	16,91	46161	14,93
Sacramento	24429	15,54	26909	14,74	30663	9,92
Glória	18624	11,84	22135	12,12	44105	14,26
Santana	32686	20,79	38416	21,04	67533	21,84
Espírito Santo	10796	6,87	13793	7,55	31389	10,15
Santo Antônio	17427	11,08	20629	11,30	37660	12,18
TOTAIS	157231	100	182575	100	309229	100

Concentrando a atenção nestas freguesias, que apresentam as maiores taxas de concentração populacional, e tentando, da mesma forma, aprofundar a análise sobre sua evolução demográfica, pode-se chegar a algumas constatações.

As freguesias de Santa Rita, Sacramento e Santana se destacam no ano de 1870 como aquelas que apresentam os maiores percentuais de concentração populacional (15,14%, 15,54%, 20,79 %, respectivamente), seguidas por São José (12,86%), Glória (11,84 %), Santo Antônio (11,08%), Sacramento (6,87%), e, por último, Candelária (5,88%).

Se estes dados da década de 1870 forem comparados com aqueles apresentados no início da década de 1890, nota-se que ocorreram alterações nesta divisão: Enquanto é

¹³⁰ Embora estas questões não sejam necessariamente novas por terem sido contempladas em outras análises sobre os setores populares da Corte, acredita-se que ressaltar as condições de vida e trabalho de seres humanos em um período histórico específico corresponde à busca por tentar tomar contato não só com o tempo em que viviam estas pessoas, como também tentar dimensionar qual o papel desempenhado por estas pessoas em contextos específicos, nos quais agiram e sofreram agência, e por isso, deixaram suas marcas em determinados processos e fenômenos históricos.

¹³¹ Baseado nos dados do Recenseamento de 1906. Em vermelho, as menores taxas percentuais de concentração registradas; e, em azul claro, as maiores taxas de concentração registradas.

registrado um crescimento nesta participação das freguesias de S. José, Glória, Santana, Espírito Santo e Santo Antônio, as demais - Candelária, Santa Rita e Sacramento - apresentam um processo inverso de decréscimo de sua participação (ver TABELA 8). Estes dados demonstram que, em 1890, as maiores taxas populacionais são registradas em Santana (21,84%), seguida por Santa Rita (14,93%), Glória (14,26%) e São José (13,59%), que juntas somam um percentual de 64,62 % do total.

Esta comparação demonstra dois aspectos: em primeiro lugar, que apesar da redução registrada pela freguesia de Santa Rita (que apresenta uma taxa de 14,93% em 1890), ela continua apresentando, ao lado da freguesia de Santana (21,84%), os maiores índices de concentração populacional. E, em segundo lugar, que a freguesia da Glória (com 14,26% em 1890) muda seu percentual de participação demográfica, passando a frente da freguesia de Sacramento (que apresenta uma taxa de 9,29% no mesmo ano). E, por fim, a freguesia da Candelária não apresenta nenhuma alteração que subverta suas tendências da década de 1870, apresentando em 1890, 3,14% da população total, ou seja, menos 2,74 pontos percentuais do que em 1870 (momento em que apresenta um índice mais elevado).

De forma resumida, pode-se concluir que há um panorama de concentração populacional acentuado nas freguesias centrais, e que o mesmo fenômeno sofre variações maiores em algumas freguesias do que em outras. Esta concentração, por outro lado, também trouxe consigo conseqüências para a organização dos espaços desta cidade, sobretudo se for observada a forma com a qual era distribuída sua população.¹³²

Tabela 10: Densidade populacional e predial (Freguesias Centrais)¹³³

PERÍODOS	Nº de PRÉDIOS	Nº de DOMICÍLIOS	Densidade populacional por prédio	Densidade populacional por domicílio
1870	17220	29392	9,17	5,5
1890	23554	43293	13,36	8,39
↑ numérico 1870-1890	6334	13901	4,19	2,89
↑%	36,78	47,30	45,69	52,55

¹³² Os dados da Tabela 10 tratam da densidade populacional e predial da Corte nos anos de 1870 e 1890. Estes dados visam traçar um panorama comparativo que possibilite algumas observações sobre o crescimento desigual entre as regiões, e seus impactos sobre as questões habitacionais.

¹³³ Dados do Recenseamento de 1906.

Tabela 11: Densidade populacional e predial (Demais Freguesias)¹³⁴

PERÍODOS	Nº de PRÉDIOS	Nº de DOMICÍLIOS	Densidade populacional por prédio	Densidade populacional por domicílio
1870	10459	11808	7,27	6,76
1890	25022	28514	8,39	7,85
↑ numérico 1870-1890	14563	16706	1,12	1,09
↑%	139,24	141,48	15,41	16,12

Através da análise dos dados sobre os números de prédios e domicílios, e da densidade de ocupação por prédio e por domicílio, apresentados nos anos de 1870 e 1890, tendências de desnível nesta distribuição podem ser observadas.¹³⁵ Estas tendências acabam sendo manifestadas em duas circunstâncias: A primeira diz respeito a um desnível regional no número de prédios e domicílios e a segunda está relacionada a desníveis na densidade populacional nas mesmas regiões.

Comparando os dados das tabelas de densidade predial de 1870 e 1890, percebe-se que há um desequilíbrio entre o crescimento do número de prédios e de domicílios: Enquanto nas freguesias centrais (TABELA 10) são observados aumentos de 36,78% no número de prédios e de 47,30% no número de domicílios, nas demais freguesias (TABELA 11), os percentuais apresentados são de 139,24% (prédios) e 141,48% (domicílios). Sendo assim, pode ser concluído que as taxas de crescimento entre estas "regiões" apresentam níveis acentuadamente desiguais, observados tanto nas diferenças no número de prédios (102,46%), quanto na diferença no número de domicílios (de 94,18%).

Os dados das tabelas de densidade populacional no mesmo período (1870-90), também apresentam um quadro de desequilíbrio: Os dados sobre o número de ocupantes por prédio e por domicílio apresentam percentuais desiguais de crescimento entre as freguesias centrais e as demais freguesias. Enquanto na TABELA 10 são registrados crescimentos de 45,69% (por prédio) e 52,55% (por domicílio), na TABELA 11, são observados crescimentos de 15,41% (por prédio) e 16,12% (por domicílio). Estes percentuais de aumento representam, em 1890, uma média de concentração de 13,36 (pessoas/prédio) e 8,39 (pessoas/domicílio), nas freguesias do centro; e médias de 8,39 (pessoas/prédio) e 7,85 (pessoas/domicílio) nas demais freguesias.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Dividiram-se estes dados de acordo com a sua localização no município do Rio de Janeiro. Uma série de dados representa as "freguesias centrais" (oito), e a segunda série de dados, as "demais freguesias" (onze). O critério seguido por esta divisão é o da concentração populacional por domicílio, maior na Tabela 10 do que na Tabela 11, como pode ser notado pela comparação das duas tabelas.

A análise dos números sobre a densidade populacional e predial da Corte não parecem deixar dúvidas de que estava em processo um quadro de agravamento das condições sociais globais da cidade. Tal constatação se torna mais evidente se for observado que em vinte anos, enquanto a população total da Corte cresce aproximadamente 122%, o número de domicílios cresce 74%¹³⁶.

Os ritmos distintos de crescimento da população e das moradias, manifestos pelos dados vistos até o momento, fizeram da Corte, sobretudo em suas regiões mais centrais, um local por excelência de grandes aglomerações. Com a disponibilidade de espaços cada vez mais restritos, disputados por uma grande quantidade de pessoas, sobretudo pelos setores mais pobres - que precisavam residir nas proximidades do trabalho - um processo contínuo de aumento do número de pessoas por domicílio, e uma conseqüente piora nas condições de vida destas pessoas é observado.

Conforme estimativas de 1890, havia uma média de nove habitantes por domicílio nas oito freguesias centrais da Corte¹³⁷. Embora esta seja uma média, e, portanto, uma abstração, não deve ser dispensada enquanto parâmetro para a observação das mudanças pelas quais passava a cidade, bem como os desequilíbrios decorrentes de seu crescimento.

As taxas de aumento e de alta concentração populacional, por um lado, e a não ampliação adequada da infra-estrutura urbana, por outro, abriram caminho para um fenômeno característico dos espaços citadinos em expansão no século XIX: a crise habitacional¹³⁸.

Este fenômeno indicou não apenas que o ritmo acelerado de crescimento demográfico poderia trazer sérias conseqüências sociais, como também a concentração destas pessoas em espaços geográficos cada vez menores, colocaria à prova os limites de uma cidade que não correspondia, em mesmo nível, as modificações operadas em seus espaços.

¹³⁶ Ver ANEXO A - Tabelas 19 a 24, que demonstram uma relação comparativa entre o aumento populacional e o aumento domiciliar entre 1870 e 1890.

¹³⁷ Por se tratar de uma estimativa baseada nos dados do censo, certo cuida deve ser tomado ao abordá-la, pois a observação do próprio levantamento demonstra que há freguesias que apresentam maiores concentrações de habitantes por moradia que outras, e mesmo entre estes índices deve haver variações. Ainda assim, estas estimativas são válidas para que sejam observados alguns quadros gerais ou circunstâncias em que estava envolvida a questão da moradia no período.

¹³⁸ A autora Lilian Fessler Vaz, ao analisar o fenômeno da crise habitacional na Corte entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, chamou a atenção para os seguintes elementos: aumento populacional acentuado; sítio urbano irregular - marcado por terreno pouco propenso a construções - e a oferta de terrenos com alto valor, que exigiam a maximização na utilização dos espaços; déficit de moradia crônico - observado desde meados da década de 1820; e, por fim, aluguéis exorbitantes. Observando este quadro, fica mais fácil compreender o fenômeno da crise de moradia, sobretudo se atentarmos que este "se revelou no Rio de Janeiro através do aumento no número de estalagens, cortiços, avenidas e casas de cômodos, considerados o padrão de habitação das classes pobres na segunda metade do século XIX e no início do século XX." VAZ, Lilian Fessler. **Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado, PUR/UFRJ, 1985, p. 51 e 55.

As conseqüências desta crise vieram expressas tanto na precariedade das condições de saúde e higiene deste centro, quanto na elevação dos valores pagos por moradia¹³⁹. Conseqüências que atingiram em cheios as camadas populares da Corte, fosse ela a de empregados, subempregados ou desempregados.¹⁴⁰

A melhor forma de serem vislumbradas as conseqüências desta crise habitacional talvez seja mediante a observação das condições em que moravam os setores populares da Corte. O que vai levar esta análise a um dos elementos característicos destes tempos de crise: as habitações coletivas¹⁴¹.

Ainda que estas formas de ocupação sejam originalmente anteriores ao fenômeno do acentuado crescimento demográfico da Corte¹⁴², é através da observação das mesmas que se tem uma melhor compreensão do processo de ampliação numérica das habitações coletivas. Afinal, é por ocasião deste crescimento que são encontradas as maiores taxas de concentração populacional nas freguesias centrais da Corte, o que, por sua vez, ocasionou uma situação de aumento da demanda por moradias.

Embora as habitações coletivas não sejam as únicas formas de moradia observadas na Corte no período estudado¹⁴³, elas serão privilegiadas nesta análise por representarem um papel importante para a compreensão dos fenômenos demográficos e habitacionais da capital¹⁴⁴.

Em termos gerais, a oferta de moradias às camadas populares pode ser identificada, resumidamente, através das seguintes categorias de habitação: “estalagens” (sucessão de quartos ou casinhas de porta e janela, alinhadas de um ou ambos os lados de um pátio/corredor, dotados de um ou dois pavimentos, com instalações sanitárias, quando a possuíam, nos fundos ou cantos); “casas de cômodos”, “casas de alugar cômodos” ou “casas

¹³⁹ Idem, *ibidem*. Estes valores serão abordados mais adiante.

¹⁴⁰ O número de desempregados, ou sem profissão declarada, conforme será visto mais adiante, aumentou acentuadamente entre 1870 e 1890.

¹⁴¹ Segundo conceituação da época, as casas populares eram caracterizadas como sendo “todas as que abrigavam sob a mesma cobertura, ou dentro da mesma propriedade, terreno, etc., indivíduos de famílias diversas, constituindo unidades sociais independentes (...)”. Rio de Janeiro (Câmara da Cidade) Postura municipal de 15 de setembro de 1892, Art. 4º, parágrafo 3.

¹⁴² Lilian Fessler Vaz observa que há registros de habitações coletivas anteriores a 1855, momento em que seria observada a “livre expansão das estalagens, em que praticamente não havia restrições a sua construção e funcionamento”. Porém ela também observa que estas “eram ainda em número reduzido e se concentravam junto às atividades produtivas urbanas, nas freguesias mais antigas e centrais.” VAZ, Lilian Fessler. **Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, PUR/UFRJ, 1985, p.83.

¹⁴³ Estas questões serão vistas mais adiante.

¹⁴⁴ As habitações coletivas apresentam duas características básicas: a primeira diz respeito à grande quantidade e diversidade de pessoas por ela atendidas (sem esquecer que estes locais apresentavam formas e tamanhos variados); e em segundo lugar, pela presença marcante no cenário do Rio de Janeiro (sobretudo na região central) da segunda metade do século XIX e o início do século XX.

de habitação” (edificações adaptadas para uso coletivo, construídas geralmente em antigos casarões, em que havia a máxima divisão possível dos seus espaços, sem a devida adaptação às condições adequadas de higiene); “hospedarias” (similares às casas de cômodos, mas de moradia intermitente, não permanente), e, por fim, os chamados “cortiços” (de identificação complexa, é semelhante em sua forma à estalagem, mas em condições inferiores de moradia, sendo também utilizado como designação genérica de habitações coletivas insalubres).¹⁴⁵

Se a diversidade de nomenclatura parece caracterizar estes locais de habitação, em um ponto específico elas parecem convergir: as péssimas condições oferecidas aos seus moradores. Estas habitações apresentavam o seguinte quadro:

(...) geralmente (...) são construções em série, utilizam ao máximo a possibilidade de aproveitamento do espaço, empregam materiais de qualidade inferior aos tradicionais e simplificam a construção, de que resultam a sua barateza, fragilidade e precariedade, suas reduzidas dimensões e a deficiência, a insuficiência ou mesmo a inexistência dos sistemas de água e esgoto. (...) A quantidade de quartos variava de um a mais de uma centena; a qualidade dos prédios variava de barracos de madeira a sobrados pedra-e-cal.¹⁴⁶

Conforme observado pela mesma autora, “imóveis” deste tipo cresceram rapidamente na cidade. Seja através da “construção de ‘quartos’ e ‘casinhas’ nos fundos dos estreitos lotes urbanos”, seja como “a subdivisão de prédios”, este tipo de ocupação “tornou-se comum na cidade”.¹⁴⁷

Os resultados destas circunstâncias precárias foram sentidos pela população moradora destes locais através de condições prejudiciais a suas vidas. Estas condições estariam ligadas às próprias características apresentadas por tais moradias: precariedade das instalações, superlotação, pobreza e condições questionáveis de salubridade.

Nas palavras de dois higienistas da época, as habitações coletivas caracterizavam-se por serem

(...) moradas comuns a varias famílias que, não tendo posses para a vida em lar isolado – **célula normal do organismo social** – procuravam economizar dividindo entre si as despesas, sem perceberem que partilhavam, ao mesmo tempo as condições indispensáveis à vida, cabendo assim a cada pessoa uma quota abaixo das necessidades orgânicas.¹⁴⁸

¹⁴⁵ Estas definições têm como base: VAZ, Lilian Fessler. **Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado, PUR/UFRJ, 1985, p.73-81.

¹⁴⁶ Idem, ibidem.

¹⁴⁷ Idem, ibidem.

¹⁴⁸ FONTENELLE, J. P. e BARRETO, J. B Apud VAZ, Lilian F. Op. Cit., p.74. Grifo meu.

Em outros termos, eram moradias coletivas, permanentes, habitadas por setores sociais mais pobres, e, acima de tudo, apresentavam uma situação de salubridade aquém das condições humanas.

Embora possa ser identificada nesta descrição uma dimensão argumentativa pautada pela visão de mundo de setores de elite sobre num certo “padrão” de “habitação normal” (i.e. individual e nuclear)¹⁴⁹, os mesmos argumentos não podem ser negligenciados. Afinal, as condições precárias à manutenção da vida destas habitações – sejam elas, alvo ou não de discurso retórico – incidiam sobre um numeroso contingente populacional, especificamente sobre os mais pobres, que sofriam na própria pele as dificuldades da vida na Corte. Portanto, tentar compreender estes espaços equivale a busca por tentar lançar alguma luz sobre estas pessoas, pois ambos estes “elementos” do cenário da cidade são partes do mesmo contexto.

Deixando para um capítulo mais adiante as dimensões políticas que cortam os discursos das autoridades governamentais sobre os setores populares, a constatação das condições precárias que vem sendo aludida nas páginas anteriores também podem ser observada pelas conseqüências ocasionadas pelo uso destas moradias nas áreas “centrais” da cidade. Mas antes de ampliar a abordagem destas conseqüências, talvez seja prudente observar alguns dos aspectos sociais e espaciais deste “centro”.

Esta parte da cidade que foi chamada aqui de “região central” apresentava elementos sociais e ocupacionais diversos. Esta diversidade, observada inclusive pela densidade populacional apresentada por suas freguesias e sua conseqüente divisão desigual, estabeleceu certas “fisionomias” locais, traduzidas por graus de especialização.

As freguesias de Sacramento, Candelária, São José e Santa Rita constituíam a parte mais antiga e consolidada da cidade, sendo consideradas urbanas desde o final século XVIII. Nelas se concentravam as atividades comerciais, oficinas de manufaturas, repartições públicas e o porto. Dentre elas, aquela que apresentava indícios mais claros de “especialização” era a Candelária, onde não há registros de habitações coletivas, apresentando baixas taxas de densidade habitacional e populacional¹⁵⁰.

¹⁴⁹ Discursos desta natureza eram bem comuns nos relatórios de higienistas, que buscavam ressaltar as condições precárias de salubridade e “moralidade” destas edificações visando, sobretudo, elimina-las do centro urbano da Corte. Isto não pode ser interpretado, todavia, como um simples “discurso ideológico”, conforme ressalta Vaz, pois a constatação das condições sociais “inadequadas” das edificações (densamente relatados nos relatórios) - ainda que apropriadas para fins específicos (como a eliminação destes espaços e, por conseqüente, o deslocamento de seus habitantes para fora do “centro”) pelos agentes sanitários - partiam das circunstâncias materiais presentes nestes locais de habitação. Para mais detalhes destes aspectos, ver: VAZ, Lilian Fessler. **Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado, PUR/UFRJ, 1985, sobretudo as páginas 74-80.

¹⁵⁰ Ver Tabela 9.

No entorno desta área mais antiga, encontram-se as freguesias de Santana, Santo Antônio, Glória e Espírito Santo, que se apresentam como uma espécie de contraponto ao núcleo central antigo, pois não demonstram as mesmas especificidades mercantis. Pelos usos de seus espaços e pela população que as ocupa, a região destas freguesias aparece como uma espécie de “periferia”¹⁵¹ do emergente centro comercial e administrativo.

A análise da distribuição ocupacional dos espaços pode dar mais elementos para caracterizar a chamada “especialização” das freguesias. Seguem os dados estatísticos sobre a população localizada em habitações coletivas das regiões mais ao centro da Corte.

Tabela 12: Dados sobre os cortiços e sua população (1869)¹⁵²

ÁREA	FREGUESIAS	% DE CORTIÇOS	% da População dos Cortiços
CENTRAL	Sacramento	19,47	24,98
	Candelária		
	São José		
	Santa Rita		
PERIFERIA	Santana	61,52	65,10
	Santo Antônio		
	Glória		
	Espírito Santo		

Tabela 13: Dados sobre os cortiços e sua população (1884)¹⁵³

ÁREA	FREGUESIAS	% DE CORTIÇOS	% da População dos Cortiços
CENTRAL	Sacramento	19,53	N/A
	Candelária		
	São José		
	Santa Rita		
PERIFERIA	Santana	63,53	N/A
	Santo Antônio		
	Glória		
	Espírito Santo		

¹⁵¹ A constituição de estratificações sócio-espaciais entre as regiões centrais da cidade foi um processo observado no Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XIX e no princípio do século XX. Este processo de separação da cidade em “regiões” hierarquizadas (que representou uma redefinição dos padrões de ocupação e dos grupos sociais atendidos) realizou-se através da valorização de certos espaços e da conseqüente restrição do seu acesso, tendo como conseqüência os deslocamentos populacionais observados durante os fins do século XIX e, sobretudo, no início do século XX. De certa forma, estes deslocamentos podem ser vistos como respostas aos projetos governamentais que visavam remodelar o centro urbano, tornando-o “higiênico” e “civilizando” mediante o afastamento para outras regiões dos setores mais pobres da sociedade (trabalhadores e desempregados) que seriam, conforme argumentos correntes, responsáveis pela “desordem” urbana observada na região central da cidade. Seriam criados, em suma, os “espaços das elites” e os “espaços dos pobres”, os “espaços do capital” e os “espaços do trabalho”, lembrando as palavras de Engels sobre os trabalhadores na Inglaterra. Embora estas “divisões” sejam um tanto arbitrárias em se tratando do processo (contínuo) de expansão urbana do Rio de Janeiro, não pode ser negado que haja claros indícios de conformações sócio-espaciais relacionados ao nível de renda de seus habitantes. ENGELS, Friedrich. *As grandes cidades*. In: **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Porto, Afrontamento, 1975. Para mais detalhes sobre esta expansão, ver: ROCHA, Oswaldo P. ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro: SMC/DGDI, 1995; Sobre as idéias de remodelação urbana baseadas em temas como “higienização”, “modernização” e “civilização” da capital, ver: BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: SMCTE/DGDIC, 1992.

¹⁵² VAZ, Lillian Fessler. **Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, PUR/UFRJ, 1985, p. 105-6.

¹⁵³ Idem, ibidem.

Tabela 14: Dados sobre os cortiços e sua população (1888)¹⁵⁴

ÁREA	FREGUESIAS	% DE CORTIÇOS	% da População dos Cortiços
CENTRAL	Sacramento	16,09	18,39
	Candelária		
	São José		
	Santa Rita		
PERIFERIA	Santana	56,8	64,16
	Santo Antônio		
	Glória		
	Espírito Santo		

Observando os dados sobre as habitações coletivas e sua população, pode ser constatado que a concentração deste tipo de habitação não se dá na região central mais antiga, e sim nas áreas entorno desta região. É neste entorno que serão registradas as taxas mais altas de habitações coletivas em 1869 (61,52%), 1884 (63,53%) e 1888 (56,80%). E, por conseguinte, esta região vai apresentar as maiores populações abrigadas nestas moradias: 65,10% (em 1869) e 64,16% (em 1888).

Na área mais antiga do centro, observa-se que não há grandes registros de habitações coletivas. E mesmos os dados apresentados não são homogêneos. A freguesia da Candelária, por exemplo, não apresenta moradias desta natureza, bem como há incidências na freguesia de Sacramento, apresentando uma concentração maior nas imediações degradadas do Morro do Castelo (freguesia de São José) e do litoral junto a Praça Mauá, Saúde e Gamboa (freguesia de Santa Rita). Estas áreas podem ser vistas mais como “descontinuidades” dos espaços que concentram os setores comerciais e administrativos da Corte, do que como uma extensão das mesmas.

Pode ser observado, desta forma, uma espécie de segregação *sócio-espacial*, marcada pela distribuição desigual do número de locais residências e comerciais. Esta “segregação” era impulsionada não só pelos preços cobrados sobre os terrenos¹⁵⁵ da região comercial e

¹⁵⁴ VAZ, Lilian Fessler. **Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado, PUR/UFRJ, 1985, p. 105-6.

¹⁵⁵ Lilian Fessler Vaz observa que houve um processo de descongestionamento das freguesias centrais nas décadas finais do século XIX, e no início do século XX (sobretudo na gestão do prefeito Pereira Passos). Este processo, segundo ela, “significará a expulsão de certos grupos sociais e certas atividades para a periferia e a apropriação daquele espaço por várias frações de capital. É um dos primeiros movimentos do processo de estratificação social que vira a caracterizar a cidade até hoje, assim como do processo de divisão e especialização funcional do espaço (...)” Idem, p. 17-8.

administrativa (cada vez mais altos), como também pela busca por afastar destes locais valorizados, os elementos indesejáveis, ou seja, os setores mais pobres.

Por outro lado, a formação desta chamada (grande) “periferia” - que incluía freguesias consideradas inicialmente aqui como “centrais”, por sua localização geográfica – pode também ser visto como uma tentativa dos setores mais pobres de estabelecer estratégias e soluções para se manterem próximos deste centro, e de suas oportunidades, como forma de conseguirem seu ganha-pão.

Estas questões levam a uma necessária relativização da chamada “região central”, que não deve ser mais considerada unicamente por sua localização geográfica. Afinal, muitas freguesias faziam parte de uma grande região nas proximidades do núcleo histórico da cidade, mas isto não significa que os processos de ocupação econômica e social tenham seguido a mesma lógica, conforme pôde ser observado.

A própria evolução da freguesia da Candelária, *locus* das atividades financeiras e administrativas da Corte, com o passar das décadas, apresentou uma tendência à especialização, dando um espaço cada vez menor à atividade de moradia¹⁵⁶, enquanto em freguesias como Espírito Santo, Santana, Glória e Santo Antônio já demonstram, em meados de 1890, uma forte tendência habitacional, concentrando inclusive os maiores percentuais de habitações coletivas.

As tendências observadas acima indicam que esta análise deve concentrar seus esforços na caracterização desta região considerada “periférica” do ponto de vista das atividades comerciais. Bem como relacionar estas características às dimensões sócias presentes neste espaço amplo, que agregavam uma grande parcela da população trabalhadora e pobre da cidade.

¹⁵⁶ Ver Tabela 19 do ANEXO A.

Tempos difíceis...

“Não é no centro da cidade, sobretudo na cidade velha que habitam os indivíduos que merecem a denominação de pobres: nesses lugares, centro da actividade e do commercio, as habitações, postos que geralmente detestáveis, são de preços de tal maneira fabulosos, que a classe pobre não comporta. É, pois nos lugares um pouco afastados do centro da cidade que residem os pobres livres.”¹⁵⁷

A percepção do processo de divisão dos espaços de acordo com especificidades sociais e econômicas é uma marca desta segunda metade do século XIX. A população crescia acentuadamente, os investimentos em atividades comerciais se acentuavam, mudanças ocorriam nas diversas regiões desta cidade múltipla.

Cada vez mais parecia se tornar clara em que termos esta divisão estaria se dando. Com um centro financeiro e administrativo no núcleo mais antigo da cidade, há a atração de um grande número de pessoas para estes locais, em busca de oportunidade e de condições para a sua sobrevivência. Estas pessoas, sem condições de se alojarem no centro comercial, buscam abrigo o mais próximo que podem, formando um volumoso contingente que busca módicas moradias a preços razoáveis.

O cenário encontrado talvez não fosse o mais desejável: tendo que residir em construções precárias, com preços nem sempre tão atrativos, os setores populares - que compunham o grande contingente de trabalhadores - davam o tom as chamadas periferias. Estes integravam as freguesias tidas como “habitacionais”, nas quais eram encontradas não só as maiores taxas de concentração urbana, como também as famigeradas habitações populares. Estes dois “elementos”, em conjunto, podem ser considerados os pivôs dos fenômenos do crescimento urbano.

Embora os números não sejam muitos seguros¹⁵⁸, estimativas demonstram que entre 20 e 25% da população do Rio de Janeiro era composta por moradores de Cortiços no final do século XIX e que, apesar de estas moradias serem locais de ocupação típica dos setores mais pobres, elas provavelmente não chegavam a abrigar a metade das camadas populares. O mais

¹⁵⁷ COSTA, A. Correa de Souza Apud VAZ, Lilian Fessler. **Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado, PUR/UFRJ, 1985, p.68.

¹⁵⁸ As estimativas populacionais das habitações populares devem ser encaradas com certa reserva não só pela dificuldade de se estimar as reais populações habitantes nos imóveis – em parte pela resistência dos moradores e mesmo dos proprietários (quando encontrados) em fornecer informações precisas e corretas – como pelas contradições, ressaltadas por Lilian Fessler Vaz, entre o número de habitantes revelados pelas médias e aqueles indicados pelos relatórios dos fiscais sanitários. Segundo a autora, as médias são provavelmente inferiores às reais e as denúncias sobre lotação são provavelmente mais confiáveis embora estas apresentem uma ênfase tendenciosa em indicar o excesso de lotação. VAZ, Lilian Fessler. **Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado, PUR/UFRJ, 1985, p. 113-4.

provável é que tais espaços de moradia abrigassem uma terça parte dos números desta população¹⁵⁹.

Mesmo assim, um numeroso contingente populacional que se encontrava nas freguesias próximas ao centro comercial e administrativo da cidade estava em contato com esta modalidade de habitação¹⁶⁰. Residências por excelência das camadas populares, estas formas de ocupação dos espaços, muito comuns no contexto habitacional da Corte, acomodavam um grau variado de indivíduos.

Este contingente era composto de pessoas “nacionais” e “estrangeiras”, ocupando variados postos de trabalho, ou mesmo sem trabalho declarado, desenvolvendo meios para sua subsistência num quadro populacional em crescimento.

Observando os dados disponíveis sobre as “ocupações” da população da Corte entre as décadas de 1870 e 1890, podemos ter um panorama, ainda que vago, destas pessoas. A partir deles, pode ser observado que o aumento populacional representou dificuldades não apenas para o setor habitacional.

Se forem comparados os dados entre os referidos períodos serão observados dois processos análogos em meio ao “mercado de trabalho” da cidade. O primeiro deles diz respeito à especialização ocupacional; e o segundo diz respeito ao aumento no número de desempregados.

O primeiro processo pode ser observado através da comparação das divisões ocupacionais listadas pelos censos de 1870, 1872 e 1890. Através deles, pode ser constatada uma certa mudança nos padrões de classificação ocupacional da população, representado, por exemplo, pela inclusão de categorias como engenheiros, arquitetos, agrônomos, além da criação de uma nova categoria, a das “profissões técnicas” que não constavam nos levantamentos da década de 1870. Além disso, o que o censo de 1872 classificou “genericamente” como “manufatureiros” e “trabalhadores”, o levantamento de 1890

¹⁵⁹ Idem, p.115-6. Segundo os dados apresentados pela análise desta pesquisadora, outras formas de moradia – casebres, dormitórios, quartos nos sótãos, porões – “tem peso e uma importância iguais à das habitações coletivas” na questão da moradia no Rio de Janeiro.

¹⁶⁰ Segundo dados de um levantamento realizado por Antônio Martins de Azevedo de Pimentel, em 1888, havia um total de 1331 Cortiços nas regiões próximas ao centro comercial e administrativo da Corte, abrigando cerca de 46.680 pessoas. Embora devam ser observados com cautela (como todos os dados deste tipo no período), os números são impressionantes, sobretudo se for observado que estes podiam ser ainda maiores. PIMENTEL, Antônio Martins de Azevedo. **Subsídios para o Estudo da Higiene no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typografia e Lytografia de Carlos Gaspar da Silva, 1890.

classificou como “pessoal da indústria”, dividida em oito subgrupos, designando amplas áreas de atividade produtiva.¹⁶¹

Se estes dados não são conclusivos o suficiente, as mudanças registradas nos levantamentos estatísticos podem ao menos indicar que há uma tentativa em lidar com uma estrutura profissional mais complexa e ampla apresentada pela cidade entre as duas décadas.

No entanto, a complexidade das divisões profissionais não parece ter sido o único elemento observável nas variações registradas nos censos. Conforme a população crescia, também são registrados crescimentos relativos nos números de profissionais por categoria. Certos dados apresentam, inclusive, um crescimento relativo maior que a população como um todo. Médicos, advogados, funcionários públicos, pessoal do comércio, por exemplo, apresentaram, em 1890, aproximadamente o dobro, e mesmo o triplo dos números registrados em 1872.¹⁶²

No entanto, a taxa de pessoas desempregadas ou sem profissão definida também aumentou nestes vinte anos. Comparando os dados de 1870 com os de 1890 nota-se que as pessoas enquadradas nestas duas categorias passaram de 30% para 44% da população. O que daria uma diferença percentual aproximado de 14% entre as duas datas referenciais a favor da década de 1890.

Embora as últimas estimativas pareçam muito altas, elas talvez permitam a constatação de uma terceira tendência no mercado de trabalho da Corte entre as duas décadas: o crescimento da informalidade.

Uma comissão parlamentar observou em 1882 que havia um regular aumento da população urbana sem trabalho fixo, e que demonstrava pouca, ou nenhuma inclinação para migrar para regiões do interior, ou para a lavoura. Segundo o parecer dos parlamentares, as mulheres se metiam na prostituição, no roubo ou na mendicância, enquanto os homens se tornavam vendedores de peixes ou vegetais e camelôs.¹⁶³

¹⁶¹ Este aspecto peculiar dos dados das décadas de 1870 e 1890 foi apontado por Rebecca B. Bergstresser. BERGSTRESSER, Rebecca Baird. **O movimento pela abolição da escravidão no Rio de Janeiro, 1880-1889**. Tese de Doutorado, Universidade de Stanford, 1987, p. 23-24.

¹⁶² Nestes aproximadamente vinte anos os médicos passaram de 394 (1872) para 965 (1890); os advogados, de 242 (1872) para 761 (1890); os funcionários públicos, de 2.351 (1872) para 5.967 (1890); o pessoal do comércio, de 24.431 (1872) para 49.187 (1890). **Recenseamento de 1906**, Op. Cit., p. 100-102; BRASIL. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento da população do Brazil a que se procedeu no dia 1º de Agosto de 1872**. Rio de Janeiro: 1873-76.

¹⁶³ LUZ, Nícia Vilela Apud BERGSTRESSER, BERGSTRESSER, Rebecca Baird. **O movimento pela abolição da escravidão no Rio de Janeiro, 1880-1889**. Tese de Doutorado, Universidade de Stanford, 1987, p. 23.

O comércio de pequenos produtos, o furto ou roubo¹⁶⁴, a venda de força de trabalho para pequenos serviços, ou mesmo do próprio corpo, parecem ser algumas das saídas encontradas pelas pessoas mais pobres e sem a devida qualificação para ganharem a vida num mercado de trabalho mais “especializado” e restrito.

Dentre os mais numerosos setores ocupacionais temos além do comercial - “formal” e “informal” (i.e. em pequena escala) -, o setor de serviços domésticos, que durante a segunda metade desse século manteve-se, comparativamente, como a categoria “profissional” que apresentou o maior número de pessoas em suas fileiras.¹⁶⁵

Deste modo, o fenômeno do aumento da população, observado entre os anos de 1870 e 1890, veio acompanhado de um processo de ampliação do número de habitantes “sem qualificação”, e, por conseguinte, por um aumento do desemprego ou do subemprego.¹⁶⁶

Examinando o mercado de trabalho sobre a ótica da nacionalidade, pode-se perceber que, nas décadas finais do Império, os brasileiros parecem levar uma desvantagem relativa em relação aos estrangeiros para ocupar postos de trabalho.

Os dados do censo de 1872 indicam que os estrangeiros, apesar de sua inferioridade numérica em relação aos brasileiros, tinham posição de destaque no setor comercial do Rio de Janeiro, ocupando 17.558 postos de trabalho neste ramo, enquanto os brasileiros ocupavam 6.123¹⁶⁷. Números de 1886 do Ministério da Fazenda não só confirmam esta tendência de proeminência estrangeira, como também indicam um número expressivo de portugueses: 2.631 brasileiros, 8.240 portugueses e 1.024 outros estrangeiros pagaram a chamada “Taxa de Indústria e Profissões” deste ano.¹⁶⁸

A situação de predomínio de uma mão-de-obra de emigrantes em alguns setores da economia da Corte serve tanto como um indicador a mais da grande presença destas pessoas na cidade, quanto da sua capacidade de se adequar a um ambiente que, a princípio, lhes seria de difícil penetração. No entanto, os dados parecem demonstrar o oposto.

¹⁶⁴ Segundo os dados estatísticos sobre as causas de prisões no ano de 1875, as maiores incidências ficam por conta de agressões físicas (“ferimentos leves”), seguida por “furto” e “roubo”. Estes últimos, juntos, representam 37,08% do total das causas de prisão deste ano, seguidos pelos “ferimentos leves”, com 30,50%. Sendo assim, os “crimes contra a propriedade” representam, em 1875, as causas de prisão mais frequentes. “Relatório do Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, 1876, apêndice estatístico.” In: HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997, p. 238.

¹⁶⁵ O setor de serviços domésticos aparenta ter mantido as maiores taxas de ocupação na Corte entre 1870 e 1890, apresentando, na última data, um acentuado crescimento. Este setor congregava 53.150 pessoas em 1870 e, vinte anos depois, apresentou um número de 74.785 pessoas, sobretudo mulheres. BRASIL. **Recenseamento de 1906**, Op. Cit.

¹⁶⁶ BERGSTRESSER, Rebecca Baird. **O movimento pela abolição da escravidão no Rio de Janeiro, 1880-1889**. Tese de Doutorado, Universidade de Stanford, 1987, p. 24.

¹⁶⁷ Recenseamento de 1872, Op. Cit., p. 21.

¹⁶⁸ BERGSTRESSER, Rebecca B. Op. Cit., p.24.

No caso do imigrante europeu, em geral, e do português, em particular, as circunstâncias que possibilitaram a transferência de milhares destas pessoas durante a segunda metade do século XIX, foram motivadas não só pelas dificuldades econômicas enfrentadas em seus países de origem, como por uma conjuntura favorável no Brasil.¹⁶⁹

A presença marcante dos estrangeiros na área comercial do Rio de Janeiro, sobretudo de portugueses, não parecia ser um fato corriqueiro ou transitório na história desta cidade. Dados de 1872 indicam que os estrangeiros compunham a maior parte da população trabalhadora da Corte em diversos ramos de atividade, superando os brasileiros não somente nas “manufaturas”, como em todos os serviços, exceto apenas no “trabalho de couro”.¹⁷⁰

A novidade talvez esteja no fato de que, tanto os lusitanos como os italianos aparecem, na década de 1880, como mão-de-obra significativa nas atividades industriais. Este fato é, inclusive, reconhecido em 1886 pelo cônsul dos EUA estabelecido no Rio de Janeiro, ao relatar que os imigrantes compunham a maior parte da força de trabalho desta cidade.¹⁷¹

Seja como for, brasileiros e estrangeiros pareciam estar no mesmo barco nesta cidade do século XIX. Propensos às dificuldades que atingiam a população da Corte, seus dramas pareciam se combinar aos graves problemas enfrentados pela cidade durante as décadas de 1870 e 1880.

Além de um mercado de trabalho insuficientemente amplo para absorver o grande contingente populacional, e das péssimas condições de moradia das regiões próximas ao centro comercial e administrativo, os setores populares tinham de enfrentar um quadro de crise econômica deflagrada nas décadas finais do Império.

Conforme observado anteriormente¹⁷², estas décadas apresentaram um quadro de crise financeira para o Brasil. Resumidamente, esta crise foi caracterizada pelo desequilíbrio financeiro e orçamentário do país, ocasionado pela queda das exportações brasileiras no

¹⁶⁹ Segundo Alencastro, três são os fatores principais para as correntes de imigração portuguesa: O contexto socioeconômico do Norte de Portugal e das ilhas atlânticas, marcados por desemprego e fome; a demanda de mão-de-obra no Brasil, após a extinção do tráfico em 1850; e, relacionada a este último, a “reciclagem” de parte da frota do comércio negreiro luso-brasileiro, dedicados ao transporte de imigrantes (“tráfico de engajados”). A este três elementos poderia ser adicionada ainda a sugestão de uma conjuntura política favorável à chegada de europeus de modo à “branquear” a população do Império e, sobretudo da Corte. Diferentes elementos motivaram o estímulo à migração, sobretudo “branca” para o Brasil, atendendo tanto aos interesses econômicos dos traficantes de escravos e senhores rurais, quanto os interesses dos defensores do “embranquecimento” da população brasileira como forma de atingir a civilização (vide europeia). Para mais detalhes, ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe. Proletários e escravos. Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850 -1872. **Novos Estudos Cebrap**, Rio de Janeiro, n.21, 1988, p. 31-38.

¹⁷⁰ Recenseamento de 1872, p.21.

¹⁷¹ Segundo o cônsul dos Estados Unidos no Brasil, Christopher Columbus Andrews, “os nativos portugueses e os elementos italianos compõem a maior parte da classe trabalhadora”. ANDREWS, Christopher Columbus. Apud BERGSTRESSER, Rebecca Baird. **O movimento pela abolição da escravidão no Rio de Janeiro, 1880-1889**. Tese de Doutorado, Universidade de Stanford, 1987, p.25.

¹⁷² Ver páginas 68 a 71.

mercado externo e, por conseguinte, da capacidade de importar produtos. Esta situação prejudicou a arrecadação do governo imperial, mantida basicamente pelos impostos cobrados sobre o comércio exterior. A conseqüente redução da arrecadação e o aumento dos gastos levaram o governo central a adotar pacotes de medidas que revertessem este quadro deficitário, sem, todavia, prejudicar o setor agrícola (sobretudo o da cafeicultura).

Dentre as medidas tomadas, a criação de novas taxas e o aumento de impostos talvez sejam aquelas que mais atingiram o conjunto da população. Afinal, elas incidiam em pontos específicos e problemáticos da vida na Corte.¹⁷³ Segue um trecho da Lei.

CAPÍTULO III

Art. 9º: A Receita Geral (...) será realizada com o produto do que arrecadar-se dentro do exercício da presente lei, sobre os títulos abaixo designados:

1. Direitos de impostos sobre consumos.
2. Expedientes dos gêneros livres de direitos de consumo, pagando os gêneros estrangeiros navegados por cabotagem que já tenham satisfeito os direitos de consumo 1 ½%.
3. Armazenagem.
5. Dito da Doca, elevando-se 50% as taxas ora cobradas.
6. Direitos de exportação dos gêneros nacionais.
30. Imposto predial.
36. Ditos de indústrias e profissões.
45. Taxas de transportes.
46. Imposto territorial.
47. Dito sobre fumo.
48. Taxa adicional sobre escravos. (...)

Resumidamente, estas foram algumas áreas contempladas pelas medidas de combate à crise financeira propostas pelo governo imperial.

Como pode ser constatado, o trecho retirado da Lei do Orçamento Imperial para os anos de 1879-1881 possibilita a observação de que diversos aspectos da vida da população do Império seriam atingidos pelas novas taxas.

De forma específica, as novas tarifas contemplaram três setores problemáticos da cidade: habitação, transporte público e alimentação. Esses três setores, conforme pôde ser observado, eram justamente os principais pontos que marcaram as graves crises sociais enfrentadas pelo Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX e mesmo no início do século XX.

¹⁷³ Uma série de novas taxas e aumentos foram aprovados em 1879 pelo gabinete liberal do Visconde de Sinimbu. Estas medidas, conforme o mesmo chefe do gabinete observou, serviam para sanear a economia e acabar com a crise financeira que o país enfrentava desde essa década. Este conjunto de medidas pode ser observado através da Lei nº 2.940 de 31 de outubro de 1879 (que fixa a receita e a despesa do Império).

Afinal, vivia-se num período de crescimento acentuado da cidade, e, junto dele, eram observadas taxas elevadas de desemprego e uma infra-estrutura urbana aquém das reais necessidades de sua população.

Uma das questões de infra-estrutura que merece atenção neste momento é o mercado alimentar, visivelmente problemático nesta segunda metade de século. Pois, além dos problemas constantes de abastecimento e da baixa qualidade, seus preços pareciam ser impraticáveis para o conjunto da população.¹⁷⁴

Seguindo a tendências dos anos dos fins da década de 1850¹⁷⁵, o abastecimento de alimentos era constantemente assolado por escassez, alta nos preços, e baixa qualidade¹⁷⁶. Produtos como carne-seca, peixe seco, arroz, feijão e pão, bases da alimentação da população pobre da Corte¹⁷⁷, sofreram aumentos freqüentes durante as décadas de 1870 e 1880.

A carne-seca, por exemplo, chegou a custar 520 réis o quilo, em 1880 e 800 réis o quilo, em 1886. Uma situação inaceitável, conforme assinalado pelos jornalistas da Corte ao protestarem contra estes preços, segundo eles, abusivos para a população.¹⁷⁸

Esta situação se explicaria, em parte, pelo fato de que a “especialização da produção” agrícola brasileira observada desde os anos de 1850 fez com que a produção de alimentos fosse deixada de lado em prol de culturas como a do café, com maior valor agregado no mercado externo. Tal situação teve como conseqüências o aumento da necessidade de importar alimentos básicos para atender a uma população em amplo crescimento.¹⁷⁹

Observar as pautas alfandegárias brasileiras da década de 1880 em relação aos “alimentos básicos” da população pode ajudar não só na constatação desta tendência de importação de alimentos, como também pode auxiliar a compreensão deste impacto sobre a vida da população da Corte.

O aumento da carne-seca registrado entre 1880 e 1886, por exemplo, pode ser explicado pelo fato de que sua importação era rigorosamente taxada como forma de criar mecanismos de proteção da produção do Rio Grande do Sul. No entanto, como a carne consumida no Rio de Janeiro não era completamente fornecida pela província do Sul – sendo

¹⁷⁴ BERGSTRESSER, Rebecca Baird. **O movimento pela abolição da escravidão no Rio de Janeiro, 1880-1889**. Tese de Doutorado, Universidade de Stanford, 1987, p. 27.

¹⁷⁵ Ver páginas 66, 67 e 68 e o ANEXO A, Tabelas 16 e 17 e o Gráfico 7.

¹⁷⁶ SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, o príncipe do povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor**. São Paulo, Cia das Letras: 2001, p.87.

¹⁷⁷ ANDREWS Apud BERGSTRESSER, Rebecca Baird. **O movimento pela abolição da escravidão no Rio de Janeiro, 1880-1889**. Tese de Doutorado, Universidade de Stanford, 1987, p. 26.

¹⁷⁸ Idem, p. 27.

¹⁷⁹ Para mais detalhes sobre a “especialização da produção” e seus impactos sobre a produção de alimentos consumidos na Corte, ver: páginas 64 a 68 deste capítulo, bem como o ANEXO A, especificamente a página 97.

importada, inclusive, da Argentina, Uruguai e EUA – seu preço mantinha-se virtualmente alto.

O mesmo observa-se em relação aos demais produtos consumidos pela população mais pobre da cidade, parcialmente ou completamente trazidos de fora. Em 1880 calcula-se que 29.227 sacas de feijão tenham desembarcado no porto do Rio de Janeiro, e que 194.898 sacas de arroz tenham sido importadas da Índia e Inglaterra no mesmo ano, 49.098 sacas a mais do que no ano anterior.¹⁸⁰ Esta lista estendia-se a produtos como milho e a farinha de trigo, que observaram no mesmo período alta em seus preços.¹⁸¹

O impacto dos aumentos desta década sobre a população trabalhadora - que de acordo com a sua ocupação podia ganhar, em média, de 4 a 30 dólares americanos¹⁸² por semana – talvez possa ser medido pelo aumento dos gastos necessários à sua sobrevivência. Segundo o cônsul dos Estados Unidos no Brasil, uma pessoa da Corte podia gastar, em 1886, uma média de 5 a 8 dólares por mês por uma habitação em estalagens e entre 3,50 e 4,50 dólares, nos cortiços¹⁸³.

Somados a estes gastos, teríamos a incidências de tarifas sobre a alimentação - cujos preços flutuavam de acordo com os aumentos no mercado internacional e com a especulação dos comerciantes da cidade - que faziam com que a carne, por exemplo, se tornasse um artigo cada vez mais distante da mesa do trabalhador.¹⁸⁴

A crise econômica, o desemprego e a alta nos preços tinham efeitos nefastos sobre a vida na capital. Esta situação crítica chamou a atenção, inclusive, do jornalista José do Patrocínio, que ao refletir sobre as condições de vida da Corte na década de 1880 imprimiu a seguinte descrição:

O custo de vida no Rio aumentou de uma maneira extraordinária. Crescentes taxas e desemprego colocam a classe trabalhadora numa situação, que em qualquer país bem dirigido, teria a muito tempo exigido a atenção das classes governantes. E não

¹⁸⁰ SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, o príncipe do povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.** São Paulo, Cia das Letras: 2001, p. 88.

¹⁸¹ Idem, ibidem. A importação do milho - produto amplamente consumido pela população mais pobre (escrava, livre e liberta) da cidade – aumentou significativamente entre 1879 e 1880: de 95.500 sacas, em 1879 passou para 103.507 no ano seguinte. Seu preço também aumentou neste período, passando de 3\$500 a para 5\$800 a saca. O preço da barrica da farinha esteve entre 16\$000 e 24\$000 no ano de 1880.

¹⁸² ANDREWS Apud BERGSTRESSER, Rebecca B. Op. Cit., p. 25 A mesma autora observa que a escala de 30 dólares referia-se aos técnicos altamente especializados, como maquinistas. Para verificar uma equiparação dólar (EUA) / mil-réis no período, ver tabela 25 (ANEXO A).

¹⁸³ Idem, ibidem.

¹⁸⁴ O preço da carne fresca na década de 1880 ficou estimado entre 300 e 500 réis (aproximadamente 20 a 25 centavos de dólar.). Segundo Aureliano Restier Gonçalves, os altos preços da carne fresca na Corte prejudicaram seu consumo. Seus cálculos indicam que, em média, 6.000 quilos de carne eram vendidos por dia no Rio de Janeiro, cuja população estaria entorno dos 520.000 habitantes. Este quadro demonstra uma situação de consumo irregular deste produto. GONÇALVES, Aureliano Restier. **Carnes verdes em São Sebastião do Rio de Janeiro, 1500-1900. Revista de documentos para a história da cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 1952, V. III, p. 307-8.

somente a classe trabalhadora se acha numa posição difícil. Os empregados públicos e pequenos homens de negócio não estão em melhor condição, nem estão as pequenas indústrias.¹⁸⁵

Não só Patrocínio, mas outros jornalistas e políticos da Corte¹⁸⁶, de uma forma ou de outra, também demonstraram manifestações de descontentamento com as novas medidas liberais¹⁸⁷. Traduzidas em folhas de jornais ou não, a polarização contra o gabinete responsável pelas medidas se tornou de tal forma ampla, que acabou tomando as ruas, seja através de *meetings* seja através da ação direta da multidão.¹⁸⁸

Os episódios dos dias iniciais de 1880 demonstrariam que as palavras de José do Patrocínio e outros opositores ao governo não seriam as únicas formas de manifestações de posicionamento político na Corte.

¹⁸⁵ *Gazeta de Notícias*, 28 de fevereiro de 1880.

¹⁸⁶ Dentre as personalidades políticas que estiveram envolvidas nas críticas ao gabinete tiveram destaque: Lopes Trovão, Ferro Cardoso, Ferreira de Menezes, Joaquim Nabuco, Saldanha Marinho, Leôncio de Carvalho entre outros. Para mais detalhes, ver o artigo intitulado “O confabulo da Rua do Carmo e o Imposto do Vintém”, encontrado na seção “Publicações a pedido” do *Jornal do Comércio* do dia 5 de janeiro de 1880.

¹⁸⁷ As novas medidas liberais foram postas na pauta pelo gabinete liberal de 1878 que tinha a sua frente, o ministro João Lins Vieira Cansação de Sinimbu. Dentre elas temos a reforma tributária (expressa pela Lei nº 2.940 de 31 de outubro de 1879, vista aqui parcialmente) e a reforma política (que será tratada num capítulo adiante desta análise).

¹⁸⁸ Entre os dias 1º e 4 de janeiro de 1880 ocorreu o chamado “motim do vintém”, que teria levado não só os opositores do governo a manifestar seu descontentamento com as novas taxações, como a própria população mais pobre da Corte, maior vítima da piora nas condições de vida. No entanto, acredita-se que esta piora é apenas um dos elementos deste episódio político, que será tratado com mais detalhes nos próximos capítulos.

ANEXO A

Tabela 15: Evolução da população da Corte (dados estimados)

Anos	População Total (aproximadamente)
1870	235.381
1871	244.958,89
1872	254.926,51
1873	265.299,73
1874	276.095,04
1875	287.329,62
1876	299.021,35
1877	311.188,83
1878	323.851,41
1879	337.029,25
1880	350.743,31
1881	365.015,40
1882	379.868,24
1883	395.325,46
1884	411.411,65
1885	428.152,40
1886	445.574,35
1887	463.705,22
1888	482.573,85
1889	502.210,26
1890	522.645,70

Observações:

- 1) Estas estimativas foram reduzidas para um padrão de duas casas decimais depois da vírgula;
- 2) A base de cálculo da média populacional aproximada foi de 4,0691% a.a., tendo como parâmetros, 235.381 (mínimo) e 522.651 (máximo). Estes números correspondem aos dados fornecidos pelos censos de 1870 e 1890 respectivamente;
- 3) Estes são dados aproximados, ou seja, representam uma tentativa de traçar estimativas das populações da Corte entre 1870 e 1890 com intuito de inferir algumas análises relativas, **não sendo, por isso, em absoluto, a população real apresentada.**

Gráfico 5: Participação da população escrava na população total da Corte em 1849.

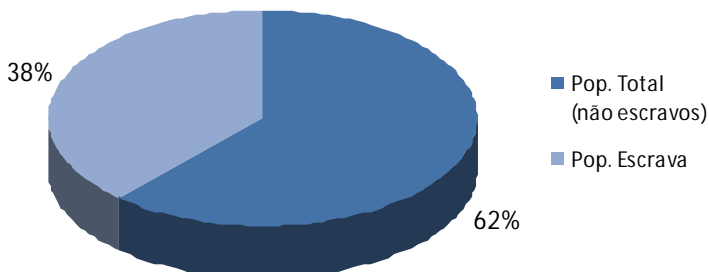


Gráfico 6: Participação da população escrava na população total da Corte em 1885.

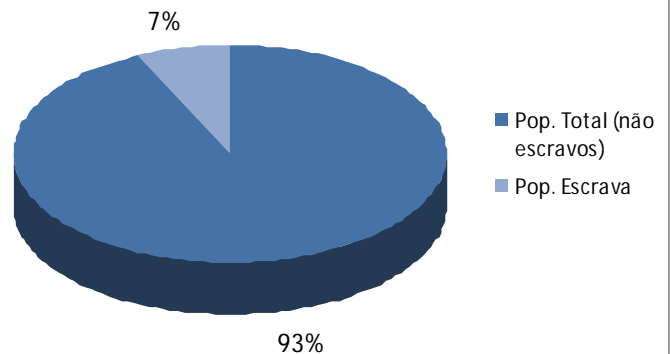
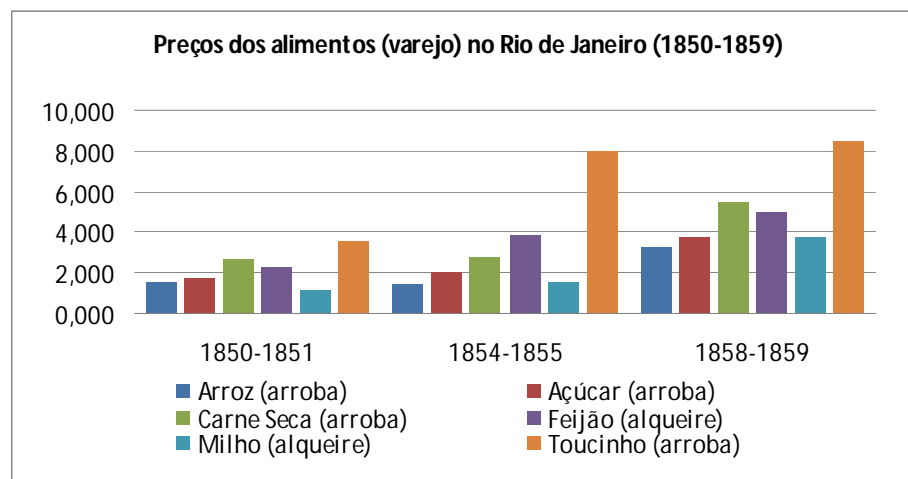


Tabela 16: Variação dos preços dos alimentos no Rio de Janeiro (1850-1859)¹⁸⁹

MERCADORIA	1850-1851		1854-1855		1858-1859	
	PREÇO	ÍNDICE N°	PREÇO	ÍNDICE N°	PREÇO	ÍNDICE N°
Arroz (arroba)	1\$520	100	1\$410	93	3\$300	217
Açúcar (arroba)	1\$770	100	2\$050	116	3\$750	212
Carne Seca (arroba)	2\$720	100	2\$830	104	5\$500	102
Feijão (alqueire)	2\$300	100	3\$890	173	4\$980	216
Milho (alqueire)	1\$150	100	1\$530	132	3\$750	326
Toucinho (arroba)	3\$540	100	7\$980	225	8\$500	240

Tabela 17: Média e percentual de aumentos entre 1850 e 1859¹⁹⁰

Anos	Arroz (arroba)	Açúcar (arroba)	Carne Seca (arroba)	Feijão (alqueire)	Milho (alqueire)	Toucinho (arroba)
1850-1851	1\$520	1\$770	2\$720	2\$300	1\$150	3\$540
1858-1859	3\$300	3\$750	5\$500	4\$980	3\$750	8\$500
Média ↑	2\$410	2\$760	4\$110	3\$640	2\$450	6\$020
%	46,06	47,20	49,45	46,18	30,67	41,65

Gráfico 7: Variação dos preços dos alimentos no Rio de Janeiro (1850-1859)¹⁹¹

ANÁLISE DOS DADOS (Tabelas 16 e 17 e Gráfico 7)

Conforme pode ser observado, na década de 1850 há uma variação acentuada (ver GRÁFICO 7) dos preços de alimentos básicos da população do Rio de Janeiro. Esta constatação se torna mais evidente ao compararem-se os valores registrados entre os períodos de 1850-51 e de 1858-59, nos quais é notada uma variação de aumento percentual entre 40% e 50% sobre os valores registrados no início da década¹⁹².

Este quadro de dificuldades se torna mais evidente se for observado que estes valores eram apresentados no atacado, e não no varejo. O que significa dizer que os preços praticados eram muito além destas estimativas, dados os circuitos de comércio pelo qual passavam os produtos até chegar ao consumidor final. Além é claro da especulação praticada pelos comerciantes da Corte em momentos de carestia de alimentos, visando maximizar os lucros certos em momentos específicos, como este em que há uma reordenação do mercado produtor e consumidor de alimentos, e uma conseqüente redução da oferta de alimentos, em sua maior parte, provenientes de fora da província.¹⁹³

¹⁸⁹ STEIN, S.J. STEIN, S.J. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

¹⁹⁰ Baseado nos dados da Tabela 17.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Com exceção do alqueire do milho, que tem um percentual de aumento de 30,67%.

¹⁹³ A prática de especulação alimentar em momentos de carestia não foi observada apenas em terras Americanas, o mesmo fato pode ser observado na Grã-Bretanha e na França dos séculos XVIII e XIX, onde era comum a venda para o mercado externo (quando os valores eram mais altos) ou mesmo a retenção de alimentos ao invés de disponibilizá-los no mercado, visando uma valorização acentuada, sobretudo em tempos de crise alimentar.

Tabela 18: Malha ferroviária do Rio de Janeiro (tráfego e construção) - 1885¹⁹⁴

LOCAL	Extensão (km)	Capital (contos de réis)	Regime de propriedade
MUNICÍPIO NEUTRO			
Pedro II	832	952.453	União
Rio do Ouro	69	1.165	União
Corcovado	4	400	Nacional Privada
7 Northem	71	2.000	Estrangeira
RIO DE JANEIRO			
Grão-Pará	92	4.000	Nacional Privada
Cantagalo	309	10.861	Província
Carangola	188	6.000	Nacional Privada
Ramal Cantagalo	86	N/A	Nacional Privada
União Valenciana	63	1.080	Nacional Privada
Macaé/Campos	104	8.000	Nacional Privada
Sto. Antônio de Pádua	93	N/A	Nacional Privada
Sta. Isabel do Rio Preto	75	3.800	Nacional Privada
Piraense	56	3.000	Nacional Privada
Barão de Araruama	41	800	Nacional Privada
Campos/S. Sebastião	18	600	Nacional Privada
Comércio/Rio das Flores	27	790	Nacional Privada
Resende/Areias	28	2.200	Nacional Privada
Bananalense	12	810	Nacional Privada
São Fidelis	15	N/A	Nacional Privada
Vassourense	6	N/A	Nacional Privada
Rio Bonito/Jutanaíba	9	N/A	Nacional Privada
TOTAIS	2.198	997.959	

Observações: A União Valenciana, Santa Isabel do Rio Preto, Ramal Resende a Areas, Comércio a Rio das Flores, Ramal Bananalense, Vassourense e a Piraense, posteriormente Estrada de Ferro Santana eram conectadas à Estrada de Ferro D. Pedro II (atual Central do Brasil), principal tronco ferroviário que ligava o Porto do Rio de Janeiro com as Províncias de São Paulo e Minas Gerais. Os fazendeiros de café da Zona Serrana do Centro e da porção Oriental do Vale do Paraíba (aliados com o setor canavieiro de Campos) construíram a Estrada de Ferro de Cantagalo, Estrada de Ferro Carangola, Ramal de Cantagalo, Estrada de Ferro Macaé/Campos, Estrada de Ferro Barão de Araruama, Estrada de Ferro São Fidelis (em construção em 1885), e a Estrada de Ferro de Campos a São Sebastião. As ferrovias mais importantes dentre estas foram as Estradas de Ferro de Cantagalo e Carangola. (MELLO VIEIRA, Wilson. **Apogeu e decadência da cafeicultura fluminense (1860-1930)**. Dissertação de Mestrado, Unicamp: 2000, p. 22.)

ANÁLISE DOS DADOS (Tabela 18)

Os dados da tabela revelam um predomínio do capital brasileiro nos investimentos na rede ferroviária. E, no interior deste, os investimentos governamentais superam com uma margem ampla aqueles empregados pela iniciativa privada. Pois, enquanto a União e o Governo da Província do Rio de Janeiro juntos empregam 965.314 contos de réis, a iniciativa privada (nacional e estrangeira) empregam pouco mais que 31.000 contos de réis. O que faz com que aproximadamente 96,73% do capital investido em ferrovias até este momento seja exclusivamente público, enquanto o restante, 3,27% seja de origem privada.

A análise destes dados demonstra que - apesar dos altos volumes de investimentos empregados pela iniciativa privada (31.000 contos de réis) - o tesouro nacional foi o maior responsável pelo processo de expansão ferroviária das décadas de 1870 e 1880¹⁹⁵. E este, por conseguinte, arcou com a maior parte do ônus da expansão e barateamento dos sistemas de transportes - uma das exigências dos fazendeiros de café - o que, em última instância, acabou agravando a crise financeira crônica que o governo enfrentava desde a década de 1870.

Para mais detalhes a este respeito, ver o excelente trabalho do historiador E. P. Thompson sobre os motins de fome na Inglaterra do século XVIII. THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa do século XVIII In: **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 150-202. No caso francês, ver: RUDÉ, George. **A multidão na História. Estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

¹⁹⁴ Ribeiro Pessoa Apud VIEIRA, Op. Cit., p. 22

¹⁹⁵ Deve ser observado que a participação de capitais governamentais também foi operada mediante a compra de ações e debêntures de ferrovias privadas quando este tipo de investimento parecia não atrair mais capitalistas. O que significa dizer que eram operadas aquisições de empresas (total ou parcialmente), visando à manutenção de uma oferta de transporte ferroviário adequado aos interesses de agro-exportação. (MELLO, MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 120 e 123). Ver nota 50.

Tabela 19: Dados estatísticos sobre a densidade demográfica e domiciliar da Corte (1870-1890)³³²

FREGUESIAS	1870					1872					1890				
	População	Prédios	Domicílios	Densidade populacional por prédio	Densidade populacional por domicílio	População	Prédios	Domicílios	Densidade populacional por prédio	Densidade populacional por domicílio	População	Prédios	Domicílios	Densidade populacional por prédio	Densidade populacional por domicílio
Candelária	9239	1175	1406	7,86	6,57	9818	1499	1745	6,55	5,63	9701	1163	575	8,34	16,87
S. José	20220	1876	3773	10,78	5,36	20010	1871	3118	10,69	6,42	42017	1988	4093	20,12	9,80
Santa Rita	23810	2619	4351	9,09	5,47	30865	2669	4425	11,56	6,98	46161	2568	4514	17,05	9,70
Sacramento	24429	3303	5788	7,40	4,22	26909	3403	5092	7,91	5,28	30663	3320	5400	9,23	5,67
Glória	18624	1920	3146	9,70	5,92	22135	1950	3583	11,35	6,18	44105	3327	5779	13,25	7,63
Santana	32686	3362	5461	9,72	5,99	38416	3468	7597	11,09	5,06	67533	4858	10345	13,9	6,52
Santo Antônio	17427	1642	3495	10,61	4,99	20629	1667	3447	12,37	5,98	37660	2157	6536	17,45	5,76
Espírito Santo	10796	1323	1972	8,16	5,47	13793	2250	2469	6,13	5,6	31389	4173	6051	7,52	5,18
Engenho Velho	13195	1429	2143	9,23	6,16	15428	2283	2385	6,76	6,47	36988	4287	5794	8,62	6,38
Lagoa	11304	1373	1683	8,23	6,72	13447	1171	1918	11,48	7,01	28741	2466	3582	11,65	8,02
São Cristóvão	9272	1367	1574	6,78	5,89	10833	1852	1702	5,85	6,36	22202	2326	3309	9,54	6,7
Gávea	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	4712	664	643	7,09	7,32
Engenho Novo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	27873	3774	4008	7,38	6,95
Irajá	5746	933	984	6,16	5,84	5782	921	921	6,28	6,28	13130	1753	1704	7,49	7,70
Jacarepaguá	7633	909	984	8,40	7,66	7993	1114	1106	7,18	7,23	16070	1422	1429	11,30	11,24
Inhaúma	7190	964	935	7,46	7,69	7220	1133	1110	6,37	6,50	17448	2586	2411	6,74	7,20
Guaratiba	6918	1124	1145	6,15	6,04	7091	1201	1186	5,90	5,68	12654	1371	1378	9,22	9,18
Campo Grande	9593	1312	1339	7,31	7,16	9686	1467	1467	6,60	6,60	15950	2023	2021	7,88	7,89
Santa Cruz	3445	409	417	8,42	8,26	2631	353	335	7,45	7,85	10954	1322	1303	8,28	8,40
Ilha do Governador	2594	415	414	6,25	6,27	2782	432	423	6,44	6,58	3991	692	614	5,76	6,50
Ilha de Paqueta	1260	224	190	5,63	6,63	1333	214	182	6,23	7,32	2709	336	318	8,06	8,51
Total / Média	235381	27679	41200	8,07	6,23	266801	30918	44211	8,12	6,37	522651	48576	71807	10,28	8,05

³³² Baseado nos dados do Recenseamento de 1906, Op. Cit.

Tabela 20: Freguesias centrais (densidade populacional)¹⁹⁷

Períodos	1870	1872	1890	1870-1890
Quantidade	157231	182575	309229	151998
↑%	n.a.	16,12	69,37	96,67

Tabela 21: Demais freguesias (densidade populacional)¹⁹⁸

Períodos	1870	1872	1890	1870-1890
Quantidade	78150	84226	213422	135272
↑%	n.a.	7,77	153,39	173,09

Tabela 22: Comparação entre as densidades populacionais¹⁹⁹

REGIÕES	1870	1890	↑ NUMÉRICO	%↑
FREGUESIAS CENTRAIS	157.231	309.229	151.998	96,67
DEMAIS FREGUESIAS	78.150	213.422	135.272	173,09

Tabela 23: Densidade domiciliar e densidade populacional (freguesias centrais)²⁰⁰

PERÍODOS	N.º de PRÉDIOS	N.º de DOMICÍLIOS	Densidade por prédio	Densidade por domicílio
1870	17220	29392	9,17	5,5
1890	23554	43293	13,36	8,39
1870-1890	6334	13901	4,19	2,89
↑%	36,78	47,30	45,69	52,55

Tabela 24: Densidade domiciliar e densidade populacional (demais freguesias)²⁰¹

PERÍODOS	N.º de PRÉDIOS	N.º de DOMICÍLIOS	Densidade por prédio	Densidade por domicílio
1870	10459	11808	7,27	6,76
1890	25022	28514	8,39	7,85
1870-1890	14563	16706	1,12	1,09
↑%	139,24	141,48	15,41	16,12

¹⁹⁷ Baseado nos dados da Tabela F.¹⁹⁸ Idem.¹⁹⁹ Idem.²⁰⁰ Idem.²⁰¹ Idem.

**Tabela 25: Média Anual do Dólar Americano entre 1880-1889
(Dólar / Mil-Reis)**

Ano	Câmbio
1880	0,45
1881	0,44
1882	0,43
1883	0,44
1884	0,42
1885	0,38
1886	0,38
1887	0,46
1888	0,51
1889	0,54

Fonte: HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes do Café*.
Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 268.

Observações: A tabela apresenta valores do câmbio médio anual entre mil-réis e o dólar americano (mil-réis/dólar) a partir de 1880. A unidade monetária brasileira, desde 1833 até 1942 é um múltiplo do real (unidade monetária colonial portuguesa, assim, conforme o câmbio de 1880 de 0,45 dólar / mil-réis teremos 2\$222 Rs / US\$1,00 (dois mil duzentos e vinte e dois réis / um dólar).²⁰²

²⁰² Dados de <http://www.ocaixa.com.br/bancodedados/dolaranualmedio.htm>.

CAPÍTULO 2

Para além de um “motim”:
questões e debates no contexto de 1879-80.²⁰³

Uma questão urgente: a reforma política.

Compreender os significados dos embates observados entre os dias finais de 1879 e os iniciais de 1880, que teriam sido traduzidos no chamado “motim do vintém”, passa pela compreensão não só do evento em si, como também pela análise do contexto social e político no qual ele estaria inserido. Para tanto, acredita-se na necessidade de serem analisados os elementos que constituíam as conjunturas políticas que possibilitaram, ou melhor seria, que auxiliaram, na elaboração de uma situação de conflito aberto.

A análise das conjunturas políticas das duas últimas décadas do regime imperial poderia ser aferida sob diversos focos. Tanto no que toca ao “formal”, quanto ao que se refere ao “não-formal”, os anos compreendidos entre as décadas de 1870 e 1880 parecem demonstrar elementos significativos para a análise da “política” brasileira no período.

Inicialmente, poderiam ser citados, a títulos de exemplo, as discussões acerca de direitos políticos e direitos civis que parecem ter tomado conta dos espaços de debate da monarquia brasileira. O momento que esta análise contempla foi marcado pela efervescência de questões que atingem de cima a baixo a sociedade, abordando desde a “questão escrava” até reformas políticas de cunho eleitoral²⁰⁴. Estes dois elementos, por si só, já forneceriam bastante material para qualquer análise histórica sobre o período final do século XIX.

No entanto, o que mais importa à presente análise é a maneira com que os “temas” presentes nesta sociedade teriam sido interpretadas pelas pessoas deste período, e como, a partir destas, pensaram e agiram. A tentativa de (re)construção de tais dimensões podem não só demonstrar de que maneiras as pessoas se posicionaram diante de fenômenos como as

²⁰³ Este capítulo se divide em duas partes. A primeira vai tratar da reforma eleitoral proposta pelo governo de Cansanção de Sinimbu em 1879, explorando que interesses estariam por trás da mesma e suas possíveis conexões com os sistemas de controle e poder político; a segunda parte vai tratar do motim e de suas apropriações pelos setores políticos da cidade do Rio de Janeiro, explorando um quadro de polarizações políticas que teria sido construído antes mesmo dos confrontos de rua e, através disso, busca elucidar a conjuntura política da cidade entre 1879 e 1880.

²⁰⁴ Podem ser citados como exemplos a Lei do Ventre Livre, de 1871, a reforma eleitoral de 1875, a tentativa de reforma de 1878 e a reforma eleitoral de 1881.

alterações populacionais e as reformas eleitorais, observados nestas décadas, mas também auxiliam na compreensão do “porquê” destes posicionamentos e dos seus significados para os processos históricos em questão.

Para além da constatação de mudanças, esta abordagem visa a identificar as possíveis histórias que estariam inseridas nestes cenários, objetivando, com isso, explorar dimensões políticas mais amplas através da abordagem de aspectos chave dos processos em questão. Em outras palavras, serão investigadas as possíveis conexões entre as questões presentes a este contexto e o processo histórico que teria ocasionado este momento específico da história do Rio de Janeiro.

Observando de forma resumida o percurso da participação política formal no Brasil do século XIX, observa-se que da década de 1870 em diante, houve esforços mais concretos para reduzir a margem de participação da população no processo eleitoral. Estes esforços seriam observados tanto em discursos reformistas do sistema político brasileiro, quanto nos textos legais que, em última instância, demonstram os rumos tomados pelos debates sobre este tema.

O interesse pela “participação política formal” tem um sentido bem específico para este trabalho, o da busca pela compreensão de aspectos da conjuntura política do Império na virada das décadas de 1870 e 1880. Dito de outra forma, e adiantando o foco desta etapa de análise, o inquérito sobre esta questão específica não busca necessariamente compreender o processo eleitoral em si, nem tampouco pormenorizar seus vícios, exaustivamente abordados por trabalhos específicos, mas abordar tais elementos para esboçar uma compreensão das relações políticas e visões de mundo dos agentes sociais da cidade do Rio de Janeiro deste momento.

Estes esforços visam a identificar o que se passava pelas cabeças dos agentes históricos desta história e, por extensão, tentar entender as motivações que teriam levado ao processo de reformas políticas observados na década de 1870 em diante. Tal busca irá partir da abordagem de três elementos específicos da história política brasileira: a configuração de uma conjuntura favorável à restrição dos direitos políticos, as modificações legais dos processos de participação eleitoral, e a ascensão do governo liberal de *Cansanção de Sinimbu* (1878-80).

A ponte de análise que está-se tentando construir entre estes três elementos não é acidental ou fortuita. Afinal, acredita-se que estes elementos históricos, cronologicamente unidos pelo momento em que surgiram, poderiam ser observados como peças de um mesmo processo que estaria se desenhando e, cujo resultado mais direto teria sido, à ocasião, um motim popular, a partir do qual foram manifestados antagonismos entre os setores populares e

o governo e, diante deste, entre as elites políticas. Entretanto, para que tal hipótese possa ser verificada precisamos avançar na análise destes elementos, pois é através deles que a conjuntura política deste período poderá ser entendida, auxiliando na compreensão deste episódio de janeiro de 1880.

O episódio da formação de um gabinete ministerial pelo Partido Liberal em janeiro de 1878 representou o retorno deste partido ao centro das atenções políticas após dez anos de afastamento.²⁰⁵ Este retorno teria evidenciado, desde o início, pretensões de modificação das forças e dos atores na cena política, buscando, com isso, abrir caminho para o domínio desta agremiação sobre a máquina política do governo central, dominada por vários anos pelo Partido Conservador. Este domínio conservador teria criado uma espécie de *modus vivendi* na política da Corte²⁰⁶ que, em benefício destes, impedira seus rivais de assumirem locais de destaque no poder público. O historiador Carlos Eugênio Líbano Soares evidenciou sinteticamente o tipo de questão que seria enfrentada pelos liberais através do trecho abaixo:

Fica claro que o longo período de domínio continuado dos conservadores criou um *modus vivendi* com as práticas correntes dos moradores da cidade, muitas vezes em contradição com as regras impostas pela própria municipalidade. Estas práticas tinham importância singular para a reprodução de parcela expressiva da população urbana, fossem simples trabalhadores livres ou comerciantes. E os capoeiras apontavam em primeiro lugar como apaniguados pelo clientelismo local.²⁰⁷

Conforme Soares observa, este sistema abria claras brechas para os mecanismos de clientela e favoritismo, permitindo que tomassem parte da vida eleitoral “fósforos”, os “votantes escravos”, e outras “anomalias” tão caras aos conservadores, principalmente na Corte.²⁰⁸ Conforme defendido pelos liberais, estas “anomalias” seriam responsáveis pela fraude nos resultados dos pleitos, em benefício do governo no poder.²⁰⁹

²⁰⁵ O domínio conservador no poder, inaugurado com a queda do gabinete liberal de Zacarias de Góis e Vasconcelos (1866-1868), perdurou até aproximadamente janeiro de 1878, por ocasião da substituição do Gabinete Caxias (1875-1878) pelo gabinete liberal presidido por *Cansanção de Sinimbu*. A dissolução do gabinete liberal de Zacarias de Góis e Vasconcelos (1866-1868) se deu por meio de uma manobra dos conservadores, encabeçados por Luiz Alves de Lima (Duque de Caxias) que por esta ocasião era comandante supremo do Exército em guerra no Sul do país. A queda do Gabinete Zacarias e a ascensão do gabinete do Visconde de Itaboraá (Joaquim José Rodrigues Torres) em 16 de julho de 1868 deu início ao predomínio conservador que se estendeu por aproximadamente dez anos.

²⁰⁶ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Da Flor da Gente à Guarda Negra: os capoeiras na política imperial In: **Negregada Instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro, 1850-1890**. Rio de Janeiro: SMC/DGDI, 1994, p. 213.

²⁰⁷ Idem, ibidem.

²⁰⁸ Idem, p. 212.

²⁰⁹ Discurso de João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu na Câmara dos Deputados, 20 de dezembro de 1878. BRUNO, Fabiano Vieira. **O parlamento e a evolução nacional, 1871-1889** (Série 3), V.1, Brasília: Senado Federal, 1979, p. 29-30.

Assumido o poder em tais circunstâncias restava ao novo governo não só debelar estes tipos de aliança entre parte da elite (conservadora) e os setores populares, que oporiam resistências aos novos “maestros” da política central, como também a constituição de um parlamento favorável ao programa de reformas propostas, cujo elemento principal seria a reforma eleitoral²¹⁰. Ao contrário do que se possa imaginar, esta questão não foi um grande obstáculo às pretensões liberais, pois, contando com a ajuda dos meios tradicionais e eficientes empregados pelos governos imperiais – como violência, intimidação e fraude – os resultados esperados foram alcançados mediante a constituição de uma câmara dos deputados composta unicamente pelo partido governista²¹¹. Um ponto curioso deste processo é o de que, para aprovar um projeto político que visava “moralizar” as práticas eleitorais, o gabinete responsável por sua proposição lançaria mão das práticas ilegais que teriam sido a razão de ser do próprio projeto. O que significa dizer que as características consideradas “problemáticas” pelo discurso reformista seriam alteradas mediante a constituição de um governo que assumiu o poder através das mesmas. Paradoxal ou não, o novo gabinete estava disposto a levar adiante suas medidas e contava com o apoio de uma ampla maioria na câmara dos deputados.

Embora esta superioridade numérica do Partido Liberal fosse evidente, esta não se constituiu em uma unanimidade de fato, pois esta agremiação indicava sinais de dissidência quanto a proposta governamental de reforma eleitoral. No momento de sua proposição, algumas vozes formaram uma oposição, embora reduzida, a aspectos da proposta política apresentada ao parlamento, sobretudo no que toca a alteração dos critérios para seleção de seus participantes.²¹²

No tocante às idéias, o projeto de Sinimbu contaria com o respaldo de uma ampla tradição intelectual que atravessou o Atlântico, conectando a experiência reformista brasileira a regiões como a Europa e as Américas de colonização britânica. Estas idéias em circulação pelos espaços de debates internacionais seriam lidas e apropriadas de acordo com as

²¹⁰ Idem, *ibidem*.

²¹¹ A legislatura de 1878 – 1881 (Câmara dos Deputados) apresentou uma composição de 100% de parlamentares do Partido Liberal. CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das Sombras: a política imperial**. São Paulo: Edições Vértice, 1988, p. 153.

²¹² As propostas contrárias a reforma teriam sido formuladas por setores do Partido Liberal que criariam, mais tarde, uma linha de oposição ao próprio gabinete, criticando as dimensões da reforma, sobretudo no quesito da alteração do censo que, segundo os mesmos, não contribuiria em nada para a resolução dos problemas políticos do país. Segundo eles, estes problemas seriam decorrentes dos vícios do sistema, ligados aos interesses escusos das classes políticas, que lançariam mão de todos os meios (legais ou ilegais) para garantir a posse da máquina governamental. Estes seriam, segundo suas análises, os maiores responsáveis pela corrupção e falta de representatividade entre o voto e o parlamento, contrariando assim as correntes reformistas que alegavam que os problemas emergiam de uma massa popular analfabeta e sem consciência política. Se destacaram nesta linha opositoras os políticos José Bonifácio, o moço, Joaquim Nabuco e Saldanha Marinho.

realidades apresentadas por este país, servindo aos objetivos de reestruturação dos direitos políticos e civis de seus habitantes.²¹³

Ponderando sobre as características da sociedade brasileira que constituíam os horizontes dos membros do governo, podem ser resumidamente observadas algumas alterações significativas. A população crescia rapidamente, e junto deste crescimento vê-se a construção de fenômenos como a aceleração (relativa) da concentração populacional nas cidades, sobretudo na Corte, a ampliação da população trabalhadora livre e pobre e a redução no número de escravos urbanos.²¹⁴

Todavia, estes fenômenos demográficos não devem ser avaliados apenas pela natureza numérica das alterações que promoveram, na medida em que teriam atingido alguns elementos específicos do panorama político e social brasileiro. Por se tratar de uma sociedade profundamente hierarquizada, cortada pelas relações escravistas, na qual as diferenças étnicas e culturais são dimensionadas como sinais de distinção e poder, a redução da população escrava poderia assumir significados alarmantes, sobretudo aos proprietários de terras e escravos, possuidores de poder político e peso junto as hostes governamentais. Diante destas circunstâncias, muitos deles devem ter se questionado sobre os tipos de atitude que deveriam ser tomadas diante de uma situação que parecia escapar a seu controle direto.

A este respeito, as evidências permitem que sejam feitas suposições que estão além de razões econômicas *stricto sensu*, em que o temor quanto a perda da força de trabalho (e dos prejuízos financeiros decorrentes dela) seria apenas uma das faces do problema que estaria preocupando os setores de elite, direcionando seus horizontes para um futuro marcado por incertezas.

A observação das experiências históricas das discussões sobre cidadania e escravidão na década de 1870 demonstrariam um certo entrelaçamento entre a abrangência dos direitos políticos e civis da população do Império e a questão da liberdade escrava. Como exemplo desta aproximação, temos a ocasião da lei de 28 de Setembro de 1871²¹⁵ que gerou embates sobre os impactos que a liberalização escrava teria na sociedade brasileiro como um todo e, mais especificamente, sobre as classes senhoriais, a quem ela atingiria em cheio.

Em princípio, estes embates, assim como a própria lei, teriam colocado na pauta governamental a “questão servil”, ocasionando divisões no seio da elite política imperial, em

²¹³ São comuns as citações de autores “clássicos” do liberalismo pelos proponentes das reformas políticas. Dentro de um vasto acervo teórico podem ser destacados nomes como os de John Stuart Mill, Alexis Tocqueville, Benjamin Constant (constitucionalista francês), Thomas Hobbes entre outros. Mais adiante, serão abordados alguns destes teóricos, bem como o impacto de suas idéias no contexto brasileiro de debates.

²¹⁴ Estas observações estão baseadas nas análises empíricas desenvolvidas no Capítulo 1 do presente trabalho.

²¹⁵ **Lei n.º 2.040 de 28 de Setembro de 1871**, apelidada de “Lei do Ventre Livre”.

parte pela hesitação no avanço da questão, em parte pela oposição a qualquer medida que beneficiasse os escravos em detrimento de seus senhores. Grosso modo, como aspectos destas discussões podem ser ressaltados a concepção do papel representado pelo Estado nas relações entre senhores e cativos e os direitos que teriam os filhos de mães escravas após a aquisição da liberdade²¹⁶.

Dentre os diversos aspectos depreendidos deste contexto, o historiador Sidney Chalhoub conseguiu identificar bem as expectativas que a liberdade escrava teria gerado dentro e fora dos espaços parlamentares. Através de sua análise²¹⁷, pode ser constatado que muitas das questões que seriam levantadas pela tentativa de reforma eleitoral de 1879 e a reforma de 1881 já estariam presentes no início dos anos de 1870, o que leva a suposição de que muitas das concepções sobre direitos políticos presentes no período analisado fariam parte de um processo de construção anterior ao momento específico das duas propostas de reformas citadas. Quanto a esta hipótese, o próprio historiador conecta as experiências de 1870-1 às experiências de 1879 e 1881, ao afirmar que nestas ocasiões, a temática da cidadania teria assumido um sentido bem específico: o de que as classes pobres, em geral, e os escravos e seus descendentes, em particular, seriam incapazes de atuar politicamente.²¹⁸

Este tipo de concepção teria marcado os inúmeros argumentos que endossam uma determinada ideologia de exceção, através da qual, uma ampla maioria da população brasileira estaria excluída de qualquer dimensão de atuação cívica, devido a uma espécie de “herança maldita” do escravismo, ou mesmo às mazelas decorrentes da pobreza. Sejam quais forem os argumentos que marcaram estes debates sobre os direitos políticos, a presente análise irá incidir sobre eles como uma forma de alcançar as visões de mundo das elites políticas que teriam sido responsáveis pelas mudanças legais observadas nas décadas finais do regime imperial.

Afinal, é justamente neste momento de indeterminações e confrontos que ascende o governo liberal de Sinimbu, trazendo consigo não só uma parte substancial das expectativas e incertezas sobre o futuro, como também a representação das esperanças de uma elite econômica de proprietários rurais quanto a um mundo que parecia ameaçado pelas mudanças rápidas nas suas próprias lógicas de dominação. Contudo, antes que se possam dar passos

²¹⁶ Estas questões se basearam na análise feita por Sidney Chalhoub sobre a Lei de 28 de Setembro de 1871, no livro Machado de Assis: Historiador. O autor levanta uma série de questões importantes sobre a experiência histórica desta lei e a sua relação com o contexto escravista brasileiro, das quais algumas serão abordadas como forma de elucidar o ambiente em que se deram os debates sobre cidadania e participação política, que são objetos deste capítulo. Para mais detalhes sobre a análise de Sidney, ver: CHALHOUB, Sidney. *Escravidão e Cidadania: a experiência histórica de 1871*. In: **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ Idem. Ver especificamente o Capítulo 4.

decisivos em direção a conclusão das questões levantadas até este momento, é necessário que sejam analisadas com mais detalhes algumas peças do quebra-cabeças que se tornou a década de 1870, contexto em que, como visto, estariam os indícios de um revés nas políticas de participação eleitoral.

Uma democracia dos antigos?

A concepção de cidadania na segunda metade do século XIX foi um assunto que esteve imerso em debates intensos. Num espaço do liberalismo clássico, a concepção de que a cidadania deveria representar a manifestação de direitos políticos por um restrito grupo de pessoas, dotadas de características que os distinguissem do conjunto da população, foi uma das idéias mais conclamadas por seus ideólogos.²¹⁹ No panteão destes caracteres, além da liberdade, o direito ao voto teria sido um dos elementos de presença marcante na construção de mecanismos de distinção política, através dos quais, certos direitos estariam garantidos e resguardados num contexto de crescimento de uma população urbana livre e pobre. Esta perspectiva, acompanhada das realidades sociais em que foram produzidas, indica uma busca por construir uma equiparação do “sufrágio” com a “cidadania”, na qual o último seria designado, essencialmente, pelo exercício de participação política que, por sua vez, estaria delimitado pelos caracteres sociais do indivíduo.

Numa dimensão atlântica desta questão, observa-se que a grande preocupação com a cidadania esteve diretamente ligada a questões como a sua extensão e seus significados práticos para os sistemas políticos vigentes. É importante notar que estas elaborações sobre direitos se deram no interior de sociedades hierarquizadas, compostas por grandes populações escravas e imigrantes, nas quais grande parcela da população era economicamente desprestigiada. No outro extremo social destas comunidades, no qual grandes proprietários de terras, industriais, banqueiros, comerciantes, etc., fizeram coro a favor de mecanismos que

²¹⁹ Conforme observado por Thomas C. Holt, com o advento dos chamados Estados-nação modernos, no final do século XVIII e início do século XIX, novas questões tiveram que ser enfrentadas pelos ideólogos da cidadania e representação política. Para mais detalhes ver: HOLT, Thomas C. A articulação entre raça, gênero, e economia política no programa britânico de emancipação, 1838-1866. In: COOPER. F.; HOLT, T.; SCOTT R. J. **Além da Escravidão. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, p. 91-129. Observando as evidências empíricas que nos relegou a Constituição do Império do Brasil, datada de 1823, a necessidade jurídica de um Estado de Direito de definir quem seria cidadão, e as exclusões decorrentes desta definição, pode-se identificar certas maneiras pelas quais um conjunto populacional foi excluído deste conceito jurídico, como no caso dos escravos – que sequer tem menção direta. Estas e outras questões serão vistas detalhadamente mais adiante.

possibilitassem o monopólio do acesso aos direitos políticos, a idéia de uma cidadania plena e universal sem distinções sociais pareceria não só escandalosa como descabida²²⁰.

Nestes contextos sociais, culturais e economicamente múltiplos é que as ideologias liberais foram criadas, lidas e assumiram novos significados, sendo alvo das expectativas e projetos dos mais variados, sendo apropriadas para objetivos específicos por setores sociais distintos que compunham suas populações.²²¹

Observando sob este prisma os percursos históricos da cidadania no decorrer deste século e comparando-o algumas teorias clássicas sobre a construção dos Estados modernos pode ser notada uma certa contradição. Afinal, tais teorias apontam para o fato de que as concepções políticas liberais teriam evoluído, através de um processo “natural” e “endógeno”, para os sistemas democráticos de sufrágio universal.

Em um exame atento dos considerados “grandes teóricos” das correntes liberais do século XIX, o historiador italiano Domenico Losurdo chegou a conclusões que podem ajudar a compreender melhor esta contradição. Para ele, acerca da evolução das idéias liberais e as instituições a elas relacionadas, houve a construção de um mito.

É um mito segundo o qual o liberalismo teria gradualmente se transformado, por um impulso puramente interno, em democracia, e numa democracia cada vez mais ampla e mais rica. Para nos darmos conta de que se trata de um mito, basta uma simples reflexão. Da democracia como hoje a entendemos, faz parte em qualquer parte o sufrágio universal, cujo advento foi muito tempo impossibilitado pelas cláusulas de exclusão estabelecidas pela tradição liberal em detrimento dos povos coloniais e de origem colonial, das mulheres e dos não proprietários. E estas cláusulas foram por muito tempo justificadas, assimilando os excluídos a “bestas de carga”, a “instrumentos de trabalho”, a “máquinas bípedes” ou, na melhor das hipóteses, a “crianças”.²²²

Este mito teria coroado a idéia de uma evolução teleológica entre as ideologias liberais e as idéias de participação política ampla, ou democrática se preferir. Isto poderia levar a crer em uma série de teorias consagradas sobre a falência dos modelos de Estado do chamado

²²⁰ Para mais detalhes de aspectos das idéias de liberalismo clássico ver HOLT, Thomas C. A essência do contrato. In: COOPER, F.; HOLT, T.; SCOTT R. J. Op. Cit. p. 91-129.

²²¹ Um bom exemplo destas leituras variadas de certos projetos e ideologias liberais, bem como a noção de “circulação de idéias” podem ser observados nas análises de Laurent Dubois, em seu artigo Luzes escravizadas: repensando a história intelectual do Atlântico Francês. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, maio-ago 2004, p. 331-354.

²²² LOSURDO, Domenico. **Bonapartismo ou democracia. Triunfo e decadência do sufrágio universal**. São Paulo /Rio de Janeiro: EdUFRJ/UNESP, 2004, p. 9.

“Antigo Regime” para modelos modernos de gestão e participação pública na política, que leva, em escala evolutiva aos modelos de “sociedade contemporâneas centrais”.²²³

Observadas estas peculiaridades sobre os percursos históricos da cidadania, marcada por um certo contra-senso entre as origens das teorias liberais e a ampliação da participação política, poder-se-ia questionar até que ponto as medidas governamentais tomadas nas sociedades americanas, marcadas pelas contradições socioeconômicas e étnicas, não indicariam uma certa proximidade, por menor que seja, entre estas ações de governo e as correntes de exclusão censitária de participação eleitoral observadas através dos teóricos analisados por Losurdo. Através desta proximidade, pode-se não só avaliar a existência ou não de uma dimensão de circulação de idéias entre os espaços de debates políticos, como também possibilita uma busca pelos significados das atitudes tomadas pelas elites políticas brasileiras em uma busca por reduzir a participação eleitoral baseada em critérios como renda e alfabetização.

O estudo dos discursos e das teorias que fizeram parte do processo de construção das reformas eleitorais no Brasil permite a percepção de que, dentre as preocupações que motivaram os burocratas e políticos deste lado do Atlântico, podem ser destacadas aquelas relacionadas a uma delimitação bem precisa e restrita de direitos políticos. Estas preocupações, por sua vez, estariam ligadas a uma imperativa necessidade de restaurar a “normalidade” do sistema político brasileiro, preservando suas instituições e zelando pela estabilidade do país.²²⁴

No entanto, o reconhecimento do risco político representado pela participação de amplos setores sociais não se deu somente no caso brasileiro, sendo um elemento recorrente entre os diversos pensadores do século XIX que, ao refletirem sobre as conjunturas de seus países, ligaram a “decadência das instituições políticas” a “corrupção que emerge dos setores populares”, segundo eles, “incapazes de pensar politicamente”, sendo, por isso, “imprescindível afastar uma manifestação política tão importante como o voto, de suas

²²³ Teorias desta natureza foram muito utilizadas para caracterizar, no caso do Brasil, tanto no passado, quanto nos tempos atuais, um descompasso entre as instituições políticas do Império e as novas idéias que chegavam da Europa e América. O impacto destes ideais teria desarticulado as estruturas vigentes, corroborando para o declínio de concepções “antigas” para um novo rumo da sociedade. Foi assim com a concepção de capitalismo e também com a idéia de república. Um outro ponto sobre estas teorias é o de que ao depositarem suas crenças nesta pretensa “evolução natural” das instituições políticas, elas pecam por tentar impor uma idéia de linearidade histórica aos processos de construção dos direitos políticos e, através disto, abrem precedentes para a construção de análises que deixavam em segundo plano o agenciamento humano que seria uma peça fundamental não só para a construção dos direitos em si, mas também para a própria análise dos mesmos.

²²⁴ Discurso de Cansação de Sinimbu na Câmara dos Deputados em 20 de Dezembro de 1878. BRUNO, Fabiano (org.) **O Parlamento e a evolução nacional, 1871-1889** (3ª Série), Vol. 1, Brasília: Senado Federal, 1979, p. 30.

mãos”. Ao mesmo tempo, há uma defesa do monopólio das práticas políticas pelos mais aptos, ou seja, pelos setores “economicamente e intelectualmente preparados”²²⁵.

No caso brasileiro, os “ajustes” necessários deveriam ser materializados através de reformas eleitorais, mediante as quais seriam corrigidas as instituições nacionais²²⁶, por meio do combate as fraudes e ao beneficiamento partidário decorrente delas. Os argumentos que apontavam para esta direção promoviam ataques às eleições indiretas, por um lado, e a forma como era realizado o alistamento eleitoral por outro, como principais responsáveis pela participação de uma ampla camada da população “sem consciência política” e com “pouco” ou “nenhum” comprometimento com as causas nacionais.²²⁷

Neste ínterim, pode-se citar como exemplo de defesa desta solução um discurso inflamado de Rui Barbosa - responsável pela reforma de 1881 atribuída à Saraiva – então jovem e enérgico jornalista, ao apontar para a clássica tensão entre liberalismo e democracia, no que tange à “liberdade” e à “igualdade”, que para ele não deveriam ser tidas como sinônimos para a gestão das coisas públicas. Segundo o seu raciocínio, a maior ameaça à liberdade estava na tirania exercida pela democracia contra o indivíduo, salientando ainda que “a igualdade política era relativa, dependendo da desigualdade social das condições e da desigualdade natural das aptidões.” Salientando a importância da “molécula humana, o indivíduo vigoroso, educado e livre” para o bom funcionamento da política institucional.²²⁸

As palavras de Rui Barbosa são importantes para este inquérito, a medida que conseguem demonstrar em que termos eram discutidas as questões referentes à política no cenário não só institucional, como fora dele.

Ao chamar a atenção para a contradição entre as idéias de democracia e representatividade política, ele fornece uma pista interessante sobre quais seriam as expectativas quanto ao cidadão. A medida que nega a igualdade, ao afirmar que as diferenças individuais baseadas em condições socialmente e naturalmente desiguais, acabam por pesar contra uma idéia de democracia representativa. Barbosa defende uma postura que reafirma as diferenças socioeconômicas e, por que não, étnicas, como critérios imprescindíveis para a aquisição de direitos políticos. Afinal, segundo suas palavras, somente os mais capazes

²²⁵ Estas expressões são encontradas constantemente nos discursos analisados sobre as necessidades de reformas no sistema eleitoral. A análise das mesmas será dada na seqüência deste trabalho.

²²⁶ Discurso de Cansação de Sinimbu na Câmara dos Deputados em 20 de Dezembro de 1878. BRUNO, Fabiano **O Parlamento e a evolução nacional, 1871-1889** (3ª Série), Vol. 1, Brasília: Senado Federal, 1979, p. 30.

²²⁷ Idem, *ibidem*.

²²⁸ Discurso de Rui Barbosa proferido em 27 de junho de 1878 Apud GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 242.

(“vigorosos, educados e livres”) teriam direito ao gozo da participação que a cidadania traz consigo.

Pode-se concluir, sem maiores dificuldades, que esta noção restrita de cidadania traz consigo uma série de elementos de dissimulação, que apontariam para o “mal funcionamento das instituições” pela falta de capacidade política da população mais pobre ao tomar parte do ato eleitoral. Desta forma, estaria se caminhando para a materialização da idéia da “exclusão das massas dos locais de votação”, como solução para os problemas institucionais da política brasileira do século XIX.

Esta “natural incapacidade eleitoral” dos mais pobres era quase unânime entre os críticos do sistema eleitoral brasileiro, sejam eles conservadores ou liberais²²⁹, que manifestavam sua desconfiança em relação às idéias como igualdade e democracia, focando-as nas circunstâncias sociais e culturais, assim como econômicas que separavam proprietários de trabalhadores.

José Antônio de Figueiredo, um reformador liberal, seguindo no caminho desta idéia, defendia a noção de que todo o “bom sistema” de representação política deve ter por características pessoas mais capazes de corresponder às suas necessidades, ou seja, que pudessem corresponder às exigências necessárias ao exercício cívico. Em suas palavras

todo bom sistema eleitoral deve ter por fim: que o maior número possível de proprietários concorra para a escolha de deputado, que todos os interesses sobre os quais repousam as instituições sejam representados; que sejam chamados [para o ato de votar somente] os cidadãos que (...) se distinguem por sua educação, moralidade, ilustração e práticas dos negócios.²³⁰

Analisando suas palavras, bem como as palavras de Barbosa, pode ser notado que a capacidade eleitoral estaria designada de acordo com dois fatores fundamentais: o primeiro, ser proprietário e o segundo ser educado. Faces da mesma moeda no jogo político da construção de uma idéia restrita de cidadania, estes dois elementos pareciam legitimar não só as hierarquizações sociais que vigoravam na sociedade brasileira (no sentido plural do termo), como também julgariam as instituições como local privilegiado para a atuação das elites

²²⁹ Conforme observados nos discursos de parlamentares do Partido Conservador e do Partido Liberal pode ser constatado que ambos os lados defendiam mudanças no sistema político. Isto não significa que fossem unânimes entre os políticos, conforme o próprio Graham observa em seu livro nas páginas 245-6. GRAHAM, Op. Cit. Conclusões similares sobre os embates acerca de reformas políticas podem ser vistas em MONTANO, Leandro Duarte. **Um motim em perspectiva: diálogos políticos e ação popular na Corte imperial**. [monografia de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, quando foram observadas divergências de quais seriam as reformas mais adequadas a serem implementadas. Estas divergências serão contempladas mais adiante.

²³⁰ FIGUEIREDO Apud GRAHAM, Richard. **Cientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p.243.

sociais. A garantia de um espaço privilegiado para os proprietários, numa sociedade em mudanças, talvez seja bem explicada pela necessidade de constituir outros elementos de distinção que afastassem o “fantasma da igualdade”, muito temida em sociedades compostas por uma população em que se encontravam presentes escravos e libertos.

Este “fantasma” pode ser mais bem interpretado se forem observadas as circunstâncias pelas quais estava passando o Brasil, em especial a cidade do Rio de Janeiro, palco desta análise, nas últimas décadas da escravidão. Isto vai levar este texto a retomar alguns dados contemplados no primeiro capítulo desta análise, quando tentou-se identificar a composições social e étnica da população da Corte.

Observada a tabela comparativa da população apresentada pela Corte entre os anos de 1849 e 1885 são percebidas mudanças significativas na composição jurídica global de seus habitantes. Acredita-se que este quadro de mudanças poderia ter sido um dos fatores preponderantes para uma mudança de postura dos setores de elite política no trato com os setores populares, sobretudo nas décadas de 1870 e 1880, quando são observadas as reformas políticas que modificaram o censo eleitoral.

Tabela 26: Estimativas sobre a divisão populacional da Corte (1849-1885)²³¹

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL ²³²	POPULAÇÃO ESCRAVA ²³³	%	REDUÇÃO %
1849	205.906	78.855	38,30	-
1872	235.381	41.898	17,80%	20,5
1884	411.412	32.103	7,80	10%
1885	428.152	29.909	6,99	0,81

Os dados indicam uma tendência de crescimento exponencial, sobretudo no período compreendido entre os anos de 1872 e 1885, no qual é registrado um aumento significativo da ordem de 176.031 pessoas. Entretanto, o principal interesse nestas estimativas não está relacionada a identificação do crescimento populacional, que já foi contemplado anteriormente, mas sim a um outro fenômeno demográfico fundamental, paralelo a tal aumento populacional: a redução da população escrava na cidade do Rio de Janeiro.

Os números são impressionantes do ponto de vista estatístico, já que entre os anos de 1849 e 1872 é apresentada uma redução da população escrava em aproximadamente 21%,

²³¹ Para mais detalhes, ver o estudo desenvolvido nas páginas iniciais do primeiro capítulo do presente trabalho.

²³² As estimativas, bem como os padrões seguidos para chegar às mesmas, estão expostos no Anexo A - Tabela 15 do primeiro capítulo deste trabalho. Ver também as observações referentes à última.

²³³ Estimativas apresentadas por SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, o príncipe do povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor**. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 77.

representando cerca de 18% da população total da cidade neste último ano. Pode ser constatado ainda que esta se tornou uma tendência crescente na década seguinte, na qual esta população chegou a apenas 7% do total.²³⁴

Seria interessante observar ainda que estes dados demonstram, em princípio, um aumento crescente da população “livre” na Corte, pelo menos a partir da década de 1870. Esta conclusão evidente corrobora um fato menos evidente, mas ainda assim plausível, de que esta modificação do nível populacional em relação ao estatuto jurídico poderia ter colaborado para uma reestruturação nos mecanismos de controle social²³⁵ e político. Estes mecanismos, por sua vez, passariam pelo controle do acesso a direitos políticos, dos quais o voto pode ser tido como um bom exemplo.

Pensando-se num entrelaçamento entre os dados coletados pelas instâncias do governo referentes às características da população tais como profissão, idade, estatuto jurídico, etc., ainda que pouco confiáveis, e as políticas governamentais - como a do caso do acesso ao voto, delimitado pelas legislações específicas - talvez o processo de construção de propostas relacionadas à participação política e sua materialização em instrumentos legais, expliquem o porquê da emergência de reformas políticas observadas nas décadas de 1870 e 1880.

O entrelaçamento sugerido se torna uma questão mais evidente ao recorrermos às ditas legislações e a importância nelas designadas aos mecanismos de recenseamento. Conforme a *Lei n.º 387 de 9 de agosto de 1846*, que regulamentava as eleições para Império do Brasil, *no título V, Art. 107*, é versada desta forma a necessidade de arrolamentos populacionais:

De oito em oito anos proceder-se-á ao arrolamento geral da população do Império, pela maneira que o Governo julgar acertada; devendo conter os mapas gerais, e parciais, além de outras declarações que forem julgadas necessárias, a do número de

²³⁴ A primeira conclusão que estes números permitem depreender é a de que esta redução do número de escravos na cidade indicaria um caminho sem volta, pois, como foi abordado no capítulo anterior, a oferta de cativos africanos foi sendo gradativamente reduzida nas décadas posteriores a 1850 (quando o tráfico de atlântico estava legalmente proibido), o que colocaria obstáculos a sua renovação; além deste dado, têm-se a ocasião de um número crescente de alforrias sendo registradas nas décadas seguintes, contribuindo ainda mais para este decréscimo. E, embora este aumento da população livre estivesse relacionado a outros fenômenos como o da chegada de estrangeiros e da saída de escravos para as regiões cafeeiras (devido ao tráfico *interprovincial*), não pode ser ignorado o fato de que muitos dos escravos, por ocasião de sua alforria, optavam por permanecerem na Corte, ou por se dirigirem para ela. Este último aspecto foi indicado por SILVA, Eduardo. Op. Cit e por CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

²³⁵ O historiador Thomas Holloway ao fazer sua análise sobre o aparato policial da cidade do Rio de Janeiro no decorrer do século XIX, indica que uma das grandes preocupações das autoridades de segurança estaria ligada a numerosa presença de uma população escrava e pobre livre nesta cidade. As metamorfoses observadas no aparato repressivo estariam relacionadas às próprias características apresentadas esta sociedade, profundamente hierarquizada e marcada pelas relações escravistas, em franco processo de mudanças sociais, econômicas e políticas. HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

fogos de cada Paróquia. Este arrolamento determinará o número de eleitores, correspondendo cem fogos a cada eleitor (...) O arrolamento será enviado à Assembléia Geral para o fim de fixar-se por lei o número de eleitores de cada Paróquia do Império.

Como pôde ser observado no regulamento eleitoral específico, o papel de coleta de informações possuía efeitos práticos como o de definir quem seriam os votantes e os eleitores e, desta forma, adequar o processo eleitoral às circunstâncias que seriam apresentadas pelos participantes das votações.

O mesmo tipo de situação pode ser observada na reforma da legislação eleitoral do ano de 1875, em que há o reforço da necessidade de coleta de dados estatísticos para a realização das eleições. Vejamos um trecho da lei a este respeito:

Em falta de dados estatísticos para a fixação de eleitores de alguma paróquia, ser-lhe-a marcado o mesmo número de eleitores da última eleição aprovada. Para todos os efeitos eleitorais até o novo arrolamento geral da população do Império, subsistirão inalteradas as circunstâncias paroquiais contempladas no atual recenseamento, não obstante qualquer alteração feita com a criação de novas freguesias ou com a subdivisão das existentes. Fixado o número de eleitores de cada paróquia, só por lei poderá ser alterado, para mais ou para menos, à vista de modificações que tiverem ocorrido no novo arrolamento da população.²³⁶

Mais uma vez observa-se a importância representada pelos levantamentos estatísticos para a coordenação do processo eleitoral, na busca pela identificação de seus participantes. Afinal, conforme pode ser constatado, o Império sofreu variações demográficas crescentes na segunda metade do século, o que poderia influir em atividades coletivas como a de votação.

Neste quadro de alterações, a Corte apresentou uma realidade sociocultural complexa, seja do ponto de vista qualitativo seja do ponto de vista quantitativo²³⁷, que, por sua vez, acarretaria mudanças nas maneiras de contemplar seu conjunto de caracteres. Numa sociedade dinâmica, conectada, de longa data, aos circuitos atlânticos de deslocamentos humanos, identificar e lidar com certas características presentes neste período, que estariam atuando sobre aspectos sociais e políticos desta sociedade teria gerado novos desafios a seus habitantes²³⁸. Conforme vem sendo avaliado aqui, do ponto de vista das elites dirigentes, estes

²³⁶ **Lei n.º 2.675, de 20 de outubro de 1875**, Art. 2.º, § 1 e 2.

²³⁷ Ver o Capítulo 1 da presente análise.

²³⁸ Estes desafios foram parcialmente identificados através do capítulo anterior, no qual foram abordadas algumas das modificações que estariam sendo operadas na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, tais como o crescimento populacional, os problemas habitacionais, a alta no custo de vida entre outros. No entanto, alguns destes “desafios” ainda serão analisados no presente capítulo para que possa ser construída uma abordagem mais específica das experiências que teriam marcado este período de mudanças. Através disto, espera-se que possam ser contemplados alguns elementos que iluminem os episódios políticos abordados no presente trabalho.

desafios estariam relacionados aos esforços para o desenvolvimento de mecanismos de controle social e político mais eficientes, dentre os quais, poderia ser destacado o da participação dos mecanismos da política formal, que implicaria em mudanças sistêmicas no aparato legal.

Tendo em vista a hipótese anterior, o inquérito sobre as alterações legais deverá encarar as mudanças apontadas como possíveis pontos de contato com o universo de compreensão e atuação política dos defensores de reformas eleitorais. Tentar atingir as expectativas destas pessoas através das posições assumidas diante de processos históricos de mudança é um passo fundamental para compreender não só os significados atribuídos à participação política, mas também seus possíveis impactos nas relações políticas globais.

Retornando a análise da legislação propriamente dita, seria interessante observar que, nas legislações subseqüentes, a necessidade de levantamentos estatísticos sequer é mencionada. Este fato pode significar que com a redução da participação eleitoral, aliado a modificação para um processo de eleição direto, operados através de reformas eleitorais, a necessidade deste tipo de arrolamento não seria mais necessária para tais fins²³⁹.

Aliado as observações anteriores, tem-se também o fato de que as medidas destinadas à redução da participação eleitoral se tornaram mais intensas após a realização do recenseamento geral da Corte, datado de 1872. Não seria mera casualidade o fato de que um provável aumento da pressão política sobre suas cabeças, juntamente com os dados observados anteriormente - possibilitados pelo levantamento governamental, vale lembrar -, políticos e intelectuais envolvidos com as instâncias políticas do Império²⁴⁰ se sentissem no dever de, mediante reformas, afastar uma indesejável (e crescente) presença popular nos pleitos. Estas duas últimas hipóteses são interessantes para esta análise e, por isso, vai-se concentrar nelas por enquanto.

A observação de um crescimento sem precedentes da população livre, que constitucionalmente teria direito a voto²⁴¹, poderia representar, aos horizontes das elites, uma espécie de desequilíbrio das forças na arena política formal. Este desequilíbrio pautaria as

²³⁹ Conforme versava a legislação, estes levantamentos seriam realizados pelo número de solicitações aprovadas pelos eleitores. Para mais detalhes, ver a legislação eleitoral de 1881.

²⁴⁰ A preocupação com levantamentos estatísticos pode ser observada nos textos de Francisco Belisário Soares de Sousa ao contemplar questões relacionadas ao analfabetismo e a renda, com o objetivo de criticar a idéia de um censo eleitoral amplo. Ele utiliza estes dados justamente para defender a necessidade de redução do eleitorado. Esta questão será vista mais adiante. SOUZA, Francisco Belisário Soares de. **O Sistema eleitoral no Império**. Brasília: Senado Federal, 1979. [Edição Fac-similar]

²⁴¹ Conforme Art. 91 da **Constituição do Império de 1824**, todo o cidadão livre (incluindo libertos) em pleno gozo de seus direitos políticos ou estrangeiro naturalizado teriam direito a voto nas eleições primárias, ou seja, no processo para escolha dos eleitores da paróquia. A respeito desta divisão eleitoral em 2 turnos ver a nota 76 do presente capítulo.

expectativas que motivaram mudanças mais enérgicas em relação aos outros setores sociais da cidade e do Império.

O historiador Richard Graham observa que certos receios foram se tornando fortes em relação ao aumento de uma população livre no decorrer das décadas de 70 e 80 do século XIX, visto que tal fato poderia significar algum tipo de perda do controle social e político em relação aos outrora dependentes. Vejamos suas palavras:

Alguns fazendeiros, por sua vez, temiam o surgimento de um grande grupo de libertos com direitos políticos. Quando avaliaram o efeito da Lei do Ventre Livre, de 1871, duvidaram (ao menos momentaneamente) de sua própria capacidade de controlar os recém libertos, assim como os agregados. Embora muitos fazendeiros encarassem a própria emancipação sem temor, tinham maus presságios em relação ao papel político do ex-escravo. O fim da escravidão revelou-se pior na antecipação do que no fato.²⁴²

Embora estas observações estejam relacionados à população escrava, como será visto mais adiante, é notório o crescimento de um certo sentimento de insegurança em relação aos setores populares, sobretudo em relação ao papel que este desempenhavam e poderiam desempenhas no tabuleiro político imperial.

Dessa forma, este “temor” de setores de elite em relação às camadas mais pobres da sociedade, não estava ligado diretamente ao medo de uma grande rebelião²⁴³, mas sim a uma pressão social pela extensão dos direitos sociais e políticos, tendo estes, em última instância, sido reforçados como emblemas da ordenação da sociedade, como elementos de distinção em uma sociedade múltipla e complexa.²⁴⁴

O receio encontrado, notado inclusive nos discursos de políticos e intelectuais, é o símbolo de uma expectativa que circulava nos diversos espaços sociais de debate, dando forma aos discursos e as medidas tomadas. Uma expectativa de insegurança em relação aos

²⁴² GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 241

²⁴³ Segundo Sidney, as mudanças que se configuraram na cidade do Rio de Janeiro em aspectos demográficos e sociais não caracterizariam, objetivamente, “um temor em relação à ocorrência de insurreições escravas de conseqüências cataclísmicas”. CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 200.

²⁴⁴ Os conceitos de “direito” e “privilégio” possuem fronteiras borradas não só nas experiências brasileiras como também em outras regiões das Américas. Embora parece bem simples esta distinção a um observador contemporâneo, no período a que se dedica esta análise não havia uma delimitação bem precisa entre estes dois “conceitos”. Isto se torna mais evidentes se for observado o processo de redefinição dos construtos sociais e culturais pelos quais passaram as sociedades escravistas modernas, marcadas pelas expectativas tanto de ampliação dos direitos civis e políticos pelos escravos e seus descendentes, bem como da população pobre de um modo geral, quanto pela expectativa dos senhores de terras e escravos em estabelecer mecanismos que freassem a ampliação destes direitos, resguardando certos mecanismos de exploração e controle.

rumos que poderia tomar o Brasil caso aspectos “democráticos” e “igualitários” de direitos políticos, tão temidos por Rui Barbosa, conseguissem se concretizar.²⁴⁵

Estratégias de exclusão censitária e os cenários políticos do império: espaços de convergência.

Os ataques desfechados contra o sistema eleitoral brasileiro merecem maior destaque neste momento. Com o objetivo de compreender melhor as idéias e propostas que apontavam para modificações nos mecanismos de participação política, serão recuperados alguns aspectos presentes nos argumentos de personagens do cenário político brasileiro. Estes personagens serão abordados através da análise dos argumentos desenvolvidos no período compreendido entre os anos de 1870 e 1881, ocasião em que as medidas de restrição censitária teriam atingido seu ponto máximo no Império. Espera-se que, mediante este aporte, se possa chegar a uma conclusão mais clara sobre as expectativas que teriam motivado a construção de uma conjuntura favorável a mudanças nos mecanismos de participação.

A notoriedade dos argumentos contrários a um sufrágio eleitoral extenso, que pudesse assumir características de equidade, embora pareça criticável, pode ser observada em discursos de figuras como as de Rui Barbosa e de José Antônio de Figueiredo²⁴⁶, apresentando, inclusive, ramificações bem mais amplas do que aquelas restritas a estes dois personagens. Para além do cenário brasileiro oitocentista, as questões relacionadas aos direitos políticos fazem parte de um espaço “transatlântico” de idéias (e de debates) que marcou a história da cidadania.

A amplitude destes debates é comprovada pela forma como os temas citados representaram uma presença marcante em diversos espaços de debates dos séculos XVIII e XIX, seja na Europa, seja na América. Parece que, os mesmos receios citados no caso do Brasil passaram pelos horizontes de intelectuais, políticos e pensadores em diversas partes do Atlântico.

²⁴⁵ O temor de consignação de direitos políticos por um número cada vez maior de classes sociais mais pobres parece se mais palpável que um equivalente “caos insurrecional”. Este temor, temperado por muita dissimulação e certos exageros, marcou mais intensamente as duas décadas finais do Império, sobretudo na eminência da ampliação dos debates sobre liberdade e república, nos anos de 1880. Para mais detalhes a respeito dos debates ver: GOMES, Flávio dos Santos. **Experiências atlânticas: Ensaio e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil**. Passo Fundo-RS: UPF Editora, 2003, p. 161-190; E sobre o temor da consignação de direitos políticos ver GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, especificamente o capítulo 7.

²⁴⁶ Ver as páginas 112 e 113 do presente capítulo.

O historiador Thomas C. Holt, cujo trabalho foi citado anteriormente²⁴⁷, fazendo uma análise sobre o “programa britânico de emancipação” no Caribe, chegou a conclusões interessantes que parecem reforçar uma certa circulação de idéias, pautadas em circunstâncias historicamente elaboradas em sociedades escravocratas.

Avaliando os impactos de ideologias liberais em sociedades dessa natureza, Holt observou que teria se instaurado uma certa contradição entre as idéias de liberdade (civil) e igualdade (de direitos). A dita contradição, notabilizada pelos interesses das elites políticas e econômicas coloniais interessadas na manutenção de ofertas de mão-de-obra abundante sem abrir mão de um monopólio exercido sobre as esferas institucionais²⁴⁸, parecia implodir as expectativas quanto a uma democratização do acesso aos mecanismos legais de ação política.

Esse historiador observa que as idéias de liberalização ampla pareceriam aos olhos dos senhores locais uma ameaça aos modelos tradicionais de gestão política, através dos quais materializavam seus interesses mais diretos. E foi justamente a partir destes interesses que houve uma interpretação das idéias liberais em circulação, sendo orientadas pelas expectativas prévias das elites políticas e econômicas do Caribe britânico. Vejamos suas palavras sobre esta questão:

Havia (...) uma contradição aparente entre autocontrole e autonomia envolvidos no liberalismo econômico e o desapossamento obviamente seletivo inerente à constituição da esfera política. Todos os membros da sociedade eram não só aceitáveis, como compelidos a participar das trocas econômicas na esfera civil, mas só os homens instruídos e com propriedade seriam passíveis de admissão na esfera pública, que controlava as funções de elaboração das normas para toda a sociedade. Esta contradição poderia ser conciliada de duas maneiras: definindo-se, *de jure*, um sistema pelo qual houvesse igualdades de oportunidades para a possível inclusão ou retraçando-se as fronteiras da participação, de modo que algumas pessoas ou grupos fossem definidos, *de facto*, fora da esfera pública em virtude de seu afastamento daqueles atributos humanos “naturais” ou inatos que equipavam os considerados aceitáveis. É claro que, em termos históricos, as fronteiras foram determinadas de modo a excluir categorias sociais inteiras – raciais, nacionais, sexuais e de classe – consideradas elementos “residuais” da ordem social.²⁴⁹

²⁴⁷ Ver nota 219.

²⁴⁸ Utilizando o termo “esfera pública”, Holt está se referindo ao “terreno de tomada de decisões” institucionais, encarado pelos setores de elite como um local de seu monopólio e que, portanto, não estaria aberto à participação de parcelas pobres da população, como no caso de ex-escravos. Assim, “as exclusões sistemáticas do terreno de tomada de decisões (a esfera pública) eram necessárias para proteger aquela mesma ordem social dos questionamentos dos despossuídos”. COOPER, F.; HOLT, T.; SCOTT R. J. **Além da Escravidão. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 103-4 Vale ressaltar que as preocupações apresentadas por esta análise incidiam não só na demonstração da tentativa de controle do acesso às esferas institucionais, como também no controle do acesso a terra (ver p. 113 deste livro).

²⁴⁹ Idem, p. 103.

Ele observa que a equiparação entre liberdade e igualdade quando foram apresentadas e analisadas as propostas de “enquadramento” dos “ex-escravos” em sociedades ditas livres, eram inconcebíveis pelos ideólogos e políticos destas sociedades, visto que para estes “afro-jamaicanos” eram “incapazes de exercer o poder político”²⁵⁰. Esta idéia de incapacidade política foi elaborada justamente num momento em que foram observadas mudanças na sociedade, seja em relação à ocupação no mundo do trabalho, seja em posicionamentos perante as instituições políticas. O que de fato chama mais a atenção é um certo receio de que a liberdade dos escravos pudesse representar uma reordenação nas políticas de domínio e exploração, exercidas pelas elites.

Processos similares foram observados em outras regiões atlânticas, como é o caso do Caribe de colonização espanhola e de regiões da América do Norte, onde os processos e as políticas emancipacionistas foram alvos de disputas e debates intensos, envolvendo os mais variados setores sociais.²⁵¹

As idéias produzidas no bojo destas disputas pelo controle dos processos políticos foram carregadas, como não poderia ser diferente, por todo um arcabouço teórico que buscava ressaltar a necessidade de serem observadas as “diferenças”, como referencial fundamental para a gestão dos negócios públicos. Pois seria a partir destas diferenças que a “sociedade se organizava” e seria por meio destas que deveriam ser pensadas as leis que regem a sociedade²⁵².

Estas diferenças, que serviam de contraponto a uma “idéia abominável de democracia”, versavam sobre elementos como: papel ocupado na sociedade, atividade desempenhada na escala produtiva, nível educacional e cultural, origem étnica, entre outros. Resumidamente, elas tangenciariam dois aspectos tidos como fundamentais para a constituição de qualquer “sociedade civilizada”, isto é, dotadas de pessoas com capacidades intelectuais e financeiras que permitissem o exercício consciente da política: o nível de renda (e a posse de propriedade privada) e o nível educacional.

Nestes termos, as condições financeiras e as “aptidões” intelectuais de uma pessoa seriam, via de regra, pré-requisitos para, em primeira instância, a aquisição do direito ao voto

²⁵⁰ COOPER. F.; HOLT, T.; SCOTT R. J., Op. Cit, p. 125.

²⁵¹ No caso do Caribe de colonização espanhola e da Estado Americano da Louisiana ver: SCOTT, Rebecca J. Raça, trabalho e ação coletiva em Louisiana e Cuba, 1862-1912. In: COOPER. F.; HOLT, T.; SCOTT R. J. Op. Cit, p. 133-199.

²⁵² As idéias a respeito de uma sociedade organizada de acordo com as diferenças e as repercussões disso nos debates sobre o acesso aos direitos civis são observados em circunstâncias históricas em que os setores de elite, como proprietários rurais por exemplo, insistem na necessidade de serem erguidas barreiras de distinções bem “claras” entre os trabalhadores e os proprietários, seja no que diz respeito a aquisição de propriedades, seja na aquisição de direitos civis e/ou políticos. Ver nota 248.

e, em segunda instância, de ser cidadão. Dessa forma, estariam vedadas aos pobres e/ou analfabetos os direitos de tomar parte nas decisões políticas de uma região ou país.

Seguindo por este caminho, não fica difícil de notar que a “cidadania” seria cortada por questões sociais e financeiras que deixariam à margem de seus atributos trabalhadoras e trabalhadores, desempregados (as), entre outras categorias que designam a população mais pobre, daquilo que as elites definiram como “verdadeira” manifestação da vontade da “Nação”. Assim, ao mesmo tempo em que criaram uma definição de cidadania a sua imagem e semelhança, os setores de elite política teriam se preocupado em preservar este espaço para a sua atuação, excluindo a grande massa da população do direito de atuar nos mecanismos específicos do processo eleitoral.

Portanto, pode ser igualmente percebido que há uma valorização de elementos socioculturais característicos para a elaboração de um quadro de estratificação social com limites e contornos bem definidos, que contribuiriam para a construção tanto de barreiras a “igualdade” de direitos quanto a uma reelaboração simbólica dos atributos dos setores sociais. Obviamente, esta divisão social reservaria aos setores populares a pior parte do “bolo”, e aos “mais aptos” (segundo as concepções liberais) a responsabilidade pela gestão das coisas públicas.

Seguindo esta linha de raciocínio, a posição que uma pessoa ocupa na sociedade, pensada de forma estratificada, iria repercutir na forma como se porta socialmente, influenciando, por fim, em sua capacidade de atuar politicamente²⁵³. Para ficar mais claro, seguem as opiniões de teóricos liberais que refletiram sobre propriedade, cultura e direitos políticos durante o século XIX.

O inglês John Stuart Mill, considerado um dos grandes teóricos liberais do século XIX, conseguiu sintetizar bem em seus tratados sobre política as expectativas dos setores de elite ao lançar mão de instrumentos censitários para “filtrar” o acesso ao voto.

Nas questões básicas tratadas por ele em sua obra intitulada “Considerações sobre o Governo Representativo”²⁵⁴, publicado em 1861, ele reconhece não só a necessidade de atribuírem mecanismos de discriminação censitária, como também acredita que esta não deve apenas basear-se no critério de propriedade. Para além deste ponto, ele renova os debates a este respeito, apresentando um elemento novo como a questão do voto se tornar direto e não mais em dois turnos, como versava Alexis Tocqueville.

²⁵³ Esta idéia também é trabalhada por Domenico Losurdo ao refletir sobre as teorias de acesso ao voto e os mecanismos de avaliação do eleitorado. LOSURDO, Domenico. **Democracia ou Bonapartismo. Triunfo e decadência do sufrágio universal**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora UNESP, 2004.

²⁵⁴ Do original MILL, John Stuart. **Representative Government**. Ontário: Batoche Books Limited, 2001.

Citando Tocqueville, considerado um dos grandes teóricos liberais, Mill avalia que esta divisão em dois turnos do sistema eleitoral é algo “virtual” que deveria ser suprimido, mediante uma “universalização cada vez maior do voto”.²⁵⁵

No entanto, ele ressalta que esta “universalização” de acesso ao voto deveria ser tomada com cautela, afinal, “a grande maioria dos votantes de quase todos os países, e com certeza também no nosso, (...) se comporia de trabalhadores manuais.”²⁵⁶ Para ele, tal combinação é um problema na medida em que representa “o duplo perigo, o de um nível demasiadamente baixo de inteligência política e o de uma legislação de classe continuaria a subsistir em medida considerável.”²⁵⁷

Assim, o perigo representado pela situação das classes sociais envolvidas no processo eleitoral não deveria passar despercebida dos legisladores, afinal, isto poderia colocar em risco o próprio sistema político. A forma básica para solução desta questão seria, segundo o mesmo, exigir um nível educacional condizente com o ato eleitoral, do qual a inteligência seria comprovada pela formação do indivíduo. Na citação abaixo isto se torna mais claro.

Um empregador é mais inteligente que do que um operário, por ser necessário que ele trabalhe com o cérebro e não só com os músculos (...). Um banqueiro, um comerciante serão provavelmente mais inteligentes que um lojista, porque tem interesses mais amplos e mais complexos a seguir (...) Nestas condições, poder-se-iam atribuir dois ou três votos a toda a pessoa que exercesse estas funções de maior relevo.²⁵⁸

Nestes termos, a questão principal para a distinção política entre os membros de uma comunidade passaria pela observação das atribuições sociais de cada indivíduo, não se

²⁵⁵ Na realidade, conforme observado por Losurdo, para Mill, “enquanto o sufrágio é conjugado para o futuro, adiado até o momento em que estiver desaparecido o analfabetismo e não houver mais indivíduos tão pobres que necessitem da assistência pública e não possam ser submetidos a um nível mínimo de tributação (...) as exclusões ditadas mediata ou imediatamente pelo censo, são conjugadas no presente.” LOSURDO, Domenico. **Democracia ou Bonapartismo. Triunfo e decadência do sufrágio universal**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora UNESP, 2004, p. 34.

²⁵⁶ Trecho retirado do original em inglês: “Yet in this state of things, the great majority of voters, in most countries, and emphatically in this, would be manual labourers;” MILL, John Stuart. **Representative Government**. Ontário: Batoche Books Limited, 2001, p. 108.

²⁵⁷ Trecho retirado do original em inglês. “Yet in this state of things, the great majority of voters, in most countries, and emphatically in this, would be manual labourers; and the twofold danger, that of too low a standard of political intelligence, and that of class legislation, would still exist in a very perilous degree. It remains to be seen whether any means exist by which these evils can be obviated.” Idem, p. 108-9

²⁵⁸ Trechos retirados do original em inglês: “An employer of labour is on the average more intelligent than a labourer; for he must labour with his head, and not solely with his hands. A foreman is generally more intelligent than an ordinary labourer and a labourer in the skilled trades than in the unskilled. A banker, merchant, or manufacturer is likely to be more intelligent than a tradesman, because he has larger and more complicated interests to manage.” (...) Idem, p. 111

restringindo ao nível de renda em si²⁵⁹ – embora ele reconheça a necessidade deste para um bom nível educacional – mas contemplando a ocupação desempenhada pela pessoa, identificada como teste de suas capacidades intelectuais²⁶⁰. Nestes termos,

há certas exclusões, requeridas por razões positivas, que não estão em conflito com este princípio, (...) Eu considero inadmissível que qualquer pessoa possa participar no voto sem poder ler, escrever, e, mais, sem que execute as operações comuns de aritmética. (...) Seria eminentemente desejável que outras coisas além de ler, escrever e da aritmética sejam necessárias ao voto; como um pouco de conhecimento da conformação da terra, suas divisões naturais e políticas, elementos de história geral, e da história e instituições do próprio país, poderiam ser requeridos de todos os eleitores. Mas, estes tipos de conhecimentos, apesar de indispensáveis para o uso inteligente do voto, não são encontrados nesse país, e provavelmente em nenhum outro (...)²⁶¹

Conclui-se que, para este autor, as capacidades intelectuais, que são reflexos dos papéis ocupados pelos indivíduos na pirâmide social, são importantes, pois elas distinguem os cidadãos, no sentido restrito do termo, do conjunto da população, afinal, conceder o sufrágio a um homem que não saiba ler é como dá-lo a uma criança que não saiba falar.²⁶²

A citação não deixa equívocos de que ao elaborar suas proposições, Mill não deixou de levar em consideração o nível educacional da população participante do processo eleitoral tradicional (i.e., de dois turnos), o que dá mais elementos a noção de que suas proposições tinham uma preocupação mais prática do que teórica, ou seja, o fim último de suas propostas não estaria restrito a elaboração de um modelo perfeito de processo eleitoral, mas sim, em dar subsídios à elaboração de um sistema de eliminação das “anomalias” do sistema.

Agora, voltando para este lado do Atlântico, é interessante ser observado que elaborações teóricas deste tipo encontravam um terreno fértil junto aos políticos brasileiros.

²⁵⁹ Mesmo não apresentando a renda em si como sendo o aporte principal, em outro trecho da mesma obra Mill apresenta uma solução tradicional para o problema de classe no sistema eleitoral: “No entanto, é importante que a assembléia que vota os impostos gerais ou locais seja eleita exclusivamente por aqueles que pagam uma parte destes impostos. Aqueles que não pagam impostos, dispendo com seus votos do dinheiro alheio, têm todas as razões para serem pródigos e nenhuma para serem frugais. Enquanto se trata de questões de dinheiro, todo direito de voto possuído por estes é uma violação do princípio fundamental de um governo livre; uma separação entre o poder de controlar e o interesse de exercer proficuamente este poder”. MILL Apud LOSURDO, LOSURDO, Domenico. **Democracia ou Bonapartismo. Triunfo e decadência do sufrágio universal**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora UNESP, 2004, p. 32.

²⁶⁰ MILL, John Stuart. **Representative Government**. Ontário: Batoche Books Limited, 2001, p. 110-111.

²⁶¹ “No arrangement of the suffrage, therefore, can be permanently satisfactory in which any person or class is preemtorily excluded; in which the electoral privilege is not open to all persons of full age who desire to obtain it. (...) I regard it as wholly inadmissible that any persons should participate in the suffrage without being able to read, write, and I will add, perform the common operations of arithmetic.(...) It would be eminently desirable that other things besides reading, writing and arithmetic could be made necessary to the suffrage; that some knowledge of the conformation of the earth, its natural and political division, the elements of general history, and of the history and institutions of their own country could be required from wall electors.(...)” Idem, p. 105-6

²⁶² “If this were really the case, people would no more think of giving the suffrage to a man who could not read, than of giving it to a child who could not speak” (...). Idem, p. 106

Mostra disto é a notória facilidade com a qual os discursos parecem se encaixar, demonstrando proximidades intrigantes que ensejam cada vez mais as teses de circulação de idéias aludidas anteriormente.²⁶³ Tendo-se cautela com as peculiaridades dos ingleses, o quadro de aproximação referido aqui pode ajudar na compreensão dos processos de construção de uma idéia difusa de cidadania, ensejada pela materialização das reformas eleitorais citadas.

Nesta segunda metade de século, a história intelectual dos embates sobre os mecanismos mais adequados para o processo de participação política no Brasil girou na órbita de duas propostas principais: a da “eleição indireta” e a da “eleição direta”. Estes modelos, cada qual com suas especificidades, traduziriam muitas expectativas e visões de mundo dos setores de elite política e intelectual brasileira.

O primeiro modelo constituiu o sistema mais duradouro na história eleitoral do Império²⁶⁴. Seu funcionamento estaria relacionado a um mecanismo de duas esferas de participação, através das quais o conjunto da população constitucionalmente investida em seus direitos políticos poderia tomar parte dos processos político-institucionais. A população estaria dividida em dois setores distintos, embora complementares: os votantes e os eleitores. Os primeiros seriam responsáveis pela escolha daqueles que poderiam tomar parte no processo de eleição dos candidatos aos cargos legislativos. Os segundos, como ficou explicitado anteriormente, estariam incumbidos de escolher os elegíveis. Aos primeiros não era facultada a elegibilidade observada aos segundos.²⁶⁵

Os defensores deste modelo alegavam que cada membro da sociedade, desde que não estivesse constitucionalmente impedido, participaria dos processos políticos de acordo com suas características específicas. Estas características, baseadas em critérios socioculturais e econômicos, fariam com que cada pessoa, de acordo com suas capacidades individuais, tivesse seu lugar de representatividade garantido. Deste modo, embora baseado em dois turnos com atributos políticos distintos, o modelo indireto evitaria exclusões dos mais pobres através de critérios demasiado rígidos de seleção.²⁶⁶

²⁶³ Não só há uma correlação indireta por inferência heurística, como as próprias idéias e seus autores são mencionados diretamente nos argumentos apresentados pelas figuras de destaque no cenário reformista eleitoral. A este respeito, podem ser citados Francisco Belisário Soares de Souza, Rui Barbosa, José de Alencar, José Antônio Saraiva e João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu.

²⁶⁴ O sistema indireto, ou de dois turnos, só foi extinto no ano de 1881, ou seja, oito anos antes do fim do regime monárquico brasileiro. Este foi substituído, conforme será visto, pelo sistema de eleição direta, no qual só há um turno em que participam apenas os “eleitores”.

²⁶⁵ “Das Eleições.” **Constituição do Império do Brasil de 1824**, Art. 91 a 95.

²⁶⁶ ALENCAR, José de. **O Systema Representativo**. Rio de Janeiro: Garnier, 1868, p. 111-2.

Uma das justificativas desta divisão se alicerçava nos já mencionados critérios socioculturais, além de questões de ordem geográfica e política presentes nos diversos espaços do Império, para os quais o sistema funcione com eficiência sem, todavia, ser excludente. Segue abaixo um dos argumentos a este respeito:

(...) longe de produzir a degeneração da soberania e enfraquecer a vontade popular [a eleição indireta] a restaura e corrobora, destruindo os efeitos inevitáveis da degeneração da disseminação dos habitantes de um vasto território. De efeito os dois grãos dessa eleição indicão as duas esferas de movimento concentrico da soberania que assimila-se e cohere para formar o poder. Na primeira esfera são as massas esparsas pelas localidades que se reúnem em um corpo mais elevado e de maior alcance. Na segunda esfera são as localidades da provincia, personificadas por seus escolhidos que se reúnem para a eleição mais ampla que seja possível. O parlamento, vertice desse movimento concentrico, é então realmente a representação nacional.²⁶⁷

Em última instância, este modelo colocaria cada pessoa em seu devido lugar, encarando de forma pragmática as características de uma sociedade brasileira marcada tanto pelas incapacidades dos setores populares, simbolizada pela sua “impossibilidade física e moral”, quanto pelos riscos representados por uma reduzida classe de eleitores que, por serem letrados e com “visão mais ampla”, poderiam incorrer numa exclusão sistêmica dos primeiros de qualquer esfera de participação. Estas duas dimensões se constituiriam em empecilhos ao sistema representativo. Deixando momentaneamente de lado os eleitores e fixando as atenções nos setores populares (os votantes) que particularmente interessam a esta análise, observa-se que as incapacidades populares se explicariam pelos seguintes fatores:

A impossibilidade física provém da disseminação do povo por um vasto território [que impossibilitaria sua participação em reuniões públicas para deliberar sobre a política]; a impossibilidade moral de desenvolvimento da vida civil na sociedade moderna, d’onde resulta no abandono dos actos publicos; e a inhabilitação para a decisão das altas questões políticas.

Nas classes pobres avultão estas causas. A falta de instrução agrava a inhabilitação politica; a deficiência de meios torna a mais pequena distancia invencível. (...)

Ora o lavrador, o operário, o homem do povo tem um horisonte acanhado; seu espírito não se eleva além das mesquinhas dissidencias locais. Essas classes são pois inábeis para escolher um representante da nação, um legislador, como para decidir uma questão doutrinária.

Os escolhidos das eleições de campanário, serão legitimos representantes de uma aldeia ou villa, porém nunca legitimos representantes da nação.²⁶⁸

O romancista José de Alencar, então político pelo Partido Conservador e defensor do mecanismo indireto de participação, embora alegasse a necessidade da participação destas

²⁶⁷ Idem, ibidem.

²⁶⁸ Idem, p. 102-3.

peças nas eleições como garantia de um “sistema democrático”, devido à sua abrangência, não se furtou em deixar clara que esta mesma participação não devia ignorar a realidade brasileira que impunha, segundo o mesmo, severas limitações às “classes pobres” quanto à compreensão e participação políticas. Conforme assinalado, as mesmas estariam impossibilitadas de ir muito além das questões locais devido à “inabilidade” inerente à realidade da qual faziam parte. Isto faria com que cumprissem um papel de eleger aqueles que seriam responsáveis por questões mais complexas e amplas, de interesse nacional.²⁶⁹

Este último aspecto assinalado por Alencar demonstra alguns pontos que são caros ao presente esforço de análise. Através da demonstração de uma preocupação com o sistema representativo pode ser percebida a construção de argumentos que, ao mesmo tempo em que buscam justificar o papel ocupado por cada setor social na vida política do país, acabam por impor limites a estes atores, delimitando os papéis que deveriam ser desempenhados por cada um deles, baseados em suas características individuais.

As posições anteriores permitem não só a identificação das expectativas sobre um ordenamento social ideal através do qual as dimensões materiais da vida, e as hierarquias decorrentes delas, seriam incorporadas pelo sistema político, como também, e este ponto é importante, a postura assumida para a preservação deste ordenamento estaria expondo uma determinada visão sobre os setores populares e, mais precisamente, certos preconceitos que seriam utilizados nos esforços em justificar certos tipos de limitação de sua atuação cívica.²⁷⁰

Antes que se avance mais nestes aspectos, serão vistas mais algumas perspectivas importantes deste jogo político reformista que irão auxiliar na compreensão do processo estudado. E para que o leitor não se sinta entediado ou confuso, alguns personagens que tiveram pouco destaque irão reaparecer nesta história para que suas posições sejam mais bem entendidas. Além disso, será abordada a segunda proposta de participação eleitoral, a tão aclamada “eleição direta”.

Uma figura interessante para a galeria dos defensores de reformas é a de Francisco Belisário Soares de Souza. Grande defensor da restrição eleitoral e pertencente a uma família amplamente conservadora da província do Rio de Janeiro - do qual fazia parte o Visconde de Uruguai -, desde a década de 1870. Belisário se destacou como uma figura extremamente

²⁶⁹ Idem, *ibidem*.

²⁷⁰ José de Alencar chega a utilizar uma metáfora da “pirâmide social” para expressar uma comparação entre os setores sociais e a importância que cada um teria para o funcionamento do sistema político imperial. Este tipo de metáfora também é vista de uma forma menos sutil, embora com o mesmo sentido, no discurso de Francisco Belisário, ao avaliar que o voto universal representaria uma inversão da “pirâmide social” que rege a sociedade. ALENCAR, José de. **O Sistema Representativo**. Rio de Janeiro: Garnier, 1868.; SOUZA, Francisco Belisário Soares de. **O Sistema eleitoral no Império**. Brasília: Senado Federal, 1979. [Edição Fac-similar].

avessa às populações mais pobres. Para este, qualquer participação de uma população “ignorante”, apenas dificultaria o exercício político pleno, pois estes seriam figuras manipuláveis e sem personalidade nos jogos eleitores dos grandes senhores²⁷¹.

As massas populares, alternadamente indiferentes ou apaixonadas e desvairadas, serão sempre instrumento cego de todos os despotismos e nunca a base segura e sólida em que repouse o edifício trabalhoso e delicado do governo constitucional representativo, única forma, até hoje possível, da verdadeira liberdade. A eleição neste regime é a origem de toda a direção social; dela saem os legisladores, os fiscais do governo e o próprio governo; dela emanam e nela fenecem todos os poderes sociais. Não é das trevas, da ignorância, das abusões, das paixões selvagens e brutais que surgirá o reinado da razão e da justiça na sociedade.²⁷²

Em sua busca pela defesa da reforma eleitoral, Souza escreveu e publicou artigos em que defendia o sufrágio direto e restrito como única alternativa sensata para resolver os problemas políticos do Brasil²⁷³. Afinal, para ele, “o voto universal é um imenso perigo das crises sociais, ou por ocasião de comoções populares”, na medida em que “os votantes são a grande massa arrolada na lista de qualificação, a turbamulta, ignorante, desconhecida e dependente”.²⁷⁴

Concluía ele que esta grande massa de “ignorantes” era responsável pelos resultados eleitorais que marcavam a perpetuação de certos grupos no poder central, sendo encaradas como peões de xadrez no tabuleiro político da Corte.

E como se já não fosse contundente o suficiente, chama a atenção para o fato de que “a máxima parte dos votantes da eleição primária não tem consciência do direito que exercem, não vão à urna sem solicitação, ou, o que é pior, sem constrangimento ou paga” e “os que estão no caso de compreender esse direito não ligam valor aos seus votos perdidos na imensidade dos primeiros, nem dão importância ao seu resultado”²⁷⁵. Esta situação seria explicada tanto pela “incapacidade intelectual” das massas quanto pelas condições financeiras

²⁷¹ SOUZA, Francisco Belisário Soares de. **O Sistema eleitoral no Império**. Brasília: Senado Federal, 1979. [Edição Fac-similar], p. 34-5.

²⁷² Idem, p. 131.

²⁷³ Estes artigos foram reunidos pelo autor em um livro publicado em 1872 sobre o título de “O sistema eleitoral do Império”. PORTELLA, Petrônio. Apresentação. In: SOUZA, Op. Cit. S/P; GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 247.

²⁷⁴ Segue o trecho original: “O votante pode ser um homem ilustrado e importante; mas não é este o votante em cujo poder está de decidir das eleições primárias, porque nelas *os votos se contam pelo número e não pela qualidade*. Os votantes são a grande massa arrolada nas listas de qualificação, a *turba multa, ignorante desconhecida e dependente*. O votante é, por via de regra, analfabeto; não lê, nem pode ler jornais, não frequenta clubes nem recorre a meetings, que os não há; de política só sabe do seu voto, que ou pertence ao Sr. Fulano de tal por dever de dependência (algumas vezes por gratidão), ou a quem lho paga por melhor preço, ou lhe dá um cavalo, ou roupa, a título de ir votar a freguesia.” SOUZA, Op. Cit., p.33. Grifo meu.

²⁷⁵ SOUZA, Francisco Belisário Soares de. **O Sistema eleitoral no Império**. Brasília: Senado Federal, 1979. [Edição Fac-similar], p. 19.

a que estão submetidas, fatos que “impedem” a compreensão das eleições. Assim, “pobreza” e “ignorância” caminham juntas para Belisário, sendo, portanto, necessária a urgente eliminação destes “tipos” do acesso ao processo eleitoral.

E o leitor deve estar se perguntando como seria possível afastar estas pessoas “pouco iluminadas” do processo eleitoral? Afinal, segundo Souza, esta era a solução para todos os problemas políticos enfrentados pelo país. Sua proposta pode ser identificada pelo trecho a seguir.

O exercício do voto exige duas condições imprescindíveis para fazer presumir certa capacidade em quem as preenche. A primeira é uma tal ou qual **instrução**. Conferir o voto a um indivíduo que nem ao menos sabe ler e escrever parece uma zombaria e um contrasenso. Com que aparência de razão pretenderá influir nos destinos de seus concidadãos, aquele que não se libertou das trevas mais grosseiras da inteligência? (...) Isto é, não possui aptidão para preencher os deveres sócias o indivíduo privado de educação.

Esta condição é reputada cardeal em alguns estados da União Americana para o exercício do voto. A Itália moderna também a consagrou em sua constituição. O analfabeto é aí considerado interdito dos direitos políticos. Para *J. S. Mill*, (...) é esta uma das primeiras restrições ao sufrágio universal. Ele entende razoável, e espera que virá a época da realização, que os cidadãos, gozando de certo grau de instrução, tenham maior número de votos que aqueles privados desta capacidade. Por exemplo: vota todo o indivíduo que sabe ler e escrever e paga imposto; aquele, porém, que preenche estas condições, e além disto possui um grau científico ou literário, deve votar nas suas diversas qualidades, dando mais um voto.

Outra condição indispensável deve ser o **pagamento de imposto direto**.

A primeira e mais constante função dos parlamentos consiste em fixar as despesas públicas e criar impostos para satisfazê-las. Tal é a origem histórica dos parlamentos e ainda hoje sua ocupação mais importante. Dar o direito de voto, de concorrer para ter um representante no parlamento àquele que não contribui diretamente para as despesas públicas, que não sofre o peso dos impostos, a quem é indiferente que eles se agravem ou atenuem, repugna ao bom senso mais trivial.

Estas duas condições nos parecem indispensáveis e podem satisfazer todas as exigências da *democracia*. Conquanto tênues, nos parecem, ainda assim, garantidoras de certa solidez e estabilidade social

As condições de capacidade eleitoral devem ser simples e de fácil prova, sob pena de serem sofismadas e caviladas pelas fraudes eleitorais. É fácil a prova de saber-se ler e escrever e sobre ela não pode haver contestação séria. O mesmo acontece com o pagamento de imposto direto. Neste ponto as nossas leis fiscais devem ser modificadas para se generalizarem os impostos diretos, embora com suma modicidade, de maneira a compreender a população urbana e rústica.

Os últimos projetos de reforma eleitoral apresentados às câmaras encerram medidas salutaras e aproveitáveis sobre as qualificações eleitorais. Para serem, porém, profícuas **é indispensável que a eleição seja direta**; do contrário serão burladas e fraudadas pelos interesses locais e pela dificuldade intrínseca da eleição de dois graus, que abrange indivíduos de todo desconhecidos.²⁷⁶

A citação é um pouco extensa mas sua leitura é fundamental, pois as idéias expostas acima conseguem sintetizar bem as opiniões desta figura política imperial que atuou de forma

²⁷⁶ SOUZA, Francisco Belisário Soares de. **O Sistema eleitoral no Império**. Brasília: Senado Federal, 1979. [Edição Fac-similar], p. 132-3. Grifo meu.

ativa nesta segunda metade de século²⁷⁷. Além disso, conseguem dar conta de certas idéias correntes que circulavam nos espaços de debates políticos do período, auxiliando na compreensão dos rumos tomados pela reforma eleitoral.

Uma das marcas deixadas pelas idéias de Francisco Belisário no sistema legal brasileiro pode ser observada pelo aumento das exigências para participar do processo eleitoral. Na medida em que fora extinta a divisão em dois turnos do processo eleitoral²⁷⁸, tornado o voto direto²⁷⁹, as exigências para se tornar um eleitor se tornaram demasiado complexas e restritivas.²⁸⁰

Analisando os textos legais decorrentes da legislação de 1881²⁸¹ e comparando-os com os anteriores²⁸², a primeira coisa notada é a forma minuciosa com a qual trata a especificação das características necessárias para se candidatar a eleitor. Esta minuciosidade não teria outra explicação senão uma busca por afastar as “anomalias” que marcariam o histórico eleitoral imperial.

Os “cidadãos alistados eleitores em conformidade com a lei”, mencionados no texto de 1881 e suas retificações posteriores, deveriam passar por um criterioso exame de sua renda, apresentando uma série de provas perante as autoridades responsáveis, após ter redigido uma solicitação por escrito, de próprio punho e assinada pelo mesmo, manifestando sua intenção de participar do processo eleitoral.

Se o enfoque ficar momentaneamente restrito a esses dois aspectos legais, tanto os mecanismos criados para restringir o acesso ao voto, quanto a própria noção de cidadania,

²⁷⁷ Conforme observa Richard Graham, as idéias de Belisário tiveram um papel importante para o fortalecimento das idéias reformistas. Em suas palavras, Belisário “fez publicar as pressas uma série de artigos clamando pelo sufrágio direto, limitado. Quando compilados num livro, no mesmo ano [1872], **esses artigos passaram a exercer grande influência sobre os que analisaram os problemas das eleições** durante toda a década seguinte” GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 247. Grifo meu. No entanto, acredita-se que os sinais destas influências já teriam sido manifestas no final desta mesma década, através das discussões acerca da reforma política levantada pelos Liberais em 1878-9.

²⁷⁸ Também conhecido como “de dois círculos”, este sistema funcionava da seguinte forma: no primeiro turno, um número determinado de votantes escolhia os eleitores definitivos que por sua vez, no segundo turno, votavam diretamente nos deputados e senadores. Este sistema de eleição chamada de indireto por ser dividido em dois círculos fora caracterizado pelos reformadores liberais, como responsável pela conservação política de um partido no poder, funcionando na contramão do sistema parlamentar de revezamento de poderes.

²⁷⁹ Segundo o texto do Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, que reformou a legislação eleitoral, versa em seu Art. 1º que as “nomeações dos Senadores e Deputados para a Assembléa Geral, membros das Assembléas Legislativas Provinciais, e quaisquer autoridades eletivas, serão feitas por **eleições diretas, nas quais tomarão os cidadãos alistados eleitores em conformidade com a lei.**” Grifo meu.

²⁸⁰ Conforme observado por Richard Graham, “Saraiva especificou uma lista de documentos extremamente complicados de se obter, necessários para comprovar a renda anual exigida. Embora, (...) praticamente todos tivessem renda suficiente, muitos poucos teriam condições de providenciar estas novas especificações.” GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 257.

²⁸¹ **Decreto nº. 8.213, de 13 de agosto de 1881.**

²⁸² Constituição Imperial de 1824, Lei Eleitoral nº 387 de 19.08.1846, Decretos nº 484 de 25.11.1846, nº 842 de 19.09.1855, nº 1.812 de 23.08.1856, nº 1.082 de 18.08.1860, nº 2.674 de 20.10.1875.

discutidos até o presente momento, podem ser enxergados de forma mais concreta, a medida que, a crença defendida pelos ideólogos reformistas na “incapacidade eleitoral” apresentada por uma ampla população mais pobre - composta de operários, lavradores, comerciantes, ganhadores, etc. - buscou ensejar a necessidade de criação de instrumentos de exclusão destes setores. Estes instrumentos “legais” que deveriam criar “barreiras de contensão” foram elaborados de modo a excluir sem aparentar características diretas de classe. Nesse intento, a melhor forma encontrada parece ter sido atingir os “pontos fracos” de uma grande massa de votantes, ou seja, a sua baixa ou nenhuma taxa de alfabetização e a renda flutuante que muitas das vezes dependia de tarefas variadas, nem sempre certas, difíceis de comprovar mediante os documentos exigidos.²⁸³

Adiante, segue um trecho do Decreto n.º 8.213, de 13 de agosto de 1881, em que são relatados os elementos que devem apresentar o cidadão apto a votar:

CAPÍTULO III **Da revisão do alistamento eleitoral**

(...)

Art. 17. A revisão será feita sómente para os seguintes fins:

§ 1º De serem eliminados os eleitores que tiverem fallecido ou mudado de domicilio para fóra da comarca, os fallidos não rehabilitados, os que estiverem interdictos da administração de seus bens, e os que houverem perdido os direitos de cidadão brasileiro, ou não estiverem no gozo de seus direitos politicos, nos termos dos arts. 7º e 8º da Constituição, transcriptos nos §§ 1º e 2º do art. 2º deste Regulamento.

§ 2º De serem incluídos no dito alistamento os cidadãos que o requererem e provarem ter adquirido as qualidades de eleitor, de conformidade com os Capitulos 1º e 2º do mesmo Regulamento, e, além dellas, a de saber ler e escrever.

(...)

Art. 23. Nenhum cidadão será incluído no alistamento dos eleitores sem o ter requerido por escripto de proprio punho e com assignatura sua, provando o seu direito com os documentos declarados neste Regulamento.

(...)

Art. 24. Em cada requerimento não poderá figurar mais do que um cidadão, e nelle serão declarados:

1º A parochia, o districto de paz e o quarteirão da residencia do cidadão, bem como o tempo desta na parochia, designando-se o predio que elle habitar.

2º A idade, o estado, a filiação, a profissão do cidadão, e, si este não estiver comprehendido em qualquer das excepções do art. 13, a sua renda.

(...)

Art. 26. O cidadão que requerer sua inclusão no alistamento deverá provar, além da renda legal pelo modo estabelecido no Capitulo 2º deste Regulamento:

§ 1º Ter attingido a idade legal nos termos do art. 4º do mesmo Regulamento. Para provar a idade apresentará certidão de baptismo ou certidão extrahida do registro civil dos nascimentos.

Quando não fôr possível por justos motivos, que serão declarados, a apresentação de qualquer destas certidões, será supprida a sua falta:

²⁸³ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

1º Por certidão autentica que prove estar o cidadão ou ter estado no exercicio de seus direitos politicos sem contestação.

2º Por certidão autentica que prove exercer o cidadão ou ter exercido cargo ou emprego publico, para o qual seja exigida a idade legal.

§ 2º *Saber ler e escrever.*

Será provada esta habilitação pela letra e assignatura do cidadão que requerer a sua inclusão no alistamento, uma vez que a letra e a firma estejam reconhecidas por tabellião no requerimento que para este fim dirigir.

§ 3º Ter sua residencia na parochia desde um anno antes nos termos do art. 25 § 1º.

Será provado este facto com certidão autentica de que conste o exercicio de cargo publico para o qual a lei exija domicilio na parochia, ou com attestado jurado do respectivo parochio, juiz de paz, delegado ou subdelegado de policia.

§ 4º A's certidões e outros documentos a que se referem os paragraphos antecedentes é applicavel a disposição do art. 15.

(...)²⁸⁴

Neste trecho retirado da lei de 1881 podem ser percebidas algumas características importantes sobre as propostas de reforma eleitoral.

A primeira característica é a de que haveria a preocupação em desenvolver um levantamento criterioso sobre os requerentes, abordando características como idade, estado civil, profissão, local de moradia, renda, “instrução”, para citar os principais²⁸⁵. Estes dados deveriam ser coletados pelos juízes municipais para depois serem avaliados pelos juízes de direito, a cargo dos quais seriam elaboradas listagens gerais e definitivas com os nomes dos eleitores de comarcas, municípios, paróquias, distritos de paz e bairros.²⁸⁶ Embora pareçam ser razoáveis os argumentos, aliás muito correntes no período, de combate às fraudes eleitorais²⁸⁷, uma outra característica parece ser depreendida destes dados: a ampliação dos mecanismos de controle sobre a população materializada através dos esforços pela redução da dimensão de participação política.

Conforme pode ser observado, no que diz respeito a este primeiro aspecto, haveria uma conjuntura propícia à expansão dos mecanismos de controle sobre a sociedade, de um

²⁸⁴ **Decreto nº. 8.213, de 13 de agosto de 1881.** Grifo meu.

²⁸⁵ Segue o trecho do Art. 6º, § 14 do **Decreto nº. 8.213, de 13 de agosto de 1881**: “Os títulos de eleitor, extrahidos de livros de talões impressos, serão assignados pelos juízes de direito que tiverem feito o alistamento. Estes títulos conterão, além da indicação da província, comarca, municipio, parochia, districto de paz e bairro, o nome, idade, filiação, estado, profissão, domicilio, renda do eleitor, salvas as excepções do Art. 4º, a circunstancia de saber ou não saber ler e escrever, e o número e a data do alistamento.”

²⁸⁶ Conforme Art. 6º, § 9º do **Decreto nº. 8.213, de 13 de agosto de 1881.**

²⁸⁷ Os críticos do sistema eleitoral de dois turnos identificaram situações em que indivíduos, por vezes escravos, provenientes de outras regiões eleitorais, votaram diversas vezes em um mesmo candidato, ou mesmo se fazendo passar por pessoas falecidas ou não mais residentes no local. Além da participação dos chamados “fósforos”, citados acima, também era marcante a presença de “capangas” que eram responsáveis por se certificar de que uma força local (por quem foi contratado) vença nas eleições, sendo “o ponto de apoio dos cabos de eleição; sustentam suas opiniões, atordoam seus adversários, intimidam-nos, dão coragem, força e energia aos partidários.” SOUZA, Francisco Belisário Soares de. **O Sistema eleitoral no Império.** Brasília: Senado Federal, 1979. [Edição Fac-similar], p. 31.

modo geral, e sobre os setores populares, em particular. Relacionando o arcabouço legal a análise dos discursos de reformadores políticos oitocentistas, quer sejam eles europeus ou americanos, é possível identificar uma propensão intelectual quase unânime em avaliar as “crises” enfrentadas pelos sistemas políticos ocidentais como uma conseqüência direta da atuação dos setores mais pobres, identificados como muito propícios a desordens, com pouca ou nenhuma aptidão política, sendo responsáveis, enfim, pelas crises que assolavam os “estados modernos”.²⁸⁸ Para estas reflexões, era preciso estar atento à crescente massa de trabalhadores e desempregados que se aglomeravam em grandes metrópoles como Rio de Janeiro, Paris e Londres deste século²⁸⁹, sujeitas as “paixões” políticas, alvos em potencial de discursos demagógicos e com propensão a sublevações.

A segunda característica, que poderia ser identificada como conseqüência da primeira, seria a da exclusão dos mais pobres e/ou analfabetos²⁹⁰ dos sistemas políticos. Em primeiro lugar, pode-se concluir sem muito dificuldade que o texto legal promove uma discriminação das pessoas que não apresentassem condições financeiras e nem fossem “instruídas” (soubessem ler e escrever). O que não seria tão óbvio, mas que está implícito às motivações de seus proponentes é o fato de que estes dois elementos, característicos da população

²⁸⁸ A este respeito ver o trabalho de LOSURDO, Domenico. **Democracia ou Bonapartismo. Triunfo e decadência do sufrágio universal**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora UNESP, 2004.

²⁸⁹ O século XIX foi caracterizado como um período de intensos deslocamentos humanos. Os movimentos migratórios deste século teriam sido responsáveis pela constituição de um quadro de aumento populacional em determinadas regiões geográficas, notadamente aquelas que apresentavam algum grau de crescimento econômico, contribuindo para a concentração demográfica em algumas cidades. Além de problemas infra-estruturais decorrentes deste crescimento acelerado - como falta de moradia e precárias condições de vida e trabalho -, estes centros urbanos apresentaram ainda a constituição de uma numerosa população trabalhadora, esmagadoramente pobre. Lidar com esta realidade social cada vez mais complexa teria gerado um certo receio nos setores dirigentes, pois estes teriam que equilibrar os mecanismos de exploração e controle, característicos de espaços específicos com o das cidades - em que eram observadas uma grande concentração espacial de setores encarados como “hostis” ao sistema - com os riscos de crises sociais e políticas representados pelos “indesejáveis”, embora necessários, setores populares. Refletindo sobre este período de acentuado crescimento demográfico nas cidades, o historiador Eric Hobsbawm observa que haveria uma preocupação crescente dos governantes com estas populações, não só relacionada a “questões criminais” (sobretudo no tocante aos crimes contra a propriedade), mas também a um risco potencial representado pelo envolvimento destes setores em protestos, greves, motins ou outras formas de manifestação política, que colocariam em risco certos mecanismos de monopólio político das instituições pelos setores privilegiados. Para mais detalhes a este respeito ver: HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Capital**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 291 a 319; e **A Era dos Impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 125 a 161

²⁹⁰ Esta preocupação é tão forte que no **Decreto n° 3.122, de 7 de Outubro de 1882**, portanto subsequente à reforma de 1881, que alterou algumas disposições desta lei, no Art. 1º, § 12, há as seguintes observações: “Nenhum cidadão será incluído no alistamento dos eleitores sem o ter requerido por escripto de proprio punho e com assignatura sua, provando o seu direito com os documentos exigidos pela lei. Será, porém, admittido requerimento escripto e assignado por especial procurador, no caso sómente de impossibilidade phisica de escrever do cidadão, provada com documento.”

§ 13. Quando, nos termos do paragrapho antecedente, fôr escripto e assignado por procurador especial o requerimento do cidadão que pretender ser incluído no alistamento dos eleitores, a prova de saber o mesmo cidadão ler e escrever, da qual trata o art. 8º, § 1º, da Lei n° 3.029, será feita pela exhibição de papel anteriormente escripto e assignado por esse cidadão, uma vez que a lettra e assignatura estejam reconhecidas no proprio papel por tabellião”.

brasileira, estão direcionados a um grupo bem específico: os setores populares. Grosso modo, aproximadamente 80% da população total do Império era composta por analfabetos²⁹¹, e apenas 1% podia ostentar um título de estudos universitários.²⁹² Estes números impressionantes não teriam escapado aos tecnocratas e ideólogos do estado liberal, como pode ser observado nos discursos reproduzidos neste texto, sendo utilizados como critério para a qualificação política, de algo que já estaria incorporado como símbolos da estratificação social.²⁹³

Manifestações de um sentimento de superioridade pautadas em uma dimensão hierarquizada de sociedade foram observadas nos discursos de figuras políticas imperiais como as de José Antônio de Figueiredo e Joaquim Pinto de Campos, este último um ideólogo conservador, indagando que “ensinar-se-á ao analfabeto, ao proletário, ao louco, ao mendigo que a sua opinião e seu voto pesam tanto como o do sábio, o do proprietário, o do cidadão distinto?”. Seria o mesmo que insinuar “os pés ditando as leis à cabeça.”²⁹⁴

Diante destas circunstâncias, pensar na cultura letrada como um requisito irrefutável para o verdadeiro exercício da cidadania teria se constituído numa questão tentadora aos ideólogos de uma política de exceção.²⁹⁵

A conclusão que se pode chegar através das questões abordadas é a de que, se haviam divergências quanto ao modelo ideal de mecanismos de participação, em um ponto as teorias apresentadas parecem convergir de forma plena: os setores mais pobres não seriam capazes de corresponder as expectativas de melhorias nas instituições políticas. Ao contrário, eles simbolizariam o “atraso” ao desenvolvimento pleno das instituições liberais, um obstáculo à

²⁹¹ Segundo dados de 1872, considerando a população livre, 23,43% dos homens e 13,43% das mulheres sabiam ler e escrever, numa média de 18,56% de alfabetizados. Se forem incluídos os escravos a estes números, o percentual cai ainda mais, atingindo cerca de 15,75%. CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem. A elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 65.

²⁹² MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida: cultura democrática e científica no final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV/Edur, 2007, p. 38.

²⁹³ É importante ressaltar que nas obras citadas sobre a questão eleitoral, em certos momentos, é evocada pelos autores a metáfora de uma “pirâmide social” para caracterizar aquilo que acreditavam ser a configuração das sociedades que estavam analisando. Este tipo de configuração estratificada repercutiria, inclusive, na própria forma de agir e pensar dos setores sociais, dotando-os de certos caracteres específicos que lhes proporcionariam ou não os atributos necessários ao “exercício cívico”. Eis aqui um bom exemplo de como as chamadas “visões de mundo” de setores de elite buscavam dimensionar uma imagem de “mundo ordenado” em classes sociais, onde as diferenças – vistas como intangíveis – seriam elementos fundamentais para a materialização das distinções. O problema principal para estes setores de elite não é a diferença (vista com uma certa naturalidade), mas sim os “diferentes”.

²⁹⁴ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 243.

²⁹⁵ Diante desta relação entre alfabetização e exercício político, traduzida como interdependente, Sidney Chalhoub faz uma observação extremamente pertinente a este respeito. Segundo ele, “professar a crença geral de que a alfabetização melhorava a qualidade da cidadania era uma coisa. Parecia outra muito diferente banir os analfabetos da vida política num país em que a instrução primária permanecia privilégio de tão poucos.” CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p.283.

equiparação entre os verdadeiros interesses da “nação” e aqueles representados por seus parlamentares.

O historiador Sidney Chalhoub²⁹⁶ avaliou bem esta “idéia fixa” de afastar estes setores das práticas políticas no decorrer da década de 1870 ao refletir sobre os impactos dos resultados do recenseamento de 1872 e os rumos assumidos pelas reformas políticas. Debruçando-se sobre uma crônica de Machado de Assis publicada em 15 de Agosto de 1876²⁹⁷, Chalhoub demonstra que haveria uma referência explícita sobre a relação construída entre alfabetização e cidadania, aduzida pela retórica do narrador (Manassés) ao relatar uma fictícia conversa entre “um homem, o leitor ou eu” e o “algarismo” (fazendo referência aos dados do censo sobre analfabetismo).

De qualquer modo, ao utilizar-se dos números com este tipo de viés político, o Sr. Algarismo exprimia visão, bastante comum à época, de que saber ler e escrever era requisito para as virtudes cívicas. Tal opinião constituía-se como ‘verdade axiomática’, adotadas por todos os espíritos independentemente da filiação partidária (...). Tal situação contrastava com a vigente entre os constituintes de 1823, que não cogitavam incluir restrições aos direitos políticos dos analfabetos, num país em que tal condição abundava. *Na década de 1870, generalizava-se o conceito de que a alfabetização dos cidadãos era essencial para moralizar a vida política do país.*²⁹⁸

Esse historiador consegue identificar uma espécie de “questão consensual” de que o bom exercício da cidadania estaria diretamente ligado as capacidades intelectuais, isto é ser alfabetizado, da população. Tal questão, inclusive, marcaria as próprias conclusões do narrador/autor (Manassés/Machado de Assis) que ao compartilhar desta crença, auxiliaria na identificação e compreensão de um tipo de preconceito geral, que pode ser revelador das visões de mundo dos proponentes das reformas²⁹⁹.

É justamente através da observação da manifestação desses preconceitos, reveladores, como pode ser observado, de expectativas políticas bem específicas, que pode-se avaliar as perspectivas das elites políticas imperiais. Esta avaliação recaiu sobre as experiências dos debates acerca das reformas políticas, não por acaso muito profícuos nos anos de 1870, que conseguem demonstrar uma dimensão bem mais profunda do que a “simples” constatação de uma reforma política, dentre muitas que marcam a história institucional brasileira. Mais do que isso, as motivações e os debates que teriam sido construídos neste momento histórico podem servir aos propósitos deste trabalho, pois ajudam na avaliação das leituras feitas em

²⁹⁶ Idem, p. 282-3.

²⁹⁷ ASSIS, Machado de. “História de 15 dias” Apud CHALHOUB, Op. Cit.

²⁹⁸ Idem, p. 282. Grifo meu.

²⁹⁹ Idem, ibidem.

uma conjuntura de mudanças sociais e políticas no Brasil.³⁰⁰ Afinal, é neste contexto que foram construídas as condições tanto para as tentativas de reforma pelas elites, quanto para a ação direta da multidão, entre 1879 e 1880. Coincidentemente ou não, foi no governo de Sinimbu que estas duas circunstâncias vieram a tona. Mas isso é uma história a ser explorada mais adiante.

Através da análise dos argumentos reformistas deste lado do Atlântico e de sua comparação às idéias manifestadas em regiões que passaram por processos de discussão sobre cidadania e participação política, pode-se notar uma certa contingência de questões que contribuem para a observação de um panorama internacional de circulação de idéias entre os setores de elite.

Como visto, as convicções políticas provenientes deste “circuito de idéias reformista” mostraram-se contrárias às concepções de igualdade pensadas, neste momento, como sinônimos de anarquia e desordem³⁰¹. Encarregadas de construir juridicamente uma noção de cidadania política em conformidade com as circunstâncias apresentadas pela sociedade em que surgiram, estas visões teriam ensejado, em novos contornos, certas políticas de domínio e controle, sem as quais haveria o risco de subversão de uma determinada “ordem social imaginária”³⁰², tão cara aos setores de elite por ocasião da legitimação de suas atitudes.³⁰³

Se todos os objetivos almejados não foram alcançados, ao menos a redução da participação eleitoral estaria garantida. Pois, de um número de votantes estimado em mais de um milhão em 1870, apenas 150 mil eleitores conseguiram se qualificar com as novas regras!³⁰⁴ Nestes termos, praticamente todos aqueles assalariados não-funcionários públicos foram excluídos do direito de votar, deixando assim de fora do processo eleitoral uma ampla camada de trabalhadores e trabalhadoras pobres, urbanos e rurais.³⁰⁵

³⁰⁰ Para mais detalhes, observar o Capítulo 1 do presente trabalho.

³⁰¹ Conforme visto nos discursos de Rui Barbosa, um dos responsáveis junto de José Antônio Saraiva pela redação da reforma de 1881, há uma certa ojeriza as noções de igualdade e democracia. Pelo contrário, o texto da lei devia dar ênfase aos diferenciadores sociais como elemento principal para o exercício do voto.

³⁰² A expressão “ordem social imaginária” tem por objetivo demonstrar uma dada visão de “ordenação do mundo” pelos setores de elite, no qual eles seriam o centro dos acontecimentos. Este tipo de percepção, embora materializado em situações concretas do cotidiano em relação a outras classes sociais, não é a realidade em si, mas uma dimensão da mesma, propositalmente criada por expectativas específicas. Para mais detalhes a este respeito ver: CHALHOUB, Sidney. Diálogos Políticos em Machado de Assis. In: **A História Contada: Capítulos da História Social na Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 95-122.

³⁰³ Esta idéia foi originalmente defendida por Richard Graham. Ver: GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 242-45.

³⁰⁴ GRAHAM, Ob. Cit., p. 262.

³⁰⁵ CARVALHO, José Murilo de. “Eleições e Partidos: o erro de sintaxe política.” In: **O teatro das Sombras: A política imperial**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988, pp. 141. Todavia, vale ressaltar que esta redução do censo eleitoral não se deveu a execução do projeto eleitoral de Sinimbu, que foi recusado pelo Senado na sessão de sessão do Senado de 12 de novembro de 1879, mas a aprovação do projeto de Saraiva, em 1881.

Os impactos destas circunstâncias teriam sido previstos com certa propriedade por José Bonifácio, o moço, ao refletir sobre os impactos que estas reformas teriam sobre a sociedade brasileiro do período. Para ele, independente dos resultados das reformas, o governo continuaria a vencer as eleições, deixando, todavia, o povo sem instrução e sem política. Afinal, conforme constatado pelos opositores ao governo Sinimbu, não havia nenhum projeto governamental em andamento para a ampliação do ensino e, mesmo que houvesse, não haveria qualquer possibilidade de que o analfabetismo pudesse ser erradicado, ou mesmo reduzido, a curto prazo.

Encerrando mais uma etapa desta análise, será de grande valia observar a impressão deixada por um dos maiores opositores aos projetos de reforma eleitoral ao refletir sobre os significados da redução da participação política, orquestrado pela situação Liberal pós-1878.

“A sua grande reforma ficará sendo nos fastos da história brasileira, esta reforma antiliberal, que reduz a proporções mesquinhas o mandato nacional, excluindo massas ativas da sociedade brasileira, e criando uma aristocracia eleitoral sob a imediata direção do poder público, e ao serviço da centralização administrativa”³⁰⁶

³⁰⁶ Sessão de 23 de maio de 1879. Reforma Constitucional. In: Discursos Parlamentares do Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, Rio de Janeiro: S/D.

Os debates por trás das sombras: polarizações políticas no contexto do “motim”.

Os confrontos observados nos quatro primeiros dias de janeiro de 1880 demonstraram situações de antagonismos entre o governo, representado pelas forças públicas, e a população presente às manifestações. A dramaticidade e amplitude de tais acontecimentos teriam contribuído para que fossem construídas interpretações diversas sobre esses dias que permitem não só o acompanhamento dos conflitos, mas também a identificação de outras dimensões de antagonismo para além da fórmula “povo” versus “governo”. Neste contexto, os periódicos desenvolveram um papel relevante na exposição dos posicionamentos políticos de personagens variados que, através de suas páginas, teriam manifestado suas idéias e, por meio destas, deixaram registradas suas expectativas em relação a estes acontecimentos.

As imagens de ruas tomadas por uma população enfurecida, atacando os meios de transportes (bondes) e as forças públicas, promovendo confrontos em diversas partes da região central e cercanias teriam sido manifestadas nos principais jornais da Corte no período. Estas imagens trariam consigo alguns sentidos bem sutis, que só se revelariam mais claros com o desenrolar dos acontecimentos.

Abaixo, segue uma exposição dos “acontecimentos da Rua Uruguaiana” do dia 1.º de janeiro deste ano.

(...) um grande número de indivíduos entre os quais não pude distinguir pessoa séria, praticaram indiscrepíveis cenas de vandalismo, causando grande dano aos carros, animais e trilhos da Companhia Carris Urbanos, apedrejando a força pública e fazendo grande algazarra. Esfaquearam animais, arrancaram trilhos e pedras do calçamento, tiraram bondes dos trilhos e quebraram diversos carros, deram tiros de revólver e espingarda, agrediram e esbordoaram condutores e cocheiros, assaltaram bondes ao deles saírem passageiros pacíficos.³⁰⁷

Esta passagem, publicada no *Jornal do Comércio* de 3 de janeiro deste ano, transcreve uma parte do Relatório do Delegado da 1.ª Delegacia de Polícia da Corte, Carlos Alberto de Bulhões Ribeiro. Além de descrever os acontecimentos que teriam tomado o centro da cidade e seus arrabaldes³⁰⁸, o relato de Ribeiro parece demonstrar também uma preocupação em

³⁰⁷ Relatório de Carlos Alberto Bulhões Ribeiro, delegado da 1.ª Delegacia de Polícia da Corte ao Chefe de Polícia Eduardo Pindahyba de Mattos, 2 de janeiro de 1880, publicado no *Jornal do Comércio* de 3 de Janeiro de 1880.

³⁰⁸ De grande amplitude espacial, o motim do vintém se estendeu por diversas regiões da Corte e seus arrebaldes. Durante os aproximadamente quatro dias em que as manifestações transcorreram nas ruas, diversos pontos da cidade foram atingidos por confrontos de manifestantes com as autoridades bem como ataques a bondes e suas linhas. Cerca de 25 locais foram levantados com ocorrências desta natureza, o que demonstra por sua extensão geográfica ser uma manifestação política de grandes proporções. Os seguintes locais foram atingidos: *Praça D. Pedro II* (atual *Praça Quinze de Novembro*), *Rua Larga de São Joaquim* (atual *Av. Marechal Floriano*), *Rua Nova do Príncipe* (atual *Senador Pompeu*), *Rua Uruguaiana*, *Rua do Ouvidor*, *Rua Sete de Setembro*, *Largo do*

dotar as ações dos manifestantes de fatores expressivamente negativos. Embora aparente ser uma evidente tentativa de justificar a repressão promovida pela polícia contra os manifestantes, através da ênfase em cenários de “desordem”, este tipo de narrativa parece evidenciar outros sentidos aos acontecimentos relatados.

A tendência em dotar de significados negativos as ações do protesto foi acompanhada por uma equivalente tentativa de explorar uma ligação entre as ações de Lopes Trovão e outros políticos de oposição ao governo, presentes as manifestações, e as atitudes das “massas indisciplinadas”³⁰⁹. Trovão e companhia teriam sido identificados como “líderes” da multidão, sendo, por isso, responsáveis por toda a sorte de tumultos que se desenharam nesta capital. Este ponto fica mais claro se for observado mais um trecho do mesmo discurso em que podem ser identificadas tais acusações:

Na Rua Uruguaiana onde é a tipografia da Gazeta da Noite, o Dr. Lopes Trovão, por vezes falou ao povo, mas sempre aconselhando a resistência e perturbação da ordem pública. Incitando e amotinado, um grande número de indivíduos (...) praticaram indiscriptíveis cenas de vandalismo (...).

Cada vez mais aumentava a vontade de destruição por parte dos amotinadores, à frente dos quais faziam discurso, além de Lopes trovão, o Dr. Ferreira de Menezes, o Tenente José Carlos de Carvalho, José do Patrocínio e Ferro Cardoso. (...)

Ao atravessar [a força do 1º Regimento de cavalaria] a Rua da Carioca, Ferro Cardoso pôz-se na frente do oficial e oppôz-se a passagem dos soldados. (...)

Convém acrescentar que por vezes fui obrigado intimar o 1º. Tenente José Carlos de Carvalho, Dr. Ferreira de Menezes, José do Patrocínio e Ferro Cardoso pelo seu criminoso procedimento.³¹⁰

Observando a natureza das acusações imputadas aos “responsáveis” pela “desordem”, não parece ser mera casualidade o fato de que sejam citadas a localização da *Gazeta da Noite* e a participação de alguns opositores ao governo nos confrontos com as “forças legais” no dia 1.º de janeiro. Afinal, ao mencionar o envolvimento deste periódico republicano assim como a presença ativa de figuras oposicionistas, em sua maioria comprometidas com a causa republicana (algumas delas ligadas a este jornal), o delegado parece evidenciar uma estratégia na qual estaria tentando não só criminalizar as atitudes dos manifestantes, mas também fazer

São Francisco de Paula, Rua Larga da Carioca, Rua Princesa dos Cajueiros (Atual Alfredo Dolabela Portela), Rua Conde D'Eu (atual Frei Caneca), Rua Pau-Ferro (atual Conde de Leopoldina), Bela de São João (atual Rua Bela), campo do S. Cristóvão, Rua Escobar, Rua Mariz e Barros, Rua Miguel de Frias, Imediações do Canal do Mangue, Rua da Alfândega, Rua dos Andradas, Praia de Santa Luzia (atual Rua de Santa Luzia), Rua São Francisco Xavier, Rua Barão de Mesquita, Rua dos Ourives, Rua do Carmo, Rua do Barão do Bom Retiro.

³⁰⁹ *Jornal do Comércio*, 4 de janeiro de 1880.

³¹⁰ Relatório do delegado da 1.ª Delegacia de Polícia da Corte, Carlos Alberto de Carvalho, publicado no *Jornal do Comércio* de 3 de janeiro de 1880.

com que estas recaíssem sobre as supostas lideranças do “movimento”³¹¹. Contudo, o que teria motivado este tipo de posicionamento?

Para que se possa entender o que estaria por trás deste discurso de acusação é necessário que seja abordado o papel desempenhado por estes “personagens” no momento de produção deste relatório. Neste sentido, é importante observar que tanto a *Gazeta da Noite*, periódico radical de propaganda republicana quanto Lopes Trovão e seus companheiros³¹² tiveram um papel ativo na campanha promovida contra o imposto dos transportes, convocando manifestações de rua e promovendo ataques ao governo constituído. Esse fato ajuda a explicar o “porquê” da opção do delegado em chamar a atenção para a participação de opositores numa manifestação contrária ao imposto proposto pelo governo. Considerando ainda que os protestos teriam se desdobrado em atos de violência³¹³ e de destruição de propriedade privada, a hipótese sugerida de um sentido político intrínseco ao relatório policial parece se tornar mais evidente.

Desse modo, ao se reportar a seus superiores, o delegado de polícia da Corte deixa transparecer, provavelmente de forma proposital, uma aparente leitura tendenciosa dos acontecimentos na qual os opositores, “a pretexto de oposição ao pagamento do imposto de trânsito”, estariam agindo com motivações políticas ao se lançarem numa cruzada contra o imposto dos transportes, insuflando a população pobre contra o governo.³¹⁴ A partir dos esforços do delegado em justificar as atitudes da polícia na repressão dos manifestantes, responsabilizando figuras da oposição pela radicalização dos acontecimentos, é possível identificar indícios da constituição de uma situação de polarização política entre os setores de elite.

³¹¹ Este tipo de posição parece se repetir em outros relatos produzidos nos dias dos confrontos e depois dele, expressando através dos jornais uma tendência à criminalização de algumas figuras políticas de oposição. Para mais detalhes a este respeito, ver as edições do *Jornal do Comércio* do início do ano de 1880.

³¹² Estavam presentes segundo o mesmo relatório Lopes Trovão, Ferreira de Menezes, José Carlos de Carvalho, José do Patrocínio e Ferro Cardoso.

³¹³ A comunicação freqüente estabelecida entre os chefes de destacamentos militares e guardas urbanos e o chefe de polícia demonstram uma certa gravidade do evento. Tãmanha é a gravidade que no dia 2 de janeiro de 1880 foi publicado um edital pelo Chefe de Polícia da Corte Eduardo Pindayba de Mattos, que proibia “ajuntamentos nas ruas, praças, e edifícios públicos no intuito de garantir em toda a sua plenitude a tranqüilidade e a segurança individual e da propriedade (...)”. *Jornal do Comércio*, 4 de Janeiro de 1880.

³¹⁴ As palavras usadas no relatório da Secretaria de Polícia da Corte, do dia 3 de janeiro de 1880 (publicado no *Jornal do Comércio* do dia 4 deste mês), os protestos contra o imposto sobre os transportes teriam uma motivação mais política do que fundamentalmente financeira, ou seja, teriam partido de problemas políticos da oposição com o governo. Este tipo de leitura também foi defendido por um (suposto) leitor do *Jornal do Comércio*, que sob o pseudônimo de “Órion”, publicou críticas aos membros da oposição que estaria se formando contra o governo por ocasião do novo tributo. A este respeito, ver “O confabulo da Rua do Carmo e o imposto do vintém”, Publicações a pedido, *Jornal do Comércio* de 5 de janeiro de 1880. Este texto será abordado em detalhes mais adiante.

Recapitulando a conjuntura em que o evento do vintém ocorreu pode ser notado que um certo antagonismo já teria se desenhado desde os fins de 1879, quando as primeiras manifestações de protesto contra o novo tributo foram realizadas. A falta de receptividade do governo em relação à reivindicação dos manifestantes, criando obstáculos à sua ação, além das críticas que tomaram conta dos jornais de oposição, classificando o governo de despótico e autoritário, teriam dado sua parcela de contribuição para a constituição dos antagonismos sugeridos.³¹⁵

Deixando momentaneamente de lado os setores populares, que constituíram-se em personagens deste processo, e concentrado a atenção na constituição de uma conjuntura de disputas entre os setores da elite política do Império, talvez possam ser entendidas as motivações que teriam levado a este tipo de situação.

Um dado interessante revelado pelos debates travados nos primeiros (e tumultuados) dias de janeiro é o de que o próprio evento mencionado teria sido utilizado pelas forças em contenda para alcançar seus objetivos. Cada um dos lados parecia conhecer bem todos os aspectos do que estaria ocorrendo na capital e, partindo desta pretensa compreensão, identificavam não só o problema, como as soluções mais eficazes para as suas causas.³¹⁶

O fato de que os “lados” em disputa capitalizaram o evento a seu favor e, por conseguinte, buscaram impor a sua versão dos acontecimentos, evidencia não só uma maior complexidade dos embates observados nos fins de 1879 como também indica que as narrativas produzidas sobre o motim são fundamentais para a análise de seus significados. Afinal, é a partir dele que os agentes desta história estariam manifestando suas idéias, seus pontos de vista, seus projetos, suas expectativas, tornando-o, enfim, um espaço de “diálogos políticos”. A seguir, serão mais bem identificados alguns destes elementos.

Em relatório de 2 de janeiro, o Tenente-coronel Antônio Enéas Gustavo Galvão caracterizou as ações tomadas pelas forças públicas como uma consequência das circunstâncias criadas pela conduta agressiva dos manifestantes, que “insistiam em promover desordens pela cidade”⁹. Segundo esse relatório, ao enfrentarem os manifestantes no dia 1.º de janeiro, que estavam reunidos num corpo de resistência nas imediações da Rua Uruguaiana, entre a Ouvidor e Sete de Setembro, que por esta ocasião se encontrava fechada por duas barricadas “formadas por bondes que atravessados na largura da rua, estavam cheios de

³¹⁵ Esta conjuntura foi abordada no “Prólogo” do presente trabalho.

³¹⁶ As manifestações de opinião expressas nos periódicos analisados não deixam dúvidas a respeito desta apropriação do evento. Elas, inclusive, ajudaram na identificação de características de antagonismo sugeridas entre os setores pró-governo e seus opositores, observadas na etapa inicial desta dissertação (ver Prólogo).

³¹⁷ *Jornal do Comércio*, 4 de Janeiro de 1880

paralelepípedos e rodeados completamente dos mesmos, afim de que não pudessem ser movidos, estando [ilegível] diversos pedaços de trilhos arrancados”, afirmou que apesar dos apelos aos que ali se encontravam para retornarem as suas casas, os mesmos foram respondidos com “paralelepípedos e garrafas” arremessados contra as forças públicas, que em seguida avançaram.³¹⁸

Um ponto que poderia ser depreendido desse relato é o de que estaria havendo novamente a insistência na estratégia de criminalização dos manifestantes, à medida que eles teriam não só ignorado o “apelo” das autoridades, persistindo com as atitudes de desordem e destruição de propriedade privada³¹⁹, como também teriam se confrontado com a mesma.

A insistência nesta idéia é sugestiva por dois motivos: o primeiro deles diz respeito a construção de uma linha argumentativa contrária (e convincente) a respeito do motim; a segunda diz respeito ao reforço da posição apresentada pelo governo no quadro de embates que teria sido inaugurado sobre a questão tributária. As duas assertivas fazem parte da mesma questão, pois tentam dotar o motim de características subversivas, posto que ilegais, tentando esvaziar o mesmo de qualquer significado legítimo de luta.

Na contramão dos discursos analisados anteriormente, tem-se a elucidação de uma outra postura sobre os protestos de janeiro. Observando uma reunião realizada no dia 3 de janeiro de 1880 no segundo andar do número 59 da Rua do Carmo (residência do Senador Saldanha Marinho) na qual participaram diversos elementos de oposição¹³, nota-se que, à luz dos acontecimentos desenhados na cidade até aquele momento, a idéia principal defendida por todos os presentes era a de que tais manifestações seriam a materialização do “descontentamento do povo com o governo” e de que a razão da luta travada contra o mesmo era legítima.

Este protesto é a manifestação de que tão bom direito como esse, que o povo tem exercido, representando contra a exagerada execução da taxa do vintém, nós nunca

³¹⁸ *Jornal do Comércio*, 5 de janeiro de 1880.

³¹⁹ A destruição dos veículos de transportes das cias de bondes, os ataques a seus animais e funcionários, a obstrução ou a danificação de trilhos entre outros tomaram conta dos relatórios policiais, indicando uma tendência em criminalizar o evento e seus participantes através da identificação de suas atitudes não só como violações da “paz” e da “ordem pública”, mas também como atentados contra a propriedade privada. Nestes termos, haveria um esforço em fazer sobressair estes elementos em detrimento de outros, como no caso dos confrontos que teriam sido provocados, em sua maioria, pelas agressões promovidas por agentes da polícia. Como exemplo desta “tendência”, observar a descrição dos fatos publicada no *Jornal do Comércio* do dia 4 de janeiro de 1880, bem como o Relatório da Secretaria de Polícia da Corte do dia 3 de janeiro de 1880 (publicado nesta mesma edição do *Jornal do Comércio*). Sobre a denúncia destas agressões, ver a edição do *Correio Paulistano*, do dia 18 de janeiro de 1880, onde é publicado um editorial denunciando as violências praticadas pelas autoridades da Corte.

³²⁰ Este reunião chamada de Liga Republicano-Liberal de 3 de janeiro de 1880 contou com a participação de: José Ignácio da Silveira Motta, Francisco Octaviano, Antonio Marcelino Nunes Gonçalves, Joaquim Saldanha Marinho, Leôncio de Carvalho, José da Costa Azevedo, Joaquim Baptista Pereira e Joaquim Nabuco.

esperamos que fossem atendidos por representações populares, por mais pacíficas e fundadas que fossem; e por isso não as aconselhamos, e reconhecemos hoje que o nosso dever, reclamando contra os excessos do governo, amparar o povo e pedir a este que se acalme e confiei que nos estaremos firmes em sua defesa.³²¹

Os argumentos utilizados pelos signatários desta reunião equilibravam-se entre críticas ferozes ao governo e tentativas de desaconselhar as atitudes de ação direta dos manifestantes, pois esta luta deveria ser levada a frente pelos “legítimos” representantes da nação que, por meio da intermediação político-institucional, tomariam parte dos “sofrimentos do povo”³²².

Além de condenar os excessos praticados pelo governo em lidar com a situação nas ruas, agindo de forma arbitrária e violenta contra os manifestantes, o discurso de Saldanha Marinho defende o direito da população de protestar contra o novo tributo. No entanto, ele reconhece que qualquer manifestação, seja ela pacífica ou não, não surtiria qualquer efeito prático sobre tal questão, dada a postura irredutível apresentada pelo governo em não atender aos pedidos da população. Desse modo, além de evidenciar um outro lado da questão sobre os protestos através das críticas direcionadas ao modo como o governo lidou com a situação, este senador reforça a hipótese de que estaria havendo uma disputa política entre as elites imperiais.

As palavras do *ilustre* senador revelam ainda a tentativa de construir um mecanismo de intermediação entre os manifestantes e o poder público, aparentemente obstruídas pelo governo. Estrategicamente, esta “solução” faria dos participantes da reunião do Carmo figuras centrais nas negociações, tornando-os, portanto, personagens privilegiados no processo político que se construía na cidade. Afinal, se o governo se negava em atender ao “clamor popular”, conforme alegado pelos membros da reunião, caberia a estes parlamentares fazer com que as vozes do protesto, abafadas pela ação repressiva do Estado, fossem ouvidas. Nesse sentido, a oposição estaria não só se aproveitando das circunstâncias abertas pelos confrontos para lançar-se como uma força tangível na mesa de negociações, como também utilizaria essa posição para promover o enfraquecimento do gabinete no poder.

No trecho a seguir, pode ser notada com maior clareza a “solução conciliatória” defendida pelos integrantes da Rua do Carmo como a única capaz de resolver os impasses abertos pelo novo tributo sem causar ainda mais vítimas.

Neste estado das coisas [dia 3], nós, representantes da nação, não podemos de deixar de tomar parte nos sofrimentos do povo; e por isso ocorreu-me de promover uma reunião dos membros do parlamento, opositoristas de todas as matizes, para se

³²¹ Discurso de Joaquim Saldanha Marinho publicado no *Jornal do Comércio* de 4 de janeiro de 1880.

³²² Idem, *ibidem*.

acordar ao expediente que possa fazer cessar, quando possível, os sofrimentos do povo, aconselhando-lhe a prudência dos movimentos para fazer desarmar os pretextos do governo para novos excessos e protestando contra estes, e oferecendo aos perseguidos e oprimidos a proteção que podemos ofertar.¹⁵

As palavras de Saldanha Marinho, dirigidas a um numeroso grupo de pessoas presentes nos arredores de sua residência, parecem demonstrar, até certo ponto, uma percepção bastante oportuna do protesto como um possível instrumento de pressão política num contexto de disputas com o governo. Este tipo de percepção teria se mostrado valiosa para as forças em confronto, visto que teria contribuído para a construção e o reconhecimento de imagens do “motim” como possíveis instrumentos de posicionamento político, quer seja para denegrir os protestos e seus participantes, quer seja para criticar as políticas do gabinete liberal.

A notoriedade destas circunstâncias pode ser resumida da seguinte maneira: de um lado, haveria a busca em legitimar as medidas tomadas pelo governo ao reprimir as manifestações, e de outro, a postura oposicionista, marcada pela procura em defender a intermediação e o diálogo entre os manifestantes e o poder público como a solução mais “correta” para a situação. No entanto, se as divergências parecem tomar conta de tais discursos, eles parecem convergir num ponto essencial: o objetivo de apresentar-se como legítimos.

Legitimidade, uma simples palavra de doze letras que esteve repleta de significados para esta conjuntura, visto que foi em sua busca que os variados atores desta história se digladiaram nas ruas, nos jornais e nas tribunas do parlamento. Mais do que um sentido heurístico, este termo assumiu contornos bem específicos, sendo por vezes colocado numa linha tênue que separava o “legal” do “ilegal”, o “lícito” do “ilícito” e assim por diante. Neste sentido, não parece ser mero acaso o fato de que as posições adotadas estivessem ligadas a questões como a maneira mais adequada para lidar com os impasses do imposto, e, sobretudo, com os protestos que ele teria gerado, pois, diante de ambas as problemáticas, haveria a necessidade de escolha da estratégia mais condizente com os interesses em jogo.

Independente das posições assumidas nestas circunstâncias, acredita-se que os personagens destas disputas teriam em comum a constatação de que o sucesso ou o fracasso de suas investidas dependeria da força de seus argumentos e de sua capacidade de receber apoio de uma “opinião pública” cada vez mais atenta às questões que estariam sendo debatidas.

³²³ *Jornal do Comércio* de 4 de janeiro de 1880.

Devido à natureza e à dramaticidade dos acontecimentos relacionados ao imposto sobre os transportes urbanos, este assunto teria recebido uma publicidade³²⁴ incrível que não seria observada, inclusive, por ocasião da votação da reforma eleitoral proposta no mesmo período³²⁵. Estampando todos os jornais da Corte, através de um acompanhamento jornalístico bastante denso, e sendo foco de debates nos mais variados espaços de convívio social, tais como as ruas, praças, parlamento etc., o tema teria gerado uma certa “mobilização” de variados setores sociais da cidade, contribuindo não só para a sua divulgação, mas também para a constituição de um “público” informado (ou em busca de informação) sobre os assuntos em debate.³²⁶

Este tipo de situação não é, todavia, digna de espanto, devido a todo o alarde observado por ocasião das propostas de reformas financeiras apresentadas pelo então gabinete Liberal de *Cansanção de Sinimbu*.³²⁷ A surpresa talvez tenha ficado por conta dos contornos que o assunto tomou nos dias em que se daria o início de sua cobrança, na qual foi observada a atuação de uma multidão de pessoas que, tomando as ruas e praças da capital, se confrontou com as autoridades.

A questão dos *meetings* de rua terem se metamorfoseado num fenômeno de ação direta de uma multidão composta por pessoas livres, libertas e escravas, trabalhadores de diferentes ofícios, provenientes das mais variadas regiões do país e do mundo³²⁸, tendo em comum, talvez, o fato de enfrentarem as mesmas dificuldades impostas a uma imensa população pobre

³²⁴ O verbete “publicidade”, teria o significado próximo à definição de “caráter do que é público, do que não é mantido secreto, propriedade do que é conhecido”. **Dicionário Eletrônico Houaiss**, 2003.

³²⁵ O período sobre o qual esta pesquisa se debruçou sobre os jornais (dezembro de 1879 e janeiro de 1880), a reforma eleitoral não pareceu receber, ao menos nos jornais levantados, o mesmo destaque que a questão do imposto sobre transportes e seus conflitos. Foram utilizados principalmente os seguintes periódicos: *Jornal do Comércio*, *Gazeta da Noite*, *Gazeta de Notícias*, *Correio Paulistano (São Paulo)* e *O Cruzeiro*. Embora isto não signifique, em absoluto, que o assunto da reforma eleitoral não tenha sido mencionado, a avaliação dos periódicos deste período não revelou uma presença tão evidente deste tema, se comparado ao do imposto.

³²⁶ A historiadora Maria Teresa Chaves de Mello avalia bem a importância dos periódicos para a divulgação das idéias, sobretudo na década de 1880, momento em que ela teria identificado a constituição de uma conjuntura cada vez mais propícia aos debates e a propagação de novas propostas políticas. A autora teria ligado este fenômeno aos esforços representados por setores políticos como os “republicanos” ou mesmo os “abolicionistas” que teriam contribuído para que os veículos de comunicação e mesmo as ruas se tornassem cada vez mais espaços amplos de circulação de suas propostas. Para mais detalhes, ver o capítulo 1 de seu trabalho. MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida: cultura democrática e científica no final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV/Edur, 2007, p. 19-83 A questão das ruas como um possível espaço de circulação de idéias será retomada mais adiante.

³²⁷ Para mais detalhes sobre este assunto, ver o Capítulo 1 do presente trabalho.

³²⁸ Parte da documentação coletada deste período nos permite identificar elementos dos setores sociais que compuseram as manifestações de rua, sobretudo dos dias de janeiro em que ocorreu o motim. Neste aspecto, duas são as fontes principais: os jornais, que apresentam algumas informações a este respeito e, sobretudo, os registros prisionais como os Livros de Matrícula da Casa de Detenção da Corte. Através destes, foram levantadas informações importantes que ajudam não só na identificação dos manifestantes, como também abriram caminho para o reconhecimento de suas expectativas. Estes dados, no entanto, serão avaliados na etapa seguinte deste capítulo.

da maior cidade do Império, pode sugerir algo para a questão da “opinião pública” aludida acima. Sobretudo se for observado que era a estas mesmas pessoas, usuárias dos transportes urbanos da capital, que o novo imposto iria incidir e que, por isso, é de se supor que demonstrassem algum interesse nos debates acerca deste tema.

Não parece ser mera coincidência o fato de que os *meetings* realizados nos dias 28 de dezembro de 1879 e de 1º de janeiro do ano seguinte teriam contato com uma numerosa multidão de “expectadores”. Conforme observado pelo desenrolar dos acontecimentos, a mudança da situação de “expectadores” para a de “atores”, foi tão rápida que teria deixado governo e oposição numa situação de dilema. As questões postas em evidência deveriam ser mais ou menos as seguintes: apoiar os protestos poderia significar a criação de uma indisposição com setores do governo mas, por outro lado, chamaria a atenção dos manifestantes num momento em que estes demonstravam sinais de indisposição com o governo; a negligência do protesto e de suas questões poderia representar a perda de uma oportunidade ímpar na qual o governo teria sido colocado em uma situação de descontentamento popular irreversível; e, por fim, o apoio as atitudes do governo poderia representar algumas vantagens junto aos grupos no poder, mas, em contrapartida, poderia atrair o ódio e o descontentamento cultivado pelos manifestantes em relação ao governo.

Ao governo não restou muita alternativa a não ser a de demonstrar, ou ao menos tentar, uma situação que estaria sob seu controle. Afinal, as coisas pareciam estar garantidas através dos arranjos políticos que, inclusive, teriam garantido uma câmara amplamente liberal e propenso a apoiar as reformas propostas por Sinimbu e seus aliados³²⁹. Conforme visto anteriormente, um dos exemplos de reformas apresentadas por este gabinete teria sido a reforma eleitoral que, coincidentemente ou não, buscava afastar os setores populares do processo de votação através de critérios de qualificação restritivos. À oposição, que esteve envolvida nos esforços de impedir tal reforma³³⁰, parece que seria bastante oportuno abalar os alicerces do governo através da alegação de sua impopularidade e de sua falta de capacidade de resolver as questões públicas sem o recurso à violência – aliás muito comum a este

³²⁹ Ver a parte inicial do presente capítulo sobre a reforma eleitoral, sobretudo as páginas 106 a 108.

³³⁰ Conforme observado na análise das reformas políticas propostas pelo então gabinete Liberal foi identificada uma série de elementos que estariam ligados às propostas de modificações no sistema eletivo do Império. Embora o processo de implementação de tais modificações contassem com uma situação confortavelmente favorável aos seus proponentes, visto que o governo desfrutava de uma apoio parlamentar invejável, algumas vozes levantaram-se contra aquilo que teriam classificado como uma tentativa de excluir uma numerosa massa de votantes sob o pretexto de estarem realizando uma “moralização” do sistema político brasileiro. Dentre estas vozes, podem ser destacados a dos parlamentares Saldanha Marinho, Joaquim Nabuco e José Bonifácio, o moço. Os dois primeiros representaram um papel ativo nas disputas constituídas por ocasião do imposto. Para mais detalhes sobre a reforma política e a oposição, ver as páginas iniciais deste capítulo.

gabinete³³¹. Afinal, como combater um gabinete que contava com o amplo apoio do parlamento e do poder moderador³³², senão através da direção do ímpeto dos manifestantes, e das circunstâncias criadas por ele, a favor dos argumentos de oposição? A sorte estava lançada e caberia aos representantes de cada uma das forças em questão fazer valer seu ponto de vista dos acontecimentos.

Dando seqüência à interpretação dos cenários político construídos no período, pôde ser identificado mais um discurso que parece confirmar as polarizações aludidas aqui. Para alguns periódicos da capital envolvidos mais diretamente nos debates sobre a famigerada taxa de transportes a situação poderia ser resumida através de duas palavras: “oportunismo político”. A percepção de que estaria havendo algum tipo de aproveitamento das circunstâncias geradas pelos protestos de rua não escaparam às leituras produzidas por parte da imprensa, sobretudo aquela que demonstrava algum tipo de apoio ao poder constituído.

Tomando como exemplo a edição do *Jornal do Comércio* do dia 5 de janeiro de 1880 na qual foram feitas acusações graves contra os membros da reunião do Carmo por ocasião de sua postura de apoio aos protestos contra o governo, é ressaltado ainda que este posicionamento não correspondia à posição que os mesmos assumiram no parlamento por ocasião da votação da proposta de imposto sobre os transportes urbanos. O redator desta denúncia afirma que nenhum deles exprimiu qualquer postura contrária ao tributo e, alguns, inclusive, votaram a favor do mesmo. “Entretanto”, ele observa que

depois que as turbas mal-aconselhadas amotinaram-se, fizeram barricadas, quebraram bondes arrancaram trilhos, resistiram a força pública, lançaram mão de petróleo, perturbaram a tranqüilidade desta aliás tão pacífica cidade, com prejuízos de todos os interesses, vem os oito representantes protestar contra o governo, *porque este cômico da enorme responsabilidade que pesa sobre si, emprega os meios adequados para restabelecer a ordem?*

Quando deviam advogar a causa do povo fluminense, protestar contra o imposto que vinha pesar unicamente sobre ele, não articularam uma só palavra: foram omissos ao cumprimento do seu dever.

Pronunciam-se depois diversos incendiários, apela-se para os mais violentos, provocação a resistência e os 8 representantes do povo não dirigem uma palavra para

³³¹ O historiador Carlos Eugênio Líbano Soares, em seu trabalho sobre os capoeiras da Corte, observa que a subida ao poder do gabinete do Cansanção de Sinimbu, em 1878, foi marcada por uma onda de repressão e violência contra os setores populares e, em especial, aos capoeiras, acusados de serem “responsáveis” pela “desordem urbana”, identificada, inclusive, nas eleições. No entanto, Soares observa que as operações policiais realizadas contra estes setores tinham como um dos objetivos principais o de desarticular as relações estabelecidas entre figuras políticas (conservadoras) da Corte e os capoeiras, buscando, com isso, extirpar resquícios da permanência conservadora no poder – que teriam garantido a ambos os lados poder e prestígio - e, através disso, assegurar o poder liberal recém-empossado. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Negregada Instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro, 1850-1890**. Rio de Janeiro: SMC/DGDI, 1994, p. 211-13.

³³² Sobre esta “amplo apoio”, ver as páginas 106 a 108 do presente capítulo. Quem chama a atenção para este dado é José Murilo de Carvalho em **O Teatro das Sombras: a política imperial**. São Paulo, Edições Vértice, 1988, p. 153.

acalmar os ânimos, e prestar à capital o assinalado serviço de evitar que tivessem lugar as cenas deploráveis de que foi ela teatro.

E' que mal fundadas esperanças aludiam o espírito daqueles oito cidadãos: *viam naquilo um meio de derrubar o Sr. Sinimbu e seus companheiros e substituírem a estes nas posições oficiais, alvo de toda a atividade política entre nós.* (...)

Os atuais ministros colhem em parte os frutos de muitas das doutrinas que pregou seu partido, e muitas esperanças que demonstrou nos dez anos de oposição; os oito cidadãos do clube da rua do Carmo quando ocuparem as mesmas posições, com tantas maiores dificuldades terão de lutar, quanto mais lisongearem as más paixões, que costumam surgir em épocas como essas como as que atravessamos, quanto mais se mostrarem esquecidos do dia de amanhã.³³³

À medida que os antagonismos vão se tornando mais claros, melhores são as chances de perceber-se que o motim teria sido utilizado como uma ferramenta para finalidades aquém do problema do imposto propriamente dito. Indo mais além nesta constatação, sua capitalização política teria se materializado num campo de batalha no qual cada uma das forças em jogo buscaria afastar-se ou aproximar-se do mesmo de acordo com suas conveniências. O relato de “Órion” parece não deixar dúvidas a este respeito, pois, através da identificação da contradição entre as posturas assumidas pelos opositores nos momentos de votação e de execução do imposto, ele conclui que os membros da reunião da Rua do Carmo teriam claramente demonstrado o objetivo de enfraquecer politicamente o governo liberal de *Sinimbu*, recorrendo, para isso, à potencialização de todas as imagens que pudessem negativizar as atitudes do mesmo por ocasião da execução da dita taxa.

Embora se possa identificar que trata-se de um relato importante para a identificação e interpretação das estratégias políticas dos grupos envolvidos, e que, da mesma forma, ajuda na identificação de determinados interesses velados por trás das posturas apresentadas na citada reunião, de um modo geral, a leitura dos periódicos, em maior e menor grau, não deixa dúvidas de que, para além de uma “guerra de imagens”, muitas das denúncias feitas com relação as violências cometidas pelo governo não devem ser interpretadas como simples instrumentos retóricos. Esta observação pode ser confirmada pelas numerosas acusações feitas às autoridades policiais, que a mando do gabinete, teriam promovido uma onda repressiva considerável. Leia-se que os registros da Casa de Detenção, por exemplo, indicam centenas de prisões não só nos aproximados quatro dias de evento, como também nos dias finais de dezembro que o antecederam.³³⁴

³³³ “O confabulo da Rua do Carmo e o imposto do vintém”, publicações a Pedido, *Jornal do Comércio* de 5 de janeiro de 1880. Grifo meu.

³³⁴ Os registros prisionais entre os dias 1º e 3 de janeiro de 1880 demonstram causas variadas de prisões, tais como: “atirar garrafas contra a força”, “promover tumultos”, “desordem”, “desordem e dano nos bondes”, “promover avarias em bondes”, “incitar o povo para virar os bondes”, “colocar pedras nos trilhos” entre outros. **Livros de Matricula da Casa de Detenção da Corte, Livres e Libertos**, APERJ, notação 14, número original

Chamando a atenção para um outro lado do evento da Rua do Carmo, “Órion” auxilia ainda na identificação de outras imagens produzidas sobre a reunião e seus participantes. Essas imagens agiram no sentido de desmistificar a ação destes auto-intitulados “defensores do povo”, estando alinhadas às idéias que, de certo modo, demonstrariam um sentido negativo às manifestações de rua do período. Afinal, está-se aqui diante de um relato que, ao mesmo tempo que busca elucidar um sentido político obscuro nas atitudes dos opositores ao governo, tenta chamar a atenção para a “desordem” provocada pelos manifestantes e para os esforços do governo na manutenção da “ordem”. Por conseguinte, nota-se uma aproximação proposital entre as imagens negativas dos protestos e as imagens, igualmente negativadas, desta reunião. Em contrapartida a estas imagens negativas, o governo se apresentaria (e seria apresentado) como representante dos “interesses do povo ordeiro da cidade do Rio de Janeiro”³³⁵

Embora esse jornal demonstrasse uma certa tendência em apoiar o governo, tecendo tímidas críticas ao imposto e afirmando que o tempo para suspendê-lo já havia passado com o fim dos debates na Câmara³³⁶, em suas folhas também foram encontradas duras críticas relacionadas a ilegalidade do imposto e aos interesses obscuros que teriam marcado sua proposta. Mas, tais críticas não esconderam as opções desta folha, sobretudo pelo fato de ter publicado matérias que estariam respondendo as críticas ao imposto realizadas pelas folhas *Gazeta de Notícias* e pelo *Cruzeiro*. Segundo o mesmo, tais críticas seriam baseadas num “clamor intempestivo”, numa visão apaixonada e pouco comprometida com as instituições do país³³⁷. No momento em que esta folha chama a atenção para este fato, ela fornece indícios de que a polarização identificada nos dias do motim teria sua origem num período anterior ao mesmo, no qual já estariam sendo desenhados alguns papéis que seriam assumidos posteriormente.

Pegando como exemplo a *Gazeta de Notícias*, jornal de tendência republicana sediado na capital do império, pode ser observada essa tendência pretérita da construção das bases do que se constituiu um antagonismo mais aberto. Em edição do dia 28 de dezembro de 1879, este periódico publicou uma matéria que tecia duras críticas à forma como o imposto havia sido aprovado e como teria sido fruto de arranjos entre as empresas de bondes e o governo imperial. Segue um trecho desta crítica:

3965, páginas 195 (verso) a 250 (verso). O mesmo livro de livres e libertos registra um elevado número de detenções no dia 24 de dezembro do ano anterior, apresentando como causas principais “desordem”, “vagabundagem”, seguidas de outros temas congêneres. **Livros de Matrícula da Casa de Detença da Corte**, Livres e Libertos, APERJ, notação 14, número original 3965, páginas 85 (frente) a 136 (frente).

³³⁵ *Jornal do Comércio*, 3 de janeiro de 1880.

³³⁶ Ver edição do *Jornal do Comércio* do dia 25 de dezembro de 1880.

³³⁷ Idem, ibidem.

Em matéria de imposto o Sr. Ministro da Fazenda é da escola de Vespasiano: vai buscar o dinheiro onde lhe dizem haver. Os meios lhe são indiferentes.

Assim o imposto do vintém, obra de advogados administrativos da sociedade com o governo, depois de rejeitado em 2ª discussão no Senado foi reestabelecido à última hora pelo acordo Celso – Cotegibe.

Os deputados pelo Rio de Janeiro não tiveram tempo de fazê-lo rejeitar na Câmara. É sabido com que aqodamento e com que sucessivas dispensas do regimento foram votadas as emendas do Senado ao orçamento, na Câmara dos Deputados.

O que o povo não sabe, mas que na Câmara ninguém ignorou, é que a redação do orçamento foi aprovada entre nova aluvião de dispensas, sem estar escrita. Ainda não é tudo; depois de organizada e já com a aprovação da Câmara, foi ela alterada pelo Sr. Ministro da Fazenda, ou se preferirem um termo parlamentar: *S. EX. corrigiu alguns defeitos.*

É certo que o ministro que desse modo *alivia a comissão da redação do pesado encargo*, não incluiu períodos novos, mas redigiu o orçamento e todos sabem os recursos que oferecem uma boa redação para um governo que faz regulamentos.³³⁸

Nesse trecho pode ser notado o tom crítico, marcado por sarcasmos e ironias, no qual seria apresentada uma certa perspicácia, para não usar o termo esperteza, do governo ao fazer manobras que garantissem a aprovação do texto sobre o imposto dos transportes. Conforme defende o responsável pelo texto, identificado pelo pseudônimo de “Callone”, haveria interesses escusos por traz das negociações do projeto, ligados a questões que fugiam às razões financeiras de Estado. Estes interesses podem ser melhor identificados no trecho abaixo:

O imposto que tão justamente levanta contra si toda a população, passou desse modo à sorrelfa, e passou para dar pretexto a um negócio de certos advogados administrativos com as companhias de bondes, e especialmente com a opulenta companhia Jardim Botânico. Foi a riqueza desta companhia e o próximo termo de seu privilégio que lhes aguçou o apetite. Nunca houve intenção de cobrar diretamente esse imposto dos passageiros. (...)

O governo sabe que não tem meios na lei para fazer efetiva a cobrança da odiosa contribuição, *forjada apenas para facilitar negócios e não para dar renda ao Estado.*

Se o imposto fosse destinado a aumentar a renda pública, a preencher o déficit, seria lançado em todo o país, como manda a Constituição mas isto não convinha. As companhias das províncias são pobres e não permitem negócios e a celeuma que levantariam as deputações prejudicaria o arranjo. Por isso, ele foi limitado a Corte somente. Infelizmente o povo é hoje que sofre dessa habilidade dos advogados administrativos que cercam o ministro.³³⁹

Callone questiona as razões apresentadas pelo governo ao propor a referida taxa, sinalizando, através de evidências, a existência de arranjos entre grupos diretamente ligados ao poder público que teriam interesses em explorar o lucrativo negocio dos transportes. O que tornava a situação ainda mais grave é o fato de que a dita proposta seria “ilegal” e sua

³³⁸ *Gazeta de Notícias*, 28 de Dezembro de 1879. Grifo meu.

³³⁹ *Idem*, *ibidem*.

cobrança seria efetuada diretamente aos passageiros, com auxílio, caso fosse necessário, da força policial!

Críticas como esta fizeram coro entre os opositores ao governo, pois, nos jornais que deram destaque ao assunto, as palavras de ordem pareciam ser a de explorar todas as incongruências das posturas governamentais, avaliando-as negativamente. Este tipo de atitude, que vem sendo avaliada aqui como uma provável escolha, dentre as muitas apresentadas neste momento de antagonismos, para tentar enfraquecer o poder constituído, pode auxiliar na identificação dos pontos de tensão e os agentes em disputa. Levando em consideração que alguns personagens presentes nas manifestações de dezembro/janeiro teriam uma estreita ligação com os periódicos e que estes, por sua vez, teriam se empenhado em realizar uma campanha negativa de Sinimbu e seus aliados, não só as conexões apontadas anteriormente vão se tornando mais evidentes, como os interesses relacionados a elas vão sendo desvendados.

Como exemplo destas ligações políticas pode ser citado o jornalista e ativista político José Lopes da Silva Trovão. Figura de destaque na política da Corte, Trovão desempenhou uma campanha ativa em prol da causa republicana, promovendo reuniões em praça pública e teatros, nos quais desenvolvia discursos inflamados diante de uma numerosa multidão. Este personagem fez parte de uma geração de políticos e intelectuais que, no decorrer das décadas de 1870 e 1880 se empenhavam em representar um papel ativo nos espaços de debates políticos, seja através de uma produção jornalística engajada, seja através da realização reuniões em locais públicos.³⁴⁰

Os grandes comícios realizados em praça pública, os chamados meetings (termo emprestado dos ingleses), demonstrariam ser, no decorrer da década de 1880, uma das armas mais eficazes para o desenvolvimento de uma propaganda em favor da causa republicana, ou mesmo abolicionista, atingindo um público cada vez mais extenso, com discursos inflamados e cativantes.³⁴¹ Foi igualmente por meio destas manifestações que algumas das questões

³⁴⁰ A historiografia tem cada vez mais explorado a importância de diferentes locais de debates e as personalidades políticas que os compunham para avaliar a importância da circulação de idéias e popularização de assuntos em espaços amplos e variados como o das cidades. Nesse sentido, algumas análises tem buscado demonstrar de que maneira os obstáculos aparentes que pareciam se erguer entre os setores de elite letrada e a população mais pobre, imensamente analfabeta, estariam sendo postos de lado através de posturas ativas, representadas em praça pública, conseguindo com isso alcançar um certo grau de apelo público, reunindo multidões cada vez mais numerosas.

³⁴¹ A historiadora Maria Tereza Chaves de Mello observou que estas grandes reuniões em praça pública ou em outros espaços tiveram um papel de destaque na política da década de 1880, pois através delas é que questões polêmicas como a da escravidão e o republicanismo teriam conseguido assumir um destaque cada vez maior, perante uma público variado e numeroso. MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida: cultura democrática e científica no final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV/Edur, 2007.

debatidas no parlamento e outros espaços de convívio social assumiram uma maior “publicidade”, contribuindo, desta maneira, para a criação do que poderia ser interpretado como uma “nova” dinâmica dos debates, que teriam maior visibilidade (sobretudo aos historiadores) fornecendo alguns elementos da política imperial.³⁴²

A historiadora Maria Tereza Chaves de Mello chama a atenção para o fato de que “eram freqüentes as conferências públicas” na década de 1880, nas quais tinham lugar uma “plêiade de oradores, todos republicanos”, demonstrando, segundo a autora, que o povo estaria conectado as idéias políticas diversas, tal como o republicanismo. Estas manifestações demonstrariam uma imagem bem diversa daquela que teria caracterizado estes anos como sendo marcados pelo “marasmo político”.³⁴³ Segundo a autora,

As conferências, meetings e reuniões públicas, realizadas em teatros quase sempre repletos, costumavam extravasar seu entusiasmo para a rua. Era também nas vias públicas que se reclamava das medidas administrativas prejudiciais as categorias profissionais ou a todo o povo (...).³⁴⁴

Contudo, não é objeto da atual análise verificar o impacto da propaganda republicana naquela década ou na anterior, tampouco reduzir os eventos analisados a uma dimensão de disputas puramente ideológicas. O ponto que mais interessa a esta análise é o de que seriam através destas reuniões de rua convocadas por Trovão e outras personalidades políticas da Corte que teriam sido identificadas algumas “fissuras” entre os setores de elite neste momento. Estas fissuras, que teriam se tornado mais latentes no decorrer desta história, materializaram-se através da questão do imposto sobre o qual se levantaram políticos, jornalistas etc., que buscavam demonstrar aversão ou apoio à questão. Conforme visto, foi através destas posturas que teriam se constituído “facções” políticas, que mesmo não compartilhando de uma “doutrina” política comum, através da experiência do “motim” teriam forjado alianças, mesmo que de forma pouco clara.

Nesse contexto, tanto os periódicos quanto as manifestações de rua foram utilizados como mecanismos de defesa de idéias, como meios através das quais as pessoas poderiam ser alcançadas e, a partir disso, poderiam ser esboçadas formas de apoio ou de ataque acerca do tema em questão. Contudo, o apoio dado às facções, ou pelo menos as suas idéias, dependeria da receptividade que seus argumentos teriam sobre uma população variada como a da Corte.

³⁴² Idem, p. 29-30.

³⁴³ Idem, p. 29.

³⁴⁴ Idem, p. 31.

Este fato, por sua vez, faria com que elas tivessem que criar algum tipo de vínculo com questões específicas, que estivessem dentro do universo de interesses da população da cidade.

A aproximação com questões de interesse social mais amplo, por assim dizer, pode ser percebida através da observação dos argumentos esboçados pelos grupos em conflito. As críticas esboçadas por Lopes Trovão em relação as arbitrariedades cometidas pelas autoridades ao tentarem forçar a cobrança de um imposto que além de ilegal, oneraria ainda mais uma população trabalhadora que passava por momentos de dificuldades naquele período. Estas questões pareceram fundamentais, não só aos seus argumentos, mas a todos aqueles que manifestaram algum tipo de oposição, pois elas seriam constantemente citadas, ou parcialmente citadas, em seus discursos.

No jornal *Gazeta da Noite*, de 27 de dezembro de 1879, um dia antes do *meeting* de São Cristóvão (28 de dezembro), quando foi levada uma petição ao Imperador para revogação do imposto sobre os transportes, a tentativa de aproximação pode ser observada a partir dos ataques deferidos contra o “governo corrupto, esbanjador e tirânico” que teria sido responsável pelas dificuldades enfrentadas pelos “cidadãos” brasileiros.

Amanhã, no Campo de São Cristóvão às 4 horas da tarde, realiza-se o meeting popular. É ocasião de reivindicarem os títulos de pundonor os cidadãos *vexados por tantos impostos e oprimidos por tantos arbítrios*.

O momento é solene. Joga-se na cartada o brio de uma nação e o futuro das gerações que vivem. Grande e extraordinário dever pesa-nos sobre as consciências.

É preciso que demonstremos que existe uma parcela de vergonha no espirito nacional. É preciso que provemos com os atos que a dignidade de um país não pode estar a mercê de um governo corrupto, esbanjador e tirânico. Estão empenhados nesta heróica disputa as conveniências do comércio e os mais sérios interesses de grandes classes operárias.

Nesta enorme e gloriosa campanha em que tumultuam todas as liberdades, também acha-se comprometida a hora do exército, sempre menosprezado e sempre vendido aos caprichos dos ministros ineptos.

É necessário que vejamos. A época é dos despotismos e dos escândalos. Reajamos em que peze esse procedimento aos escrivinhadores pagos dos “a pedidos” do Jornal do Commercio.

Reajamos contra esse governo immoral e traficante. Reajamos com a força e disposição de ficarmos livres desses usurpadores de nossos direitos e saqueadores de nossos dinheiros.³⁴⁵

Através destas palavras percebe-se um claro esforço de acenar aos mais diversos setores da cidade, trabalhadores do comércio, operários e militares, a oportunidade aberta por uma manifestação popular contrária ao governo. Este evento poderia se tornar um momento de acertar os pontos com os grupos acastelados no poder central que teriam sido responsáveis

³⁴⁵ “Sempre resistência”. *Gazeta da Noite*, 27 de dezembro de 1879. Grifo meu. O historiador José Murilo de Carvalho observa que os “ ‘a pedidos’ eram pagos e serviam igualmente para veicular reclamações contra o governo, polícia, devedores. Até o circunspecto *Jornal do Comércio* publicava ‘a pedidos’. Era a atração dos leitores. Quando ninguém os encomendava, os próprios jornalistas se encarregavam de os inventar. Chegava-se ao ponto de haver pessoas especializadas em assumir a autoria de ataques pessoais.” CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II. Ser ou não ser**. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 84-5.

não só pela elaboração de mais um imposto que, em certo sentido, agravaria ainda mais a situação econômica dos “trabalhadores”, mas o de demonstrar que estas mesmas pessoas teriam direito de não se submeter a qualquer tipo usurpação, seja do ponto de vista financeiro, seja do ponto de vista político. Desse modo, teria sido acrescentada mais “lenha” à fogueira da conjuntura de descontentamento que as atitudes do governo teriam gerado.

Como visto no capítulo anterior³⁴⁶, os setores populares da Corte estariam passando por momentos de dificuldades financeiras, geradas, dentre outros motivos, pelos desequilíbrios na balança comercial brasileira e os conseqüentes endividamentos do Estado Imperial. Este conjunto de elementos teria contribuído para a redução nas ofertas de “emprego formal” e para a elevação do custo de vida, no qual se destacaram o alto preço dos alimentos e dos aluguéis, ainda que este último se devesse também ao “boom” populacional e a precariedade na oferta de moradias. Sendo assim, as palavras transcritas anteriormente estariam buscando estabelecer uma ligação com a realidade socioeconômica observada na década de 1870, capitalizando, desse modo, as dificuldades enfrentadas pela população, em sua maioria pobre, no momento em que mais um imposto lhe é anunciado. A expectativa de muitos dos opositoristas parecia estar direcionada ao aproveitamento de uma conjuntura de dificuldades e, através dela, a oportunidade de desestabilizar o governo.

Um outro aspecto importante que este texto permite observar é o de que uma parcela destas facções estaria atenta a algumas circunstâncias do mundo do trabalho da cidade. Afinal, ao convocar trabalhadores do comércio e “operários” - que devem ser tidos como trabalhadores da produção de um modo geral -, eles estariam tentando estreitar laços com uma significativa parcela dos trabalhadores da cidade³⁴⁷. Além disso, a procura em recuperar as circunstâncias em que estas pessoas viviam, através de discursos e propagandas direcionadas à sua realidade, possivelmente os levaria ao encontro das expectativas desta população. Uma delas talvez fosse a de se manifestar contra um governo que lhes estaria proporcionando mais um gasto em um momento de dificuldades. Mas será que somente motivações de natureza econômica teriam ocupado as mentes destas pessoas? Acredita-se que não. E quem dá a pista é o próprio texto publicado na *Gazeta da Noite*.

Ao mencionar a palavra “cidadão”, acompanhada pela noção do exercício de direitos políticos, o autor deste pequena mensagem insere este texto novamente em assunto bastante

³⁴⁶ Esta questão foi abordada no Capítulo 1 do presente trabalho, mais especificamente no subtítulo “As dificuldades econômicas na segunda metade do século XIX”, nas páginas 63 a 71.

³⁴⁷ Algumas observações sobre a composição dos trabalhadores da cidade foram tratadas no Capítulo 1. Os dados sobre os trabalhadores da cidade e seu envolvimento nas manifestações de rua serão abordados de forma mais detida no Capítulo 3 do presente trabalho.

controverso neste momento: as reformas políticas. Constatou-se através da etapa anterior de análise que um dos carros-chefe do gabinete *Sinimbu* teria sido o da reforma eleitoral. Esta reforma estaria tentando reduzir o número de participantes no pleito, excluindo, para isso, uma vasta população através do estabelecimento de critérios rigorosos de comprovação de alfabetização e da renda. O processo que estaria levando a esta reforma teria sido marcado por uma produção teórica que visava reformular a abrangência dos direitos políticos através de uma redefinição da “cidadania”. Para os defensores desta reforma, os direitos políticos estariam não só restritos ao ato de participar da política institucional, como esta participação seria limitada àqueles que tivessem “capacidade intelectual” e “financeira” para serem cidadãos. Em outras palavras, a cidadania se torna uma espécie de dádiva que dependeria tanto das condições individuais da pessoa quanto do julgamento do governo. Assim, o indivíduo não gozaria de “direitos naturais”, garantidos pelo seu nascimento em uma dada sociedade, como afirmado por certas correntes liberais clássicas, mas dependeria de uma concessão do Estado para o qual seus méritos seriam avaliados.³⁴⁸

A usurpação de direitos político pelo governo, mencionada no texto da *Gazeta da Noite*, parece se enquadrar bem ao contexto estudado, no qual os mecanismos de participação política estariam sendo estreitados através de medidas proibitivas, justamente num momento em que seriam tomadas atitudes como a da criação de novos tributos acompanhadas de medidas repressivas. Tais medidas, quer sejam as de redução dos canais de participação institucional, quer sejam as de proibição e repressão de formas de atuação pública, teriam sido alvo de críticas na imprensa, sendo denunciadas como arbitrariedades contra as pessoas e seus direitos em manifestar suas opiniões.

A tentativa de aproximação ensaiada pelos setores oposicionistas, isto é, de setores da elite política imperial, com os setores populares, teria evidenciado uma situação em que as expectativas destes setores pudessem ser identificadas, ou ao menos sugeridas. De certa maneira, as parcelas oposicionistas da elite política teriam percebido que os descontentamentos cultivados pelo povo em relação ao governo representariam importantes meios de se construir uma “opinião pública” de quem pudessem conseguir apoio, ou que, de algum modo, aparentasse apoiá-los em suas investidas contra os grupos no poder.

Mas a importância desta constatação vai mais além. Ela permite, por exemplo, que sejam abertas novas perspectivas para a análise dos agentes destes conflitos, ultrapassando uma dimensão restrita às elites. Em outros termos, interpretar as expectativas que teriam sido

³⁴⁸ Para mais detalhes a este respeito, ver a primeira parte do presente capítulo, intitulada de “Uma questão urgente: a reforma política.”

“percebidas” e “usadas”, ao menos do ponto de vista retórico, por parcelas destes setores vai levar a uma ampliação dos possíveis significados presentes nos eventos de dezembro de 1879 e janeiro de 1880. Entretanto, esta ampliação só será possível se for precedida de uma pergunta simples, porém, de muita relevância: que pessoas teriam participado dos protestos de rua, que teriam se avolumado nas praças e ruas para ouvir e discutir sobre os assuntos que os oradores de oposição levantavam? Porém, antes de responder esta pergunta, existem mais alguns pontos que precisam ser apreciados.

Dando seqüência na avaliação das palavras da *Gazeta da Noite*, pode ser constatado um último elemento neste quadro de antagonismos que teria se formado: a evidência de “escandalosos” acordos entre veículos de imprensa e o poder público. Nesta que seria uma “época” de “despotismos” e “escândalos”, em que as “liberdades” estavam sendo “tumultuadas”, estes tipos de arranjos seriam responsáveis pela publicação de artigos favoráveis ao governo em jornais de grande circulação, com a finalidade de criar uma imagem positiva deste, perante uma população descontente com suas atitudes.³⁴⁹

Fazendo estes tipos de acusações, a *Gazeta* ataca uma dos mais poderosos e antigos meios de comunicação do Império, o *Jornal do Comércio*. O ataque colocaria em xeque a pretensa imparcialidade deste jornal, o que, até certo ponto, seria um trunfo na guerra de imagens que estaria sendo travada.

Dois dias depois, a *Gazeta* dá seqüência a seus ataques, sendo ainda mais contundente.

JORNAL DO COMMERCIO: sempre o mesmo... Pródigo, quando fala a favor do Governo, e avarento quando trata do povo. É assim que noticiou o meeting de ontem [28/12/1879], que foi incontestavelmente um grande triunfo popular não quiz dizer aos seus leitores que o povo cedeu a intimidação do sr. 3º. Delegado, não por medo do sr. Delegado, contra quem reagiu, mas pela intervenção do Dr. Lopes Trovão.

O *contemporâneo* tem razão.

Não viu bem os acontecimentos porque o governo aumentou-lhe o bornal... naturalmente para dizer que ele – o governo - é muito honrado, e procede mais honrosamente bifando-nos os 20 rs.

Além dessa razão, há uma outra para que o *contemporâneo* abafasse a grande manifestação que houve depois do meeting e da intimidação: - o povo ao passar pela casa de C. L. do Jornal do Commercio, deu foras a imprensa venal! ... ao órgão das calúnias e injúrias! ao jornal que alugou por 50 contos a consciência ao governo para insultar o povo! etc., etc.

Este sujeito é um sandeu que aparece regularmente todos os domingos no rodapé do Jornal, e ainda ontém, da dita sentina aconselhou ao povo que pagasse o imposto de 20 rs. porque não queria no domingo seguinte chorar a sorte do povo.

Que grande crocodilo!

Quer convenceu-nos de que será capaz de chorar a sorte do povo!!! ele que seria capaz de chorar só no caso em que o Jornal lhe tirar o soldo e o governo a mesada que lhe paga as pífias lições nos colégio Pedro II.³⁵⁰

³⁴⁹ *Gazeta da Noite*, 29 de dezembro de 1879.

³⁵⁰ *Gazeta de Notícias*, 29 de dezembro de 1879.

Não parecem restar dúvidas quanto ao fato de que o governo teria sido beneficiado pela produção de notícias favoráveis em alguns periódicos, como no caso do *Jornal do Comércio*, que não publicou qualquer artigo que se opusesse seriamente ao governo e, durante os dias de confronto de janeiro, teria divulgado constantemente os relatórios de órgãos do governo que, por sua vez, veicularam em suas páginas imagens negativas sobre o evento e sobre seus participantes. Não é necessário muito esforço para explicar estas atitudes, sobretudo se for lembrado que dentre os envolvidos nos eventos estariam figuras como as de Lopes Trovão, que era colaborador da *Gazeta da Noite*.

Um fato interessante é o de que a *Gazeta* não teve uma participação tão expressiva na cobertura dos acontecimentos de janeiro quanto aquela realizada pelo *Jornal do Comércio*, pelo simples fato de ter sido tirado de circulação pelo governo, só retornando as suas atividades normais no dia 12 de janeiro de 1880, portanto, oito dias após o fim dos acontecimentos³⁵¹. Esta observação, por si só, comprova muitas das hipóteses que foram levantadas até aqui sobre as polarizações políticas e seus temas correlatos.

A análise dos embates entre essas forças políticas permite a constatação de que a Corte não representou um limite às polarizações observadas. Alguns jornais da província de São Paulo, por exemplo, demonstraram um cenário similar ao do Rio de Janeiro, no qual estariam sendo construídos argumentos de defesa e reprovação ao governo, bastante alinhados com a imprensa da capital. O *Correio Paulistano*, por exemplo, deferiu inúmeros ataques ao gabinete liberal, denunciando as “violências praticadas contra a população da Corte” seja pela proibição dos meetings, “que eram convocados para o povo usar do direito de reclamar ou peticionar”, seja pelo ataque à liberdade de imprensa, “que é a principal das liberdades, já ordenando a prisão de escritores, já confiscando os impressos, já finalmente prendendo os distribuidores de jornais e fazendo cercar as tipografias, para que ninguém nelas entrasse, suspendeu, de facto os direitos do cidadão.”³⁵²

Uma outra questão interessante que pode ser vislumbrada através da avaliação das denúncias desta folha é a de que, mediante a identificação da limitação da liberdade de imprensa pelas forças governamentais, acabou-se por desconstruir uma espécie de mito (histórico ou historiográfico?) segundo o qual o período do Segundo Reinado teria sido consagrado como aquele em que a imprensa teria gozado de uma ampla liberdade de atuação,

³⁵¹ Conforme uma nota publicada na edição de 12 de janeiro de 1880 do *Gazeta da Noite*, o governo teria sido responsável pelo “banimento de onze dias” de “dentro dos limites dos limites de nossa propriedade”. Esta denúncia é reforçada pelo *Correio Paulistano*, no qual é afirmado que o governo teria “empastelado” este jornal, impedindo que o mesmo fosse publicado e distribuído. *Correio Paulistano*, São Paulo, 6 de janeiro de 1880.

³⁵² *Correio Paulistano*, São Paulo, 18 de janeiro de 1880.

entenda-se, sem restrições, não observada em nenhum período da história do país.³⁵³ Embora este assunto seja interessante é melhor não insistir nele, pois pode-se cair numa discussão interminável sobre monarquia versus república, que não é o objetivo deste trabalho.

Voltando a análise, observou-se que nos jornais de São Paulo, tal qual nos do Rio, foram estampadas notícias e artigos sobre a “questão do imposto”, contribuindo ainda mais para a “publicidade” do assunto. Conforme observado, as informações veiculadas na imprensa seriam marcadas, como não poderia ser de outra forma, pelas tendências políticas assumidas por estas folhas. O *Correio Paulistano*, por exemplo, órgão de imprensa vinculado ao Partido Conservador, utilizou em larga escala os incidentes observados no período para criticar o atual gabinete³⁵⁴, contribuindo, deste modo para a leitura que vem sendo feita sobre a capitalização política do motim.

Algumas notícias mencionam ainda uma reunião popular realizada no Largo da Sé, na cidade de São Paulo, no dia 6 de janeiro, contando com a presença cerca de 4 mil pessoas que teriam manifestado seu apoio “ao povo fluminense pelo ato de protesto contra o imposto”.³⁵⁵ Embora não seja o objetivo aqui abordar estas e outras manifestações de rua que, porventura, tenham acontecido fora dos limites da Corte, não pode ser negado que o simples fato de terem ocorrido já indica uma certa mobilização acerca da questão do imposto e uma possível percepção das polarizações que estariam constituindo-se no Rio de Janeiro.

A ocasião de reuniões populares em São Paulo e no Rio auxilia na identificação de dimensões políticas mais amplas, nas quais estas manifestações ocupariam um papel de destaque como possíveis mecanismos de divulgação e confronto de idéias, possibilitando, inclusive, conexões entre as discussões travados nos periódicos e no parlamento e os debates travados nas ruas. Esta questão se torna mais evidente não só pelas ligações observadas entre os periódicos e alguns dos participantes dos meetings (Lopes Trovão, José Patrocínio entre outros) como também pelas questões tratadas que diziam respeito a assuntos de interesse bastante amplo, como no caso do imposto. Desse modo, pode-se sugerir a compreensão de

³⁵³ CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II. Ser ou não ser**. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 84-5. Parece ser inegável o fato de que a imprensa teria desfrutado de um grau elevado de liberdade durante a regência de Pedro II, tratando de assuntos polêmicos ou mesmo atacando figuras políticas, inclusive da casa imperial, sem que isso provocasse, necessariamente, um risco à sua existência. Todavia, possuir um grau elevado de liberdade em comparação com outros períodos da história do país, não significa a inexistência de constrangimentos a estes meios de comunicação, tais como “empastelamentos” e outras formas de obstrução da “liberdade” de veiculação de idéias. Afinal, conforme observado no caso analisado, os periódicos assumiriam um papel ativo nas disputas políticas, estando, deste modo, sujeito às violências (simbólicas ou físicas) que fizeram parte deste contexto.

³⁵⁴ As críticas se dirigiram não só ao gabinete liberal, como aos jornais que estariam demonstrando apoio a seus atos, como observado através do caso do Jornal do Comércio, que viria constantemente em “socorro do governo”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 16 de janeiro de 1880.

³⁵⁵ *Correio Paulistano*, São Paulo, 8 e 9 de janeiro de 1880.

que a “publicidade” dos assuntos debatidos na imprensa e no parlamento estaria conectada às experiências de rua, onde encontrariam uma população atenta ao desenrolar dos acontecimentos.

Não parece ser mera casualidade o fato de que as convocações realizadas na imprensa para as manifestações de rua dos dias 28 de dezembro de 1879 e 1º de janeiro do ano seguinte tenham conseguido reunir multidões compostas por milhares de pessoas³⁵⁶ de variados setores sociais, sobretudo dos mais pobres³⁵⁷. Esta “multidão” que permanece momentaneamente “sem rosto”, lembrando uma acepção de George Rudé, esteve presente tanto às “manifestações pacíficas”, quanto aos combates físicos travadas com as autoridades, tendo, por isso, um papel ativo nas manifestações de rua. Assim, pode-se concluir que esta “multidão” seria um componente fundamental dos confrontos, pois sem ela as manifestações de rua jamais teriam tomado as proporções observadas, e, talvez, os acontecimentos seguintes, marcados tanto pelos embates entre as elites, quanto pela derrocada do gabinete liberal alguns meses depois³⁵⁸, sequer teriam acontecido. Especulações não fazem parte da história, mas ajudam a avaliar como certos elementos do processo histórico podem, e devem, ser analisados.

Foi constatada a importância dos debates nos periódicos para demonstrar não só as posições assumidas pelos agentes deste processo, mas também a observação de expectativas variadas em meio aos acontecimentos acerca do imposto. Indo além dele, observou-se que a capitalização dos eventos de dezembro e janeiro pelos setores de elite teriam sido direcionados para objetivos bem específicos, quer seja para enfraquecer o grupo no poder, quer seja para justificar suas atitudes ao tentar se manter no mesmo. No meio desta guerra de nervos, a análise se deparou inúmeras vezes com os apelos dirigidos à população da cidade, que através de sua participação neste processo de confrontos teria se tornado uma força que não podia ser ignorada ou sequer controlada. Entender essa força é a próxima etapa desta

³⁵⁶ Os jornais falam em valores que variam entre 4, 6 e até 7 mil pessoas. Embora não se possa avaliar com precisão os números apresentados, e seus prováveis exageros numéricos, é notório que a citação destes valores teria o mesmo objetivo: o de ressaltar a grande quantidade de manifestantes presentes às reuniões. Estas informações foram retiradas dos seguintes periódicos: *Gazeta de Notícias*, 29 de dezembro de 1879; *Gazeta da Noite*, 29 de dezembro de 1879.

³⁵⁷ Embora não se possa identificar com muita exatidão todos os setores sociais envolvidos nestes protestos, as fontes revelam um grande número de pessoas provenientes dos setores sociais mais pobres. Os registros prisionais assim como os relatórios governamentais e artigos publicados nos periódicos ajudam de forma significativa na identificação de um considerável número destes manifestantes.

³⁵⁸ O 27º Conselho de Ministros, presidido por João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, teve a duração de pouco mais de dois anos - 5 de janeiro de 1878 a 28 de março de 1880 - sendo sucedido pelo gabinete liderado José Antônio Saraiva.

análise, pois é através deste entendimento que espera-se poder resolver algumas das questões até então insolúveis.

Uma das interrogações que deverão ser enfrentadas é aquela relacionada às diferentes posturas assumidas pela multidão entre dezembro e janeiro, pacíficas num primeiro momento e aguerridas num segundo. Acredita-se que elas possam dizer algo sobre as expectativas da multidão ao se envolver nestes confrontos, e que significados estariam atribuindo às suas atitudes e às atitudes do governo.

Nesta etapa que se encerra, conseguiu-se alguns indícios que podem auxiliar na interpretação dos sentidos da multidão, cabe agora implementar uma nova etapa, fundamental desta busca, materializada através da tentativa de identificação destas pessoas. Afinal, sem saber quem eram estes personagens envolvidos nos protestos jamais poderá ser entendido o porquê de suas atitudes e de suas escolhas.

CAPÍTULO 3

De volta às ruas:

experiências compartilhadas e dimensões de luta na capital do Império.

Os rostos da multidão: os personagens do “motim” através dos registros prisionais.

O percurso traçado por esta análise conseguiu demonstrar alguns dos elementos que constituíram o fenômeno histórico analisado, o do “motim do vintém”. Deixando de lado uma análise mais acurada do conceito e seus problemas³⁵⁹ e concentrado as atenções nos eventos e seus personagens pôde ser percebido um quadro cada vez mais rico e complexo. Este quadro materializou-se até este momento com características bem específicas, quer sejam elas identificadas através de um quadro de crises sociais e financeiras³⁶⁰, quer seja pela manifestação de antagonismos políticos³⁶¹, observados entre os fins de 1879 e o início de 1880. Todavia, a simples constatação destes cenários críticos, por si só, não conseguirá dar conta dos “porquês” buscados, pois, é nos agentes que viveram estes fenômenos, e não só nas conseqüências de seus atos, que esta pesquisa está se concentrando para tentar compreender os significados de tal evento.

Um bom exemplo desta última sentença pode ser identificado através do capítulo anterior, em que foram exploradas algumas das questões que teriam marcado os horizontes das elites da capital do Império, o que, por conseguinte, levou o texto a explorar não só os debates a respeito da legalidade ou não do imposto sobre os transportes urbanos, e sua apropriação pelos discursos deste setor, mas também de uma outra questão aparentemente desconectada deste contexto, a da reforma eleitoral. Conforme observado, a escolha dos dois temas não foi fortuita, posto que, através deles, materializaram-se as expectativas e visões de mundo que podem ajudar a compreender um pouco mais sobre os homens e mulheres deste período da história do Brasil, e, a partir disso, identificar os papéis por eles desempenhados

³⁵⁹ Conforme a historiografia tem demonstrado, o conceito “motim” traz alguns problemas à análise da ação coletiva dos setores populares, sobretudo no que toca à avaliação destas ações, posto que tal termo fora evocado tanto pelos seus contemporâneos quanto pelos analistas posteriores com um sentido pejorativo, o que, em parte, cria dificuldades a interpretação dos sentidos (e dos rostos) da multidão. Além disso, acredita-se que a interpretação dos rostos desta multidão irá ajudar na compreensão do próprio sentido que este fenômeno político teria assumido para este contexto da década de 1880 no Império. Por isso, este tema será abordado mais adiante, quando já tiverem sido constatados alguns elementos específicos destas pessoas.

³⁶⁰ Verificar Capítulos 1 e 2.

³⁶¹ Verificar Capítulo 2.

nos processos que caracterizaram os conflitos observados. Eles auxiliaram, por exemplo, na identificação de visões profundamente preconceituosas (mas não menos racionais) apresentadas por parcelas da elite política imperial ao tratar da reforma do processo eleitoral brasileiro e, por conseguinte, da própria noção de “cidadania”.

Vale a lembrança de que o mesmo grupo no poder que propôs estas reformas políticas e econômicas, o gabinete liberal do Visconde de Sinimbu, foi também o responsável por condutas repressivas e violentas no trato com os manifestantes nos quatro primeiros dias do ano de 1880. Conforme visto, as autoridades, junto com os manifestantes, foram os pivôs desta história, defendendo suas posições ao se confrontarem nas ruas e praças desta capital, medindo forças para a concretização de seus interesses. Em relação a estes “interesses”, os capítulos anteriores (sobretudo o capítulo 2) ajudam a avaliar parte da questão, indicando alguns caminhos possíveis para verificar não só alguns dos agentes envolvidos neste processo, como também as possíveis motivações que os teriam levado a tomar partido num cenário de disputas políticas. Verificou-se, por exemplo, no capítulo 1 um quadro geral de dificuldades e seus impactos sobre grupos específicos como as elites políticas e os setores populares; no capítulo 2 foram indicadas algumas dimensões políticas a respeito de questões como o orçamento e as eleições, e as oposições criadas acerca delas, contribuindo para uma interpretação da conjuntura que antecedeu o “motim”. Resta agora aprofundar um pouco mais a análise sobre alguns destes agentes, através de uma avaliação mais específica dos setores populares diante do contexto histórico analisado.

Em um contexto como o estudado, em que as manifestações de rua apresentaram-se como um dos principais mecanismos de atuação dos setores populares, e, por conseguinte, de melhor apreensão sobre os mesmos, identificar as pessoas que fizeram parte destes protestos é uma tarefa difícil, pois nem sempre as fontes são muito claras a este respeito. Diante destas circunstâncias, documentos que disponibilizem informações desta natureza constituem uma importante ferramenta através da qual os agentes históricos podem ser alcançados pela análise histórica.

Um importante exemplo deste tipo de documentação são os Livros de Matrícula da Casa de Detenção da Corte³⁶² que constitui uma fonte valiosa de informações, fornecendo numerosos e significativos dados que auxiliam na elaboração de uma leitura mais detalhada sobre a composição dos manifestantes, tais como: “nome”, “nacionalidade”, “naturalidade”,

³⁶² Os Livros de Matrícula são registros criminais cuja função era a produção de um banco de dados para a identificação dos detentos, apresentando características individuais das pessoas que davam entrada e deixavam o complexo carcerário da Casa de Detenção. Este local era utilizado para detenções curtas por pequenos crimes ou por réus sendo processados na justiça aguardando um julgamento.

“nome dos pais”, “idade”, “estado civil”, “ocupação”, “local de moradia”, “estatuto jurídico” além de detalhar as características físicas dos (as) detentos (as). Estas informações serão de grande valia para os objetivos deste capítulo, contribuindo para desvendar os rostos de uma multidão até este momento anônima.

Estes livros constituíam uma das principais fontes de informações sobre a criminalidade do Rio de Janeiro, funcionando como um grande banco de dados sobre crimes e detenções que proporcionaram às autoridades policiais da cidade, e do Império, meios através dos quais poderiam estabelecer algum tipo de controle sobre uma população em rápido crescimento e em constante mutação.

Percorrendo as centenas de páginas dos registros prisionais, o primeiro elemento que pôde ser verificado é o de que há um número elevado de prisioneiros não-escravos entre os dias 1º e 3 de janeiro, pois, nestes três dias de revolta registrados nos Livros de Livres e Libertos e nos Livros de Escravos³⁶³, foi contabilizado um total de 242 presos³⁶⁴. Se estes números forem observados em mais detalhes, utilizando como parâmetro, por exemplo, a causa da detenção, será constatado que um número aproximado de 208 pessoas, dentre as contabilizadas neste curto espaço de tempo, estariam diretamente envolvidos nos eventos de rua³⁶⁵, o que dá uma margem de cerca de 86% do total. Ou seja, mesmo excluindo àquelas pessoas que teriam sido presas por motivos outros que não o do “motim”, o número continua sendo elevado. Este fato favorece o processo de análise, não só porque possibilita a apreciação de um elevado número de pessoas e de dados, como também permite que sejam isoladas algumas variáveis, dentro de um quadro mais amplo, para que, em seguida, sejam correlacionadas entre si, e, por fim, sejam conhecidos estes agentes. Tendo em vista tais observações iniciais, a partir de agora serão analisados os dados apresentados pelos livros de matrícula entre os dias 1º e 3 de janeiro de 1880.

³⁶³ **Livros de Matrícula da Casa de Detenção da Corte, Livres e Libertos.** APERJ – Notação 14, n.º original 3965, páginas 195 (verso) a 250 (verso) e **Livro de Matrículas da Casa de Detenção da Corte, Detentos Escravos.** APERJ – Notação 13, n.º original 5454.

³⁶⁴ Os 241 detentos contabilizados como possivelmente envolvidos no motim estão divididos da seguinte forma: 189 não-escravos e 19 escravos.

³⁶⁵ O principal critério utilizado para identificar os possíveis envolvidos no motim, distinguindo-os dos demais detentos, foi a observação da causa da prisão. Embora esta estratégia não seja infalível, pois as indicações das fontes por vezes são evasivas ou não identificam os motivos da detenção, elas demonstraram pontos de distinção importantes para o estabelecimento de uma filtragem das entradas registradas nestes dias. Afinal, por ser uma Casa de Detenção, ela apresentaria tanto os envolvidos no motim, quanto os prisioneiros “comuns”.

Os detentos livres e libertos.

Contemplando os prisioneiros do “motim”, a primeira impressão é a de que aponta para um panorama de diversidades significativo e complexo. Conforme demonstrado no capítulo 1, esta foi uma das características mais marcantes do tecido social e cultural da Corte durante o século XIX, afinal, esta mesma cidade sinalizava com seu acentuado crescimento demográfico, fenômeno característico deste período, uma situação que veio a se concretizar nas décadas finais do Império, o fato de ter constituído um grande centro populacional que atraía pessoas de todas as partes do Brasil e do mundo. Sem sombra de dúvida, os movimentos migratórios imprimiram mudanças variadas nesta cidade e em muitas outras que observaram o mesmo fenômeno. Estas alterações históricas desenvolvidas pelas correntes migratórias humanas foram tema dos capítulos anteriores, e, deste modo, serão deixadas de lado por enquanto para que se dê atenção específica aos personagens da história do motim.

A observação resumida sobre corrente migratória, crescimento populacional e alhures visa dar suporte a avaliação do aspecto “diversidade”, que foi apontado anteriormente, pois, se há um elemento que chame a atenção para estas pessoas é o fato de que elas apresentavam a curiosa característica de serem, em sua maioria, “estrangeiras”. Seguem os dados a este respeito:

Tabela 27: Detentos “livres” - nacionalidade

Nacionalidade	N°	%
Austriaco	1	0,53
Francês	1	0,53
Grego	1	0,53
Italiano	2	1,06
N/A	2	1,06
Prussiano	2	1,06
Alemão	2	1,06
Americano	3	1,59
Inglês	4	2,12
Espanhol	12	6,35
Português	79	41,80
Brasileiro	80	42,33
TOTAL	189	100

Como pode ser constatado, do ponto de vista da origem dos detentos, a diversidade é uma característica marcante destas pessoas, que apresentam, pelo menos, dez nacionalidades diferentes. Embora haja um desequilíbrio na proporção numérica entre elas, fato observado, por exemplo, entre o número de portugueses (79) e de italianos (2), isto não invalida os esforços de identificação destes personagens. Ao contrário, auxilia na observação de uma situação histórica que, apesar da diversidade, apresenta elementos comuns que conectam estas

peessoas, para além da experiência dos protestos de rua. Voltando aos dados da TABELA 27, verifica-se que 57,69% das pessoas presas eram estrangeiras, ou melhor, apresentavam uma origem geográfica externa ao Império brasileiro. Destes 57,69%, aproximadamente 42% eram portugueses, seguidos de longe por espanhóis (6,35%), ingleses (2,12%) e demais grupos, que contabilizam 7,42%.

Tabela 28: Nacionalidade - acima de 4 pessoas

Nacionalidade	N°	%
Inglês	4	2,12
Espanhol	12	6,35
Demais grupos	14	7,41
Português	79	41,80
Brasileiro	80	42,33
TOTAL	189	100

Deste modo, percebe-se que os manifestantes “livres” de origem estrangeira eram todos provenientes do “velho mundo”, e que, dentre eles, Portugal ocupa um lugar de destaque. Esta situação só vem a confirmar os dados analisados no capítulo 1 deste trabalho, em que foi constatado que o fluxo migratório rumo à cidade do Rio de Janeiro teria como principal ponto de partida a Europa e, mais precisamente, Portugal.

Embora os números registrem uma maioria estrangeira, é notório que o restante dos detentos, 42,33 %, era composto por pessoas nascidas no Brasil. Tal situação evidencia um equilíbrio relativo entre estrangeiros e nacionais, o que, por conseguinte, indica a necessidade de um tratamento mais específico das duas populações.

Insistindo nos aspectos geográficos destes personagens, os registros permitem ainda a identificação do local de origem (cidade ou província, no caso do Brasil) do prisioneiro. Partindo dos estrangeiros, verifica-se que a cidade portuguesa do Porto teria sido citada 58 vezes, num total de 74 computadas, o que daria um percentual aproximado de 78%. Deste modo, num universo variado de estrangeiros, os portuenses teriam representado a maioria absoluta, seguidos, bem de longe, por outra cidade portuguesa, a de Braga, que representou apenas 6,76% (5) do total. Contudo, estes números poderiam sofrer algum tipo de variação devido ao grande número de fichas de detentos estrangeiros que não apresentam a definição específica de sua região de origem (28), indicando apenas, com exceção de 1 caso, o país de nascimento.

Tabela 29: Naturalidade - estrangeiros

Naturalidade	Nº
Galiza	1
Manilha	1
Barcelos	1
Canella	1
Guimarães	1
Ilha do Pico	1
São Matheus	1
Ilha de Madeira	2
Minho	2
Braga	5
Porto	58
TOTAL	74

Tabela 30: Estrangeiros sem naturalidade definida

Nacionalidade	Nº
Austríaco	1
Grego	1
Italiano	2
Alemão	2
N/A	1
Prussiano	2
Americano	3
Inglês	4
Português	5
Espanhol	10
TOTAL	31

No caso dos “nacionais”, de um total de 79 locais indicados, o Rio de Janeiro desponta como o mais numeroso, apresentando 25 casos, o que corresponde a um percentual de 31,65% do total, seguido pelas Províncias do Rio de Janeiro, 14 casos (17,72%) e da Bahia, 11 casos (13,92%). Um elemento interessante da comparação destes dados é o de que, embora os números apresentados pela cidade do Rio de Janeiro sejam, individualmente, os mais elevados, se confrontados com o montante decorrente do somatório dos valores apresentados pelas províncias da Bahia e do Rio de Janeiro, que apresentam os maiores índices depois desta região, verifica-se que a diferença desaparece, pois as cifras são exatamente iguais, ou seja, 25. Além disso, se for acrescido ainda a essas duas regiões o restante dos locais sugeridos pela documentação, será observado um valor total de 54 pessoas, correspondentes a 68,36%. Seguem os dados:

Tabela 31: Naturalidade - brasileiros

Naturalidade	Nº
Pernambuco	1
Alagoas	1
Angra dos Reis	1
Barra Mansa	1
Espirito Santo	1
Maceió	1
Mangaratiba	1
Maricá	1
Pelotas	1
Rio Grande do Sul	1
São Gonçalo	1
São Paulo	1
Alagoas	1
Campos	2

Ceará	2
Maranhão	2
Piauí	2
Minas Gerais	4
Pernambuco	4
Bahia	11
Fluminense	14
Rio de Janeiro	25
TOTAL	79

Para além da constatação estatística pura e simples, estes números revelam outra característica marcante da cidade do Rio de Janeiro do período, o de apresentar uma população geograficamente variada, não só devido à presença estrangeira, mas, da mesma forma, pela presença de pessoas originárias de correntes migratórias intraprovinciais e interprovinciais. Estes dados confirmam também uma outra característica dessa cidade, que é a de ser um grande centro de atração populacional, talvez o maior do Império no período³⁶⁶, para onde se dirigiam pessoas de variadas regiões do país e do mundo, em sua maioria buscando melhores condições de vida.

Um outro fator interessante que os dados permitem constatar é o de que também há uma considerável diversidade com relação à “cor” dos prisioneiros, observada através da variedade de classificações apresentadas, tais como “fula”, “cabocla”, “cabra”, “morena”, “preta”, “parda” e “branca”. Seguem os dados a este respeito:

Tabela 32: Detentos divididos por “cor”³⁶⁷

Cor	Nº	%
Caboclo	2	1,06
N/A	3	1,59
Fula	4	2,12
Cabra	5	2,65
Morena	16	8,47
Preta	17	8,99
Parda	18	9,52
Branca	124	65,61
TOTAL	189	100

Conforme observado, os indivíduos indicados como “brancos” representam 65,61% do total, seguidos pelas demais categorias que, juntas, contabilizam 33,69%, evidenciando uma situação em que apenas um grupo representa praticamente o dobro do resultado da soma de todas as outras categorias. Embora estes dados possam não transmitir com absoluta segurança

³⁶⁶ Esta afirmação se baseia na análise construída no primeiro capítulo desta dissertação em que foram apresentados os dados de crescimento demográfico da Corte na segunda metade do século XIX.

³⁶⁷ Estas “cores” tem como base as definições físicas utilizadas nos livros de matrícula.

a “cor” destas pessoas, dadas as problemáticas que este tipo de categoria acarreta³⁶⁸, ao menos eles ajudam a ilustrar um cenário de diversidade étnica entre os envolvidos no motim. O quadro de diversidade étnica, tal qual o de diversidade geográfica visto anteriormente, auxilia na tarefa de avaliar alguns pontos específicos de um contexto mais amplo, marcado pelos processos de formação da população da Corte na segunda metade do século XIX. Deste modo, o fato de encontrar-se um certo equilíbrio numérico entre europeus e brasileiros ou mesmo uma circunstância de diversidade étnica com tendência a preponderância de quatro grupos, “brancos”, “pardos”, “pretos” e “morenos”, com destaque para o primeiro (no caso das detenções), talvez não cause tanta surpresa.

Todavia, é necessário que se tenha em mente que estas pessoas representam uma parcela da população da Corte envolvida em um processo histórico específico, e que, por isso, não representam, obrigatoriamente, um reflexo puro e simples da mesma. Contudo, o simples fato de fazerem parte dessa população, estando envolvidas nos processos de modificações populacionais observados no período, já demonstra ser de grande ajuda para a apreciação dos fenômenos históricos correlatos, pois permitirem que haja uma intervenção em pontos específicos dos habitantes da cidade, que é um dos objetivos deste trabalho.

Já que estão sendo abordadas características dos habitantes do Rio de Janeiro a partir dos registros prisionais, um outro ponto importante que não pode escapar à avaliação destes dados diz respeito aos locais de moradia das pessoas que participaram do motim. Neste aspecto, estes documentos demonstram ser igualmente ricos, pois através deles foi avaliado um campo especialmente amplo e variado de cenários de convívio destas pessoas.

A lista é grande e variada³⁶⁹. Através dela pôde ser constatado que os detentos computados estariam distribuídos entre 81 logradouros espalhados pelos mais variados

³⁶⁸ Os critérios não muito claros para a definição da “cor” das pessoas no Brasil do século XIX dificultariam qualquer observação muito ampla sobre este assunto, na medida em que, no período em que estes documentos foram produzidos são observados dois fatores, o primeiro está relacionado ao “modelo” “multirracial” adotado no Brasil e o segundo estaria ligado à emergência de “ideologias de branqueamento”. Segundo Eduardo Silva, estes dois fatores principais influenciariam as dimensões “raciais” de classificação utilizadas no Brasil para identificar a população. Para mais detalhes a este respeito, voltar à nota 22 do Capítulo 1 da presente análise. SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D`África, o príncipe do povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor**. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 77-8.

³⁶⁹ Segue a lista com o nome das ruas e sua incidência, entre parênteses: Beco da Fidalga (1); Beco do Proposito (1); Beco dos Marinheiros (1) Beco do Guarda Mor (1); Boqueirão do Passeio (1); Ladeira da Glória (1); Largo da Imperatriz (1); Largo da Sé (1); Livramento (1); Morro de São Carlos (1); Morro do Castelo (1); N/A (1); Portão da Coroa (1); Praça 11 de Junho (1); Praça da Harmonia (1); Praia de Santa Luzia (1); Praia do Flamengo (1); Quinta do Caju (1); R. Bela de São João (1); R. da América (1); R. da Boa Vista (1); R. da Conceição (1); R. da Constituição (1); R. da Gambôa (1); R. da Lapa (1); R. da Pedreira (1); R. da Saúde (1); R. de D. Júlia (1); R. de D. Manoel (1); R. de São Lourenço (1); R. de São José (1); R. do Bom Fim (1) R. do Cano (1); R. do Cunha Barbosa (1); R. do Machado (Coelho?) (1); R. do Matoso (1); R. do Porto (1); R. do Regente (1); R. do Riachuelo (1); R. do Senhor dos Passos (1); R. do Visconde de Itaúna (1); R. dos Barbonos (1); R. Mata-cavalo (1); R. Saldanha Marinho (1); R. São Clemente (1); R. Sete de Setembro (1); R. Santa Rosa (1); Rocio Pequeno

espaços da cidade. Com exceção de 18 pessoas, que não foram identificadas (6), declaradas sem moradia (5) ou residindo a bordo de embarcações (7), os demais, isto é, 171 pessoas, residiriam nos espaços da cidade³⁷⁰.

Resumidamente, têm-se o seguinte panorama demográfico/espacial dos detentos:

Tabela 33: Detentos x moradia (acima de 3)

Moradia	Nº	%
R. da Alfândega	3	1,59
R. da Misericórdia	3	1,59
R. do Sabão	3	1,59
R. dos Andradas	4	2,12
R. da Lampadosa	4	2,12
R. da Princesa	4	2,12
R. das Violas	4	2,12
R. de São Pedro	4	2,12
R. São Cristóvão	4	2,12
R. de Dona Felicidade	5	2,65
A bordo	7	3,70
R. da Imperatriz	7	3,70
R. do Hospício	8	4,23
R. Larga de São Joaquim	8	4,23
R. do Príncipe	28	14,81
Outros ³⁷¹	93	49,21
TOTAL	189	100

Observando os dados anteriores dispostos na TABELA 33 verificam-se situações como a apresentada pela Rua do Príncipe que, individualmente, concentra a maior parte dos detentos (28), sendo seguida na segunda colocação pelas Ruas Larga de São Joaquim (8) e do Hospício (8) que, somadas, não conseguem atingir a primeira. Outro aspecto importante demonstrado é o de que os locais que apresentam de 1 a 2 indivíduos somam 84 pessoas (47,09%), sendo, portanto, mais comuns que os compreendidos entre 3 e 8 indivíduos, cujo somatório é de 64 pessoas (33,88%). Sendo assim, conclui-se que o grande número de locais da cidade presentes nos documentos policiais indica que o “motim” se tratou de um movimento geograficamente amplo. Acrescida esta informação aos dados vistos

(1); Travessa Partilhas (1); Vila Isabel (1); Campo da Aclamação (2); Ponta do Caju (2); R. da Ajuda (2); R. da Alcântara (2); R. da Prainha (2); R. de São Diogo (2); R. de São Leopoldo (2); R. do Bom Jardim (2); R. do Catetê (2); R. do General Pedra (2); R. do Ourives (2); R. do Resende (2); R. do Sacramento (2); R. do Senado (2); R. Formosa (2); R. Visconde de Rio Branco (2); Rio Comprido (2); R. da Alfândega (3); R. da Misericórdia (3); R. do Sabão (3); R. dos Andradas (4); R. da Lampadosa (4); R. da Princesa (4); R. das Violas (4); R. de São Pedro (4); R. São Cristóvão (4); Ilegível (4); Não tem (5); R. de D. Felicidade (5); A bordo (7); R. da Imperatriz (7); R. do Hospício (8); R. Larga de São Joaquim (8); R. do Príncipe (28).

³⁷⁰ Os espaços da cidade mencionados referem-se tanto a freguesias urbanas, a maioria absoluta, quanto as freguesias rurais. As freguesias serão mais bem analisadas a seguir.

³⁷¹ A categoria “outros” representa o somatório de logradouros com 1 a 2 indivíduos (84), adicionado dos “sem moradia” (5) e daqueles que não foram definidos os locais de moradia (4).

anteriormente, verifica-se que o “motim” representou um fenômeno étnico, social e culturalmente variado.

Ainda sobre a questão espacial, a localização destes logradouros nos espaços da cidade revela mais alguns pontos interessantes sobre os personagens desta história, como poderá ser verificado através da tabela abaixo.

Tabela 34: Freguesias e detentos³⁷²

Freguesia	Nº	%
Lagoa	1	0,61
Engenho Velho	4	2,42
Glória	5	3,03
Espírito Santo	8	4,85
Santo Antônio	10	6,06
S. Cristóvão	11	6,67
Candelária	12	7,27
São José	14	8,48
Santa Rita	21	12,73
Sacramento	23	13,94
Santana	56	33,94
Total³⁷³	165	100

O primeiro aspecto notado através dos dados acima está relacionado ao elevado número de pessoas residentes na freguesia de Santana (56), que supera, individualmente, qualquer outra freguesia indicada nas informações da TABELA 34. Em seguida, observamos algumas desigualdades entre as demais freguesias, sobretudo em relação às de Sacramento (23) e de Santa Rita (21), que, sozinhas, representam 26% do total. Se forem somadas à de Santana, o total encontrado é de 60% de todos os presos com moradia indicada, ou seja, que das 11 freguesias observadas, apenas 3 concentram mais da metade dos indivíduos que teriam participado dos protestos de rua.

Através dos dados da tabela pode ser percebido que há um predomínio de “freguesias urbanas”³⁷⁴, em sua maioria, próximas ao núcleo central mais antigo – Candelária. Dadas as

³⁷² Como os livros de matrícula não mencionam as freguesias em que se encontravam os logradouros mencionados, foram utilizadas duas obras para mapear a localização dos detentos: SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965 e BERGER, Paulo. *Dicionário histórico das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

³⁷³ Este total não coincide com o número de detentos (189) devido à dificuldade em precisar a freguesia de alguns dos detentos avaliados (13), a ausência de moradia (5), a incompreensão do local indicado (5), e, por fim, ao não fornecimento de tal informação (1).

³⁷⁴ Dentre as freguesias apresentadas pelos dados prisionais dos dias 1 e 3 de janeiro de 1880, apenas a da Lagoa é considerada uma “freguesia rural” para os padrões do período. Para mais detalhes, ver: SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

características gerais apresentadas pelas freguesias urbanas³⁷⁵, estas pessoas compartilhavam experiências sociais marcadas por “dimensões urbanas”, o que, para o período, significaria conviverem em grandes aglomerações populacionais³⁷⁶, quer seja nas ruas e espaços públicos de um modo geral, quer seja em seus locais de moradia, como as habitações coletivas³⁷⁷, em que as interações sociais seriam dinâmicas e fluídas contribuindo assim para o estabelecimento de um maior número de laços afetivos (positivos ou não) ou profissionais, estimulado pelo grande fluxo de pessoas que migravam de outras regiões para a capital do Império, sobretudo a partir da década de 1870.

Partilhando espaços de trabalho e lazer na maioria das vezes comuns, os habitantes destas freguesias construiriam neles suas experiências de vida, constituindo família, estabelecendo laços de amizade e de inimizade, compartilhando interesses em comum, enfim, construindo ambientes de convívio social em conjunto com outras pessoas, com as quais poderiam constituir grupos específicos. Para além de uma questão *sui generis*, estes laços sociais construídos significariam ainda a configuração de pontos de apoio em momentos de

³⁷⁵ Conforme observado no Capítulo 1, as freguesias urbanas (divididas neste trabalho de “periféricas” e “centrais”) apresentariam as maiores densidades populacionais, concentrando, por conseguinte, a maior parte da população da cidade. Este fato leva a conclusão de que nestes espaços os contatos sociais cotidianos seriam mais variados e complexos do que nas freguesias rurais, em que há uma dispersão maior pelo seu mais vasto território. Além disso, dadas as suas características econômicas, as freguesias urbanas concentravam grande parte do comércio e das atividades manufatureiras, assim como o setor de “serviços”, o que, tornaria a região mais atrativa do ponto de vista das oportunidades de trabalho e negócios.

³⁷⁶ Segundo Eric J. Hobsbawm, o termo “cidade”, em meados do século XIX, é sinônimo de “superpovoamento” e de “cortiço”, pois, “quanto mais rápido a cidade crescesse, pior era a superpopulação”. Ainda sobre este assunto, Hobsbawm afirma que “apesar da reforma sanitária e do pequeno planejamento que ali havia, o problema da superpopulação talvez tenha crescido neste período sem que a saúde ou a taxa de mortalidade tenham melhorado, se é que não pioraram de fato. As maiores e dali em diante contínuas melhorias nesse setor só começaram a ocorrer no final de nosso período.” HOBBSAWM, E. J. **A era do capital**. São Paulo, Paz e Terra, 2004, p. 295-6. Para uma observação mais centrada na cidade do Rio de Janeiro entre anos de 1870 e 1880 ver a próxima nota.

³⁷⁷ Segundo Sidney Chalhoub, o fenômeno das “habitações coletivas” foi ocasionado pelo intenso processo migratório observado na Corte na segunda metade do século XIX. Para Sidney, “com o agravamento da crise habitacional nas décadas de 1870 e 1880 – devido à migração interna e a chegada de imigrantes, principalmente portugueses destinados ao setor comercial da capital -, a densidade populacional nos cortiços parece ter aumentado ainda mais. Imigrantes portugueses e negros – crioulos ou africanos; escravos vivendo “sobre si”, libertos e livres – dividiam democraticamente, mesmo que nem sempre de forma pacífica, os cortiços (...) que continuavam a proliferar na cidade.” CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 88-9. Da mesma forma, as pessoas que habitavam estes locais, e as experiências traduzidas por eles em seus espaços, contribuiriam não só para a construção de dimensões de luta e identidade, como no caso dos libertos e escravos, apontados por Sidney, como também serviriam às “ideologias” de dominação de classe, como a higienista, por exemplo, para a criação de tipologias como a de “classes perigosas”, cuja característica principal seria a de tornar sinônimas as expressões “pobres” e “viciosas”, afirmando que os pobres são, por definição, perigosos. Idem, p. 20-29. O historiador Carlos Eugênio identifica aspectos similares ao analisar as maltas de capoeira na cidade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, que serviriam, juntamente com os locais de convívio social como as moradias e os espaços públicos, para a construção de laços entre setores de imigrantes livres e a população negra (escrava ou liberta). Em suas palavras, os imigrantes “compartilhavam vários nichos com a população negra, tanto os físicos, como os cortiços e zungus, quanto os simbólicos e puramente culturais, como roupas, crenças, hábitos, numa rica simbiose.” SOARES, Carlos Eugênio Libano. **A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: SMC/DGDI, 1994, p. 107.

dificuldades, através dos quais estas pessoas teriam maiores possibilidades de sobrevivência num espaço muitas das vezes hostil aos setores populares.

Observar circunstâncias como estas apontadas acima não é uma tarefa muito difícil para o presente trabalho, pois o período histórico abordado nele é justamente marcado por momentos de dificuldades em que os laços sociais apontados poderiam ser avaliados. Além do que, a questão espacial parece favorecê-los, ao permitir uma aproximação entre os detentos pela proximidade geográfica experimentada por muitos deles, seja no local de sua moradia, seja no local de trabalho, que também é bem provável.

Por fim, avaliar fenômenos sociais como estes pode ajudar a entender um pouco do complexo universo sociocultural da cidade e, por fim, compreender a agência histórica destas pessoas ao se envolverem num confronto aberto com as autoridades. Embora a questão espacial seja necessária a compreensão buscada, ela não é suficiente para elucidar todas as possibilidades sobre a questão das relações sociais. Para isso, a análise vai avançar um pouco mais sobre os dados dos livros de matrícula, contemplando uma peça igualmente fundamental deste quebra-cabeça, a questão profissional.

Como observado na série anterior, os dados sobre a profissão dos detentos também apresentam uma variedade muito grande, pois, através deles foram identificadas nada menos que 43 profissões diferentes, distribuídas entre os 189 detentos. As profissões são as seguintes: *Aparelhador (1), Barbeiro (1), Calafate (1), Carteiro (1), Charuteiro (1), Cigano (1), Cobrador (1), Condutor (1), Encadernador (1), Engenheiro (1), Escrevente (1), Foguista (1), Lavadeira (1), Lustrador (1), Maquinista (1), Vidraceiro (1), Calceteiro (2), Caldeireiro (2), Carregador (2), Copeiro (2), Limador (2), Marceneiro (2), Marmorista (2), Não identificado (2), Pescador (2), Chapeleiro (3), Estivador (3), Ferreiro (3), Pintor (3), Servente (3), Alfaiate (4), Ganhador (4), Padeiro (4), Marítimo (5), Cigarreiro (6), Cocheiro (6), Sapateiro (6), Marinheiro (7), Carpinteiro (8), Carroceiro (9), Caixeiro (10), Cozinheiro (13), Trabalhador (53)*. O número de pessoas que não tiveram suas profissões declaradas ou não apresentavam nenhuma por ocasião de sua prisão era mínima, é pouco relevante, não passando de 3 no total³⁷⁸.

Organizando uma tabela com base nas profissões com maior incidência (igual ou superior a 4 casos) têm-se o seguinte quadro:

³⁷⁸ Estes números referem-se aos detentos José Antônio da Costa Júnior, brasileiro, natural do Rio de Janeiro, preso no dia 1º de Janeiro (Matrícula n.º 59, página 210, frente); José Luiz da Costa, português, natural do Porto, preso no dia 1º de Janeiro (Matrícula n.º 67, página 212, frente); e Antônio Elisio (ou Antônio Eliseodasa, como se declarou), brasileiro, natural de Minas Gerais, preso no dia 2 de janeiro (Matrícula n.º 112, página 223, verso). **Livros de Matrícula da Casa de Detenção da Corte, Livres e Libertos**. APERJ – Notação 14, n.º original 3965.

Tabela 35: Ocupações dos detentos (acima de 4)

Ocupação	Nº	%
Alfaiate	4	2,12
Ganhador	4	2,12
Padeiro	4	2,12
Marítimo	5	2,65
Cigarreiro	6	3,17
Cocheiro	6	3,17
Sapateiro	6	3,17
Marinheiro	7	3,70
Carpinteiro	8	4,23
Carroceiro	9	4,76
Caixeiro	10	5,29
Cozinheiro	13	6,88
Outros	53	28,04
Trabalhador	54	28,57
TOTAL	189	100,00

Uma questão, aliás, fundamental, que estes números ajudam a identificar é a que se trata de um movimento composto essencialmente, e, por que não, exclusivamente por trabalhadores, o que significa dizer que, em maior ou menor medida, tais pessoas vendiam sua força de trabalho em troca de ganhos (contínuos ou esporádicos) que lhes permitissem seu sustento e de sua família, caso a tivessem. Deste modo, dentro de um universo social e cultural bastante amplo apresentado pela cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, estas pessoas representaram uma parcela específica de seus habitantes cuja posição social, econômica e cultural e as experiências históricas específicas fizeram com que partilhassem dos mesmos fenômenos históricos observados no período. No entanto, os dados arrolados indicam pontos específicos destes “trabalhadores”.

Observando cada uma dessas profissões, percebe-se que cada uma delas representa a execução de atividades específicas, ligadas a áreas mais gerais tais como a do comércio, de serviços, de processos produtivos, industriais ou não, o que leva a crer que se trata de um evento verdadeiramente amplo e variado. Esta diversidade se manifesta não só através da quantidade de profissões diferentes apresentadas, como também pelas gradações que as mesmas apresentam entre si, indo desde ocupação com apenas 1 representante (17) até aquelas que chegam a números de 13 pessoas. No entanto, o termo “trabalhador”, utilizado para designar 28,57% dos detentos, permanece envolto em mistério, pois não foi possível, a

partir dos registros prisionais, determinar com clareza que profissões estariam circunscritas a ele. O que não significa dizer que estes dados não possam ser parcialmente decifrados ou, ao menos, que sejam sugeridas hipóteses sobre eles. Para isso, é necessário que se retorne para a situação do mercado de trabalho no Rio de Janeiro da década de 1870 analisados no Capítulo 1 deste trabalho.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, um dos fenômenos observados no período estudado foi o de um aumento da complexidade das relações de trabalho, ligadas, em grande parte, ao surgimento de novas ocupações (e, aliado a elas, novos nichos de exploração econômica), muitas das quais sequer contempladas pelos instrumentos estatísticos oficiais. Pegando o exemplo do recenseamento de 1872 no qual são listadas diversas profissões, divididas em categorias maiores (Liberais, Indústria e Comércio, Manuais ou Mecânicas, Agrícolas, Assalariados entre outros), observa-se um esforço dos pesquisadores em lidar com uma realidade ocupacional complexa, que, todavia, impõe limites a capacidade estatística de contemplá-la. Este fato pode ser notado com maior clareza se forem observados os indivíduos classificados como “sem profissão”, que indicam um total impressionante de 92.106 pessoas. Conforme vimos no primeiro capítulo, o termo – “sem profissão” – é não só genérico demais, como também é enganoso, pois, o mesmo indicaria que, de uma população total de 274.972 pessoas, registradas pelo recenseamento de 1872, aproximadamente 33,50% estariam sem trabalho.

Deste modo, constatando certas incongruências entre o conceito escolhido para tratar esta grande parcela da população, a interpretação da historiadora Rebecca Bergstresser³⁷⁹ parece fazer bastante sentido, quando conclui que estes números, na realidade, estariam tentando lidar com uma realidade econômica complexa, marcada, em grande medida, pelo fenômeno do crescimento da “informalidade”, através do qual, milhares de pessoas estariam ganhando suas vidas executando as mais variadas atividades, e, provavelmente, mais de uma ao mesmo tempo, o que, por conseguinte, teria dificultado qualquer esforço estatístico respaldado em padrões formais de ocupação.³⁸⁰

Em certo sentido, ao observar-se tais circunstâncias, não fica difícil de imaginar que o termo “trabalhador” estaria designando justamente estas pessoas que executavam as mais diversas atividades econômicas, se virando como podiam para prover seu sustento e de suas famílias num momento marcado por crises financeiras. Por conseguinte, está-se lidando com

³⁷⁹ BERGSTRESSER, Rebecca Baird. **O movimento pela abolição da escravidão no Rio de Janeiro, 1880-1889**. Tese de Doutorado, Universidade de Stanford, 1987. Sobre a abordagem da questão levantada pela autora, ver o Capítulo 1 da presente análise.

³⁸⁰ Ver as páginas 88 a 91 do Capítulo 1.

um termo correlato à realidade econômica e ocupacional da cidade, inserida num contexto de crescimento demográfico acelerado e de falta de postos de trabalho no chamado “mercado formal”, enfim, um termo que aglutinaria uma variedade grande de pessoas diferentes.

Observando as especificidades destes 54 trabalhadores³⁸¹ talvez se obtenha mais algumas pistas sobre as identidades que o termo representa. Dividindo-os de acordo com a “cor” apresentada em suas fichas, temos uma maioria esmagadora de “brancos” (38), seguida por “pretos” (7), “pardos” (5), “morenos” (2) e “cabras” (2). Apesar da superioridade da primeira categoria sobre as demais, ela não anula uma característica deste grupo, o fato de apresentarem uma variedade étnica que, dadas as circunstâncias apresentadas pelo sistema escravista, os colocaria de alguma forma em contato com as experiências da escravidão. Se forem observadas as idades apresentadas pelos não-brancos, será constatada uma média aproximada de 27 anos de idade, com mínima de 18 e máxima de 40 anos.

Diante de tais circunstâncias, parece pouco provável que eles não tenham participado de alguma forma das experiências da escravidão, e, além disso, que suas participações teriam ocorrido de maneiras distintas, afinal, as diferenças etárias os colocariam diante de uma questão geracional, na qual as experiências históricas específicas que teriam marcado suas visões de mundo marcariam as suas perspectivas sobre o passado, o presente e o futuro. Estas diferenças geracionais se tornam mais evidentes se observarmos os casos de Salustiano Francisco de Souza Sampaio, “cabra”, brasileiro do Piauí, de 40 anos³⁸² e de João Baptista de Oliveira, “pardo”, brasileiro do Rio de Janeiro de 38³⁸³, que passaram por experiências específicas e conheceram um mundo bem diferente daquele que Honório Cristóvão Lourenço, “preto”, fluminense, 18 anos³⁸⁴ e Eugênio Santos, “pardo”, brasileiro de Campos, 20 anos³⁸⁵, estariam presenciando.³⁸⁶

³⁸¹ As fichas sobre os “trabalhadores” indicam as seguintes proporções e nacionalidades: 1 americano, 1 grego, 8 espanhóis, 21 brasileiros e 23 Portugueses. **Livros de Matrícula da Casa de Detenção da Corte, Livres e Libertos**. APERJ – Notação 14, n.º original 3965, páginas 195 (verso) a 250 (verso).

³⁸² Idem, n.º de matrícula 36, página 204 (frente).

³⁸³ Idem, n.º de matrícula 220, página 250 (verso).

³⁸⁴ Idem, n.º de matrícula 185, página 241 (verso).

³⁸⁵ Idem, n.º de matrícula 112, página 226 (frente).

³⁸⁶ Salustiano e João Baptista nasceram no início da década de 1840, quando o número de escravos era bem acentuado (conforme os dados dos censos) e, provavelmente, as possibilidades de aquisição de liberdade eram bem menores do que as observadas nas décadas de 1870-80. Afinal, as experiências de luta e as estratégias de liberdade dos escravos nesta última década contariam com uma tradição semeada pelas gerações anteriores, como as de Salustiano e de João, por exemplo, uma tradição que talvez não fosse tão forte ainda para a geração destes nas décadas em que ambos já estariam em idade produtiva, ou seja, por volta dos 18 anos. Em outras palavras, as possibilidades abertas aos escravos nas décadas de 1870 e, sobretudo, 1880, decorrentes da luta desempenhada por gerações anteriores de cativos, deveriam ser bem mais “motivadoras” que aquelas observadas nas décadas de 1840 e 1850, quando havia uma grande quantidade de escravos.

Observados os dados anteriores, tem-se uma situação interessante em que livres e libertos assumiram uma mesma identidade de trabalhador, exercendo ou não a mesma função, o que era comum ao período, e, por este motivo, partilhariam de experiências similares no mundo do trabalho, aproximando assim duas tradições específicas de trabalhadores, ou seja, dos egressos do cativo, ou de seus dependentes, e de trabalhadores livres europeus que migraram para o Brasil. O mundo étnico e culturalmente variado da Corte, criado por estes personagens, seria ele mesmo, um ambiente propício para a troca de experiências e, por que não, para o estreitamento de relações de pessoas aparentemente incompatíveis.

O livro de libertos e escravos destes três dias está repleto de exemplos como os observados acima, em que ex-escravos e livres de origens étnicas e geográficas variadas ocupavam as mesmas profissões no mercado de trabalho do Rio de Janeiro. Os sapateiros, por exemplo, apresentam uma situação similar a esta, em que são apresentadas 3 pessoas “brancas” (portugueses) e 3 pessoas “morenas” (2 brasileiros e 1 português). Ou ainda a profissão de cozinheiro, geralmente ligada à escravos, mas que, nas páginas avaliadas, era representada por 13 indivíduos, dos quais 9 eram “brancos” (1 alemão e 8 portugueses), 2 eram “pardos”, 1 era “cabra” e 1 era “preto” (todos brasileiros).

Mas as coincidências não param por aí. Se forem somadas a estas características as moradias dos prisioneiros, mais elementos de proximidade serão verificados, como no caso da lista de “trabalhadores” em que 14 deles moram na mesma rua, a Rua do Príncipe, localizada na Freguesia de Santana e, dentre estes, 4 no mesmo número. Assim, além do provável compartilhamento de experiências em comum no mundo de trabalho, estes personagens também dividem o mesmo teto, o que constituiria uma circunstância a mais para a construção dos laços sociais mencionados anteriormente. Exemplos como o anterior não se encerram com este caso, fato inclusive que pode ser vislumbrado através das tabelas 7 e 8 que tratam da localização espacial dos detentos. Partindo das mesmas, observa-se que diversas situações de proximidade são demonstradas, contribuindo para a criação de condições históricas favoráveis à troca de experiência entre pessoas até certo ponto diferentes – como no caso de escravos e ex-escravos de um lado, e de trabalhadores livres brancos, de outro.

O historiador Cláudio Batalha analisou algumas experiências históricas envolvendo os trabalhadores da Corte entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX³⁸⁷ e notou que, na virada da década de 1870 e 1880, foram criadas diversos organismos de

³⁸⁷ BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: Algumas reflexões em torno da formação da classe operária. **Cadernos AEL**, São Paulo – Campinas, Vol. 6, n.10/11, 1999.

representação de trabalhadores com o objetivo de melhorar as condições de vida e trabalho dos mesmos. Contudo, um fato interessante apontado por estas análises foi o de que estas organizações não teriam reduzido as suas atividades a uma dimensão mutualista³⁸⁸, aliás ponto comum aos estatutos elaborados no período. Na realidade, conforme observa Batalha, a incorporação de tal dimensão servia não apenas à questão de auxílio aos membros destas organizações, mas ainda funcionaria, “em grande medida”, como uma “fórmula encontrada pelos ofícios para constituírem organizações legais”³⁸⁹

Segundo o mesmo, haveria uma preocupação do Conselho de Estado em evitar que este tipo de organização assumisse uma conotação política mais direta, funcionando como um organismo de mobilização dos trabalhadores contra os patrões ou o governo³⁹⁰ ou, o que é pior, que assumisse uma conotação “racial”, e, por isso mesmo, política, em que escravos e libertos pudessem criar mecanismos de reivindicação da liberdade, por exemplo, numa sociedade escravocrata, ferindo os interesses dos proprietários, da economia do país ou mesmo do *status quo* defendido pela ideologia de “homogeneidade da nação”.³⁹¹ Contudo, todo este cuidado do governo não estaria ligado unicamente a questão da liberdade em si, mas as implicações políticas e ideológicas que uma organização de trabalhadores escravos ou ex-escravos pudesse ocasionar a um contexto marcado pelas lógicas de dominação senhorial, em processo de pulverização, lógicas essas que serviam como alicerce para a exploração dos trabalhadores, e para a própria manutenção dos mecanismos de dominação de classe.³⁹²

A localização de organizações desta natureza em um período muito próximo àquele que vem sendo analisado aqui tem um sentido especial, pois, permite que os *laços* mencionados sejam não só percebidos como possam ser observados com ramificações políticas e sociais bem mais complexas, construídas pelos trabalhadores da cidade. Na realidade, ao evocar a análise de Batalha e Chalhoub sobre as tentativas de criação de mecanismos de representação têm-se em mente recuperar um pouco das dimensões políticas

³⁸⁸ Idem, p. 56.

³⁸⁹ Idem, p. 57.

³⁹⁰ Idem, p. 56. Cláudio Batalha chama a atenção para o fato de que a autorização de funcionamento da Liga Operária, organização de trabalhadores fundada no Rio de Janeiro em 1870, só foi permitida pelo Conselho de Estado após a supressão de uma cláusula do estatuto que defendia a idéia de que ela atuaria como a “representante dos vários ofícios nela presentes”. Este fato indica para um temor de que este tipo de organização pudesse funcionar como um instrumento político nas mãos dos trabalhadores organizados.

³⁹¹ Uma conclusão similar foi defendida de forma mais específica por Sidney Chalhoub, ao considerar que haveria um sentido político oculto nos argumentos protocolares utilizados pelo Governo Imperial, através da ação do Conselho de Estado ao negar a permissão de funcionamento a duas organizações de trabalhadores afro-descendentes, como é o caso da “Sociedade de Beneficência da Nação Conga Amiga da Consciência” e da “Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor” no mesmo ano, em 1874. Para mais detalhes sobre este assunto, ver: CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 240-9.

³⁹² Idem.

dos trabalhadores envolvidos no motim, e, através disso, entender seus motivos. Além disso, não é mera coincidência o fato de que organizações como a Liga Operária se manifestaram contra às medidas orçamentárias do governo, que além de ampliar a carga tributária, realizou cortes nas verbas para setores como o da educação³⁹³. Este elemento-surpresa quase passa despercebido pelas páginas dos periódicos nos meses finais do ano de 1879, embebidas nas disputas acerca do imposto dos transportes.

A participação de órgãos de trabalhadores na conturbada conjuntura final de 1879 somada a presença de um grande número de trabalhadores nas manifestações de rua que levaram aos confrontos de janeiro do ano seguinte sugerem algumas implicações interessantes para a compreensão que está-se tentando construir. O próprio Batalha indica exemplos de associações de trabalhadores que não restringiram sua atuação à prestação de auxílio financeiro a seus associados, como no caso da Liga Operária, atuante na década de 1870, oferecendo atividades de “formação profissional, educação tradicional, busca de colocação dos associados no mercado de trabalho”, entre outros³⁹⁴, ou mesmo o caso emblemático da Associação de Tipógrafos Fluminense que, fundada em 1853, teve um papel de destaque na greve de 1858 que paralisou três jornais da cidade, considerada como a primeira greve operária do Brasil.³⁹⁵ Nestes termos, a tradição de atuação dos trabalhadores e seus organismos de representação na cidade do Rio de Janeiro são pouco assimétricos, apresentando exemplos de atuação variada buscando melhorar as condições dos trabalhadores, quer seja através da oferta de serviços, quer seja pela ação direta contra o empregador.

Mais uma questão apresentada neste momento pode ser observada a partir das manifestações de alguns trabalhadores da cidade em sua busca por direitos junto ao governo contra seus patrões, como é o caso dos caixeiros, que, durante os meses finais do ano de 1879, teriam expressado em jornais da cidade seu descontentamento com as dificuldades pelas quais estariam passando e, através desta estratégia, visavam angariar o apoio necessário para ampliar seu tempo de descanso aos domingos e dias santos.³⁹⁶ Os recursos às autoridades seriam, na realidade, uma estratégia específica dos caixeiros que, com o apoio da imprensa,

³⁹³ Este elemento será recuperado mais adiante quando serão tratados outros aspectos do Orçamento Geral do Império e as críticas levantadas ao mesmo.

³⁹⁴ BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: Algumas reflexões em torno da formação da classe operária. **Cadernos AEL**, São Paulo – Campinas, Vol. 6, n.10/11, 1999, p. 57.

³⁹⁵ Idem, *ibidem*.

³⁹⁶ Estas manifestações podem ser encontradas no *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias* e *Gazeta da Noite* entre os meses de novembro e dezembro de 1879 sob o título de “fechamento das portas”. Algumas delas, inclusive, se dirigem ao Conselho de Estado, recorrendo a uma intervenção do mesmo, ora a favor dos trabalhadores (direcionadas pelos caixeiros), ora a favor dos proprietários de estabelecimentos comerciais (direcionadas pelos patrões).

poderiam realizar protestos e defender seus interesses buscando para isso o respaldo legal ao qual seus patrões seriam, ao menos em tese, “obrigados” a obedecer.

Segundo a historiadora Fabiane Popinigis, é a partir das atitudes em torno da questão do “fechamento das portas” que os conflitos que marcavam o mundo do trabalho dos caixeiros, antes restritos aos “interiores das casas e/ou das lojas comerciais, começam a ganhar as ruas” e situações anteriormente “individuais tomavam um aspecto reivindicativo e coletivo”.³⁹⁷ Assim, pelo menos neste momento, estes conflitos teriam assumido uma nova dimensão, ganhando maior “publicidade” e, por isso, ocasionando uma maior mobilização, não apenas dos maiores interessados, os caixeiros, como também da própria imprensa e de seus patrões, preocupados em evitar que o movimento que estaria sendo construído pudesse tornar as pretensões de seus empregados em direitos, pois, através disso, teriam os seus próprios interesses prejudicados.

A situação anterior se torna mais clara se atentar-se para o fato de que, ao se tornar um direito garantido por lei, a redução das horas de trabalho almejada pelos profissionais do comércio não poderia ser revogada pelos patrões, o que, por sua vez, reduziria o poder de negociação do empregador diante do empregado. Além disso, caso a mobilização destes trabalhadores obtivesse sucesso, ela ainda representaria em suas perspectivas uma experiência positiva na luta contra a exploração sofrida pelos mesmos no mundo do trabalho e, por conseguinte, poderia ser utilizada novamente como estratégia de negociação por melhores condições de trabalho. Como é de se imaginar, este tipo de conclusão não escapou aos horizontes de patrões e empregados, o que, por fim, desdobrou-se numa situação de disputas entre ambas as partes, recorrendo ao poder público e à imprensa, buscando, cada qual ao seu modo, sensibilizar e convencer de que suas posições eram as mais genuínas e morais.³⁹⁸

Através da experiência anterior e das reflexões sobre organizações de trabalhadores na Corte do período foram apontadas algumas condições geradas pelos trabalhadores da cidade na segunda metade do século XIX. No caso específico da virada de 1870 e 1880, observou-se, de forma resumida, a construção de estratégias pelos trabalhadores em sua busca por conseguir melhorias dentro e fora do ambiente de trabalho, como, por exemplo, no caso dos caixeiros. Esta questão poderia ser vista, inclusive, através de organizações como a Liga

³⁹⁷ POPINIGIS, Fabiane. As sociedades caixeiras e o “fechamento das portas” no Rio de Janeiro (1850-1912). **Cadernos AEL**, São Paulo – Campinas, v.6, n. 10/11, 1999.

³⁹⁸ Estas disputas foram expressas nos jornais da cidade, como o *Jornal do Comércio*, a *Gazeta de Notícias* e a *Gazeta da Noite*, que publicaram as cartas dirigidas aos seus escritórios por empregados do comércio e comerciantes. Em seu levantamento de fontes, Luciana Popinigis observa a mesma situação através da documentação do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, nos códices “Fechamento das Portas” e “Fechamento das Casas Comerciais”. POPINIGIS, Op. Cit., p. 113. Ver especialmente as notas 3 e 5 do trabalho desta historiadora.

Operária, que no mesmo período teria buscado maneiras de proporcionar maiores possibilidades a seus associados, contribuindo para o “desenvolvimento” educacional e para a garantia de melhores postos de trabalho. Esses elementos, por sua vez, sugerem que se estaria diante de um contexto marcado por mobilizações de pessoas, trabalhadores, como visto, que tomaram parte nas questões dos protestos do “vintém” e alhures. De alguma forma esses trabalhadores dariam sua própria contribuição ao movimento que levou aos protestos de rua, para além de uma simples reação automática a estímulos de natureza econômica, como no caso da elevação do imposto dos transportes, por exemplo.

Embora a conclusão anterior não solucione, em absoluto, as questões sobre o envolvimento de pessoas das mais variadas profissões nos eventos de janeiro, ao menos permite indicar questões a respeito de aspectos da realidade econômica e social das pessoas indicados nas páginas dos registros prisionais, e, conseqüentemente, auxilia na interpretação de suas vidas, na observação de seus dramas e de suas expectativas, e que, por fim, permite avaliar possíveis “combustíveis” para a mobilização e para a ação políticas. E é a partir destes componentes que vai-se tentar desvendar os sentidos do motim, tarefa essa que entra em uma nova etapa no próximo tópico, em que serão avaliadas as possíveis circunstâncias que teriam conectado os manifestantes identificados nas páginas anteriores às experiências de protesto.

Entretanto, antes de adentrar definitivamente neste campo de possibilidades, serão verificados os dados fornecidos pelos livros de matrícula dos detentos escravos, pois, será através deles, que algumas das características dos participantes do motim poderão ser relacionadas e avaliadas. Ao próximo livro!

*Os detentos escravos*³⁹⁹

O primeiro aspecto a ser notado sobre os registros de detentos escravos é o de que a sua participação teria sido pouco expressiva⁴⁰⁰ se comparada à dos não-escravos, afinal, se nas páginas do livro de livres e libertos podem ser contemplados 222 detentos, entre os dias 1º e 3 de Janeiro de 1880, o mesmo não ocorre no de escravos, que apresenta apenas 20 detentos, no mesmo período.

³⁹⁹ **Livro de Matrículas da Casa de Detenção da Corte, Detentos Escravos.** APERJ – Notação 13, n.º original 5454, dias 1º a 4 de janeiro de 1880.

⁴⁰⁰ O historiador Carlos Eugênio Líbano Soares fez esta observação no seu livro **A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: SMC/DGDI, 1994. Vale ressaltar que Soares foi o primeiro a tecer algumas considerações sobre as detenções no período do motim, embora esse não fosse o objeto de seu trabalho.

Dos 20 detentos citados acima, somente dois indivíduos tiveram sua causa da prisão relacionada diretamente a este assunto, como é o caso de Leocardio⁴⁰¹, copeiro, escravo de Manoel J. Pires Labaneo Braga, e de Jacinto “crioulo”⁴⁰², trabalhador, escravo de Luiz Guilherme.

Não obstante, se for utilizado o mesmo critério aplicado na análise dos não-escravos, isto é, menos restrito de classificação dos detentos de acordo com a causa da prisão, o número de envolvidos pode chegar a 10, pois, além dos motivos referidos anteriormente, verificou-se ainda que algumas detenções estariam relacionadas à desordem e embriaguez (4) e outros sequer teriam sido mencionados (4).

A falta de menção à causa da detenção parece ser um elemento recorrente às detenções destes dias, pois este tipo de circunstância foi igualmente observado nas páginas do livro de livres e libertos, representando, inclusive, a situação mais observada nestes registros⁴⁰³. Deste modo, uma mesma característica (a ausência do motivo da detenção) funcionaria como um fator de aproximação entre os prisioneiros, escravos ou não, para além do fato de terem sido aprisionados nos mesmos dias e, diga-se de passagem, em circunstâncias até certo ponto suspeitas. Tais circunstâncias que, *a priori*, estariam conectadas ao motim, sugerem algumas interrogações que limitam o avanço da análise.⁴⁰⁴

Deixando de lado algumas destas interrogações e concentrando as atenções nos dados fornecidos mais diretamente pela documentação, pode-se observar as seguintes circunstâncias. Em primeiro lugar, que dos 11 detentos mencionados, 10 teriam nascido no Brasil e, apenas 1 teria nascido fora do país, mais precisamente na “Costa da África”. Seguem os dados a este respeito:

Tabela 36: Detentos escravos - origem geográfica

Natural.	Nº	%
Alagoas	1	9,09
Costa	1	14,29
Bahia	2	18,18
Rio de Janeiro	7	63,64
TOTAL	11	100

⁴⁰¹ **Livros de Matrícula, Detentos Escravos**, Matrícula n. 10, página 143 (verso).

⁴⁰² Idem. Matrícula n. 19, página 145 (frente).

⁴⁰³ Conforme indicado pelos registros do Livro de Livres e Libertos dos dias do “motim”, 40% dos detentos não apresentavam a causa da prisão.

⁴⁰⁴ Esta questão será guardada para a próxima etapa desta análise, em que as causas das prisões, e alguns silêncios relacionados a elas, bem como as circunstâncias em que elas foram indicadas serão avaliadas à luz de certos interesses em choque por ocasião do motim.

Desse modo, os detentos cativos “nacionais” eram naturais de 3 regiões principais, Alagoas, Bahia e o Rio de Janeiro. Se estes dados forem comparados àqueles apresentados pelos detentos não escravos (ver TABELA 31), notaremos uma primeira similaridade entre estes dois tipos de detentos, manifestada através da existência de um elevado número de pessoas provenientes especificamente destas três províncias (Rio de Janeiro, Alagoas e Bahia). Além disso, elas apresentam ainda a maior concentração de detentos em cada um dos dois grupos, 38 de 68 (livres e libertos) e 10 de 11 (escravos). Assim, em ambos os casos, pode ser constatada uma forte presença de pessoas de outras regiões do Império, e, no caso específico dos escravos, do Rio de Janeiro e de duas províncias do Norte (Bahia e Alagoas).

Observando a idade dos detentos “naturais” de regiões do Norte, entre 38 e 41 anos, é muito provável que eles tenham participado do tráfico interprovincial, sendo comercializados ao Rio de Janeiro no auge de sua idade produtiva. Como visto no primeiro capítulo, os processos migratórios forçados se tornariam comuns na segunda metade do século XIX, quando o fornecimento de mão-de-obra proveniente do tráfico atlântico apresentava sinais de desgaste num momento em que a economia cafeeira se expandia. Já os detentos “naturais” do Rio de Janeiro, com idades entre 17 e 36 anos, não teriam tomado parte na mesma experiência, mas faziam parte de um mundo em que ela existia e marcava (ou teria marcado) as vidas de muitas pessoas que tinham pontos em comum com eles.

Da mesma forma, o quadro apresentado pelas pessoas classificadas como “pardas” (18), “morenas” (16) e “pretas” (17) na lista de detentos livres, com idades que variavam de 14 até 43 anos, apresentariam alguns exemplos em potencial para o fenômeno demográfico sugerido anteriormente, com a diferença de que seriam, desde um certo momento, libertos. Um ponto importante é o de que está-se lidando com indivíduos com características muito similares, que, num contexto de multiplicidade étnica, social e cultural como o da Corte, poderiam possibilitar a criação de vínculos, emocionais, sociais, culturais, etc., entre estes indivíduos, permitindo a criação de estratégias de sobrevivência e de luta em momentos de adversidades.⁴⁰⁵

⁴⁰⁵ A historiografia da escravidão tem demonstrado nos últimos anos algumas dimensões de convívio social entre escravos, libertos e livres que contribuem para uma leitura mais complexa sobre as relações cotidianas destes indivíduos ou grupos de indivíduos. A construção de laços de afetividade e rivalidade são efeito e causa de tais dimensões, pois se inserem nas experiências históricas concretas construídas por estes agentes em seus contatos constantes no mundo da escravidão através de suas dimensões concretas e simbólicas, dentro e fora do mundo do trabalho. As aproximações que vêm sendo estabelecidas entre esta historiografia e a historiografia do trabalho nos últimos anos têm ajudado nestas leituras, contribuindo, inclusive, para a superação de “barreiras” entre trabalhadores livres e escravos, o que, em grande medida vem em auxílio a análise da formação da classe trabalhadora da cidade do Rio de Janeiro.

Concentrada a atenção neste último aspecto, um outro elemento importante que pode ser constatado é o de que há mais elementos em comum entre estas pessoas, para além de sua origem geográfica ou sua conexão com as experiências do cativo. Avaliando as ocupações dos detentos escravos mais uma evidência parece apontar para a hipótese dos vínculos interpessoais.

Tabela 37: Detentos escravos - ocupação

Ocupação	Nº	%
Copeiro	1	9,09
Cozinheiro	2	18,18
Pedreiro	4	36,36
Trabalhador	4	36,36
TOTAL	11	100

Verificando os dados acima, consegue-se observar que as mesmas categorias profissionais observadas entre os detentos livres e libertos podem ser identificadas entre os escravos. Obviamente que há diferenças numéricas gritantes entre os dois grupos, mas isto não anula os esforços de demonstrar um possível compartilhamento de elementos culturais através das experiências do mundo do trabalho. Se, na pior das hipóteses, estas pessoas não se conheciam, o que é pouco provável, devido a importância das relações interpessoais num local como a cidade do Rio de Janeiro, ao menos hipoteticamente elas poderiam partilhar entre si práticas, concepções, expectativas comuns, forjadas no cotidiano de seus espaços de trabalho e de convívio diário⁴⁰⁶. O fato de uma pessoa ter sido escrava, ou ser um imigrante europeu, pode não ser a única questão importante na história de muitas destas pessoas, mas, com certeza, estas experiências teriam marcado de alguma forma as suas vidas. Além disso, a forma como estas experiências específicas seriam desdobradas nos espaços de convívio social da cidade contribuiriam, junto a outros elementos, para a construção de laços culturais entre pessoas aparentemente dissociadas.

A importância de perceber-se esta questão para compreender um pouco das histórias destas pessoas talvez possa ser mensurada pelo fato de que elas estariam partilhando de um momento histórico comum, marcado por problemas sociais, econômicos e políticos sérios,

⁴⁰⁶ Os espaços de convívio social partilhados por pessoas livres, libertas ou escravas no Rio de Janeiro do século XIX são variados, podendo ser exemplificadas através das habitações coletivas (ocupadas por imigrantes pobres, escravos e libertos) ou mesmo dos locais de trabalho que seriam palcos não só para disputas por postos de trabalho, mas também para o estabelecimento de estratégias de luta coletiva. Segundo o historiador Marcelo Badaró, os trabalhadores da cidade na segunda metade do século XIX, “fossem eles escravos ou livres, compartilhavam não apenas os ambientes de trabalho urbanos, como também modelos de espaço de organização, bem como estratégias de luta e resistência às formas de exploração a que estavam submetidos.” MATTOS, Marcelo Badaró. MATTOS, M. B. Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 12, 2004, p.1.

conforme visto⁴⁰⁷, e, a partir dele, estariam estabelecendo suas próprias estratégias para superar as dificuldades geradas por ele.

Estas questões ajudam a explicar, em parte, porque os escravos Leocárdio e Jacinto, citados anteriormente, participariam das manifestações de rua dos dias iniciais de Janeiro, o primeiro “provocando o povo sobre o imposto”⁴⁰⁸ e o segundo promovendo “desordem e danos nos bondes da companhia de São Christovão”⁴⁰⁹. Atitudes partilhadas com outras pessoas, não escravas, presentes ao mesmo protesto, como é o caso de João Francisco da Silva, trabalhador, branco, brasileiro, natural do Rio Grande do Sul, preso por “provocar o povo contra o imposto”⁴¹⁰, Luiz José Pinto, moreno, carregador, brasileiro de Alagoas, preso por promover “desordem e agredir a força pública”⁴¹¹, Eugênio Santos, trabalhador, pardo, brasileiro de Campos, preso por “desordem e danos aos bondes”⁴¹², José Cyrillo de Oliveira, cigarreiro, pardo, brasileiro, preso por “tentar lançar fogo em um bond”⁴¹³, dentre outros.

Os exemplos de participação ativa nos protestos são inúmeros e cortam horizontalmente os vários detentos presentes, sejam eles livres, libertos ou escravos, unindo-os na mesma situação através das experiências de protesto mediante os quais estariam lutando por interesses parecidos e, possivelmente, contra um adversário em comum. Com relação aos interesses e adversários destes personagens, os capítulos anteriores forneceram algumas pistas que servem como pontos de partida. Basta que sejam lembradas as dificuldades pelas quais estaria passando o conjunto da população, inseridas numa situação econômica crítica, marcada pela elevação dos preços e aumento do desemprego, e de uma situação política delicada assinalada pela falta de sensibilidade governamental em dialogar com os setores atingidos pela crise, aumentando a carga tributária e apresentando pouca ou nenhuma permissividade com relação às manifestações de rua. Embora estes poucos aspectos pareçam suficientes para a deflagração de uma revolta de grandes proporções, as evidências vistas nesta primeira etapa demonstram ainda outros caminhos que podem levar às motivações dos revoltosos. E é em busca disso que será iniciada a próxima etapa deste capítulo.

⁴⁰⁷ Observar os Capítulos 1 e 2 do presente trabalho.

⁴⁰⁸ **Livro de Matrículas da Casa de Detenção da Corte, Detentos Escravos**. APERJ – Notação 13, n.º original 5454, Matrícula n. 10, página 143 (verso).

⁴⁰⁹ Idem, Matrícula n. 19, página 145 (frente).

⁴¹⁰ **Livro de Matrícula de Detentos Livres e Libertos**, n.º de matrícula 197, página 244 (verso).

⁴¹¹ Idem, n.º de matrícula 164, página 236 (verso).

⁴¹² Idem, n.º de matrícula 122, página 226 (frente).

⁴¹³ Idem, n.º de matrícula 145, página 231 (verso).

Problemas sobre trilhos: conflitos e tensões nas ruas da cidade.

A circunstância em que deu-se a cobrança do imposto sobre os transportes urbanos, o de um vintém, esteve imerso em acalorados debates que marcariam o ano de 1879. Esse aspecto pode ser verificado mediante a análise dos periódicos desenvolvida no capítulo anterior, na qual verificou-se tanto a apropriação política da questão do imposto, quanto a construção de um cenário de polarizações entre o governo e oposição. De certa maneira, estes debates teriam ecoado entre os diversos setores envolvidos, o que poderia explicar a grande mobilização popular observada por ocasião da convocação de meetings pelos membros da oposição. Apinhadas de pessoas, essas reuniões foram marcadas por discursos variados, que apresentavam como ponto em comum o descontentamento com as atitudes assumidas pelo governo imperial perante as dificuldades financeiras pelas quais passava a população da cidade, ao propor uma taxa classificada como “ilegal” e, acima de tudo, de forma arbitrária.

Como verificado no capítulo 1, as condições sociais e econômicas da população da cidade, sobretudo a mais pobre, não eram as melhores, pois, conforme a população crescia e a crise financeira avançava, maiores eram os problemas enfrentados por este setor, ao qual o aumento do custo de vida – como alimentação, moradia e transporte – aliado a uma piora nas condições de sobrevivência, representou grandes desafios. Era de se esperar que uma situação como essa fosse capaz de ocasionar manifestações de descontentamento, sobretudo em relação ao governo, que, diante de tais circunstâncias seria responsável por atitudes pouco ou nada significativas para a sua solução. Ao contrário, o gabinete Sinimbu, em troca de não sacrificar as rendas do governo e dos grandes fazendeiros, promulgou leis orçamentárias que socializariam as perdas, aumentando a carga tributária sobre o conjunto da população.

O próprio imposto sobre os transportes urbanos, o vintém, é filho deste esforço do governo de “sanear” a economia, representado por uma postura liberal de corte de certos gastos e ampliação dos tributos. O fato de incidir sobre os transportes urbanos, e, mais especificamente, sobre os bondes, já demonstra que a intenção desta estratégia de arrecadação era de ser o mais abrangente possível, incidindo sobre todos os usuários de transportes públicos.

Devido à importância representada pelos bondes para o sistema de transporte da Corte, atingindo diversas regiões da cidade, servindo aos mais variados públicos, e que, para muitos, seria a única forma de transporte, uma medida tributária desta natureza envolveria os mais

diversos interesses. Para entender um pouco do que representava este tipo de transporte para a cidade e sua população, segue a avaliação do historiador Luiz Carlos Soares

Os bondes contribuíram consideravelmente para a resolução do problema de transporte coletivo no Rio de Janeiro, sem contar que foram, durante muito tempo a alternativa de transporte mais econômica para a população da cidade. (...) Nos anos 1870, a *Botanical Garden* e outras novas companhias, tal como a empresa criada pelo famoso Barão de Drumond, estenderam os serviços de bondes para os mais diversos bairros da cidade. A população passou a preferir estes meios de transportes que ofereciam tarifas mais baratas, rapidez e pontualidade em seus serviços, razões estas que levaram à retirada de circulação de muitos (dos pouco acessíveis) carros de aluguel, e até mesmo dos muitos dos (já mais populares) ônibus. Os bondes representaram uma espécie de *revolução* no sistema de transporte coletivo urbano no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras. Os primeiros destes veículos, abertos ou fechados nas laterais, tinham a capacidade de levar 30 passageiros sentados, mas, nos anos de 1880, foram introduzidos veículos maiores, com maior capacidade de passageiros. Além disso, era muito comum ver-se negros e brancos, pobres e ricos viajando nos bondes.⁴¹⁴

Através das palavras de Luiz Carlos Soares verifica-se que os bondes constituíam um sistema de transporte que atendia a diversos tipos de pessoas, social, cultural e etnicamente distintas, desempenhando um importante papel em suas vidas cotidianas, conectando-as aos seus diversos espaços de convívio social, tais como os ambientes de trabalho, residências, locais de lazer, entre outros.

A abrangência deste sistema não passou despercebida aos olhos de viajantes que aqui estiveram nos idos dos anos 1880. Carl Von Koseritz, um imigrante alemão radicado no Rio Grande do Sul, em visita ao Rio de Janeiro, em 1883, teceu as seguintes considerações sobre a oferta deste tipo de serviço:

Não creio que exista outra cidade no mundo que haja tantas linhas de bondes quanto aqui, é mesmo incrível como milhares e milhares de pessoas aqui viajam de bonde. Toda a cidade, desde Santa Tereza até a Tijuca, é, durante léguas, cortada por linhas de bondes em todas as direções, e em todas elas se encontram bondes de cinco em cinco minutos, e estão sempre completamente cheios. Existe uma quantidade de linhas que trabalha toda a noite, como, por exemplo a de Botafogo.⁴¹⁵

O número de bondes em circulação pela cidade realmente deve ter impressionado Koseritz, pois além de observador, este possuía uma postura bastante crítica com relação a

⁴¹⁴ SOARES, Luiz Carlos. **O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX.** Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2007, p. 172.

⁴¹⁵ KOSERITZ, Carl Von. **Imagens do Brasil.** São Paulo: Livraria Martins Editora, 1972, p. 43. Este trecho foi utilizado por Luiz Carlos Soares para avaliar a participação escrava nos serviços urbanos. SOARES, Op. Cit., p. 173.

certas características apresentadas pela capital imperial.⁴¹⁶ Ainda a este respeito, segundo as informações apresentadas pelo próprio Soares⁴¹⁷, nada menos do que 354 bondes ligavam o centro às diversas regiões da cidade, um número que confirmaria a impressão deixada pelo observador alemão em suas ponderações sobre a cidade.

As informações anteriores permitem esboçar uma breve conclusão: este sistema de transportes atingia os mais variados nichos sociais e, por este motivo, qualquer medida que atingisse os seus serviços teria uma grande repercussão. A cobrança de 20 réis por passageiros, por exemplo, representou um tipo de intervenção sobre os serviços que envolveria não só uma questão financeira *in loco*, traduzida pela elevação no valor das passagens, mas também a própria maneira como esta cobrança seria efetuada, o que diz respeito às circunstâncias em que a referida tarifa seria implementada⁴¹⁸. Para entender melhor esta questão, é necessário que se entenda um pouco do *microcosmos* presente entre os usuários deste serviço, o que vai levar a análise da forma como o serviço estaria sendo prestada. Por conseguinte, para concretizar tal abordagem, será preciso interagir com situações cotidianas em que as pessoas da cidade se viram envolvidas ao utilizarem o sistema de bondes. Para isso, foram selecionados alguns casos publicados em jornais da cidade, entre os meses de outubro e dezembro de 1879.

Nos três últimos meses do ano de 1879, os bondes constituíram-se em cenários para a expressão dos mais variados tipos de interações sociais, envolvendo funcionários das companhias, passageiros e autoridades policiais. Todavia, dadas as características apresentadas por um sistema público de transporte desta envergadura, a ocorrência de tais situações de interação seriam facilmente previsíveis, se não fosse por um detalhe: as circunstâncias em que estariam se desenvolvendo.

Os numerosos incidentes noticiados diariamente pelos periódicos da cidade neste período demonstram que, embora o sistema representasse algumas vantagens a seus usuários, seus riscos pareciam ser igualmente elevados, gerando conseqüências, algumas das vezes fatais. Através das histórias que serão contadas a seguir, vai-se tentar reconstruir um pouco do

⁴¹⁶ Uma das características do polivalente Kozeritz era a de apresentar uma visão bastante crítica sobre as condições apresentadas pela cidade nas ocasiões em que esteve de passagem por ela. Suas observações pareciam ter grande predileção por estabelecer parâmetros de comparação entre as circunstâncias sociais, culturais, econômicas e humanas da Corte com as de outras cidades que ele havia visitado, apresentando uma tendência, por vezes, ríspida ou etnocêntrica, ao produzir avaliações sobre as condições da capital do país. Todavia, esta última característica não anula a importância de suas observações, pois, certos pontos que eram alvos de suas críticas diziam respeito a assuntos problemáticos da cidade, ligados a questões infra-estruturais que influenciariam negativamente as condições de saúde e vida de seus habitantes.

⁴¹⁷ SOARES, Luiz Carlos. **O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2007, p. 173.

⁴¹⁸ A questão do imposto será retomada a seguir.

microcosmos que envolvia as muitas pessoas que acessavam diariamente os bondes e, conseqüentemente, seus dramas e indignações poderão ser verificados.

Para dar início a trajetória, segue o caso da liberta Maria da Rosa da Conceição.

Às 10 horas da noite da noite de ante-hontem [13/12/79], o subdelegado da freguesia da Gávea [foi informado] de que em uma lagoa que fica na fronteira à chácara do Dr. Henrique Lage, estava cahida uma preta, que havia sido victima de um desastre de bond. A mesma auctoridade deu as precisas providencias a fim de fazer remover a ofendida [ilegível], mas chegando ao logar indicado não a achou. Hontem de madrugada, foi encontrada dentro da dita chácara, a preta liberta Maria da Rosa da Conceição, moradora na R. do Resende, a qual, às 8 horas da noite, em viagem da Corte para o Jardim Botanico, onde ia buscar umas roupas para lavar, quando apeava-se de um bond, ficou entalada entre este e o outro que passava na mesma ocasião, resultando esmagar-lhe o pé direito e fazer-lhe diversas contusões pelo corpo. Depois de ferida, Maria Rosa, conforme declarou, pedia socorro, mas so lhe apparecera um rapaz que a tirára do logar em que se dera o desastre para aquelle onde ella fora encontrada.⁴¹⁹

A acidentada foi levada ao Hospital da Misericórdia, tendo sido examinada pelo dr. Thomaz Coelho, que julgou seu caso grave. Alguns dias depois ela teria falecido em decorrência da gravidade dos ferimentos.⁴²⁰

No mesmo dia, algumas horas antes, Ignacio José da Silva fora levado ao mesmo Hospital, por ter sido “pisado por um bond da companhia São Christovão, tendo sua perna esquerda fracturada”.⁴²¹ No entanto, ao contrário de Maria Rosa, sua história não teve um final trágico.

No dia seguinte, uma criança de 2 anos de idade foi atropelada na R. da Misericórdia, às 10 horas da manhã, pelo bonde n.º 91 da companhia Carris Urbanos, ficando levemente contundida no braço, na testa e no olho esquerdo. O menino foi medicado em uma farmácia desta rua, sendo, em seguida, entregue a seu pai, Manoel Victorino de Azevedo.⁴²²

Algumas horas depois do caso da Misericórdia, mais um acidente envolvendo um bonde da Carris Urbanos foi registrado, agora na R. da Carioca, em que foi atropelado Manuel da Costa Peixoto, cocheiro do tálburi n.º 56, que foi queixar-se do fato na 1ª estação de urbanos.⁴²³

No dia 16 do mesmo mês, às 16 horas, teria sido atropelada uma criança de 1 ano de idade que brincava na R. Silva Manoel, onde residia, pelo bonde n.º 26 da companhia Carris

⁴¹⁹ *Jornal do Comércio*, 15 de outubro de 1879.

⁴²⁰ A morte de Maria Rosa da Conceição, ocorrida no dia 1º de novembro de 1879 em decorrência do atropelamento sofrido no dia 14 de outubro, foi noticiada pelo *Jornal do Comércio* do dia 2 de novembro.

⁴²¹ *Jornal do Comércio*, 14 de outubro de 1879.

⁴²² *Jornal do Comércio*, 15 de outubro de 1879.

⁴²³ *Jornal do Comércio*, 16 de outubro de 1879.

Urbanos. Devido à gravidade dos ferimentos, a criança, filha de Lourenço Justiniano da Silva, sucumbiu momentos depois do ocorrido, sem que nada pudesse ser feito.⁴²⁴

Quando parecia que as coisas haviam se acalmado, já na manhã do dia 19 de outubro, um bonde do Curvelo, que circulava no morro de Santa Teresa, antes de chegar ao ponto terminal, descarrilhou em uma curva que fica sobre uma grande ribanceira, atirando para fora os únicos passageiros que levava, o Sr. J. Maia [ilegível] da Paz e sua senhora. Tendo sido arremessados para direções opostas, o Sr. Maia foi projetado para o lado interno da curva e sua esposa foi arremessada para o da ribanceira, “precipitando-se até a base da montanha, o que lhe causou muitas contusões.” O veículo ficou “a menos de um palmo” de ser jogado na ribanceira.⁴²⁵

No mesmo dia, às 24:30 horas, mais um acidente foi registrado, agora envolvendo um bonde da companhia de Vila Isabel, de número 26, que ao passar pela rua Senador Eusébio, próximo à Santa Rosa, atropelou Caetano José de Souza, português, empregado da empresa Gary de limpeza, que estava administrando os serviços naquela via. Caetano foi medicado no local, sendo em seguida enviado ao Hospital da Misericórdia. O cocheiro fugiu sem prestar assistência à vítima.⁴²⁶

Nos dias seguintes, os jornais não indicaram mais acidentes, o que deu a (falsa) impressão de que estes haviam cessado e que, por conseguinte, se tratariam de casos isolados, de incidentes casuais aos meios de transportes. No entanto, esta impressão não chegou ao mês seguinte. O suposto silêncio sobre o assunto foi quebrado no dia 26 de outubro, por um agente da companhia Carris Urbanos que, ao passar às 23:30 horas deste dia pela Rua do Riachuelo, “esbordoou com incrível brutalidade um passageiro que atirou para fora do carro.” Presenciando a situação, o rondante do lugar interveio na situação, sem sucesso, pois foi igualmente agredido “com um ferro”, sendo “atirado por terra”, o que permitiu que o condutor pudesse escapar sem ser preso.⁴²⁷

Desse modo, o caso acima, embora constituísse em danos físicos como os demais, teria como diferencial o fato de que seria intencional, visto que a agressão promovida pelo condutor buscou não só atingir um passageiro, como permanecer impune diante desta atitude, deferindo um golpe no agente da força pública. Caso similar foi observado alguns dias depois, dia 28, quando o condutor do carro n.º 24 da Vila Isabel, ao passar pela Rua General Caldwell,

⁴²⁴ Este acidente deve ter sido chocante para o pai e os presentes, pois a criança teve sua cabeça “esmagada” pela roda do veículo. *Jornal do Comércio*, 17 de outubro de 1879.

⁴²⁵ *Jornal do Comércio*, 21 de outubro de 1879.

⁴²⁶ *Jornal do Comércio*, 20 de outubro de 1879.

⁴²⁷ *Jornal do Comércio*, 28 de outubro de 1879.

esquina a do Conde D'Eu, empurrou propositalmente Joaquim Pereira dos Santos, que tirava água de um chafariz no local, o que fez com que caísse. No entanto, ao contrário do caso anterior, o mesmo foi preso em flagrante pelos policiais.

Na tarde do dia 27, às 15 horas, mais um acidente foi noticiado, envolvendo o português Gaspar Pinto, que carregava três caldeirões de ferro na cabeça na Rua do Hospício, e o bonde n.º 92 da companhia Carris Urbanos que transitava por esta rua. O único prejuízo que este trabalhador teve foi o fato de ter seus caldeirões inutilizados, além, é claro, do atropelamento em si, que não ocasionou nenhum problema de saúde.⁴²⁸

No dia 29, às 19 horas no Largo da Lapa, teve ocasião a colisão de dois veículos, um bonde da companhia Carris Urbanos e um carro particular, ficando o último bastante danificado pela batida. O condutor do bonde, como de costume, fugiu do local da colisão.⁴²⁹ Analisando os periódicos, este tipo de acidente, envolvendo veículos de transporte de naturezas distintas ou não, também era bastante comum, o que tornava ainda mais perigoso o trânsito da cidade. No dia 1º de novembro, por exemplo, foi relatado um caso similar ocorrido entre um bonde da Vila Isabel e a carroça n.º 322 que se chocaram na Rua do Senado, às 10 horas da manhã, ficando ambos os veículos avariados.⁴³⁰

Dois dias depois da batida relatada acima, mais um caso foi observado, agora envolvendo dois bondes que se chocaram na esquina da Rua Sete de Setembro com a Rua Gonçalves Dias. Segue o caso:

O bond n.º 17 da companhia Carris Urbanos, ao passar hontem [03/11] às 5 ½ horas da manhã pela rua 7 de Setembro, encontrou-se na esquina da de Gonçalves Dias, com o de n.º 34 da Botanical Garden, e tombou, resultando do embate ficar gravemente contundida uma passageira do referido bond n.º 17, de nome Mariana da Silva que vinha fazer compras na praça do Mercado.

(...)

Os dois cocheiros evadiram-se.⁴³¹

Segundo a mesma notícia, Mariana era portuguesa, casada e com uma filha, moradora da Rua do Riachuelo n.º 328. A partir de sua identificação pode ser avaliado que se tratava de uma pessoa que tinha que levantar cedo e rumar para a região mais central da cidade em busca de alimentos para si e sua família ou, o que também é provável, para cozinhar para outras pessoas, buscando complementar a renda familiar em tempos de dificuldades, ou ainda, que levantava cedo para cozinhar, e só depois seguia para as demais atividades diárias, voltadas

⁴²⁸ *Jornal do Comércio*, 28 de outubro de 1879.

⁴²⁹ *Jornal do Comércio*, 31 de outubro de 1879.

⁴³⁰ *Jornal do Comércio*, 3 de novembro de 1879.

⁴³¹ *Jornal do Comércio*, 4 de novembro de 1879.

ou não para fins econômicos. Neste percurso, longo mesmo para os padrões atuais⁴³², o bond poderia representar uma boa opção, talvez a única, para conseguir driblar as dificuldades impostas pelo tempo e pela distância. Podia representar, por exemplo, a execução de mais tarefas num mesmo dia, o que permitiria à Mariana complementar sua renda e/ou cuidar de sua família. No caso avaliado, parece que ela teve que se ausentar de suas tarefas devido a gravidade dos ferimentos, fazendo com que ela não só tivesse sua saúde prejudicada, como também, sua renda e de sua família, reduzidas por tempo indeterminado.

A mesma questão deveria ser colocada à Caetano José de Souza, empregado da Gary atropelado por um bonde da Vila Isabel enquanto trabalhava, ao também português Gaspar Pinto, que trazia três caldeirões de ferro à cabeça e foi atropelado por um bonde da Carris Urbanos, tendo perdido as mercadorias que provavelmente seriam vendidas, à liberta Maria da Rosa da Conceição, moradora na R. do Resende, que ao se deslocar da Corte para o Jardim Botânico, onde iria buscar roupas para lavar e foi vitimada por dois bondes. O que estas pessoas têm em comum, além de estarem trabalhando ou a caminho do mesmo? O fato de terem sido vítimas de acidentes de trânsito provocados por um meio de transporte considerado habitual, em circunstâncias que ocasionariam uma situação de incapacidade, parcial ou total, para a execução de suas atividades diárias, criando ainda um ambiente propício a manifestações de indignação e descontentamento.

Embora os relatos anteriores pareçam ser suficientes para mensurar os mais variados prejuízos causados pelo sistema de *railways*, a história da qual fazem parte está longe de seu fim. O mês de novembro foi marcado por mais experiências dramáticas envolvendo os bondes da cidade e sua população.

No dia 1º de novembro de 1879, portanto, alguns dias antes do acidente que envolveu a portuguesa Mariana Silva, teria sido atropelado por um bonde da Carris Urbanos o preto idoso Antônio, escravo de Augusto Ferreira de Souza. Seguem os detalhes do ocorrido:

Ante-hontem as 9 ½ horas da noite, na praça D. Pedro II, entre o jardim e o palácio, o bond no. 16 da companhia Carris Urbanos atropellou e fracturou o pé direito do preto idoso Antônio, escravo de Augusto Ferreira de Souza, que, estando embriagado, procurara passar na frente do animal.

Accudio pouco depois o rondante, mas Joaquim Ribeiro, cocheiro do bond, já se tinha evadido, não obstante haver apitado um passageiro que era inspector de quarteirão. Posteriormente, um urbano levou a presença do commandante da estação o recebedor, que nenhuma culpa tivera do desastre.⁴³³

⁴³² A distância entre sua residência, localizada na Freguesia de Santo Antônio, para a praça do Mercado, nas imediações do Porto, deveria ser muito grande, pois, para os padrões atuais, traçando um caminho mais curto, corresponderia a uma distância aproximada de 2,5 quilômetros.

⁴³³ *Jornal do Comércio*, 3 de novembro de 1879.

Como a maioria das vítimas dos relatos analisados, Antônio foi conduzido ao Hospital da Misericórdia, onde receberia os cuidados necessários. O outro personagem, o condutor, como de costume, fugiu da cena do atropelamento, tentando escapar da responsabilidade de ter atropelado um indivíduo. Ato desesperado ou não, a fuga deste cocheiro, assim como as demais observadas, ajudam a identificar que além da admissão de culpa, ele estaria tentando escapar de um risco duplo, o de perder sua licença e de perder sua liberdade ao ser preso pelo agente público que presenciou todo o caso.

O fato dos condutores dos bondes tentarem escapar após os acidentes se tornou uma constante nas histórias de incidentes de trânsito, como pode ser observado pelos dois casos a seguir. O primeiro diz respeito ao acidente ocorrido na noite do dia 3 de novembro, em que se viu envolvido Antônio Oliveira Rocha, que ao tentar pular no estribo⁴³⁴ de um bonde da companhia de Vila Isabel, que passava pela Rua de São Cristóvão caiu na linha e foi atingido na cabeça por outro veículo que seguia em direção contrária, fato que provocou a sua morte. A vítima era um jovem português de 26 anos, alfaiate e morador da R. Conde D’Eu, n.º 72, cita na Freguesia de Santo Antônio.⁴³⁵ Apesar de ser perseguido, o motorista do segundo bonde, que teria sido responsável pela morte do rapaz, conseguiu escapar.

O segundo caso diz respeito a um fato ocorrido às 11 horas da manhã do dia seguinte, 4 de novembro, no qual o bonde n.º 65 da companhia Botanical Garden teria “arremessado por terra” um indivíduo chamado D. Francisco Carvalho. A notícia traz poucos detalhes sobre o fato e, o pouco que pode ser identificado no microfilme, apenas sugere que o acidentado teria morrido em decorrência da queda. Mais uma vez, o motorista do bonde teria fugido.⁴³⁶

Nos dois casos apontados pôde ser notado que o acidente teria ocasionado a morte de duas pessoas, e que, mesmo assim, os (supostos) responsáveis por estes incidentes de grande gravidade, os condutores, não teriam sido presos pelas autoridades. Este tipo de situação se tornou tão “comum” que gerou protestos na imprensa. Segue uma nota publicada no *Jornal do Comércio* do dia 6 de novembro de 1879:

ATROPELAMENTO – É raro o dia em que não publicamos mais um desastre de bond ou de vehiculos públicos, o que faz crer que os respectivos cocheiros, não

⁴³⁴ Embora o termo “estribo” possa ser entendido como uma espécie de aro de metal, madeira ou sola que pende de cada lado da sela e que é utilizado como ponto de apoio para o pé do cavaleiro, no caso referido, o significado estaria relacionado a um degrau que, em certos veículos (trens, carros etc.), serve de apoio para o embarque e/ou desembarque de passageiros. Esta distinção é necessária para que se possa distinguir as circunstâncias em que teria se dado o acidente, afinal, os bondes do período eram de tração animal, o que pode levar uma interpretação equivocada do episódio.

⁴³⁵ *Jornal do Comércio*, 4 de novembro de 1879.

⁴³⁶ *Jornal do Comércio*, 5 de novembro de 1879.

sendo devidamente punidos, não guião com o preciso cuidado os animaes, nem se importão com a vida dos pacíficos transeuntes. Chamamos para o caso a attenção do digno Sr. Desembargador chefe de policia e pedimos-lhe a respeito uma providencia que produza bons resultados.⁴³⁷

À nota, segue mais um caso de acidente envolvendo os bondes da cidade, em que o português Francisco Ferreira Cardoso, morador da Rua São José, teria sido atropelado às 19:30 horas do dia 4 de novembro quando andava pela Rua da Lampadosa. Neste caso, a vítima teve mais sorte que a dos demais acidentados, pois sofreu apenas ferimentos leves no pé direito.

O comentário final da notícia é bastantes esclarecedor no que concerne a impunidade dos condutores – e, porque não, das empresas. Ele diz o seguinte: “O cocheiro do bond, *como de costume*, pôde fugir, sendo porem apresentado a autoridade o recebedor que nenhuma culpa pode ter de uma occorencia como esta.”⁴³⁸

O recado foi dado pelo jornal e a resposta não tardou a aparecer. Na edição do dia seguinte do *Jornal do Comércio*, de 7 de novembro, na parte chamada “Gazetilha”, foi publicada uma nota da Secretaria de Polícia da Corte em que eram relatadas as medidas que vinham sendo tomadas pelas autoridades para coibir este tipo de situação e disciplinar o trânsito da cidade. Segundo a nota, no mês de setembro, por ordem do 4º delegado, foram apreendidas as matrículas de 1 cocheiro de bonde, 6 ditos de tílburis, ditos de carros da praça de 17 carroceiros, por infrações das posturas. Na mesma nota é indicada que, no mês seguinte, de outubro, foram apreendidas 13 matrículas de cocheiros de bondes, 6 ditas de ditos de tílburis, e cinco ditos de carros de praça.⁴³⁹ Deste modo, através dos números apresentados, as autoridades estariam tentando demonstrar que estavam cumprindo o seu papel.

Um dado interessante sobre a declaração das autoridades é a de que os atos policiais indicados para os meses de setembro e outubro não foram localizados em periódicos da Corte, tais como o *Jornal do Comércio* ou a *Gazeta de Notícias*, o que representa um fato curioso, pois, uma das características destas folhas era, justamente, informar o público leitor sobre as medidas tomadas pelas autoridades e instituições imperiais. Uma situação como essa faz com que se questione a veracidade dos dados fornecidos, uma vez que os dois jornais de maior circulação da Corte, que teriam apresentado e/ou debatido com certa frequência a questão dos transportes, e do imposto a ele relacionado⁴⁴⁰, simplesmente teriam negligenciado

⁴³⁷ *Jornal do Comércio*, 6 de novembro de 1879.

⁴³⁸ *Idem*. Grifo meu.

⁴³⁹ *Jornal do Comércio*, 7 de novembro de 1879.

⁴⁴⁰ Conforme observado no capítulo 2, as posturas assumidas pelo *Jornal do Comércio* e pela *Gazeta de Notícias* sobre a questão do imposto de 20 réis sobre transportes públicos foram diferentes, e, por vezes, antagônicas, o

informações importantes sobre as atitudes policiais a este respeito num momento em que denunciavam os fatos que teriam motivado as (supostas) atitudes do governo.⁴⁴¹ Ou, em sentido oposto, o fato de o governo não divulgar na imprensa as operações de combate às infrações das empresas de transportes da cidade, de bondes sobretudo, talvez fosse uma estratégia que objetivava neutralizar qualquer polêmica acerca deste serviço, num momento em que seria implementado o controverso imposto sobre os transportes.⁴⁴²

Seja lá qual for o motivo da lacuna observada, sua existência sugere algumas possibilidades que foram colocadas às claras através das experiências históricas dos incidentes no trânsito. A repercussão que teria assumido o assunto, entre outubro e novembro do corrente ano, conforme observado, provocou uma publicidade negativa não só com relação ao sistema de transportes, como das próprias autoridades, que estariam sendo alvo de críticas. Caberia às autoridades tentar recobrar a confiança da população, pelo menos dos leitores do jornal, sobre a eficácia dos serviços prestados.

Ironicamente, a mesma edição do *Jornal do Comércio* de 7 de novembro que foi utilizada pelas autoridades para evidenciar seus procedimentos no sentido de combater os excessos no trânsito, também apresentou mais uma denúncia a este respeito. O caso se deu às 10 horas da manhã do dia 6 de novembro, envolvendo o bonde n.º 20 da companhia Carris Urbanos e um indivíduo chamado Paulo José de Amorim. Um dado curioso sobre este acidente é o de que Paulo acabara de sair do Hospital da Misericórdia, onde esteve internado, e ao se dirigir pela Rua Primeiro de Março, foi atropelado, tendo sido obrigado a retornar à mesma casa de saúde. Para completar a situação, o responsável pelo acontecido, o cocheiro Luiz da Silva, *como de costume*, conseguiu fugir, tendo sido intimado, em seu lugar, o recebedor para dar explicações.⁴⁴³

No dia 8 de novembro, a Secretaria de Polícia da Corte, emitiu outra nota, publicada na seção *Gazetilha*, avisando que a 1ª delegacia de polícia havia remetido ao presidente da

que, de certo modo, espelhava a posição assumida por ambos diante do governo liberal do gabinete de Cansanção de Sinimbu (1878-1880), de complacência, no primeiro caso, e de crítica, no segundo.

⁴⁴¹ Nos periódicos analisados não foram encontrados indícios, no mês de outubro, que indicassem estes esforços das autoridades apresentados pela nota publicada em 7 de novembro, que teria informado as ações da polícia em setembro e outubro de 1879.

⁴⁴² No capítulo 2 verificou-se uma conjuntura de disputas acerca do imposto sobre transportes urbanos que teria envolvido a imprensa e personalidades políticas do Império. A polêmica criada sobre as questões da legalidade ou não do imposto e os interesses envolvidos em sua execução teriam proporcionado debates que deram uma grande “publicidade” ao assunto, fato que contribuiu para a criação de posições antagônicas já nos meses de novembro e dezembro do ano anterior ao motim. Embora a polêmica sobre o assunto ainda não tivesse assumido grandes proporções no período em que foram “negligenciadas” as informações sobre incidentes envolvendo empresas de bondes, já podiam ser observadas opiniões contrárias ao mesmo, sobretudo em folhas como a *Gazeta de Notícias*.

⁴⁴³ *Jornal do Comércio*, 7 de novembro de 1879.

Câmara dos Vereadores do Município Neutro “15 autos de infracções de posturas, relativos aos vehiculos publicos e particulares, lavrados pela guarda urbana do mez de outubro.”⁴⁴⁴

Mais uma vez, em tempo recorde, essa secretaria teria agido no sentido de prestar contas de seus serviços, não mencionando, no entanto, o número exato de bondes que teriam se envolvido nos casos averiguados.

Diante de circunstâncias como estas, em que os acidentes não param de acontecer e o governo é pressionado a solucionar a questão, o próprio Chefe de Polícia da Corte, Eduardo Pindayba de Mattos, emite uma circular destinada aos delegados e subdelegados de polícia da cidade.

É de indeclinável necessidade a urgente repressão do abuso com que os cocheiros de vehiculos de carris de ferro os conduzem em immoderada carrera, se não muitas vezes em verdadeira disparada de seus animaes e assim occasionão frequentemente graves desastres, atropellando, ferindo e matando os transeuntes encontrados nos trajectos de suas linhas.

Isto posto, chamando instantemente a attenção de V. S. para o assumpto, como de toda a importancia, recommendo que cumpra com a maxima solitudine a postura da Illma. Camara municipal de 17 de julho de 1872, lavrando contra os infractores os competentes autos, que remeterá logo ao procurador da Illma. Camara para os devidos effeitos, e que envie tambem a esta secretaria os seus nomes a fim de serem-lhes cassadas as respectivas matrículas.⁴⁴⁵

Embora pareça que as autoridades estariam agindo com maior “seriedade”, ou melhor, que estariam tentando amenizar a situação criada pela prestação de serviços de forma precária e pouco preocupada com os usuários, os efeitos práticos das medidas tomadas demoraram a surtir algum efeito, se é que surtiram algum, pois, nos dias seguintes continuaram sendo registradas infrações variadas, ainda que em menor número, com ou sem vítimas, envolvendo condutores de bondes, cocheiros de carroças, passageiros, entre outros. A continuidade de certas situações, assim como o surgimento de novas, leva a crer que um “dano” já teria sido feito e as marcas deixadas na população estariam dando seus primeiros sinais um mês antes dos fatos de janeiro de 1880. Denúncias sobre as empresas de bondes começam a tomar cada vez mais espaço nos periódicos, indicando desde atitudes violentas ou indevidas dos condutores até as posturas “ilegais” assumidas pelas diretorias das empresas. Seguem dois exemplos publicados no *Jornal do Comércio*.

BONDS DE S. CHRISTOVÃO – Pede-se ao Sr. Peinio que de attenção aos officios do digno engenheiro fiscal dos bonds de S. Christovão quando procura por um freio aos desmandos e desleixos da directoria ou gerente desta encaiporada companhia.

Um passageiro.

⁴⁴⁴ *Jornal do Comércio*, 8 de novembro de 1879.

⁴⁴⁵ *Jornal do Comércio*, 9 de novembro de 1879.

BONDS DE S. CHRISTOVÃO – Chama-se a atenção do Sr. Ministro da Agricultura a maneira escandalosa porque esta companhia esta assentando trilhos de [ilegível], e assim impedindo o transito de carros. Lembre-se das pernas do Sr. Marques de Abrantes, que se quebrou por causa destas caçarolas (?); o que deu ocasião [ilegível] impedir, e declarou que impediria enquanto vivesse, que se pusesse trilhos para Botafogo.

Um incomodado.

BONDS DE S. CHRISTOVÃO – A actual administração desperta nos fregueses desta companhia saudade pelas maneiras atenciosas do Sr. Duncan, que foi victima de sua honestidade, demasiada para que se desse apreço neste *época de patoteiros*.
*Ex conductor*⁴⁴⁶

Acima, observa-se três reclamações de naturezas distintas direcionadas a outros aspectos das companhias de bondes, a de São Cristóvão mais especificamente, não necessariamente ligadas aos serviços de transporte de passageiros, principal assunto tratado nas reclamações anteriores. Um aspecto específico presente em todas elas diz respeito ao fato das críticas serem direcionadas à diretoria e gerencia da companhia, sendo responsabilizadas por problemas na prestação dos serviços, indicando circunstâncias de desmando, negligência, desonestidade, desrespeito, enfim, uma série de adjetivos que caracterizariam, segundo os autores da denúncia, as atitudes assumidas pelas pessoas que ocupavam os cargos mais elevados desta empresa.

A questão principal a ser observada a partir destes relatos não está, necessariamente, ligada à veracidade dos fatos apresentados, mas sim, relacionada ao surgimento de evidências documentais de que estariam sendo manifestadas opiniões sobre os serviços prestados, apontando para elementos específicos que, dentro de um contexto mais geral, estariam sinalizando para um descontentamento com as empresas. Esta situação evidencia um processo histórico em andamento que poderia contribuir para a formação de opiniões bastante críticas a respeito das empresas de carris de ferro, o que, sem grandes problemas poderia ser direcionado para um assunto polêmico, como é o caso do imposto.

Talvez seja um pouco prematura a conclusão desta envergadura, mas, com relação ao processo aludido, as evidências conseguem endossar sua existência. Para que não se fique limitado às denúncias de acidentes ou contra os altos cargos das companhias, observar-se-á uma experiência ocorrida no dia 9 de novembro de 1879. Peço a atenção do leitor para o caso, que embora seja de descrição reduzida, é bastante significativo para o que se busca demonstrar.

Hontém, às 1 ½ horas da noite forão presos José da Silva, José Lopes Ferreira, José Justino e José Rodrigues, que armados de cabos de vassoura, atacarão um carro com passageiros, na rua do Cattete e agredirão os rondantes que accudirão. Estes,

⁴⁴⁶ Todas as três reclamações foram publicadas na edição do dia 8 de novembro de 1879 do *Jornal do Comércio*.

afinal, prenderão-os, coadjuvados por alguns passageiros do bond n.o 40 da companhia de Botafogo.⁴⁴⁷

O que um caso como este poderia ilustrar sobre o processo que vem sendo analisado? Pergunta retórica de resposta elucidativa. Embora o caso não possua maiores detalhes sobre as motivações dos atacantes, é interessante notar que, em nenhum momento teria sido mencionada uma motivação econômica, como um crime de furto, por exemplo. Por vezes, o silêncio das fontes pode ser mais elucidativo do que aquilo que elas descrevem de forma literal. Se este fato fosse observado em outro período da história da cidade, poderia ser dito que se tratou de um ataque motivado por questões diversas como querelas pessoais ou motivações financeiras, comuns a qualquer período histórico. Todavia, prestando atenção à limitada descrição, percebe-se que, além do ataque ao veículo - e não aos passageiros, é bom ressaltar -, os responsáveis teriam entrado em confronto com as autoridades presentes – os rondantes – que, obviamente, se opuseram à investida contra o meio de transporte. Além disso, alguns dos passageiros, e não todos, ajudaram na prisão dos atacantes, o que levanta outra questão sobre o que estaria em jogo.

Os dados anteriores podem, por fim, sugerir bem mais do que uma simples ataque de “desordeiros” a um veículo de transporte público. Eles podem indicar, por exemplo, que se tratava de uma questão simbólica travestida de uma ação concreta aparentemente simples ou, de forma mais direta, uma ação pensada, conscientemente conectada a circunstâncias históricas específicas presentes neste momento. Nestes termos, o ataque referido poderia muito bem ter sido motivado pela conjuntura de descontentamento construída no decorrer destes meses, bem como pela leitura realizada por determinadas pessoas sobre a mesma, o que teria levado a opção dos atacantes por uma ação direta tendo como alvo um dos símbolos deste descontentamento, o bonde.

Observando as circunstâncias históricas em que esta experiência teria sido produzida, as atitudes apresentadas neste episódio aparentemente insólito, podem demonstrar a constituição de uma circunstância de conflito direto, através do qual, podem ser avaliadas posições antagônicas, que, em conjunto com as demais circunstâncias apontadas anteriormente, evidenciam um contexto histórico em que foram constituídas leituras específicas sobre os serviços prestados pelas empresas de transportes e, por conseguinte, dos responsáveis por sua prestação. Tornando ao início da análise em que foram colocadas em tela diversas experiências nas quais os usuários dos bondes teriam sido, de alguma maneira,

⁴⁴⁷ *Jornal do Comércio*, 10 de novembro de 1879.

prejudicados pela ação dos agentes destas empresas, sofrendo violências concretas ou simbólicas, passando, enfim, por diversos vexames impostos pelas poderosas companhias de carris, o episódio avaliado talvez passe de insólito a presumível.

Antes de prosseguir com estas ponderações, serão observados dois casos verificados no *Jornal do Comércio*, nas edições dos dias 19 e 21 de novembro, respectivamente. Através deles talvez as coisas fiquem um pouco mais claras.

QUE COCHEIRO! – Elpidio José Teixeira de Mattos, que diz-se cocheiro da Cia Carris Urbanos, é perturbador da ordem pública e valentão turbulento, e por isto fora excluído da guarda urbana.

Há dias conforme noticiamos, Mattos que era cocheiro do bond n. 67 da mencionada companhia, abandonou-o para espancar Manoel Martins Goven [ou Govea], com quem tivera questão.

Ante-hontem, as 10 horas da noite, ouvindo-se gritos de socorro que partirão da casa n.112 da rua da Misericórdia, para alli dirigio-se o rondante e verificou que Mattos estava esbordoando desapiedadamente Ignacia Xavier. Nesta ocasião foi preso e recolhido ao xadrez.⁴⁴⁸

BONDS DA VILLA ISABEL – Escrevem-nos:

O Bond da Cia de Villa Isabel n. 36, chapa n. 1, às 8 ¼ horas da manha de hoje [20], ficou impedido na rua Espirito Santo e por consequência deu causa a ficaram também impedidos mas seis bonds, que se seguiam, e isto pelo seguinte facto:

O Bond trazia, em um banco, quatro passageiros adultos e uma criança, sentada com o consentimento daquelles, e sendo pelo conductor reclamada a passagem da criança, todos os passageiros se revoltaram contra semelhante exigência, visto a lotação do banco ser de quatro pessoas, não devendo contar-se a criança, que os passageiros, accomodando-se, consentirão que se sentasse.

Houve sérias alterações entre os passageiros, o conductor e o cocheiro (não devendo este ultimo se envolver na questão) que redundaram em agressão de parte a parte.

Comparecendo um tenente de urbanos, mandou seguir para a policia os dous empregados, o passageiros e a criança, interrompendo assim o transito por meia hora, não obstante haver um desvio na praça da Constituição, para onde devia ir o Bond condemnado, ficando livre o transito.

O conductor e cocheiro voltarão às 8 ¾ a occupar os seus logares e seguirão para a estação da rua da Uruguiana.⁴⁴⁹

Episódios comuns ou insólitos? A persistência nesta questão aparentemente simples pode ajudar a entender o processo analisado.

Os casos acima citados apresentam situações distintas relacionadas ao sistema de transportes da Corte. No primeiro caso, um cocheiro da companhia Carris Urbanos de nome Elpidio José Teixeira de Mattos que cometeu agressões a pessoas diferentes, atitudes que o deram o título de “turbulento”, abandonado o veículo em pleno funcionamento para espancar Manoel Martins Gouvea e, em seguida, teria agredido impiedosamente Ignacia Xavier, moradora da Rua da Misericórdia, número 112. Não sabe-se ao certo qual teriam sido os motivos que o levaram a agir com violência em relação aos agredidos, mas é de se imaginar

⁴⁴⁸ *Jornal do Comércio*, 19 de novembro de 1879.

⁴⁴⁹ *Jornal do Comércio*, 21 de novembro de 1879.

que esteja ligado a questões pessoais, como parece sugerir a notícia.⁴⁵⁰ Especulações a parte, o ponto mais importante neste momento se refere ao tipo de postura que Elpidio teria assumido no exercício de suas funções como condutor de bondes, fato que não pode ser separado de suas atitudes transcritas pelo jornal, no qual ele é caracterizado como desordeiro e violento – o que, inclusive, teria motivado a sua expulsão da guarda urbana – promovendo agressões dentro e fora de suas horas de trabalho. Desse modo, não fica difícil de se imaginar que a postura assumida por este personagens dos transportes públicos seria igualmente violenta no desempenho de suas atividades como condutor.

O segundo caso é caracterizado por uma clareza um pouco maior. Nele são observadas evidências de conflitos entre passageiros e os funcionários da companhia de Vila Isabel acerca da forma como o serviço estaria sendo prestado e dos inconvenientes decorrentes dele. Neste sentido, observa-se que a lotação dos bancos teria sido excedida por uma criança, que, com consentimento dos demais passageiros, teria se sentado, provavelmente no colo de sua mãe. O condutor se dirigiu ao adulto responsável pela criança exigindo que a passagem correspondente a mesma fosse paga, caso contrário, o bonde não partiria. A confusão estaria armada, pois o condutor não estava disposto a voltar atrás em sua exigência e os passageiros, por sua vez, acharam um absurdo que uma criança, acomodada de forma inadequada no veículo, tivesse que pagar por um serviço mal prestado. Embora não se possa saber com exatidão as palavras proferidas na discussão, provavelmente elas estiveram alicerçadas nas críticas freqüentes ao sistema de bondes, como serviços ineficazes, o que, por sua vez, deve ter gerado reação dos funcionários, que talvez tenham se sentido ofendidos pelas palavras proferidas, culminando em agressões físicas. O mais importante aqui, não são as palavras em si, mas a situação como um todo, pois é através de sua análise que pode ser averiguado o surgimento de antagonismos entre seus personagens, numa experiência específica inserida no conturbado contexto de transportes públicos.

Os fatos representados pelas atitudes violentas de um cocheiro da Carris Urbanos e pelas atitudes impositivas dos funcionários da Vila Isabel devem ser avaliados à luz das interpretações que teriam sido construídas por pessoas que, utilizando diariamente esse sistema de transportes, confrontaram-se com as situações mais adversas, traduzidas por condições precárias de uso, e, a partir das quais, concluíram que elas constituiriam situações problemáticas e, deste modo, inaceitáveis. Partindo de tal compreensão dos fatos e na

⁴⁵⁰ Um palpite que pode ser arriscado sobre este caso é o de que constituiu-se uma espécie de triângulo amorosa entre os personagens desta história, no qual Ignacia poderia ser a amásia de Elpidio e o estaria (supostamente) traindo com Manoel Martins.

iminência de uma situação similar, os passageiros acionam suas leituras de mundo, forjadas nas experiências diárias dos sistemas de transporte, o que os leva a construir estratégias de ação para fazer valer aquilo que consideram seus direitos. O que, em termos concretos, pode ser verificado no segundo caso, através da leitura de que seria inaceitável que uma criança, mal acomodada devido ao excesso de passageiros, fosse obrigada a pagar por um erro decorrente da companhia, que permitia tais excessos, desde que o mesmo representasse vantagens econômicas à mesma.

Por fim, em um dos casos um espectro de impunidade pairava sobre o ar, afinal, o condutor e o cocheiro foram liberados pela polícia após terem seus depoimentos recolhidos. Naturalmente eles disseram aos policiais que apenas exerceram suas funções ao exigirem o pagamento que era devido pela viagem, o que teria levado à conclusão de que não passaria de um mal-entendido e que, por isso, teriam sido liberados para retornar as suas funções. Todavia, o presumível parecer favorável da polícia às atitudes dos funcionários de carris pouco alteraria uma situação desfavorável das empresas ante a população, na medida em que a impunidade parecia imperar em relação as empresas, o que acrescentaria ainda mais ingredientes a já explosiva situação.

Situações de impunidade sugeridas anteriormente teriam sido alvo de denúncias junto às autoridades nos periódicos, como é o caso da carta direcionada ao Chefe de Polícia da Corte, Eduardo Pindayba de Mattos que será exposta a seguir.

A S. EX. O SR. DESEMBARGADOR E CHEFE DE POLÍCIA DA CORTE

Convém de uma vez para sempre fazer cessar os caprichos altanados que certas cias de bonds, por suas directorias e seus empregados, diariamente ostentam nesta cidade.

Algumas há, como a de Villa-Isabel, que julgam-se um Estado no Estado.

Sem previa autorização do governo, nem aviso ao publico, entendem dever expedir todo os dias novas instruccões aos seus empregados, não ligando importância alguma ao vexame que causa a este bom povo, nem à posição embaraçosa em que colocam seus empregados, quer pela dificuldade de execução, quer pelas interpretações diversas a que elas se prestão. Não trepidam mesmo em contrariar ordens terminantes da policia, embora tenham sido expedidas em bem da segurança individual. E ai do empregado que não cumprir tais exigências! À força de multas perderá parte ou todo o ordenado do mez. Tanto mais será cosiderado quanto mais autoritario e aspero se mostrar. E dest'arte tem o publico que soffrer quantas imposições as companhias, como a de Villa-Isabel, lhe queiram atirar; imposições tanto mais duras, quanto ellas se julgam árbitros supremos, e a seu talante resolvem as duvidas nas estações centrais, fazendo previamente cercar os carros por empregados seus de menor categoria, em attitude de força disposta a batalha. E assim, ostentando uma provocação directa, julgam como juízes os pleitos em que apenas são partes. Nesta cidade isto seria immensamente, se não fosse altamente ridículo.

É preciso, portanto, que S. Ex. o Chefe de Polícia faça cessar procedimento tão censurável:

Para esse fim torna-se urgente que S. Ex., impedindo severamente tais provocações, manifesta de modo terminante às directorias de companhias de bonds o que pensa a respeito dos seguintes quesitos, que todos os dias despertam a indignação publica; Será permitido as companhias de bondes impor aos passageiros novas e repetidas deliberação, sem a autorização prévia da respectiva autoridade, e sem aviso ao publico em termos claros e precisos?

Em caso de duvida, a quem compete resolver a questão, desde que são vehiculos públicos os respectivos carros e existe uma repartição *ad hoc*?

Será ou não a companhia responsável, desde que à fina força detiver os carros, com prejuízo dos interesses dos passageiros?

S. Ex. que tão sabiamente tem dirigido a repartição de policia, certamente não deixará sem solução tais quesitos, que tão de perto affectam a dignidade, a segurança e os interesses da população desta cidade.⁴⁵¹

Além de ser um pouco extensa, o tipo de linguagem utilizada evidencia que é pouco provável que tenha sido enviada por um passageiro dos setores menos privilegiados da sociedade, que, conforme visto, eram frequentadores deste sistema de transporte assim como membros de outros setores. Conquanto, embora a identidade do redator da carta tenha sido ocultada, as suas palavras podem ser de grande valia para a reconstrução do contexto avaliado, pois revelam elementos importantes sobre as relações entre as empresas, seus funcionários e os passageiros.

A não ser pelas experiências históricas avaliadas até o momento, talvez fosse difícil acreditar nas palavras da carta, pelos absurdos descritos em suas linhas. Mas, à luz do que se tem verificado, não é de se admirar que elas estejam descrevendo parte de algumas situações que se tornaram comuns nas relações entre os envolvidos com os sistemas de bondes, estejam eles ligados às empresas ou não.

O fato de as empresas serem “um Estado dentro do Estado”, dando instruções a seus funcionários, mesmo que à revelia das leis, no sentido de que exercessem suas atividades impondo os interesses da companhia aos passageiros, o que promoveria os mais variados vexames ao povo da Corte. Aos seus funcionários, não restaria outra alternativa que não a do cumprimento destas instruções, pois, caso não o fizessem, corriam o risco de serem multados, perdendo “parte ou todo o ordenado do mez”. Além do mais, ao indicar que “quanto mais autoritário e áspero o funcionário se mostrar” melhor será considerado pela companhia, o autor não só caracteriza um *modus operandi* valorizado pela empresa, como ajuda a identificar as atitudes costumeiras destes funcionários no trato diário com os passageiros, que, como visto, estariam em consonância com a realidade analisada. Deste modo, pode-se observar a utilização de um mecanismo de coerção econômica que garantisse um controle maior sobre as atitudes dos seus trabalhadores.

⁴⁵¹ *Jornal do Comércio*, 22 de novembro de 1879.

Muitas são as possibilidades advindas deste relato. Uma delas é a indicação do poder que teriam as empresas de transportes na cidade do Rio de Janeiro, de modo que agiriam em defesa de seus interesses, prejudicando os passageiros e desrespeitando as leis. A outra diz respeito aos métodos coercitivos utilizados tanto no trato com seus funcionários quanto no trato com os passageiros. Estes aspectos, em conjunto, ajudam a entender o porquê da “impunidade” de alguns agentes das companhias, e talvez a evidência de tantos incidentes, sejam eles confrontos e agressões aos passageiros, sejam eles acidentes decorrentes de imprudência na condução dos veículos nas ruas. Um outro ponto importante é o de que, as circulares emitidas pelas autoridades de segurança pública com relação ao controle do trânsito da cidade mencionavam os condutores e/ou cocheiros como responsáveis pelos acidentes, não se preocupando, por exemplo, em averiguar as razões que os levariam a conduzir os veículos de forma perigosa.

Retomando as palavras expressas pelo Chefe de Polícia numa circular do dia 8 de novembro de 1879, citada anteriormente, esta situação se torna mais evidente.

É de indeclinável necessidade a **urgente repressão do abuso com que os cocheiros de vehiculos de carris de ferro os conduzem em immoderada carrera**, se não muitas vezes em verdadeira disparada de seus animaes e assim occasionão frequentemente graves desastres, atropellando, ferindo e matando os transeuntes encontrados nos trajectos de suas linhas.⁴⁵²

Basta que seja lida apenas a parte em negrito para que todo o sentido da mensagem seja entendido, isto é, de que a responsabilidade pelos acidentes deveria recair, única e exclusivamente, sobre as atitudes imprudentes dos cocheiros. O fato irônico desta história é o de que, dadas as circunstâncias de trabalho a que estariam submetidos estes funcionários, tendo que atender as orientações da empresa, cumprindo itinerários longos em espaços curtos de tempo, do contrário seriam multados, não fica difícil de se imaginar a verdadeira origem do problema.⁴⁵³ Mas como tudo em história depende do ponto de vista, coube as autoridades apresentar uma “solução” para o problema, sem todavia, atingir os interesses das poderosas empresas de carris, fazendo com que os cocheiros assumissem toda a responsabilidade, por

⁴⁵² *Jornal do Comércio*, 9 de novembro de 1879. Grifo meu.

⁴⁵³ Segundo um processo de 1877 aberto pela Secretaria de Polícia da Corte para apurar as reclamações contra as empresas de bondes e seus empregados, pelo excesso de velocidade nas ruas do centro, os cocheiros (que seriam considerados os maiores culpados por estes problema) alegavam em defesa de seus procedimentos “que não lhes cabe no mais das vezes culpa pelos atos porque são punidos, porquanto dá motivo das infrações dos horários da companhias, que os colocam obrigação de, em certas ocasiões de atraso, empregarem a máxima velocidade, a fim de alcançarem a hora de saída nos respectivos pontos, o que se não verificando, importa para eles multa ou outra qualquer pena cominada nos regulamentos das mesmas companhias”. BRASIL. SECRETARIA DE POLÍCIA DA CORTE, Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1877, 1ª. Seção – n.º. 31. **Reclamações contra empresas de bondes e outros (AN IJ6-519)**

serem “mal preparados”, “dotados de pouca educação”, “provenientes de setores sociais menos privilegiados” e por ai vai. Argumentos desta natureza foram utilizados, inclusive, para designar a pouca capacidade de executar as ordens das companhias ou mesmo as orientações sobre a cobrança do imposto do vintém.

Embora não se possa classificar os condutores como vítimas da história, pois muitos deles devem ter se aproveitado das circunstâncias para resolver assuntos pessoais, ou para escapar das punições decorrentes de suas atividades, como em alguns casos analisados, isto não os torna os únicos ou maiores responsáveis pela situação observada, pois, não se pode negligenciar as circunstâncias que teriam sido proporcionadas ou geradas pelos interesses das empresas de transportes, a quem, em última instância, estes funcionários atendiam.

O resultado desta grande equação se mostrou nas ruas durante os meses finais de 1879. Num espaço de menos de um mês, de 16 de outubro a 10 de novembro de 1879⁴⁵⁴, foram registrados nada menos que 26 incidentes envolvendo empresas de bondes, passageiros e transeuntes, o que poderia indicar aproximadamente uma ocorrência por dia! No entanto, acredita-se que estes números deveriam ser bem maiores, haja vista que foram tomados como base apenas as denúncias que chegaram aos jornais, o que exclui os casos não noticiados.

Passando por inúmeras histórias que cruzam as linhas de carris de ferro da cidade do Rio de Janeiro no ano de 1879 percebeu-se a constituição de um imenso, complexo e conturbado cenário de conflitos, envolvendo situações e pessoas da mais diversas que tinham em comum o fato de partilharem de experiências forjadas no ir e vir diário do sistema de transportes da Corte. É a partir deste cenário histórico que devem ser buscados alguns dos significados do motim, não só por ter sido o contexto em que foram aplicadas as reformas financeiras, e, mais especificamente, o imposto de 20 rs sobre passageiros, mas também por ter representado o momento específico em que teriam sido criadas leituras específicas que serviriam de base para as manifestações de descontentamento expressados no ano seguinte. Mas a história que antecedeu o motim não para por aqui, pois, verificou-se mais uma das questões e não a última que acredita-se ter contribuído para a exaltação dos ânimos em 1880. E para compreender as mesmas, é necessário observar algumas questões acerca da aplicação do imposto de transportes e os arranjos que teriam possibilitado a sua execução.

⁴⁵⁴ Os incidentes não terminaram com o mês de novembro, pois as notícias sobre o assunto continuaram a ser publicadas nos periódicos nos dias seguintes a data final de amostragem e no próprio mês de dezembro, embora com uma regularidade menor do que a observada no período outubro-novembro. Acredita-se que a menor regularidade se deva menos a ação da polícia e mais a influência das empresas de carris e do próprio governo junto a jornais como o *Jornal do Comércio*, solicitando que notícias desta natureza não fossem publicadas para não criar mais polêmica acerca do imposto de transportes, que entraria em vigo em 1º de janeiro do ano seguinte, e para evitar questionamentos sobre a eficácia das autoridades em relação ao assunto, fato que teria criado uma publicidade negativa tanto às autoridades quanto às empresas de carris.

A cartada final do governo: o novo orçamento.

Mil oitocentos e setenta e nove, um ano decisivo para o governo liberal. Desde sua subida ao poder, em 5 de janeiro do ano anterior, o gabinete organizado pelo Visconde de Sinimbu dividia opiniões entre os mais esperançosos, que acreditavam que ele representaria a redenção do Império através de reformas há muito almeçadas pelos liberais, e os mais céticos, que viam em sua ascensão apenas a materialização do velho joguete partidário que opunha as elites políticas do país em torno dos dois partidos principais.

Depois de um domínio conservador continuado, o Partido Liberal finalmente retornaria ao palco da política central mediante a convocação do próprio imperador, que se mostraria preocupado com o andamento da situação política e econômica do país⁴⁵⁵. Para corresponder às expectativas do monarca e, segundo, Sinimbu, da nação, seu gabinete representaria uma “onda” de mudanças, necessárias à garantia do bom funcionamento e de um futuro tranqüilo ao Brasil. É, nestes termos, que são apresentados àqueles que seriam os dois principais projetos de seu ministério, a reforma política e a reforma orçamentária.

Todavia, neste mesmo ano de 1879, as coisas não caminharam bem como imaginava Sinimbu, e o seu primeiro desgosto veio na forma de uma derrota sofrida pela proposta mais importante: a da reforma política. Este incidente teria representado um balde de água fria nas pretensões liberais, pois, embora não tenha medido esforços para aprovar a reforma constitucional - enfrentando uma obstinada oposição no Senado, a quem tentou “vencer pelo cansaço”, posto que os argumentos, por si só, não estariam surtindo o efeito desejado -, após oito dias de discussão, o governo foi derrotado, juntamente com sua proposta de mudanças no sistema representativo⁴⁵⁶. Uma situação frustrante, sobretudo num momento em que tudo parecia conspirar a favor das pretensões reformista do novo gabinete, posto que contava não só com o apoio do Poder Moderador, mas também com uma Câmara dos Deputados disposta a apoiar as mudanças projetadas. Todavia, a câmara alta não estava disposta a tanto.

Conforme avaliado no capítulo 2 deste trabalho⁴⁵⁷, a reforma política proposta pelos liberais liderados por Sinimbu teria como características principais a redução do censo eleitoral e o combate a vitaliciedade do Senado, pontos que, segundo eles, contribuíam para a

⁴⁵⁵ **A Fala do Trono**, 3 de maio de 1879 Apud PORTO, Costa. **Afonso Celso, discursos parlamentares, 1836-1912**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978, p. XXVI.

⁴⁵⁶ Segue a notícia dada pelo *Jornal do Comércio* em sua edição do dia 13 de novembro de 1879: “Depois de oito dias de discussão, foi hontem rejeitado no senado por 30 votos contra 10 o projeto iniciado na câmara dos deputados para a reforma dos arts. 90, 91, 92 e 94 da Constituição por meio de uma constituinte com a emenda substitutiva do Sr. Leão Velloso (...). Posto em seguia a votos o projeto, sem a emenda, foi também rejeitado.

⁴⁵⁷ Ver a primeira parte do Capítulo 2, “Uma questão urgente: a reforma política”, páginas 103 a 137.

degradação do sistema político brasileiro. Perante esta situação, não é de se admirar que ele não tenha sido aprovado, afinal, ele só seria implementado mediante reforma constitucional que, por sua vez, deveria passar pelo aval do Senado o qual, além de não aparentar a disposição de modificar o funcionamento da casa, apresentava ainda uma composição amplamente conservadora.

As palavras da *Gazeta de Notícias* ao abordar a recusa do Senado sobre a reforma política são bastante sintomáticas para elucidar melhor a situação. Segue um dos trechos da matéria publicada em 13 de novembro de 1879.

O senado rejeitou hontem [12/11] o projecto de reforma eleitoral.
 O espírito conservador perde-se em um Dédalo de conjunturas, que seriam fáceis em um paiz em que as questões de princípios sobrenadassem, mas que são extremamente complicadas aqui, onde para as maiores como para as menores resoluções influem elementos que, ou escapam a apreciação, ou fazem hesitar o apreciador ao ter de empenhar-se na crítica psychologica dos indivíduos.
 (...)
 Mas, essa opposição que tem apenas o valor de um protesto, contrabalançado pelos inconvenientes de uma delonga, porque o governo insistira e acabara por vencer, será realmente um motivo de jubilo para o paiz? Será o indicio de que no Senado estão acastellados os bons princípios, e que é licito que volvam para aquele lado os olhos os que ainda esperam?
 Infelizmente não os julgamos assim; e talvez seja permitido suppor que o mesmo projecto de lei, ou outro mais retrogrado ainda fosse aceito pelo senado, se este pudesse com elle salvar uma ordem de principios – os do partido político que alli tem maioria.⁴⁵⁸

Em suas palavras, o periódico permite perceber que os motivos para a recusa não tinham razões ideológicas, muito menos questões programáticas *stricto senso*, mas, tão-somente, a preservação de benefícios que gozavam os senadores, como, por exemplo, a vitaliciedade⁴⁵⁹. Um benefício, aliás, muito eficaz às pretensões de seus membros, em sua maioria conservadores que, acastelados nesta casa, poderiam agir como opositores ao governo liberal sem o risco de serem punidos com a dissolução da casa, fato, inclusive, possível à Câmara que apoiara Sinimbu.

Mediante tal conclusão, este jornal coloca em evidência que a oposição ao projeto não se deu, como é possível supor, devido a presença marcante do Partido Conservador, mas sim, ao próprio caráter desta “corporação”, dotada de “uma índole essencialmente conservadora”⁴⁶⁰. Por este motivo, segue o periódico, não seria uma vitória contra “um

⁴⁵⁸ *Gazeta de Notícias*, 13 de novembro de 1879.

⁴⁵⁹ No sistema parlamentar brasileiro, a câmara dos deputados era renovada periodicamente através das eleições de seus membros cujo mandato era limitado, já o Senado não apresentava as mesmas características, pois os seus membros não eram eleitos pelo sistema eleitoral tradicional, sendo escolhidos pelo Imperador, e, após esta escolha, ocupariam este cargo de forma vitalícia.

⁴⁶⁰ *Gazeta de Notícias*, 13 de novembro de 1879.

projecto que exclue da communhão nacional os acatholicos, que priva do direito do voto a maioria da *nação*, que arrega das urnas por ignorantes aquelles a quem o governo nega instrucção”, mas, “simplesmente um projecto que pretende reformar uma lei do paiz sem a presença do senado”.⁴⁶¹

Observando a composição dos votos que levaram a esta recusa⁴⁶², pode ser constatado que as teorias da *Gazeta* teriam fundamento, pois, não só os conservadores votaram contra a dita proposta de reforma, como também políticos liberais, o que leva a crer que haviam interesses bem mais amplos que aqueles ligados a rivalidades interpartidárias. Seja como for, um dos motivos que teriam levado Sinimbu e seus aliados ao poder teria sido posto por terra através de um arranjo entre políticos de legendas partidárias diferentes, o que teria causado uma decepção ainda maior no chefe do gabinete, ao notar que sua própria legenda teria contribuído para esta derrota⁴⁶³.

Recolhidos os cacos, só restou ao governo o novo orçamento, cuja aprovação ocorreu alguns dias antes da derrota eleitoral. Todavia, o fato de sua aprovação não significa que ele esteve isento de ataques. Ao contrário. O projeto foi alvo de vivos debates nas duas casas do parlamento, sobretudo no Senado, cuja maioria conservadora fez questão de levantar barreiras às propostas do governo, que insistentemente teria argumentado que a bancarrota em que se encontrava o país se devia à ineficiência orçamentária dos governos anteriores, todos conservadores, o que justificaria, segundo o mesmo, a necessidade de mudanças⁴⁶⁴. Dessa forma, a oposição levantada ao novo orçamento tinha um sentido político bem claro de obstar um possível sucesso liberal, colocando obstáculos ao projeto orçamentário.

⁴⁶¹ Idem, *ibidem*. Grifo meu.

⁴⁶² O projeto recebeu 10 votos a favor e 30 votos contra. Os senadores que votaram **a favor** foram os seguintes: Sinimbu, Afonso Celso, Paranaguá, Visconde de Abaeté, Dias de Carvalho, Chichorro da Gama, Dantas, Leão Velloso, Cunha Figueiredo e Antão. Votaram **contra** os seguintes senadores: Pedro de Mendonça, Leitão da Cunha, Barão de Cotegipe, Junqueira, Visconde de Mutitiba, Jaquarype, Mendes de Almeida, Visconde de Rio Branco, Vieira da Silva, Ribeiro da Luz, Cruz Machado, Fausto de Aguiar, Barão de Mamanguape, Corrêa, Barão de Pirapana, Uchoa Cavalcanti, Barros Barreto, Correa de Oliveira, Diogo Velho, Visconde de Nitherohy, Conde da Baependy, Teixeira Junior, Barão de Laguna, Godoy Diniz, José Bonifacio, Francisco Octaviano, Silveira Lobo, Nunes Gonçalves e Silveira Motta. *Jornal do Comércio*, 13 de novembro de 1879; *Gazeta de Notícias*, 13 de novembro de 1879.

⁴⁶³ Se por um lado, este fato pode ser explicado pelas divergências entorno do projeto que seria apresentado ao parlamento sobre a reforma política, que teria dividido os parlamentares, sejam eles liberais ou conservadores, por outro ele estaria ligado a própria natureza da proposta, baseada em uma reforma constitucional que alteraria não só os direitos políticos da população em geral, como também dos próprios senadores, que não teriam mais cargos vitalícios, como rezava a Constituição do Império de 1824.

⁴⁶⁴ PORTO, Costa. **Afonso Celso, 1836-1912. Discursos parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978, p. XXVI.

O projeto só passou, mediante acordo do Ministro da Fazenda, Afonso Celso de Assis Figueiredo⁴⁶⁵, com os adversários do governo, encabeçados por figuras como Saldanha Marino, Joaquim Nabuco, Eduardo de Andrade Pinto, Leôncio de Carvalho, Galdino das Neves e Martinho Campos.⁴⁶⁶ Assim, mesma a duras penas, o governo teria conseguido uma importante vitória política.

Conforme o próprio Sinimbu ressaltou a respeito do projeto orçamentário, os esforços do governo estiveram direcionados à implementação de medidas de saneamento da economia, idéia esta que teria sido endossada pelo próprio Afonso Celso, ao afirmar que este projeto buscava, dentre outras providências, estimular “o equilíbrio do orçamento, o combate ao déficit e abertura de novas fontes de renda ao Tesouro” num momento em que o governo enfrentava circunstâncias de dificuldades financeiras.⁴⁶⁷ O programa apresentado pelo ministro estabeleceu, em termos gerais, mecanismos de “aumento de receita” e “redução de despesas” visando proporcionar o “equilíbrio orçamentário”, necessário à resolução dos problemas financeiros do país.⁴⁶⁸

Dentre os mecanismos mencionados pelo ministro para o aumento da arrecadação, podem ser citados a evidência de novos tributos, dentre os quais, a taxa “de 20 réis por passageiros que circular nas linhas férreas da cidade do Rio de Janeiro e seus subúrbios, *trainways* ou carris urbanos de tracção animada ou a vapor.”⁴⁶⁹ A análise desta taxa⁴⁷⁰ revelou a dimensão de uma polêmica que atravessou o fim do ano de 1879 e seguiu pelo ano de 1880, demonstrando conexões com os interesses políticos em atrito. Conforme observado, este atrito se tornou mais evidente através do contexto que colocou em lados opostos governo e oposição, cada qual construindo seus argumentos contra ou a favor da necessidade desta taxa e, de certo modo, da reforma que o colocaria em evidência.

Para além do aumento ou criação de novos tributos, o novo orçamento trazia mais algumas surpresas, como os cortes de verbas para os serviços públicos, necessários à redução das despesas mencionadas pelo ministro, vale lembrar. Uma das áreas que talvez mereçam

⁴⁶⁵ O deputado Afonso Celso de Assis Figueiredo assume a cadeira no Ministério da Fazenda em 8 de fevereiro de 1879, em lugar do Senador e Chefe do Conselho de Ministros, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu (visconde de Sinimbu) que interinamente ocupava o cargo desta pasta no após a saída de Gaspar Silveira Martins. Segundo relatos do próprio Afonso Celso, a queda de Gaspar estaria relacionada aos ataques constantes da imprensa dos políticos da oposição liberal radical (os “lusias radicais”) ao seu programa “que não abrangia todo o ideário liberal, mostrando-se tímido, transigente em excesso, muito aquém do que se deveria esperar de um governo ajustado à linha de autenticidade partidária.” Idem, p. 181

⁴⁶⁶ **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, Tomo 153, vol. 103, p. 38.

⁴⁶⁷ PORTO, Ob. Cit., p. XXVI.

⁴⁶⁸ Idem, ibidem.

⁴⁶⁹ **Lei n.º 2.940 de 31 de outubro de 1879**, Art. 18, 11, 1º.

⁴⁷⁰ Ver Capítulo 2 do presente trabalho.

maior destaque neste corte de verbas do governo é a da educação pública. Antes de tecer qualquer comentário a respeito, segue o trecho da lei que extingue as verbas orçamentárias para áreas da educação pública:

Art. 2º O Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império é autorizado para despender, como os serviços designados nas seguintes rubricas, a quantia de 7.983:522\$400.

A saber:
(...)

25. Instituto Commercial, supprimidas as cadeiras de Francês, Inglês, Allemão e Calligraphia, e o logar de Director; e removido o Instituto para algum edificio publico, ficando sujeito ao Inspector Geral da Instrucção Publica -----
----- 8:460\$000

26. Instrucção Primaria e Secundaria do Municipio da Corte, supprimidas as seguintes verbas da proposta: Escola Normal, 40:000\$000; quatro addidos à Secretaria de Instrucção Publica, 7:200\$; Professores supplementares do Internato e Externato, 4:800\$000; Escolas Nocturnas, 50:000\$000; Cappelão do Externato, 600\$000; Inspectores de alumnos, 2:400\$000; despezas com exames geraes, 15:000\$000 ----- 1.009:047\$000

Através do trecho legal em tela, pode ser observado que, de uma só vez, o governo elimina importantes entidades de educação pública e gratuita, muitas das quais, direcionadas a setores sociais mais pobres, como é o caso das Escolas Noturnas, que se ocupavam da instrução de trabalhadores. Não sem tempo, esta atitude do governo foi alvo de atitudes de reprovação e até alguma mobilização no sentido de dar continuidade à prestação dos cursos noturnos. No dia 4 de novembro foi divulgado na seção “Publicações a Pedido” do *Jornal do Comércio*, um manifesto de Octaviano Hudson, através do qual, foi classificada como inaceitável a atitude do governo. Segue o relato.

É lamentavel e digno de censura que se pretende fazer extinguindo os cursos nocturnos.
Felizmente o que de acordo com o Sr. Cypriano [ilegível] na Escola da Glória, hade continuar, [ilegível] de Deus, porque esse não depende dos cofres publicos.
E querem a instrucção publica supprimindo os meios de dissimina-la!
Como membro do conselho da associação beneficente Liga Operária, um de cujos principais fins é [cuidar] da instrucção das classes operarias, protesto contra [essa medida].⁴⁷¹

Este pequeno manifesto foi publicado no dia anterior à edição em que fora publicada a Receita Geral do Império⁴⁷². De certo modo, ele deu início a uma série de manifestações a respeito do tema educacional, algumas expressando o descontentamento com a medida, outras

⁴⁷¹ *Jornal do Comércio*, 4 de novembro de 1879.

⁴⁷² A Receita Geral do Império foi publicada no *Jornal do Comércio* dos dias 5 e 6 de novembro de 1879.

divulgando providências para combater seu efeito nefasto sobre a população da cidade. Na edição do dia 7, por exemplo, além de uma declaração de apoio ao Sr. Hudson, publicada na seção de “Publicações a Pedido”, foi emitido um comunicado na parte de “Avisos” do *Jornal do Comércio* com as seguintes palavras:

Constando que o governo imperial vai suspender os cursos noturnos das escolas publicas, o professor Delfim Junior, director do Externato Brasileiro, sito a rua do Cattete, n. 10 [ou 11?] unido a alguns amigos negociantes da freguesia da Glória, [oferecerá] um curso nocturno que começará a funcionar no dia 10 do corrente, das 7 as 9 horas da noite,
As pessoas que quizerem se matricular podem dirigir-se ao Externato Brasileiro onde encontrará o respectivo professor.⁴⁷³

Através da declaração de Hudson é possível que seja percebida a dimensão social assumida pelo novo orçamento proposto pelo governo, cujo corte de verbas atingiria os setores populares, trabalhadores de um modo geral, que dependiam de cursos em horários noturnos, isto é, fora do horário de trabalho, para ter acesso à educação. Além deste aspecto, as citações permitem identificar também que, para além da “simples” discordância do governo, houve uma mobilização de alguns setores sociais em prol da continuidade na oferta de ensino gratuito, o que, de certo modo, ajuda a perceber uma proximidade de interesses entre setores sociais distintos acerca de um mesmo tema. Ou seja, se por um lado, pôde ser percebida na atitude do governo a falta de preocupação na preservação do ensino, por outro, seria identificado através de atitudes de membros do magistério, bem como representantes dos trabalhadores, uma percepção oposta sobre a importância da educação.⁴⁷⁴

Com relação à educação popular, o que teria motivado a divisão nas opiniões observada acima? Talvez não seja encontrada a resposta exata para esta pergunta, mas os indícios fornecidos pelos discursos a respeito deste tema podem evidenciar um possível caminho para que se supere esta incógnita. É o que será buscado nas palavras de Leôncio de Carvalho.

O conselheiro Leôncio de Carvalho promoveu uma série de “conferências populares” na cidade durante os meses de novembro e dezembro de 1879 a respeito da educação, avaliando a situação do sistema de ensino, e justificando suas atitudes em prol da “instrução

⁴⁷³ *Jornal do Comércio*, 8 de novembro de 1879.

⁴⁷⁴ Com o passar dos dias a mobilização em prol da preservação da oferta de cursos noturnos gratuito foi tomando maior vulto através da participação direta de membros do magistério oferecendo seu trabalho sem remuneração, de diretores oferecendo o espaço para realização das aulas, de representantes dos trabalhadores elaborando listas de doações para arrecadar fundos para o exercício dos trabalhos, de ofertas de somas em dinheiro de alguns políticos e membros da sociedade civil para ajudar nas despesas com a manutenção do ensino noturno e gratuito. Em conjunto, as atitudes relatadas constituíram uma importante mobilização para a continuação da oferta de ensino noturno gratuito.

publica” no Império.⁴⁷⁵ Em uma dessas conferências, realizada no dia 11 de novembro de 1879, às 18:30 horas na Escola S. José, o conselheiro promoveu ataques ao governo e ao Senado, segundo ele, grandes responsáveis pela situação precária do ensino público, oferecendo, inclusive, obstáculos para a superação dos problemas apresentados pelo mesmo. Diante de uma platéia repleta de ouvintes, afirmou que “o governo não admitia discussões sobre instrução pública, lavoura, a indústria e outros assumptos que estivessem fora do campo das eleições e do orçamento”. Por este motivo, continua ele, o governo não quer executar e nem apresentar ao parlamento o decreto de 19 de abril de 1879⁴⁷⁶, que “reformou instrução pública”, apesar de continuar a dizer que o considera “muito legal e conveniente”.⁴⁷⁷

Com relação ao Senado, observou que este levantou grande oposição ao seu projeto de reforma da educação, afinal, explica o mesmo invocando palavras do Marquês de Herval, que esta casa representaria “o maior obstáculo a todas as reformas liberaes”. Seguindo esta linha de raciocínio, Carvalho especula que esta atitude do Senado se deve ao fato de que a instrução do povo representaria um risco a este poder, pois, aquele, uma vez “esclarecido, não saberia supportar procuradores perpetuos, armados de veto absoluto sem o menor corretivo contra as suas paixões”⁴⁷⁸.

Não pode ser negligenciado o fato de que ao criticar o Senado, Carvalho estaria fazendo coro às pretensões liberais de reforma desta casa, cujo regime vitalício dificultaria a implementação de reformas. A este aspecto, poderia ser acrescentado o fato já observado de que esta instituição era constituída por uma maioria proveniente do Partido Conservador e que, por este motivo, dificultava a tramitação e aprovação de projetos políticos ligados aos interesses de setores vinculados ao Partido Liberal, fato verificado, inclusive, pelo naufrágio da reforma política. Entretanto, para além dos clichês, suas palavras fariam sentido se postas à luz das próprias pretensões governamentais em subtrair a participação popular do processo político-eleitoral. Mas, antes que se conclua algo mais profundo a este respeito, será dada seqüência à conferência.

Dando coerência as conclusões anteriores, o conferencista afirma que as “despesas com a instrução pública são as melhores e mais fecundas operações financeiras”, pois, entende que

⁴⁷⁵ A descrição da conferência foi publicada no *Jornal do Comércio* de 12 de novembro de 1879.

⁴⁷⁶ **Decreto 7.247 de 19 de abril de 1879**, que “reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e superior em todo o Império.”

⁴⁷⁷ Discurso de Leôncio de Carvalho. *Jornal do Comércio*, 12 de novembro de 1879

⁴⁷⁸ Idem, ibidem.

por mais precários que fossem os recursos do thesouro, o governo não deveria permitir que, para poupar algumas dezenas de contos, se fechassem cursos nocturnos e se desorganizasse o já deficiente e muito irregular serviço de instrução publica.

Se era forçoso economizar mais cento e poucos contos, tirasse essa quantia o governo de outras verbas menos uteis. Suprimisse por exemplo a verba destinada *ao desnecessario augmento da força publica*. Com essa supressão ficaria habilitado para manter os cursos nocturnos, crear escolas normaes e até mesmo os laboratórios indispensáveis a escola de medicina. *Excluir das urnas os analfabetos e ao mesmo tempo fechar as escolas onde possam elles aprender a ler e escrever, não é sem duvida um procedimento que abone um governo liberal.*⁴⁷⁹

Após esta avaliação contundente sobre as opções orçamentárias do governo, Carvalho prossegue com a parte final de sua exposição, avaliando as instituições de ensino dos povos durante os tempos (antigos, idade média, modernos e contemporâneos), e, através dela, demonstra que em todos os tempos, “a ignorancia das massas tem sido o melhor alliado dos governos absolutos”⁴⁸⁰.

O conselheiro finaliza sua conferência parodiando um escritor americano, cuja reflexão serviria como um eficiente instrumento retórico para concatenar o conjunto de suas idéias e, por fim, dar um *ar refinado* as suas propostas:

“Da difusão das luzes dentre as massas depende o futuro de nossas instituições. Nenhum perigo nos poderá vir de fora; receio, porém, da indiferença do povo para com os negocios do paiz; tornai-o intelligente, elle terá vigilância; dai-lhe os meios de conhecer o mau; elle mesmo descobrirá o remedio.”⁴⁸¹

Após estas palavras, ele foi ovacionado e muito aplaudido pelo numeroso público que se encontrava no auditório desta escola, demonstrando que sua estratégia teria surtido o efeito desejado.

Deixando de lado a preocupação *enciclopédica* do *ilustre* político, e atentando especificamente para as suas observações sobre a educação no país, são verificados alguns indícios que podem lançar uma luz sobre as medidas do governo de reduzir, ao invés de ampliar, a oferta de ensino público e gratuito à população.

Recordando a situação educacional em que se encontrava parte significativa da população da cidade, e, do Império de um modo geral, formada essencialmente por pessoas iletradas, era de se esperar que o problema fosse combatido por um governo que havia defendido que o ato de saber ler e escrever era essencial ao exercício consciente dos direitos políticos, e que, justamente, a falta destas características criaram uma “incapacidade

⁴⁷⁹ Discurso de Leôncio de Carvalho. *Jornal do Comércio*, 12 de novembro de 1879. Grifo meu.

⁴⁸⁰ Idem, *ibidem*.

⁴⁸¹ Idem, *ibidem*.

intelectual” que teria sido responsável por grande parte dos problemas políticos do país⁴⁸². Diante destas circunstâncias, seria, no mínimo, um contra-senso, o fato de que as mesmas autoridades estariam contribuindo através do novo orçamento justamente para a ampliação do número de analfabetos. Seria, se este fato não pudesse ser interpretado como uma política de governo.

Entretanto, por se tratar do governo Sinimbu, a contradição é apenas aparente, pois, como visto numa etapa anterior da presente análise, para aprovar modificações que “moralizariam” o sistema político imperial, este mesmo gabinete teria se utilizado de táticas de aliciamento e corrupção que seriam, segundo os mesmos, as causas da reforma proposta⁴⁸³. Dessa maneira, as situações dúbias observadas entre os discursos e as atitudes governamentais, podem indicar bem mais do que equívocos circunstanciais, visto que permitem deduzir um objetivo comum que atravessaria tanto o projeto de reforma política quanto o projeto de reforma orçamentária, ou seja, que por trás de um suposto equívoco, estaria sendo arquitetada a redução das esferas de atuação política dos setores populares, os mais atingidos pela situação precária da educação brasileira, sem, todavia, indicar que esta seria uma expectativa governamental.

Se a redução dos gastos era uma necessidade irrefutável ou um mero artifício para justificar os cortes ligados a objetivos de fundo político, ou ainda a junção dos dois, o que é bem provável, não sabe-se ao certo. Contudo, as peças parecem se encaixar e demonstrar elementos bem mais amplos por detrás da reforma tributária que o levariam diretamente a expectativas variadas sobre o governo liberal.

Diante das circunstâncias apresentadas até o momento, o novo orçamento teria assumido uma grande importância para Sinimbu e seus aliados no poder, não só devido as propostas em si, vistas parcialmente até o momento, mas também pela necessidade política de justificar a própria existência do gabinete, que, como visto, teria sua origem ligada ao exercício de mudanças econômicas e políticas de que o país necessitaria. E, em decorrência do fracasso da reforma política, caberia ao governo implementar seu único trunfo, as reformas econômicas, a qualquer custo, ao passo que se não o fizesse, estaria correndo o risco de ter um fim eminente. Nesse sentido, ele não tardou a colocar em prática as suas recém aprovadas medidas de equilíbrio orçamentário, cortando gastos, como no caso da educação, e ampliando

⁴⁸² Sobre os argumentos defendidos para a reforma eleitoral podem ser observados no Capítulo 2 da presente análise.

⁴⁸³ Para mais detalhes a este respeito, ver o Capítulo 2 do presente trabalho.

o orçamento através de mudanças tributárias, o que levou a implementação de impostos como o dos transportes.

Como visto anteriormente⁴⁸⁴, o imposto teria o início de sua cobrança em 1º de janeiro de 1880, atingindo não apenas os bondes, mas todos os meios de transportes públicos da cidade. Segue a passagem da lei que versa sobre este assunto.

Art. 18.

(...)

11. Cobrar-se-á também a seguinte taxa de transporte:

1º. De 20 réis a 1\$, conforme a distancia percorrida, por passageiro, sem distinção de classe, que circular nas estradas de ferro de tração a vapor construídas pelo Estado ou por companhias particulares que tenham subvenção, garantia ou fiança de garantia de juros. As referidas taxas serão extensivas aos passageiros de barcas a vapor das companhias subvencionadas pelo Estado.

2º. De 20 réis por passageiro que circular nas linhas de férreas da cidade do Rio de Janeiro ou seus subúrbios, tramways ou carris urbanos de tracção animada ou a vapor.

O Governo se entenderá com as empresas, ou companhias a cargo de quem se achar esse serviço, tanto marítimo e fluvial quanto terrestre, afim de regular a arrecadação da taxa de transporte.⁴⁸⁵

O trecho acima demonstra um apetite fiscal voraz do governo, pois, praticamente todos os meios de transportes da cidade, sejam eles marítimos ou terrestres, de tração animada ou a vapor, seriam atingidos pela nova tarifa. Este fato demonstra uma estratégia tributária que visava contemplar grande parte da população da capital e, através disso, promover um aumento significativo na arrecadação. Este fato poderia ser explicado através da inserção do bonde nesta cláusula da lei, pois ele constituía o transporte coletivo mais utilizado pela população do Rio de Janeiro, e, por esta razão, representaria uma potencial fonte de divisas que não podia ser negligenciada pelas autoridades, diante de uma conjuntura de dificuldades financeiras.⁴⁸⁶

A respeito da forma com a qual esta cobrança seria efetuada, o texto em tela afirma que haveria um entendimento entre o “governo” e “as empresas ou companhias, a cargo de

⁴⁸⁴ Idem.

⁴⁸⁵ **Lei n.º 2.940 de 31 de outubro de 1879**, p. 21.

⁴⁸⁶ O imposto rendeu ao governo, entre os meses de janeiro e março de 1880, 256:000\$000. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, Tomo 153, vol. 103, p. 45. Um dado interessante é o de que o somatório do dinheiro que seria “economizado” pelo governo com os cortes de verbas da educação pública, referentes às Escolas Normais (40:000\$000), aos Professores suplementares do externato e internato (4:800\$000), às Escolas Noturnas (50:000\$000) e às Despesas com Exames Gerais (15:000\$000), seriam o de, aproximadamente, 109:800\$000, ou seja, menos da metade do que foi arrecadado com o imposto em apenas 3 meses de sua vigência. Se os valores do imposto fossem divididos de forma equitativa pelos três meses de sua vigência, o governo poderia manter os gastos com os principais setores da educação durante o período de um ano apenas com a arrecadação de dois meses do imposto dos transportes, permitindo a prestação e, até a ampliação do serviço educacional, caso quisesse utilizar o dinheiro que seria arrecadado no restante dos demais dez meses do ano. **Lei n.º 2.940 de 31 de outubro de 1879**.

quem se achar esse serviço”, no qual ficaria estipulado que o poder público apenas “regularia” o processo de cobrança que seria realizado pelas empresas de transportes. Isto demonstra que as prestadoras de serviços públicos, e não o governo, seriam as responsáveis diretas pela execução de uma política fiscal do Império. Nestes termos, uma operação de interesse público seria executada por empresas privadas, como as empresas de bondes, cujos interesses estariam diretamente ligadas à prestação deste tipo de serviço, o que faria delas alvo de suspeitas.

Outro ponto crítico, relacionado ao anterior, se deu a partir das circunstâncias em que transcorreram as negociações sobre a arrecadação do imposto. Estas negociações teriam constituído outro foco de críticas por parte de opositores, sobretudo no que toca às empresas de bondes da cidade, que teriam sido beneficiadas por medidas governamentais lesivas ao interesse público em troca da garantia da execução eficaz da cobrança⁴⁸⁷. Deste modo, as empresas assumiriam as responsabilidades de cobrar o imposto, colocando à disposição do poder público o seu pessoal para efetuar o recolhimento da taxa de 20 réis por passageiro e, em troca, seria beneficiada pelo governo, cujos interesses estariam direcionados para uma realização com sucesso de seu orçamento. Da comunhão de interesses é que teria sido gerado o regulamento do imposto, publicado em 13 de dezembro de 1879⁴⁸⁸.

Todavia, antes mesmo da publicação do referido regulamento de 13 de dezembro, a oposição já manifestaria nos jornais protestos contra o governo, através dos quais atacariam não só a evidência de mais um imposto, como criticariam as circunstâncias de sua execução, como é o caso das denúncias de “Lord Melville” direcionados ao Imperador, no texto que segue adiante:

A S. M. o IMPERADOR

(...)

A página da historia deste período do governo esta repleta de abomnaveis commetimentos: não há erro, violência as leis, postergação do direito, brutalidades ineptas, escândalos vergonhosos, que se não tenham prestado!... (...)

Ficca longo enumerar factos condemnaveis; caracterizam, porem, esta poça dous estupendos acontecimentos, o contrato do gaz e a innovação dos contratos das companhias de bonds...

O imposto de 20 rs. por cada passageiro foi obra da imprevidência, senão da ignorancia. Vexatorio e difficil de ser arrecadado, este imposto parece ter sido decretado para favorecer amigos de intima predilecção do Sr. presidente do conselho. É incrível o que esta planejado.

Como arrecadar semelhante imposto? O ministro resolve o problema fazendo um arranjo em virtude do qual as companhias se encarregam da cobrança do imposto

⁴⁸⁷ O governo teria prorrogado o prazo de algumas das empresas de bondes pelo período de 30 anos em troca da execução da cobrança da taxa de transportes. Este fato teria sido denunciado pela *Gazeta de Notícias* no mês de novembro, e, posteriormente, confirmado no mês seguinte.

⁴⁸⁸ AZEVEDO, Moreira de. Imposto do vintém. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro: Tomo LVIII, Parte 1, 1895, p.1.

de 20 rs. e em remuneração por este trabalho o governo imperial renova por mais 30 anos o prazo de duração dos contratos das companhias.

Ora, ocorrem varias reflexões. Como prejudica, com semelhante arranjo, os direitos e os interesses da camara municipal a quem revertem as empresas na terminação do prazo? Tem competência para tanto?

Não será um excesso de favor esta remuneração projectada se, na próxima sessão do parlamento, reconsiderando este imposto, revoga-lo? Porque razão, em vez de sobrestar na execução, prefere-se um expediente tão oneroso e prejudicial aos interesses públicos?

Este arranjo é de tal ordem que a curiosidade publica investiga em todas as hypoteses dos motivos que levão de [ilegível] o nobre presidente do conselho a praticar taes acto. (...)

Sejão quaes forem as inspirações do presidente do conselho, é certo que o projectado arranjo rasga todos os véos, e deixa ver atravez figuras conhecidas, interesses inconfessáveis e dão a medida da pressão moral a que S. Ex. se acha victimado. (...)

Neste assumpto das companhias de bondes se dirá a verdade a seu tempo, por agora desperta-se a atenção do paiz sobre a conspiração urdida contra os interesses publicos, sob o pretexto de arrecadar uma pequena somma de imposto, sacrificar, por exemplo, mil para salvar um, eis a que se reduz essa mesquinha arrecadação.

O que, porém, de certo não se vê nem se calcula são os benefícios e avultados resultados, que tirão os favorecidos, e o damno publico, que esta habituado a ver dissipar o patrimonio nacional, e a pagar o imposto sem gritar e sem saber a que ordem de interesses e applicado.

O Sr. Ministro da agricultura pode ter enlevos de ilusão de um homem de bem, realizando o projectado arranjo com as companhias de bondes, o publico, porem, pungido pelos vexames do imposto, a de dar a este facto a sua qualificação verdadeira, embora abjeta e rude.⁴⁸⁹

As palavras de “Melville” demonstram alguns indícios da existência de questões escusas por trás das negociações sobre o imposto, questões que escapariam ao interesse público ao atenderem as expectativas das empresas de bondes em prorrogar os prazos de suas concessões públicas de exploração dos serviços de transportes urbanos por um período de 30 anos em troca da execução do imposto. Este, por sua vez, é classificado como uma espécie de artifício, segundo o qual, as empresas seriam beneficiadas pelo governo liberal, cujo presidente teria estreitas relações com membros de algumas das diretorias destas empresas. As conclusões aferidas pelo *lorde* são baseadas em acusações graves de *improbidade administrativa e beneficiamento de interesses particulares em prejuízo do interesse público*.

Para além da constatação de uma situação que, provavelmente, seria comum a administração pública imperial, estas acusações ajudam a vislumbrar um universo de interesses específico nos meandros da questão tributária, direcionando a atenção da análise para alguns pontos específicos.

Em primeiro lugar, se os interesses que teriam motivado a criação desta contribuição específica estivessem conectados a uma dimensão de relações verticais de poder, alicerçadas em interesses pessoais, e provavelmente estavam, como fazem crer as denúncias, têm-se aqui

⁴⁸⁹ *Jornal do Comércio*, 22 de novembro de 1879.

um dos indícios que poderiam explicar o prestígio gozado pelas empresas de bondes junto à administração pública imperial, o que esclareceria, por exemplo, o porquê das medidas hesitantes das autoridades de segurança em puni-las por ocasião dos incidentes de trânsito nas ruas da Corte e seus arredores.⁴⁹⁰

Em segundo lugar, numa situação como esta em que os empresários de bondes desfrutavam da “proteção” do governo, não é de se admirar que a busca por garantir a permanência neste lucrativo negócio tenha sido facilitada por esta estreita relação que auxiliaria às empresas na negociação sobre os prazos de exploração do serviço de transportes. Por sua vez, esta situação revelou que o papel representado pelo governo imperial na mesa de negociações dotava-o de um poder de barganha considerável, visto que só através de seu beneplácito as ditas empresas teriam o pedido de prorrogação atendido. Este “trunfo” teria servido não somente aos interesses dos empresários, em sua busca por permanência nos negócios, mas também aos do próprio governo, pois permitiria que, mediante o sucesso das negociações, fossem constituídas as condições necessárias para a execução do seu orçamento, o que lhe daria uma sobrevida em meio a turbulência a que se via inserido nos últimos meses do ano de 1879.

Assim, os interesses específicos representados na situação aludida acima materializam as lógicas de cumplicidade apresentadas entre o poder público e setores da iniciativa privada nos momentos que antecederam as manifestações de rua de janeiro de 1880, e que, convergidos para um ponto em comum, a execução do imposto, de alguma forma teriam influenciado no desenrolar dos acontecimentos verificados. A clarividência da questão passa pela compreensão de que, se o acordo sobre o imposto era vantajoso às partes envolvidas, isto é, a certos grupos empresariais e a membros do governo, para a população em geral representaria a continuidade de um serviço precário no qual era vitimada diariamente, seja pelos acidentes de trânsito, seja pela violência física e moral que sofriam na utilização de um serviço fundamental à sua locomoção.

Além da continuidade de um serviço precário, outro inconveniente enfrentado pela população da cidade estaria relacionada ao próprio imposto, cuja cobrança atingiria a todos, independente das condições sociais e econômicas que apresentassem. E, conforme observado

⁴⁹⁰ Como visto anteriormente, as medidas tomadas pelas autoridades, depois de serem pressionadas vale lembrar, direcionaram-se aos condutores de veículos e não às diretorias das empresas, que seriam as responsáveis pelas orientações dadas aos seus empregados, muitas das quais, em desacordo com as posturas municipais, o que corroborava para a ocorrência de situações variadas de violência no trânsito.

anteriormente⁴⁹¹, grande parte dos setores populares utilizavam este serviço, que, para muitos deles, era a única forma disponível para a sua locomoção. Deste modo, o novo tributo representaria um gasto a mais por viagem, pesando nos ganhos diários de milhares de trabalhadores da cidade.

A *Gazeta de Notícias* apresentou uma reflexão interessante sobre a lei, na qual apresenta a idéia de que o imposto cobraria tarifas iguais a pessoas que apresentavam circunstâncias materiais distintas. Segue um trecho desta reflexão.

Voltamos a tratar do imposto do vintém. A sua odiosidade salta aos olhos, principalmente pelo fato de exigir tributo igual de indivíduos que estão em condições diversas.

(...)

Ao passo que o proprietário para o imposto na proporção do valor locativo de seus prédios; que o funcionario público paga em relação aos seus vencimentos; que pagam os industriais conforme a renda de suas industrias, e o comerciante na proporção das vantagens que auferem do seu gênero de negocio, **só o imposto do vintém não olha a relatividade das condições** e cobra igual quantia do rico commerciante, que habita em sua chácara de botafogo, e do pobre operário que reside em um casebre da cidade nova.

Há bairros ocupados quase que exclusivamente por gente pobre, que se utiliza do bond para vir ao coração da cidade exercer seus duros misteres, gente que procura a residência nesses bairros pela commodidade do preço das casas, preço ainda vantajoso apesar da passagem do bond; pois o imposto do vintém equipara a pobre gente que, por necessidade, procura esses bairros nem sempre salubres, à gente rica, que por prazer ou por luxo, a que dão direito os seus haveres, reside nos logares mais aprazíveis da cidade.⁴⁹²

Embora não possa ser negligenciado o interesse deste jornal ao criticar o governo⁴⁹³, ele consegue evidenciar um pouco da realidade dos que utilizavam os bondes não por opção, mas por necessidade. Uma necessidade que impeliria estas pessoas a se submeterem diariamente a um serviço precário⁴⁹⁴, para poderem chegar ao trabalho e dele retornar as suas residências. Sem mecanismos institucionais eficazes que permitissem uma efetiva fiscalização destes transportes, observando uma situação em que as empresas pareciam imunes às leis, reforçada pela pouca envergadura governamental em garantir a qualidade dos serviços prestados e percebendo que de um acordo escuso entre estas partes teria surgido o próprio imposto, não é difícil presumir o que passaria pelas cabeças dos setores mais pobres da cidade.

⁴⁹¹ Para mais detalhes sobre os usuários deste serviço e a forma como estaria sendo prestado no período de outubro e novembro de 1879, verificar a segunda parte do presente capítulo, intitulada “Problemas sobre trilhos: conflitos e tensões nas ruas da cidade”.

⁴⁹² *Gazeta de Notícias*, 2 de dezembro de 1879. Grifo meu.

⁴⁹³ A este respeito, mais detalhes podem ser encontrados no capítulo 2 em que foram analisadas as posições políticas assumidas pelos jornais perante as atitudes do governo liberal de Sinimbu.

⁴⁹⁴ Ver a segunda parte do presente capítulo, intitulado “Problemas sobre trilhos: conflitos e tensões nas ruas da cidade.”

Ainda sobre a questão do imposto, o jornal insiste que embora todos sejam cobrados de forma igual, os benefícios decorrentes desta cobrança não seriam aproveitados pelo conjunto da população, que, ao contrário, teria sua situação agravada, pois

em compensação dos novos impostos com que foi agravada a população, nada lhe deu o governo em melhoramentos que o compensassem; antes pelo contrario, principalmente as classes pobres, foram prejudicadas em todos os sentidos, porque além de se lhes augmentar as imposições foram elas privadas dos cursos noturnos, em que se instruíam, e vão ser também privadas do direito do voto.⁴⁹⁵

A observação é pontual e demonstra as conseqüências ocasionadas pelo governo ao buscar ampliar a tributação dentro de um contexto em que os direitos à educação e a participação política estariam sendo retirados da população mais pobre. Estes dois fatos não podem escapar aos horizontes desta análise, posto que fariam parte da mesma questão, materializada pelos esforços do governo em restringir o acesso à política institucional a uma pequena parcela da população letrada e de renda estritamente comprovada⁴⁹⁶. Os sinais desta “política de governo” do gabinete Sinimbu talvez já pudessem ser sentidos pela população mais pobre e/ou iletrada da cidade através da pouca ou nenhuma sensibilidade das autoridades ao tratarem de questões sociais sérias⁴⁹⁷ como a dos transportes, da educação, ou mesmo da “renda” - este último prejudicado pelas crises financeiras do império e agravado pelas novas medidas de arrecadação -, não dando abertura à discussão destes e outros assuntos de interesse coletivo, agindo, por vezes, de forma arbitrária com relação as tentativas de manifestação de idéias contrárias às suas.

Para confirmar-se a questão anterior basta que sejam observadas as circunstâncias apresentadas no mês de dezembro de 1879 quando ocorreram manifestações de rua para discutir e, ao mesmo tempo, protestar contra o imposto e contra a forma com a qual o governo estaria conduzindo a questão⁴⁹⁸. Um caso sintomático da forma pouco flexível do governo pôde ser observado através do episódio do *meeting* de São Cristóvão, ocorrido no dia 28 deste mês, no qual milhares de pessoas teriam se reunido nas proximidades da residência do Imperador para ouvir os discursos de Lopes Trovão e levar a Sua Majestade um abaixo-assinado solicitando a revogação da referida taxa. O desfecho deste episódio já é conhecido,

⁴⁹⁵ Idem.

⁴⁹⁶ No projeto de lei eleitoral proposto pelo gabinete liberal de Cansação de Sinimbu (1879) bem como no projeto proposto e aprovado pelo gabinete igualmente liberal de Antônio Saraiva (1881), a renda e a alfabetização são os pontos principais para a qualificação dos eleitores. Para mais detalhes a este respeito, voltar a primeira parte do Capítulo 2 do presente trabalho, intitulada de “Uma questão urgente: a reforma política”.

⁴⁹⁷ Basta que se lembre das observações de Leôncio de Carvalho, ao manifestar a pouca abertura a discussão de algumas questões pelo governo, mesmo para as elites políticas que compunham o parlamento imperial. Para mais detalhes, ver *Jornal do Comércio*, 12 de novembro de 1879.

⁴⁹⁸ Para mais detalhes a este respeito, voltar ao Prólogo e ao Capítulo 2 da presente análise.

pois os agentes de segurança presentes teriam repellido todas as tentativas da multidão de levar estas exigências ao monarca, bloqueando todas as entradas e ameaçando tomar atitudes mais enérgicas caso os manifestantes insistissem em prosseguir com seus intentos.⁴⁹⁹

O exemplo acima permite observar não só uma estratégia de bloqueio de manifestações contrárias ao imposto, como também questões mais sutis, que estariam à sombra de atitudes desta natureza. Ao impedir a continuidade da manifestação e, ainda, a entrega do manifesto contra o imposto ao monarca, as autoridades presentes, que seguiam as ordens da Secretaria de Justiça do governo liberal, estariam manifestando uma concepção negativa sobre as manifestações de rua e, por conseguinte, de seus participantes. Em tais circunstâncias, seria difícil não conceber a existência de uma conexão intelectual entre esta concepção negativa e aquelas que serviram de base para justificar a proposta de reforma eleitoral⁵⁰⁰, ou seja, que a população mais pobre da cidade não teria a capacidade necessária para agir politicamente, e, deste modo, reuniões como aquela observada no dia 28 nada mais seriam do que um artifício criado por uma minoria oposicionista para manipular uma numerosa multidão de “ignorantes”.

Conexões como esta parecem ter sido percebidas, inclusive, pelos indivíduos que se reuniram para manifestar contra as políticas governamentais, buscando, a partir dela, estabelecer contatos com setores de elite que, até onde podiam perceber, partilhariam de desconfianças e descontentamentos com relação ao poder central. Deste tipo de posicionamento é que teria sido construído um outro campo de oposição, fora das esferas tradicionais como as plenárias ou os jornais, mas, ainda assim, conectadas a elas através dos setores de elite que as freqüentavam. Não é à toa que os movimentos de rua contariam com a participação de jornalistas, militantes e políticos liberais, conservadores e republicanos, que, ao manifestarem uma posição antagônica ao governo, teriam proporcionado uma leitura por parte dos setores populares de que haveria uma divisão nas elites. Estes últimos, por sua vez, ao manifestarem formas de descontentamento com os grupos no poder, teriam alimentado as expectativas de políticos oposicionistas de enfraquecer Sinimbu e seus aliados. A partir da identificação de situações como a divisão no céu das elites e o descontentamento popular é que setores sociais distintos teriam avaliado as circunstâncias em que estariam inseridos como favoráveis ao enfrentamento do governo.

⁴⁹⁹ Idem.

⁵⁰⁰ Verificar a primeira parte do Capítulo 2 do presente trabalho, intitulada “Uma questão urgente: a reforma política.”

Estas questões remetem a um assunto que foi sugerida no capítulo anterior, de que haveriam pontos em comum entre os manifestantes, independente do setor social a que pertenciam, e que, foi a partir da percepção dos mesmos, que foi delineada, com contornos variados, uma oposição política ao governo. Aliás, pela envergadura do movimento e pelas questões específicas envolvidas, talvez fosse melhor utilizar a palavra *oposições*, no sentido plural do termo.

Se a mobilização política observada no mês de dezembro era uma questão cada vez mais presente, vislumbrada pelos setores populares e pelas elites oposicionistas, para o governo a sensação ruim que ela teria causado estaria interligada não só às expectativas criadas a respeito da ampliação do movimento de oposição que vinha sendo construído desde o início de novembro, como também à crença de que o mesmo poderia estar caminhando a passos largos para a criação de um obstáculo real à concretização de medidas governamentais entorno do orçamento. O protesto de rua do final de dezembro contra o imposto seria, por este motivo, uma dentre as peças do quebra-cabeças circunstancial que estaria sendo estruturado a algum tempo e que, de certo modo, já deveria fazer parte dos horizontes dos grupos no poder, temerosos de que uma oposição localizada de elite pudesse se desdobrar em um movimento oposicionista de grandes proporções.

O caminhar dos acontecimentos teria exigido medidas rápidas no sentido de garantir a estabilidade do governo perante qualquer possibilidade de sua queda, um aspecto ameaçador presente desde a derrota da proposta de reforma política. Embora a experiência relatada anteriormente tenha indicado a existência de medidas “preventivas” desta natureza, será necessário um retrocesso temporal para que seja avaliado se o episódio de enfrentamento com os manifestantes teria sido realmente uma medida “preventiva”, que faria parte de um projeto político que estaria sendo desenhado a algum tempo, ou se seria apenas uma medida de última hora, gerada pelas circunstâncias de ampliação da polêmica sobre o imposto dos transportes. Seja qual for o desfecho da análise, os resultados deste episódio político ocorrido nos fins de 1879 teriam repercutido, de alguma forma, sobre os eventos seguintes em que manifestantes e agentes do governo se confrontaram pelas ruas e praças da cidade.

Ainda sobre este contexto, é importante que se observe que setores de oposição já estariam se manifestando desde os idos do mês anterior aos episódios de janeiro de 1880, realizando reuniões em teatros ou mesmo se manifestando nos jornais e nas ruas, o que, no mínimo, exige que se dê alguma atenção a este período.

Um primeiro detalhe que merece destaque a respeito da possível mobilização das autoridades no período anterior aos incidentes de janeiro de 1880 pode ser verificado pela

ampliação da atuação policial na cidade, entre meados de novembro e o mês de dezembro do ano anterior. Esta ampliação pôde ser percebida através de questões específicas, aparentemente desconectadas entre si, mas que, em conjunto, indicariam esforços das autoridades no sentido de intensificar o controle sobre a sociedade do Rio de Janeiro, de um modo geral, e sobre os setores populares, em particular. Os jornais da capital do período⁵⁰¹ estão repletos de casos que podem exemplificar bem esta atuação mais enérgica, que, em termos do século XIX, significariam também as mais variadas arbitrariedades, desde prisões sem causa aparente até atos de violência contra a população.

Sob o comando do desembargador Eduardo Pindayba de Mattos, a Secretaria de Polícia da Corte desempenhou verdadeiras cruzadas contra aspectos apresentados pela população da capital, reprimindo determinadas práticas consideradas ilegais ou “imorais”, visando manter a “ordem” nas ruas. Se fossem reunidas em categorias mais gerais, as medidas tomadas estariam concentradas nos seguintes campos: “moral e bons costumes”, “ordem pública” e “paz nas ruas”. A uma primeira impressão, a simples menção a estas tipologias pode não significar muita coisa, pois, induzem a atividades comuns de qualquer força policial do período⁵⁰². Porém, se observadas através das circunstâncias concretas que elas compreendem, seus sentidos podem assumir uma conotação mais específica, indicativa do contexto social e político em que estariam inseridos e, mais precisamente, em que pontos específicos da população estariam incidindo.

É neste momento, por exemplo, que são observadas intervenções em locais específicos da cidade em busca de infratores e/ou de infrações, tais como o porte de armas, ocultação de procurados a justiça ou de escravos, o combate à capoeira e seus praticantes, repressão aos *caftens*, a prostituição e ao tráfico de mulheres, entre outros. Embora os jornais dêem tratamentos diferenciados a estes fatos, ainda assim eles permitem constatar que, em maior ou

⁵⁰¹ Os jornais da capital que servirão de base para a análise referida são os seguintes: *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias* e *Gazeta da Noite*, entre os meses de novembro e dezembro de 1879.

⁵⁰² Segundo Eric J. Hobsbawm, os setores populares se tornariam uma preocupação constante às autoridades no decorrer da segunda metade do século XIX, sobretudo após as circunstâncias geradas pelos rápidos processos de comunicações proporcionado pela industrialização, em que o deslocamento de pessoas, em sua maioria pobres, e sua concentração em determinadas cidades, em busca de trabalho e melhores condições de vida, teria proporcionado uma situação *socioespacial* volátil. Em sua análise, este período foi marcado pelo rápido crescimento da população urbana, embora a maioria da população ainda permanecesse no campo, o que trouxe consigo problemas estruturais sérios como problemas de saneamento e de habitação, além de proporcionar um risco político a mais através da concentração espacial de trabalhadores pobres, potencialmente perigosos a certas formas de dominação política e exploração econômica. Diante desta situação, cada vez mais eram criados sistemas policiais e instrumentos legais menos tolerantes às práticas destas populações, como no caso da bebida e das festas em espaços públicos, entre outros. HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital**. São Paulo, PAZ e Terra, 2004, p. 291-97. Não é à toa que os setores populares seriam o alvo preferido das remodelações urbanas observadas em diversas regiões do Mundo Ocidental entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, como no caso de Paris (1851-70) e do Rio de Janeiro (1903-6).

menor grau, o aumento da repressão destes “crimes” fariam parte de um mesmo contexto histórico em que as forças de segurança pública estariam aumentando sua participação no cotidiano da cidade, o que reforça a hipótese de estar ocorrendo um processo de ampliação do controle sobre a *urbe*. Um outro fator mais direto que endossa este tipo de conclusão pode ser verificado pelo alerta dado por Leôncio de Carvalho, ao afirmar que o governo havia disponibilizado em seu orçamento uma verba destinada “augmento da força publica”.⁵⁰³ Este é um elemento curioso.

Dada a complexidade do cenário abordado, marcado por muitos personagens e histórias variadas, alguns dos fatos apresentados pela atuação policial não serão analisados de forma direta, mas, mesmo assim, serão levados em conta para promover a análise global sobre a conjuntura em questão, afinal, suas experiências fariam parte do mesmo processo que estaria se desenhando neste momento e, por isso, não serão esquecidas.⁵⁰⁴

Partindo do combate à “prostituição”, verifica-se que notas diárias foram publicadas no *Jornal do Comércio* durante os meses de novembro e dezembro indicando que o cerco a este tipo de prática estaria sendo fechado, e cada vez mais pessoas estariam sendo enquadradas por “ofensas a moral e aos bons costumes”. No caso da ação do subdelegado do 1º distrito da freguesia de Santana, que, no dia 23 de novembro, promoveu um cerco às casas de quitanda do campo da Aclamação, entre as ruas Senhor dos Passos e Alfândega, “onde se alugam quartos a mulheres de má vida, que com offensa da moral publica alli praticam actos indecorosos”, tem-se um exemplo concreto da situação apontada.

A operação do subdelegado teria recolhido à Casa de Detenção muitas pessoas, em sua maioria mulheres, “umas para serem processadas por quebra do termo e outras para assignarem o termo de bem-viver⁵⁰⁵”. Nessa ocasião foram presas Maria Alves Vieira Gomes,

⁵⁰³ Discursos de Leôncio de Carvalho, *Jornal do Comércio*, 12 de novembro de 1879. O mais curioso é que o conselheiro menciona esta verba como “desnecessária”, relacionando-a a educação pública cujas verbas estariam sendo cortadas. Deste modo, ele conclui que o governo daria maior importância a manutenção de um efetivo policial maior do que a manutenção de pessoas na escola.

⁵⁰⁴ A documentação levantada refere-se às edições diárias do *Jornal do Comércio*, da *Gazeta de Notícias* e da *Gazeta da Noite* entre os meses de outubro de dezembro de 1879. Parte dos elementos coletados nesta pesquisa que não serão abordados aqui, já foram tema da parte anterior deste capítulo (“Problemas sobre trilhos: conflitos e tensões nas ruas da cidade”), assim como serão avaliadas na etapa seguinte do presente trabalho.

⁵⁰⁵ O termo de bem-viver, “previsto na Constituição do Império e em seu Código Criminal, era um compromisso formal que alguém, ao assinar, assumia de viver morigeradamente [com zelo, polidez, boa educação], em virtude de perturbações que causara à ordem pública, na avaliação de supostas vítimas e/ou autoridade pública. Portanto, era uma tentativa de, na esfera individual e geralmente na vida cotidiana, fazer a autoridade dispor de um documento que seria invocado diante da reincidência do indigitado. Quem o assinava, supõe-se que constrangido ou arrependido pela falta que cometera, se comprometia não só a não reincidir, como a alterar seu comportamento, julgado prejudicial à ordem pública e/ou a determinadas vítimas. (...) No geral, contemplava pequenas causas, ofensas pessoais, rixas, provocações, comportamentos julgados imorais, gestos, palavras, xingamentos, atitudes que afrontassem o decoro público – os chamados bons costumes, a liberdade – vadiagem, mendicância, embriaguez etc. No geral, eram ocorrências detectadas e reclamando corretivo no universo da

Francisca Maria da Conceição, Antonia dos Santos Aura, Presciliana Maria da Conceição, Paulina Benedicta de Atayde Seixas, Anna Felicia Duarte do Nascimento, Maria da Conceição, Felicia Maria da Conceição (vulgo *cabeça que falla*) e Alexandrina Rosa de Faria. Alguns homens também foram detidos, como é o caso do “preto mina Miguel da Costa Miné, por ter alugado para a prostituição a escrava Prisca, pertencente ao vigario Antonio Martins Teixeira; e Ernesto José Pereira por ser dado a pratica de actos que a moral reprova.”⁵⁰⁶

Com o passar dos dias cada vez mais a presença das autoridades se fazia presente, algo que chamaria a atenção de alguns jornais e mesmo de parte dos habitantes da cidade, afinal, junto a este processo estaria sendo verificado outro ainda mais aterrador, embora presumível, que teria demonstrado que as ordens da Secretaria de Polícia não só estariam sendo cumpridas, como também estariam produzindo situações de excesso por parte de seus agentes.

Insistindo na questão das “casas de tolerância”, que ocuparam boa parte das colunas policiais do *Jornal do Comércio*, estes excessos estariam sendo praticados contras mulheres e homens sob a alegação de transgressão moral. Como exemplo pode ser citado o relato de Zeferino Ferreira da Paixão, publicado no *Jornal do Comércio* de 25 de novembro do corrente ano, em que relata que “agentes da polícia” tem cometido atos arbitrários contra as “prostitutas” se valendo de sua autoridade e das ordens expedidas pelo chefe de polícia.⁵⁰⁷

Outra denúncia relatando o envolvimento de um tenente da Guarda Urbana de nome Heller num caso de agressão física a uma mulher, que ele teria presenciado no interior de um botequim nas imediações do teatro Baltazar, e não teria tomado a devida atitude de prender o indivíduo, pois este seria seu conhecido, um indivíduo de nome Figueiredo, conhecido turbulento das imediações. Ao contrário, o tenente tentou prender a moça, uma francesa cujo nome não foi revelado e que falava bem o português.⁵⁰⁸

Casos como estes teriam se tornado tão frequentes que o próprio Chefe de Polícia reuniu os oficiais comandantes dos distritos da Guarda Urbana e teria recomendado toda a prudência e moderação no cumprimento de suas ordens com relação aos escândalos de “mulheres de má vida”. Ele afirmou que as mesmas ações deveriam ser executadas pelos oficiais e não pelos guardas urbanos, “em geral, ignorantes”, e que não apoiaria os abusos e nem os excessos que se praticassem na execução de suas ordens.⁵⁰⁹

pobreza.” LAPA, José Roberto Amaral. **Os excluídos. Contribuição para a história da pobreza no Brasil (1850-1930)**. São Paulo, EdUsp / Editora Unicamp, 1999, p. 83.

⁵⁰⁶ *Jornal do Comércio*, 24 de novembro de 1879.

⁵⁰⁷ *Jornal do Comércio*, 25 de novembro de 1879.

⁵⁰⁸ *Jornal do Comércio*, 29 de novembro de 1879.

⁵⁰⁹ *Jornal do Comércio*, 21 de novembro de 1879.

Além disso, ele afirma que as novas instruções estão ligadas aos excessos cometidos pelas autoridades de segurança no trato da questão, bem como a ocasião de “confusões” cometidas pelos guardas que, no exercício de suas funções, estariam atingindo pessoas que não teriam relação com delitos contra a “moral e bons costumes”.⁵¹⁰

Se as duas denúncias referidas acima forem relacionadas aos trechos citados da reunião do Chefe de Polícia com os oficiais da Guarda Urbana, alguns pontos interessantes podem ser percebidos. Em primeiro lugar, as recomendações de Mattos demonstrariam que casos como aqueles observados através das denúncias publicadas no *Jornal do Comércio* nos dias 25 e 29 de novembro, sobre violência contra mulheres dos setores populares, acusadas de “prostituição”, já teriam ocorrido em momentos anteriores, dando uma dimensão temporal maior ao problema. Em segundo lugar, as mesmas recomendações não teriam surtido efeito, pois, nos dias seguintes a referida reunião, os agentes continuaram a praticar arbitrariedades contra mulheres, fato que pode ser observada pelas denúncias referidas acima, que teriam ocorrido após o dia 21. Em terceiro lugar, Mattos indica a ocorrência de (supostos) “enganos” por parte dos agentes ao prenderem pessoas que não estariam relacionadas ao assunto, o que permite perceber mais uma dimensão da ampliação da presença policial, traduzida por prisões indiscriminadas de pessoas “inocentes”.

Mattos sai pela tangente ao atribuir os excessos e equívocos cometidos ao baixo preparo dos agentes urbanos, que, devido a sua “ignorância”, seriam os únicos responsáveis pela (suposta) “má interpretação” de suas ordens. Assim, os problemas denunciados na imprensa seriam de responsabilidade dos agentes de baixa patente e não dele, o chefe de polícia. O mais interessante nisso tudo é que Pindayba de Mattos teria sido o responsável pela deflagração de uma verdadeira “caça as bruxas” à prostituição entre os meses de novembro e dezembro de 1879, promovendo e estimulando a repressão a tais formas de ocupação feminina sob o pretexto de estar defendendo a “moralidade”, a “família” e as “pessoas honestas” da capital. A este respeito, a circular emitida por ele no dia 16 de novembro não parece deixar dúvidas de suas intenções no que diz respeito a estas mulheres.

cumpre-me, sem mais demora, tomar outras providencias que ponham termo aos expectaculos repugnantes de que são protagonistas mulheres perdidas, diariamente presenciados às janellas, portas e ruas pela população honesta desta capital. Além destas exposições offensivas à moralidade, família e pessoas das mais circunspectas [ilegível], ao transitarem por algumas ruas, desrespeitados a toda hora do dia e da noite por essas infelizes – dissolutas – que, esquecendo o papel importante e a sublime missão reservada a mulher na sociedade, postergão todos os preceitos da honestidade e os ditames do pudor inherentes a seu sexo, alardeão o

⁵¹⁰ *Jornal do Comércio*, 21 de novembro de 1879.

vício a que se entregam e tornão evidente que assim chegaram ao ultimo gráo de depravação.

Se é certo que não temos lei especial para extinguir este mal, devemos recorrer as disposições da legislação actual que rigorosamente observadas poderão reprimir estes escândalos que constituem um pungente insulto a nossa civilização.

Assim, pois, recommendo a V. S. que tenha sob a mais severa vigilância as mulheres que fazem vida da prostituição, cujos nomes, nacionalidades e moradas já são notoriamente conhecidas e constão nesta repartição e não consista que se conservem nas janelas, nas portas e nos passeios provocando com acenos e gestos indecorosos, ou dirigindo-se de qualquer forma aos transeuntes. Outrossim que as que habitão casas térreas tenham as portas e janelas abertas de maneira a serem devassadas as salas e [ilegível] onde as mostram em trajes e posições indecorosas.

Embora em nenhum momento as palavras de Mattos pareçam sugerir uma postura desregrada das autoridades, ao promover um discurso repleto de juízos de valor, promovendo formas de violências simbólicas, traduzidas por preconceitos de diversas naturezas, era de se esperar que, no mínimo, repercutissem de alguma forma sobre as atitudes de seus subordinados. Afinal de contas, ao avaliar as mulheres envolvidos nestas atividades como “dissolutas”, como postergadoras de “todos os preceitos da honestidade e os ditames do pudor”, além de alardeadoras do “vício a que se entregam”, tornando “evidente que assim chegaram ao ultimo gráo de depravação”, ele estaria contribuindo para construir ou, ao menos, para reforçar uma imagem profundamente pejorativa, através da qual estas pessoas e tudo o que representavam seriam encaradas como um “insulto a civilização”, o que significa dizer que se tratavam de um “problema” a ser extirpado da capital do país para que esta continuasse a ser digna de ostentar o título de “sociedade civilizada”. Imaginar que, de uma completa falta de sensibilidade manifestada através de uma postura preconceituosa e hostil, seriam desdobradas atuações exemplares de seus subordinados, a quem se dirigiam a circular, é, no mínimo, uma conclusão curiosa, para não dizer obtusa.

De certo modo, se por um lado a “incoerência” observada entre os dois discursos ajuda a criticar a explicação dada pelo Chefe de Polícia ao classificar os problemas apontados na imprensa como uma má interpretação de suas instruções pelos guardas urbanos, por outro lado, ela também contribui para a avaliação das responsabilidades das autoridades com relação às atitudes violentas de seus agentes nas ruas. Contudo, o objetivo ao abordar estes fatos não era o de demonstrar mais uma, dentre muitas das “incoerências” do governo Sinimbu, mas sim, o de tentar captar a visão destas autoridades sobre os setores populares e suas práticas, que, por sua vez, orientariam suas posturas diante destes. Ironicamente, parece que se caiu na mesma questão observada nas páginas anteriores, quando foram tratadas as responsabilidades pelos incidentes de trânsito da capital, quando os condutores foram

identificados como únicos responsáveis pelos mesmos, devido a sua suposta “pouca capacidade” de interpretar as posturas municipais.⁵¹¹

Avaliando estas questões e verificando as possíveis proximidades entre elas, é necessário tomar o mesmo cuidado em não transformar em vítimas os agentes de segurança pública, pois, como observaram outros historiadores que analisaram a atuação policial na cidade do Rio de Janeiro no decorrer do século XIX, o fato de muitos deles se utilizarem da posição que ocupavam em benefício próprio, para resolver questões pessoais, por exemplo, não era algo incomum.⁵¹² Por conseguinte, também seria razoável imaginar que os agentes de rua estariam se aproveitando da situação criada pelo processo de aumento da repressão para dar uma dimensão pessoal às ações policiais, materializando suas expectativas e resolvendo questões particulares sob a égide de estarem cumprindo ordens de seus superiores, dotando-as, por fim, de pretensa legalidade.

Não é necessário ir muito longe para identificar situações como aquela sugerida acima. Recorrendo aos mesmos jornais que foram veículo das denúncias anteriores, foram encontrados exemplos interessantes a este respeito, como o do caso relatado por Fortunato José Rodrigues, que teria sofrido agressões físicas por ocasião de “paixões pessoais” do Sargento dos Guardas Urbanos de nome Souto. O problema teria origem numa falsa acusação proferida por este agente, ao afirmar que o ofendido teria agredido fisicamente uma pessoa chamada Antônio Camarão. Mesmo afirmando desconhecer o fato e a pessoa supostamente agredida, Fortunato teria sido agredido pelo mesmo sargento. No entanto, Souto não

⁵¹¹ Como visto na segunda parte deste capítulo este tipo de responsabilização dos condutores fazia parte de uma espécie de estratégia desenvolvida pelas autoridades, em que a empresa e suas diretorias não seriam responsabilizadas pelos incidentes gerados no trânsito, e, ao mesmo tempo, criaria uma falsa noção de que o problema teria sido resolvido. Sobre esta questão, ver “Problemas sobre trilhos: conflitos e tensões nas ruas da cidade”, especificamente as páginas 200 a 203.

⁵¹² Segundo o historiador Marcos Luiz Bretas, as atitudes policiais no período imperial estariam, provavelmente, muito mais ligadas a agendas próprias do que a diretrizes efetivas do Estado, isto é, “a inserção dos policiais nos quadros do controle pela elite permanecia então vinculada a acordos pessoais e à busca de recompensas, dependendo das relações de favor, e não de qualquer forma de implantação de uma racionalidade burocrática capaz de transferir o exercício da autoridade do âmbito pessoal para o da instituição estatal.” BRETAS, Marcos Luiz. A polícia carioca no Império. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998, p. 233. Contudo, não pode escapar aos horizontes de uma análise sobre aparelho repressivo estatal de que a atuação dos agentes policiais, responsáveis pela execução das políticas de segurança pública, era materializada dentro de um contexto de expectativas variadas, não apenas ligadas a demandas individuais destes agentes, mas a toda uma rede de relações sociais e institucionais com as quais seus membros deveriam saber lidar para obter algum êxito, seja no tratamento de questões de “interesse público” seja no tratamento de questões pessoais. Diante destas circunstâncias, e invertendo os polos da questão, os comandantes de polícia reconheciam os limites de seus poderes sobre seus subordinados e, provavelmente, sabiam direcionar as expectativas destes para seus objetivos políticos, como observado no caso da repressão dos jornais de oposição ao governo no período abordado pelo presente trabalho.

conseguiu se safar, sendo, em seguida, expulso da corporação, “ficando patentes os excessos cometidos pelo mesmo em relação ao acusado”.⁵¹³

Um segundo caso, ainda mais interessante que o anterior é o relatado de Duarte F. G. Pereira em que acusa o envolvimento do Tenente Heller, comandante da 1ª Estação de Urbanos, nas agressões que teria sofrido no dia 1º de dezembro de 1879. Em suas palavras, afirmou que foi “agredido e violentamente levado a presença do Sr. Heller, escoltado por quatro urbanos armados pelo facto dos artigos que [teria] “publicado neste jornal [Jornal do Comércio]”, só tendo sido liberado devido as providência que havia tomado por ocasião do fato relatado.⁵¹⁴ A que tudo indica, as “providências” citadas pelo denunciante compreenderam o recurso ao comandante geral dos urbanos, com quem Duarte nutria boas relações pessoais⁵¹⁵.

Os artigos que teriam sido a causa da agressão anterior diziam respeito a denúncias feitas de abusos praticados por agentes de segurança, dentre os quais, urbanos, contra a população da cidade, e, mais especificamente, contra as “prostitutas”. Duarte publicou tais denúncias no *Jornal do Comércio*, no fim de novembro, mês em que foram observados os referidos excessos. Teria sido de sua autoria, inclusive, a denúncia feita contra o mesmo tenente por ocasião da agressão de uma mulher francesa nas imediações do Teatro Baltazar⁵¹⁶, mencionada anteriormente.

Os dois casos relatados reforçam a hipótese de que questões pessoais atravessaram verticalmente as atividades dos agentes públicos de segurança, demonstrando uma certa comunhão de interesses entre estes e seus superiores através das ações nas ruas, a partir do momento em que os envolvidos enxergaram em tais circunstâncias a possibilidade de concretizar certos objetivos, quer sejam eles decorrentes de questões mais pessoais, quer sejam eles decorrentes de uma estratégia de repressão policial.

Independente do objetivo que teria motivado as ações repressivas, elas constituíram-se em uma realidade tangível para boa parte da população que trafegava pelas ruas da cidade e convivia nos contextos em que as forças de segurança pública estariam intervindo. Como observado até aqui, estas intervenções estariam atingindo locais específicos do tecido urbano do Rio de Janeiro, como as regiões centrais, freqüentados essencialmente pelos setores

⁵¹³ *Jornal do Comércio*, 2 de dezembro de 1879.

⁵¹⁴ *Jornal do Comércio*, 2 de dezembro de 1879.

⁵¹⁵ Segundo nota publicada no *Jornal do Comércio* do dia seguinte, 3 de dezembro, Duarte F. G. Pereira seria “compadre” do Comandante Geral dos Urbanos. Esta informação fazia parte de uma espécie de réplica produzida em defesa do Tenente Heller, na qual era afirmada que as acusações se tratavam de uma “infâmia” levantada para denigrir a imagem deste agente dos urbanos.

⁵¹⁶ O caso da agressão física de uma mulher francesa num bar nas imediações do teatro Baltazar. *Jornal do Comércio*, 29 de novembro de 1879. Ver página 223.

populares, em sua busca por momentos de “lazer” ou para cumprir sua labuta diária que garantia seu sustento. A seguir, serão vistos mais alguns exemplos de problemas decorrentes destas intervenções dos agentes de segurança.

Os dois primeiros casos dizem respeito a situações envolvendo trabalhadores, carroceiros, que teriam sido prejudicados no exercício de suas atividades por agentes da força pública.

AO EXM. SR. DESEMBARGADOR CHEFE DE POLÍCIA

Chama-se a atenção de S. Ex. para os abusos que estão praticando alguns praças do corpo de urbanos quando rondão o cães dos Mineiros, pois que entendem elles que se carroças que ahi se achão para carregar estão abandonadas quando os seus conductores se achão ajudando a outros seus companheiros na carga de alguma carroça, como aconteceu em um dos dias do corrente mez, que forão recolhidos ao deposito publico três carroças, as quaes sahiram no outro dia fazendo cada uma de despesas 20\$, e se por acaso alguns dos conductores lhes fazem alguma observação são logo ameaçados com o xadrez e espadeirados.

Ainda no dia 13 do corrente, das 5 para as 6 horas da tarde, estando algumas carroças no referido lugar para carregar caixas com kerosene, os animaes de algumas das carroças espantarão-se e em consequência do lugar em que estava a carroça, foi necessário que o conductor de outra pertencente ao mesmo dono fosse em auxilio d’aquella. Bastou isso para que um rondante mandasse por um ganhador puchar esta carroça para se conduzida para o deposito; nesta occasião foi presente o proprietário e o conductor que tiverão que ir até a 6ª estação, d’onde voltou a carroça, ficando preso no xadrez o conductor, que só foi posto em liberdade no outro dia às 11 horas da manhã, pagando o competente alvará de soltura, o que ignoramos se isto tambem é de lei; esta facta foi presenciado por diversas testemunhas que chegarão a ir a estação informar ao comandante da mesma. Toda essa gana, Ex. Sr., de serem recolhidos ao deposito publico estes vehiculos, é porque o deposito sempre gratificara a quem os leva.

É por estes factos que reclamamos de V. Ex. sua anttensão.⁵¹⁷

As victimas.

A denúncia é bem clara quando chama a atenção para um provável esquema envolvendo guardas urbanos e o depósito público, no qual os veículos seriam levados pelos agentes a este local em troca de “recompensas”. Esta situação teria levado a indignação do narrador do caso, ao identificar nas atitudes dos rondantes a extrapolação de suas prerrogativas, atuando em interesse próprio (ou de terceiros), o que, por fim, teria prejudicado o trabalho dos carroceiros, procedendo, inclusive, de forma arbitrária contra indivíduos que estariam apenas realizando seu trabalho.

Além do caso anterior, podem ser citadas mais duas situações publicados no mesmo jornal no dia 2 de dezembro de 1879, em que a má conduta das autoridades mais uma vez se manifestara através de atitudes agressivas contra os habitantes da cidade.

A QUEM DE DIREITO – Estes são os factos.

Hontem [2/12/1879], as 2 ½ horas da tarde, um praça (Paraguay) do 1º Regimento, montado [ilegível] em um cavallo baio-claro, correu em desparada

⁵¹⁷ *Jornal do Comércio*, 16 de novembro de 1879.

[ilegível] da rua do Hospício, desde a de S. Jorge até a Praça da Acclamação [ilegível] geral, atropellando e obrigando brutalmente [ilegível] os transeuntes a fugirem aterrorizados, para não serem esmagados pelas patas do cavallo! Na esquina da praça, estacando o cavallo apeou e entrou na venda, onde foi encontrado por um cidadão pacífico, que pouco antes escapara de ser pisado, na corrida que dera o mesmo soldado; e esse cidadão, na presença do dono da venda e de muitas pessoas que correram a ver o estado em que se achava esse praça, que tal mal procedêra, censurou-a, em termos razoáveis e disse que iria queixar-se ao seu commandante. Ao retirar-se esse cidadão, quando já estava de costas, o soldado rapidamente levou a mão à espada, e com toda a fúria atirou-lhe um golpe terrível, que, sem duvida, o mataria se não fosse de encontro ao feixe de lenha que estava à porta! Todos os assistentes ficarão pasmos e aterrados, nenhum ousou dar um passo. O cidadão fugio para não ser victima de outra aggressão de um homem que deveria ser a garantia da ordem, e não um formidável desordeiro, pelo álcool que o obrigava inconscientemente a taes desatinos. Mais tarde, ainda outro praça do mesmo regimento, em estado de completa embriaguez, corria desabridamente pela rua do Regente.⁵¹⁸

Mais uma vez as autoridades estariam prejudicando a pessoas comuns através de atitudes reprováveis, agindo como desordeiros, quando o que se esperava dos mesmos era justamente o contrário, isto é, que cumprissem as suas funções. A mensagem deixada por esta denúncia seria a mesma observada no caso das carroças, afinal, embora tenham decorrido de circunstâncias específicas e distintas, as situações teriam sido originadas de um ponto em comum: a má conduta das autoridades. Na leitura dos narradores, e, possivelmente, na dos presentes aos fatos narrados, os empregados do governo estariam não só transgredindo a lei, como estariam tirando proveito de sua autoridade para promover atitudes que prejudicaram física, moral e economicamente pessoas comuns que, em princípio, não teriam cometido infração alguma. Ao contrário, os infratores seriam aqueles em quem eram depositadas as responsabilidades pela manutenção da lei.

Embora seja indubitável o apelo material e legal destas denúncias, donde podem ser depreendidos os crimes contra a “propriedade”, a “liberdade” e a integridade física e moral das pessoas, elas também conduzem o leitor para um universo de valores que estão além da dimensão legal escrita. Tal universo materializa-se através da identificação de uma noção prévia sobre o tipo de atribuição que deveria ser exercida por cada um dos personagens envolvidos nesta história, algo que seria conhecido tanto pelos reclamantes quanto pelas autoridades, e que tal dimensão nocional estaria sendo desrespeitada por um das partes em questão através de atitudes violentas e arbitrarias.

Diante de circunstâncias como estas, seria no mínimo presumível um desgaste nas relações entre as autoridades e a população da cidade, fato que teria aberto o caminho não só para um “mar” de críticas orquestradas nos jornais contra o governo e seus agentes, como

⁵¹⁸ *Jornal do Comércio*, 4 de dezembro de 1879.

também teria gerado um mal-estar que alimentaria sentimentos de rancor e de justiça por parte dos prejudicados. Nestes termos, o grande problema para as autoridades era o fato de que, ela seria o maior alvo destes sentimentos, estando numa situação de difícil solução, pois as suas prerrogativas estariam sendo colocadas à prova a todo o momento, o que promoveria uma situação de descrédito, enfraquecendo as dimensões simbólicas de seu poder. A qualquer momento, a sorte poderia voltar as costas para o governo caso ele não tomasse alguma atitude a este respeito.

No dia 30 de novembro foi anunciada a realização de um ato público, às 5 horas da tarde na praça da Constituição, possivelmente orquestrada para tentar reverter a situação gerada pela ação policial. Este contaria com a participação do Ministro da Justiça, Desembargador e Chefe de Polícia, do ex-Chefe de Polícia, do 3º Delegado e de algumas outras pessoas, em “apoio as medidas tomadas ultimamente em relação aos *caftens* e mulheres de má vida”.⁵¹⁹ Segundo a descrição do *Jornal do Comércio*, houve um crescido número de pessoas de diversas nacionalidades que, seguindo uma banda, se dirigiu à dita praça para participar da reunião convocada em apoio e agradecimento as atitudes tomadas em prol da moral e bons costumes na cidade do Rio de Janeiro.⁵²⁰

O mais interessante é que o grande número de pessoas aludido pela descrição do jornal não foi quantificado, tampouco foram dados maiores detalhes sobre a identidade destas pessoas, a não ser, é claro, que pertenciam a “boa sociedade”, o que, em termos concretos, não diz muito coisa. A tentativa de demonstrar algum tipo de apoio da população nas ruas às autoridades pode ser encarada como um plano do governo, segundo o qual seria ampliado o seu campo de atuação “publicitária” para além dos jornais que o apoiavam, como é o caso do próprio *Jornal do Comércio*⁵²¹. Este último se encarregaria de dar os contornos necessários ao fato para que parecesse uma verdadeira manifestação de apoio do “povo” da cidade aos seus governantes⁵²². Se a teatralização seria um mecanismo necessário para tentar reverter a imagem negativa que o governo teria assumido junto a uma parcela significativa da população

⁵¹⁹ *Jornal do Comércio*, 30 de novembro de 1879.

⁵²⁰ *Jornal do Comércio*, 01 de dezembro de 1879.

⁵²¹ Sobre o apoio dado ao governo pelo *Jornal do Comércio*, ver o capítulo 2.

⁵²² Na seção de “Publicações a pedido” desta folha foram observadas numerosas manifestações de apoio a política de repressão do governo a prostituição, sobretudo entre os meses de novembro e dezembro de 1879. Ao mesmo tempo, teriam sido manifestadas opiniões contrárias a este apoio, afirmando que o governo estaria atuando de forma “tirânica” contras as mulheres que atuavam neste ramo. Diante a costumeira guerra de “imagens” travada, foram verificadas mensagens de favorecimento ao governo, redigidas por pessoas cuja identidade era ocultada pelo jornal, o que leva a crer que poderiam ser cartas pagas por pessoas ligadas ao governo ou pelo próprio governo, como sugerem os periódicos de oposição como a *Gazeta da Noite*. Um ponto interessante a este respeito é o de que as denúncias feitas contra o governo eram algumas das vezes assinadas, fato não observado no primeiro caso.

nos dias anteriores deste mês, seus efeitos concretos teriam sido contrabalançados pelas críticas das ruas e dos periódicos oposicionistas.

As operações seguiram adiante pelo mês de dezembro. Entre meados do mês anterior e este mês, as prisões continuaram a ocorrer em sentido crescente. Mulheres e homens eram presos sob as mais diversas justificativas. Dentre as mais recorrentes teriam destaque os casos de atentado à “moral e aos bons costumes”, “embriaguez” e “desordem”.⁵²³ As intervenções seriam freqüentes em locais de concentração popular, como as habitações coletivas conhecidas como zungus, estalagens e cortiços⁵²⁴.

Pela amplitude das operações policiais, episódios como os do dia 2 de dezembro, devem se tornado comuns. Neste dia foi feita uma busca em um “zungu” na Rua do Núncio onde foram encontradas pela polícia diversas mulheres e os seguintes escravos: Domingas, de D. Ana da Conceição; Adão, de Antonio Pinto Ferreira Morado; Augusto, de D. Anna da Conceição; Manoel, de F. Figueiras, e Antonio, também de D. Ana da Conceição. Eles foram detidos como suspeitos de serem “criminosos”. Na seqüência desta notícia, que ocupa um espaço diminuto no jornal, vale ressaltar, foram citados mais nomes de suspeitos presos por “ofensas a moral e aos bons costumes”.⁵²⁵

Foram relatados diversos casos similares ao anterior, em que as residências eram invadidas por agentes do governo, sendo realizadas prisões sob as mais variadas acusações, levando à detenção pessoas livres, libertas ou escravas, homens ou mulheres, o que ajudaria a potencializar ainda mais as tensões sociais existentes entre o governo e a população, pois, nem em casa estes estariam livres da atuação policial.

Diante das evidências concretas da atuação do governo, mesmo a cortina de fumaça produzida para ocultar as mazelas decorrentes das operações policiais no mês de novembro não teria sido espeça o suficiente para colocar um ponto final nesta questão. As denúncias contra o governo não tardaram a acontecer, se espalhando para outros campos não necessariamente ligados à “prostituição”. A ocasião de diversas prisões no mês final de 1879 sob a alegação de “desordem” chamou a atenção da imprensa oposicionista, que não tardou a classifica-las como uma estratégia governamental para afastar das ruas pessoas que pudessem causar problemas a execução de suas políticas.⁵²⁶ É justamente neste mês que as coisas

⁵²³ Os registros de prisões de suspeitos e suspeitas de desrespeito a “moral e aos bons costumes” são praticamente diárias no *Jornal do Comércio* do período analisado, sendo, na maioria das vezes, citados os nomes dos acusados.

⁵²⁴ Para mais detalhes sobre estes estabelecimentos verificar o Capítulo 1 do presente trabalho.

⁵²⁵ *Jornal do Comércio*, 4 de dezembro de 1879.

⁵²⁶ A *Gazeta da Noite* alertou em algumas de suas edições que pessoas inocentes estariam sendo presas sob a acusação de “desordeiras” e/ou “capoeiras”.

começam a ficar mais agitadas nas ruas da capital, quando a oposição ao imposto e ao governo começa a tomar formas mais concretas nos espaços da cidade. Seria uma coincidência o fato de que as circunstâncias mencionadas logo acima tenham ocorrido ao mesmo tempo, e a poucos dias da execução do imposto dos transportes que teria gerado tanta polêmica? É o que será verificado logo a seguir.

CAPÍTULO 4:

Meetings, mobilização e repressão: o ensaio final.

Os variados episódios analisados sobre os meses de outubro e novembro de 1879 na cidade do Rio de Janeiro apresentaram circunstâncias históricas intrigantes. A princípio, verificou-se que os serviços prestados pelas companhias de bondes estariam gerando prejuízos materiais, físicos e morais, praticamente diários, aos seus passageiros. Em seguida, observou-se que estas mesmas situações foram ocasionadas não apenas pela “imprudência” dos condutores destes transportes, mas também pelas orientações e imposições das diretorias das empresas exigindo que seus empregados garantissem a prevalência de seus interesses, o que se desdobrou, por vezes, em conflitos com os passageiros na prestação dos serviços. Mas adiante, observou-se também que o governo estaria comprometido com as companhias de transportes e, por este motivo, não tomou nenhuma medida muito ampla para garantir um serviço de qualidade, haja vista que isto poderia configurar em uma punição mais severa das empresas, fato que não parece ter sido cogitado pelo mesmo.

O comprometimento observado, por sua vez, esteve conectado as negociações estabelecidas nos bastidores entre o poder público e a iniciativa privada através do qual, ficou decidido que, em troca da cobrança do imposto de transportes a ser realizado pelas próprias empresas através de seus funcionários, o governo concederia uma ampliação do prazo de prestação destes serviços por longos períodos. As denúncias entorno de tais negociações teriam caído como uma “bomba” sobre a população da cidade, que diante de um serviço precário e perigoso, se viu obrigado pelo governo a continuar utilizando-o e, o que é pior, pagando mais uma taxa por isso. Além do mais, diante destas circunstâncias, a possibilidade de que alguma coisa mudasse era praticamente nula. Sem representatividade junto ao governo, que atendia a outros interesses, a população da cidade se via diante de um impasse: ou pagava o imposto e continuava sofrendo com as mais diversas formas de violência quer sejam elas simbólicas ou físicas, ou tomava uma atitude a respeito. O que fazer?

Um elemento que deve ter pesado na decisão da população seria o fato de que, simultaneamente aos problemas observados com o transporte, o mesmo governo que estaria promovendo medidas prejudiciais como o fechamento de escolas noturnas e de outros centros de ensino populares, sob a alegação de falta de dinheiro, lançou verbas extras para o aumento da força policial, além de utilizar esta mesma força para promover ações repressivas em diversos espaços sociais da cidade, provocando, por vezes, prisões indiscriminadas e prejuízos aos trabalhadores no exercício de suas atividades.

Ações como essas, acima apontadas, teriam servido de base para a compreensão desenvolvida pela população sobre as circunstâncias difíceis em que se encontrava e sobre o tipo de papel desempenhado pelo governo imperial para o desencadeamento das mesmas. Partindo das experiências históricas construídas nestes contextos é que os habitantes da cidade vislumbrariam a maneira como as autoridades enxergavam suas características e seus interesses, apresentando um certo desprezo ou indiferença em relação a seus problemas e expectativas, o que contribuiu não só para a percepção e avaliação negativa de certas políticas governamentais - como no caso dos esforços de subtrair das populações mais pobres e/ou analfabetas a possibilidade de participação no sistema eleitoral - como também contribuiu para a construção de uma imagem negativa do próprio governo e de seus agentes. Nestes termos, é que foram verificadas circunstâncias de aumento das tensões sociais.

Mas as questões apontadas não esgotam o assunto. No mês de dezembro deste conturbado ano é que seriam observados os maiores exemplos de acirramento das condições políticas e sociais da cidade até então em que seriam apresentadas experiências que levaram a um posicionamento mais claro e direto dos personagens envolvidos nesta história, afinal, este período de 1879 apresentou os ensaios finais dos fenômenos observados no ano seguinte. Este seria, por fim, o tempo de mobilização e de ação de direta.

Nos capítulos anteriores⁵²⁷, em que foram apresentados episódios de manifestação sobre o imposto, observou-se polêmicas entre a oposição e a situação política do Império. Através delas pôde ser verificada ainda uma dimensão de participação política que ia além dos setores de elite, atingindo setores sociais compostos por trabalhadores dos mais diversos setores, devido a existência de pontos em comum que permitiriam “alianças” decorrentes de ações de apoio entre manifestantes socialmente variados, ou seja, da presença de elementos que permitiriam aos manifestantes se enxergarem como pertencentes às mesmas circunstâncias problemáticas, embora de maneiras distintas, o que os impeliria a agir juntos, se necessário fosse, para solucioná-las.

O fato de Lopes Trovão e seus companheiros realizem conferências tratando de temas de ampla envergadura social e política, tocando em pontos específicos dos setores populares, teria feito com que se aproximassem de um campo de possibilidades muito grandes, e, a partir disso, teriam criado mecanismos eficientes de diálogo que podiam atingir um público variado e amplo, fundamental aos seus objetivos. Estes “mecanismos” seriam materializados através de meios “tradicionais” como os jornais, nos quais muitos deles eram colaboradores, e de

⁵²⁷ Prólogo, Capítulo 2 e Capítulo 3.

meios mais abertos a um público em “geral” como a realização de reuniões em praça pública ou em teatros, igualmente comuns no período.

Como foi identificado anteriormente⁵²⁸, a *Gazeta da Noite* e a *Gazeta de Notícias* teriam desempenhado um importante papel de propaganda de idéias oposicionistas, próprias ou não, que abriram muitas possibilidades para manifestações de descontentamento dos habitantes da cidade. Embora os mesmos tenham sido utilizado de forma panfletária a determinados grupos políticos, como no caso dos republicanos e a *Gazeta da Noite*, por exemplo, é inegável a presença de interesses bem mais extensos do que simples querelas partidárias. O próprio *Jornal do Comércio*, que apresentou uma postura mais “conservadora” ao tratar de questões como a do imposto, teria sido também um espaço para estes tipos de manifestação.⁵²⁹

As reuniões públicas teriam duas vantagens a seu favor sobre os jornais. Em primeiro lugar pelo fato de ocorrerem diante de uma aglomeração de pessoas em um determinado espaço físico, o que permitiria um contato maior entre elas, e, deste modo, facilitaria a troca e a circulação de idéias. Em segundo lugar, elas permitiam que muitas questões debatidas nos jornais ou no parlamento pudessem atingir um público maior, na medida em que utilizava mecanismos orais, ao invés de escritos, para expressar determinadas questões, o que, por conseguinte, permitiria a pessoas analfabetas, ou seja, a maior parte da população da cidade, acompanhar questões que estariam sendo discutidas, sejam elas de seu interesse ou não.

Ainda sobre a última questão, os discursos realizados em comícios, com oradores que sabiam sensibilizar a multidão presente, tocando em temas específicos de suas vidas, como não poderia ser de outra forma, tinham na exposição oral uma forma eficaz de interagir com a platéia que, vivendo num universo cultural marcado pela oralidade, principal meio de interação sociocultural num universo de ágrafos, enxergaria neste fato um meio que lhe permitiria tomar partido em questões políticas, inclusive das elites. Estes devem ter sido um dos motivos pelos quais estas reuniões eram sempre abarrotadas de pessoas.

Diante de tais condições, seria razoável imaginar que estes dois “veículos” de divulgação de idéias agissem em conjunto, relacionando-se através dos personagens que os compõem, afinal, se jornalistas como Lopes Trovão, colaborador da *Gazeta da Noite*, organizavam eventos de rua, através dos quais, exprimiam suas idéias e as idéias do grupo

⁵²⁸ Capítulos 2 e 3.

⁵²⁹ Conforme verificou-se no capítulo 3, não só este jornal como alguns outros da cidade teriam aberto espaço para manifestações de trabalhadores como os caixeiros em suas reivindicações sobre redução da carga horária, ou mesmo para a divulgação de manifestos sobre os problemas educacionais da cidade e a parcela de responsabilidade do governo na questão.

político do qual participavam, esta relação contribuiria para estabelecer uma conexão entre os debates de jornais e, de certa forma, da política parlamentar, contemplada pelos mesmos e os espaços das ruas. A praça pública seria, deste modo, o cenário para o estabelecimento de contatos como este, e, a partir dos quais, as idéias podiam circular por uma população ampla que, conectada a elas, não só contribuiria para a sua divulgação, como também produziria novas idéias, realizando, assim, uma provável junção de espaços políticos, a princípio, independentes.

Deste modo, os protestos de rua contra o imposto, realizados a partir de *meetings*, devem ter trazido a tona não só a questão tributária, mas uma cadeia de elementos, ligados a ela ou não, que faziam parte das expectativas de um público numeroso e variado que participava de tais reuniões e que buscou compreender o que estava acontecendo e, a partir disso, teria atuado de acordo com suas leituras.

Tornado ao contexto histórico analisado, nos meses de dezembro de 1879 e de janeiro do ano seguinte é que os fenômenos sociais apontados teriam sido manifestados com maior força. Em dezembro, por exemplo, foram identificadas nada menos do que três manifestações políticas nos espaços da cidade. Uma delas, o *meeting* de São Cristóvão, realizada no dia 28 de dezembro⁵³⁰, já as outras duas mencionadas foram guardadas, propositalmente, para o final deste trabalho. Trata-se de dois episódios ocorridos nos dias 21 e 24 deste mês, que estariam, em menor e maior grau, relacionado ao contexto político do período, como será visto a seguir.

A reunião política realizada no dia 21, domingo, ao meio-dia, no teatro Gymnasio foi convocada dois dias antes por Lopes Trovão a pedido de “vários cavalheiros que foram ao escritório” da *Gazeta da Noite*, com intuito de “fazer uma conferência pública sobre o IMPOSTO DO VINTÉM”⁵³¹ Não só Trovão, mas também todo o conselho editorial da *Gazeta* estaria envolvido com esta questão, assaz polêmica, através da qual criticariam o governo, desfechando-lhe ataques constantes.

Em princípio, a referida reunião estava marcada para o teatro Circo, localizado na Rua do Lavradio, mas, na véspera, teria sido mudado para o *Gymnasio*, por motivos desconhecidos. A situação política em que se encontrava a capital, já a alguns dias apresentando uma mobilização policial, pode sugerir que esta mudança seria uma estratégia para confundir as autoridades. Embora não tenham sido encontradas evidências a favor ou contra esta hipótese, o motivo em si da conferência, que era o de debater sobre o imposto dos

⁵³⁰ O *meeting* de São Cristóvão já foi avaliado no Prólogo e no Capítulo 2.

⁵³¹ *Gazeta da Noite*, 19 de dezembro de 1879, conforme original.

transportes, além das figuras que realizariam a conferência, todos de oposição ao governo, sugerem que tal hipótese seria plausível.

A conferência foi realizada num teatro “literalmente cheio, desde o saguão da entrada até o palco” ocupado por uma multidão ansiosa, distribuída “pelos corredores, por traz dos bastidores e até no camarote de S. M. o imperador.”⁵³² Diante deste público numeroso, conferenciaram não só Lopes Trovão, mas também José do Patrocínio, redator da *Gazeta de Notícias*. Vale lembrar que, no decorrer do processo analisado, estes personagens assumiram uma posição declaradamente oposicionista através de verdadeiras campanhas contra o governo e sua reforma tributária nos jornais a que estariam vinculados⁵³³. Portanto, a presença de ambos já era aguardada.

Na conferência foram manifestadas as idéias construídas na imprensa nos dias anteriores, de que o imposto era “ilegal”, além de servir de “artifício” para “beneficiar os interesses de uma minoria”, representada pelas diretorias das empresas de bondes e de setores do governo que entraram em acordo para o prejuízo do interesse público.⁵³⁴ Conforme visto, este acordo beneficiaria as empresas que, por sua vez, se esfoçariam em cumprir sua parte no acordo de efetuar a cobrança do referido imposto. Por conseguinte, nela tiveram também lugar manifestações de descontentamento, donde surgiram expressões como “imposto ratoneiro” e “Affonso Vintém” que se tornaram jargões comuns nas ruas nos dias seguintes.

Ao som de aplausos e vivas, as idéias oposicionistas ganharam uma dimensão maior do que a imaginada por seus promotores⁵³⁵, pois, demonstrariam que os protestos nos jornais encontraram um público bastante receptivo as mesmas. A conferência, que teria como propostas iniciais uma divulgação maior destas idéias, além de servir de mecanismo de pressão sobre o governo, serviu também aos seus organizadores, como uma espécie de “termômetro” político, donde teria sido percebida a amplitude do problema e, a partir disso, a abertura de maiores possibilidades de êxito no confronto com o poder central. Não é mero acaso que, alguns dias depois, dia 28, outra conferência sobre o mesmo tema seria convocada para um local espacialmente maior e de visibilidade política igualmente superior, que é o caso do *meeting* de São Cristóvão, onde a mesma exegese política do dia 21 foi recuperada e, sob um público numericamente superior⁵³⁶, teve suas críticas acentuadas.

⁵³² Idem.

⁵³³ Para mais detalhes ver a segunda parte do Capítulo 2 do presente trabalho, intitulada “Os debates por trás das sombras: polarizações políticas no contexto do ‘motim’”.

⁵³⁴ A este respeito, ver o Capítulo 3 da presente análise.

⁵³⁵ *Gazeta da Noite*, 22 de dezembro de 1879.

⁵³⁶ Os números apresentados sobre o *meeting* de São Cristóvão são controversos. O delegado Félix da Costa que presenciou o evento, apresentou o número de 2 mil pessoas, a *Gazeta de Notícias* contabilizou entre 4 e 5 mil

Deste modo, a experiência do *Gymnasio* serviu de trampolim às pretensões oposicionistas, à medida que revelou um público atento e receptivo às noções trabalhadas pelos periódicos, sobretudo os de oposição, e que, por conseguinte, ensaiou uma possível aproximação das críticas de setores de elite letrada e uma população socialmente e culturalmente mais ampla.

Depois das aproximadas 2 horas de conferência⁵³⁷, o público e alguns dos conferencistas saíram as ruas e, seguindo pela Rua do Ouvidor e da Uruguaiana, se manifestaram contra o imposto e o governo e demonstraram apoio a oposição constituída por setores da imprensa da capital, aglomerando-se diante da redação da *Gazeta da Noite*, acompanhando Lopes Trovão, que agradeceu o apoio dado à conferência, em seu nome e em nome da *Gazeta*. Em seguida, a pedido dos presentes, Trovão acompanhou os manifestantes até a *Gazeta de Notícias*, onde foi solicitada pela multidão a presença de José do Patrocínio e Ferreira de Araújo, ambos presentes à conferência anterior. Embora nenhum dos dois se encontrasse na redação deste jornal naquele momento, isto não significou uma dispersão do movimento, que foi, inclusive, saudado pelo tenente José Carlos de Carvalho que resolveu agradecer o apoio dado ao jornal e as idéias do mesmo.⁵³⁸

Depois disso, os manifestantes e Trovão se dirigiram ao jornal o *Cruzeiro*, onde foram manifestadas mais atitudes de apoio diante de sua redação. Trovão adentrou nas dependências desta folha, provavelmente para solicitar que algum de seus membros desse algumas palavras ao povo ali presente, fato que foi atendido, em seguida, pelo dr. Berlink que saudou com vivas a multidão e o povo fluminense pela posição que havia tomado diante da questão do imposto.⁵³⁹

No entanto, no exato momento em que o povo acompanhava as palavras de Berlink, uma parte dele se aglomerou diante do *Jornal do Comércio*, que se localizava em frente ao *Cruzeiro*, e iniciou manifestações de hostilidade a este periódico, e antes que isto se desdobrasse em um episódio mais sério, da sacada do *Cruzeiro*, Trovão pediu que os manifestantes não procedessem desta forma. Este momento teria gerado grande apreensão nos presentes e, sobretudo, no orador, pois corriam boatos de que espiões da polícia, os chamados “secretas”, estariam a espreita dos manifestantes, e, antes que a situação se desdobrasse em

peçoas, já a *Gazeta da Noite* apresenta 7 mil peçoas aproximadamente. Embora as diferenças sejam gritantes e, provavelmente, a *Gazeta da Noite* tenha exagerado, não é possível negar que mesmo o valor apresentado pelo delegado já é considerável para uma reunião pública. *Gazeta de Notícias*, 29 de dezembro de 1879; *Gazeta da Noite*, 30 de dezembro de 1879.

⁵³⁷ Idem, ibidem.

⁵³⁸ Idem, ibidem.

⁵³⁹ Idem, ibidem.

prisões e violências por parte das autoridades, seria melhor proceder com cautela. De certa forma, seus apelos foram ouvidos, o que foi comprovado pelo fato de que a manifestação teria continuado de forma pacífica.

Partindo da redação do *Cruzeiro*, os manifestantes acompanharam Trovão⁵⁴⁰ em seu retorno a *Gazeta da Noite*, e, ao som de “vivas” e “morras”, o último direcionados provavelmente ao *Jornal do Comércio*, caminharam, sem promover distúrbios até a dita folha, desapontando, deste modo, a polícia, que não poderia exercer nenhuma atitude contra os mesmos, fato que, todavia, seria observado dias depois⁵⁴¹. Este ato foi finalizado com a chegada ao destino, onde os manifestantes foram contemplados pelas palavras de Machado da Cunha, que a pedido de Trovão, teria mais uma vez agradecido e saudado a todos.

Nas palavras dos editores da *Gazeta da Noite*, esta reunião foi oportuna e eficaz ao demonstrar um certo nível de descontentamento de habitantes da cidade com relação ao imposto e ao governo, algo que os aproximaria das interpretações fomentadas pelas folhas de oposição da cidade. Segue o trecho a este respeito:

O que se disse na conferencia do Gymnasio e que o povo ouviu em sua curta mas demorada jornada pelas ruas do Ouvidor e da Uruguayana sobre o imposto do vintém, ajusta-se perfeitamente as opiniões que a Gazeta de Noticias, O Cruzeiro, nós e toda a imprensa independente temos externado.
Nesta questão do vintém não há duas opiniões diferentes entre as pessoas honestas.
(...)
Pelo que se contem na conferencia e pelo entusiasmo que ella despertou, pode-se asseverar de que o nosso povo vae se compenetrando de que a verdadeira soberania nacional reside nelle.
O dia de hontem foi uma revelação esplendida para aqueles que esperam a regeneração da pátria do esforço popular.
La marêe monte...
Lembre-se o governo de s. m. o imperador de que a moeda do vintém, com que acaba de tributar-nos, pode render juros exagerados.⁵⁴²

Se observado à luz da conjuntura em que foi produzido, marcada pelas disputas entre setores de elite, este tipo de mensagem assume um sentido político claro de demonstrar que as críticas feitas pela oposição encontrariam respaldo em um público numericamente mais amplo, estando em sintonia com as expectativas da população da cidade que seriam unânimes

⁵⁴⁰ O fato de os manifestantes estarem acompanhando Lopes Trovão aos locais mencionados se devia não só a questões políticas de manifestação de apoio e afins, mas também ao próprio risco que o mesmo estaria correndo, pois nos dias seguintes, conforme observou a *Gazeta da Noite*, todo o seu conselho editorial estaria sendo ameaçado por capangas do governo, em sua maioria disfarçados a espera da oportunidade de colocar as mãos nos conferencistas. Para mais detalhes, ver as edições deste jornal a partir do dia 24 de dezembro de 1879.

⁵⁴¹ Vale lembrar que no evento do dia 28 de dezembro em São Cristóvão, analisado anteriormente, os agentes de polícia teriam incitado os manifestantes buscando provocar uma reação violenta dos mesmos e, deste modo, criar condições para uma ação repressiva. Neste dia teriam sido agredidos alguns manifestantes algumas horas depois do fim do ato de manifestação, quando os mesmos se encontravam dispersos. Para mais detalhes, ver o Prólogo do presente trabalho.

⁵⁴² *Gazeta da Noite*, 24 de dezembro de 1879.

em reprovar o novo imposto. Por este motivo, esta conferência teria demonstrado a força dos argumentos defendidos dentro e fora da imprensa da capital sobre este assunto, e, por conseguinte, teria reforçado a posição dos críticos do governo no cenário de disputas em que se viam envolvidos.

No entanto, a importância dela não se esgota pelo fato de seguir as expectativas de polemizar com o governo, ao contrário, é esta polarização que interessa, pois seria nela que os demais manifestantes teriam se baseado para buscar alternativas políticas perante uma realidade de difícil resolução. Além do mais, na leitura deste editorial, as coisas poderiam mudar e a *maré poderia aumentar*⁵⁴³, ou seja, o movimento poderia crescer e, com isso, criar uma situação na qual o governo se arrependeria, rendendo “juros exagerados”.

Com o desenrolar dos acontecimentos o governo teria percebido a mesma coisa, e agiu de forma “preventiva” contra as aglomerações populacionais, não só temeroso de que as manifestações se desdobrassem em violência, mas também de que elas conseguissem concretizar seus intentos: atacar o imposto e, mais precisamente, o governo. Outro problema seria ter de enfrentar não só uma oposição nos jornais, já praticamente constituída, como também uma oposição nas ruas, foco da aplicação do imposto.

No dia seguinte ao ocorrido, o chefe de polícia divulgou uma circular aos subdelegados da Corte com as seguintes instruções:

Recomendo a VS. SS. que por si e pelos inspetores de quartirão exerçam a mais activa vigilancia afim de não ser de qualquer modo alterada a ordem publica e offendida a segurança individual e de propriedade, durante as festas de Natal; chamando particular attenção para as igrejas onde houver solemnidades religiosas pela madrugada.⁵⁴⁴

O conteúdo da circular é bem específico e claro ao manifestar a necessidade de mais ativa vigilância pelos inspetores de quartirão e seus superiores para evitar qualquer alteração na ordem pública. Não por acaso, ela teria sido emitida num momento específico da manifestação de opiniões contrárias ao governo, exatos dez dias antes do início da aplicação do imposto. Todavia, não deve ser negligenciado que, por se tratar de uma orientação direcionada as comemorações do Natal, ela estaria lidando com “problemas” específicos de comemorações públicas da Corte, pois, como em qualquer momento festivo que apresentava uma grande aglomeração de pessoas seria comum a configurações de distúrbios e confusões.

⁵⁴³ “La marêe monte...” *Gazeta da Noite*, 24 de dezembro de 1879. “A maré aumenta” é uma das possíveis traduções para esta expressão.

⁵⁴⁴ *Gazeta da Noite*, 22 de dezembro de 1879; *Gazeta de Notícias*, 22 de dezembro de 1879.

As festividades eram um momento de divertimento para a maior parte da população da cidade, e, para alguns, era bem mais do que isso, pois, algumas vezes, eram palcos para acertos de contas e disputas entre grupos rivais, como no caso de capoeiras, que imprimiam características específicas as comemorações populares, realizando exhibições de suas habilidades, que, para além de uma “questão teatral”, representavam demonstrações de força e prestígio para a platéia em geral, e para outros capoeiras, em específico.⁵⁴⁵ Outro ponto importante revelado pela mensagem está relacionado ao fato de ser chamada a atenção para as igrejas. Além de locais onde eram iniciadas as festividades, via de regra, após uma missa, as igrejas também representavam espaços específicos nas lógicas políticas das ruas, sendo utilizadas como locais que demarcavam o território de algumas maltas⁵⁴⁶, sendo, por isso, possíveis pontos de reunião e de disputa.

Os elementos apontados ajudam a explicar parte da questão. A outra parte fica por conta da política específica estabelecida por Eduardo Pindayba de Mattos como chefe de polícia da Corte na qual realizou verdadeiras caçadas a “capoeiragem” e a seus praticantes⁵⁴⁷, dotando, assim, a solicitação de outro sentido específico, embora não completamente desligado daquele mencionado anteriormente, afinal, ele sabia que os capoeiras também eram parte integrante das relações políticas da cidade, assumindo, por vezes, um importante papel nas disputas partidárias. Assim, a presença destes personagens demonstrava elementos de uma

⁵⁴⁵ Segundo o historiador Carlos Eugênio Líbano Soares, “os momentos de grandes concentrações populares na cidade, devido ao calendário religioso herdado dos tempos coloniais, ou em função de novas tradições curadas pelo Estado Imperial, eram oportunidades que as maltas não perdiam de exibir suas habilidades públicas ou resolver contendas que, não raro, degeneravam em tumultuados conflitos que o poder policial raramente conseguia coibir.” SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: SMC/DGDI, 1994, p. 72.

⁵⁴⁶ O historiador Carlos Eugênio afirma que não encontrou indícios contrários ou a favor da hipótese de que disputas no perímetro das igrejas fossem motivadas por questões “políticas” entre as maltas da Corte. No entanto, ele afirma que “o controle de determinada parte da cidade revertia para a malta privilégios concretos e materiais”, pois, “a simbologia das maltas espelha um controle informal de partes vitais da cidade, uma espécie de ‘loteamento’ do tecido urbano em favor de grupos estrategicamente localizados” e, além disso, a “literatura [sobre o tema] informa da desenvoltura com que os capoeiras, na metade do século, subiam e desciam das torres das igrejas, ou se espalhavam pelas procissões.” A importância que as igrejas representavam do ponto de vista simbólico e concreto para a cidade, sendo um local de rituais religiosos e cívicos (como as eleições), apresentando, inclusive, localizações geográficas “estratégicas”, estando em pontos de peregrinação e de aglomeração de pessoas, provavelmente as tornariam locais de disputas. A igreja de São Francisco de Paula, no Largo de São Francisco, por exemplo, que era um local de grandes concentrações de pessoas foi constantemente marcada por conflitos entre as maltas e destes com as autoridades. SOARES, Op. Cit. p. 70-1.

⁵⁴⁷ De certo modo, Eduardo Pindayba de Matos teria dado continuidade à política repressiva de seu antecessor, Tito Augusto Pereira de Matos, que teria assumido a Secretaria de Polícia da Corte com a subida do gabinete liberal, em 1878. Este período de domínio liberal da política central foi marcado pelo combate às influências construídos pelos conservadores durante o período em que ficaram no poder, aproximadamente dez anos, e, por conseguinte, marcado pela repressão às maltas que eram aliadas dos conservadores. Para mais detalhes, ver a “Revanche Liberal” In: SOARES, Op. Cit., p. 211-17.

cultura popular de participação política, dotada de lógicas próprias, conectada às esferas institucionais⁵⁴⁸, algo que, de certa maneira, estaria sendo combatido pelo governo liberal.

Por fim, festejos como este significavam ruas cheias de pessoas, o que dificultava o controle da multidão e facilitava a ação de indivíduos ou grupos que quisessem ocultar suas atitudes das autoridades, sobretudo à noite, e estes fatos não escapavam aos horizontes do chefe de polícia. Além disso, outro aspecto igualmente relevante é o de que a grande aglomeração de pessoas facilitava mobilizações e protestos, algo potencialmente perigoso num momento tão delicado como esse.

Não obstante, a “ação preventiva” do governo não se limitou a um pedido de maior atenção nas festas, pois, teria se desdobrado também através de outras atitudes menos sutis. Conforme avançava o mês de dezembro, a atuação policial se tornava cada vez mais ostensiva, aumentando o número de prisões em decorrência de uma tolerância cada vez menor com qualquer tipo de atitude considerada como suspeita nas ruas. Esta intolerância traduziu-se através do número crescente de prisões efetuadas por “desordem”⁵⁴⁹, termo, aliás, bastante comum nas páginas policiais dos periódicos no período. Este dado aparentemente pouco significativo, representaria, na realidade, uma estratégia do governo em tentar estabelecer um controle mais efetivo de possíveis locais de manifestações sediciosas.

Acompanhando o raciocínio acima, a Secretaria de Polícia da Corte fornece mais evidências para justificar tal hipótese, através da publicação de uma circular, no dia 24 de dezembro, solicitando aos empresários de teatros para que não cedessem as suas casas, ao menos durante um tempo, para a execução de conferências ou reuniões.⁵⁵⁰ Com esta medida, a polícia estaria fechando cada vez mais o cerco sobre qualquer manifestação que, por ventura, pudesse ocasionar “transtornos” ao governo.

A atuação repressiva apontada, que ampliaria ainda mais uma situação observada desde novembro último, teria acrescentado mais elementos as já tensas relações entre o poder

⁵⁴⁸ Segundo Carlos Eugênio “o Partido Capoeira não era uma entidade anômala no universo da política na Corte. Ao contrário, ele construiu, anos a fio, uma rede de liames com a política institucional, e com seus agentes, a ponto de podermos falar de circularidade de valores entre os componentes das maltas e a elite política da época.” Ele esclarece ainda que o *Partido Capoeira* “não seria um grupo específico, com determinado número de membros” mas, significaria “um método, uma forma de fazer política”, que tinha nas ruas o seu espaço de atuação e seus alvos seriam não apenas os grupos adversários, a quem buscavam coagir, mas a sociedade como um todo. “Para essa”, completa Soares, “havia uma mensagem que se pretendia passar”, “ligada a formas de identidade, e uma presença no contexto político dominante. Desta forma, “a política de rua dos capoeiras era uma leitura e prática invertida da política fechada dos gabinetes”. SOARES, Op. Cit., p. 219.

⁵⁴⁹ A *Gazeta da Noite*, em suas edições, chega a contabilizar 300 prisões em um período aproximado de 3 dias (24, 25 e 26 de dezembro). Para mais detalhes, ver *Gazeta da Noite*, 26 de dezembro de 1879. Todavia, os números apresentados seriam bem maiores, pois, só no dia 24, a Casa de Detenção da Corte registra 208 entradas.

⁵⁵⁰ *Gazeta de Notícias*, 24 de dezembro de 1879; *Gazeta da Noite*, 24 de dezembro de 1879.

público e os habitantes da cidade. E, com o passar dos dias, a situação não parecia que mudaria muito, afinal, as prisões continuavam num ritmo crescente e a mobilização das autoridades se tornava cada vez maior.⁵⁵¹

No que se refere as detenções, o dia 24 apresenta um dado, no mínimo, curioso. Neste dia um número elevado de indivíduos foi levado à Casa de Detenção da Corte⁵⁵², 206 no total, dos quais, apenas quatro casos estiveram relacionados a crimes contra a propriedade (“furto”)⁵⁵³. Nos demais, 202, foram identificados “crimes” de outra natureza, via de regra, ligada à categoria de “desordem”. O que teria acontecido para explicar um número tão elevado de detenções em um único dia, superando, inclusive, as detenções do período do motim?⁵⁵⁴

Contemplar o fato anterior unicamente sob o prisma de que o governo estaria atuando de forma mais dura contra a população através de seus agentes ajuda a explicar, mas não esgota as possibilidades de análise sobre tal acontecimento. Para aprofundar um pouco as coisas, será necessário buscar mais pistas. E quem dá algumas dicas é a *Gazeta de Notícias*.

Em sua edição do dia 25, a *Gazeta* apresenta uma “desordem” na Rua General Caldwell, às 8 horas da manhã, em que estiveram envolvidos várias pessoas. A descrição, pouco detalhada, não permite que sejam diretamente identificadas as causas do evento, mas é mencionada o envolvimento de trabalhadores, caixeiros, e alguns urbanos. Segue a descrição do caso:

Quarta-feira, às 8 horas da manhã, na rua General Caldwell, estavam assistindo a uma pequena desordem dois moços empregados em uma padaria da rua do Senador Euzébio.

Alguns dos desordeiros, que seguiram em um bond, chamaram de morcegos uns urbanos que tinham tomado parte na questão. Depois de seguir o bond, sem que a desordem tivesse consequências, um dos moços disse ao outro que os morcegos nada tinham conseguido.

⁵⁵¹ Um elevado número de prisões foram mencionadas nas partes policiais de jornais como o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta da Noite*. Esta situação pode ser identificada através da cobertura dada à questão da prostituição nos dois meses finais de 1879, no caso do *Jornal do Comércio*, e a questão das prisões por “vagabundagem” e “desordem”, na *Gazeta da Noite* do mês de dezembro.

⁵⁵² **Livro de Matrículas da Casa de Detenção da Corte, Livres e Libertos**, APERJ – Notação 14, nº original 3965, págs. 85 (frente) a 136 (frente).

⁵⁵³ Os quatro presos por “furto” são os seguintes: **Manoel Soares, Catraieiro**, português, natural do Porto, branco, morador da R. da Saúde, página 92 (Verso), nº de matrícula 4326; **Jose Justino**, trabalhador, brasileiro, natural do Rio de Janeiro, preto, sem residência fixa, página 93 (Frente), nº de matrícula 4327; **Bernardino Vieira**, sem profissão, brasileiro, natural do Rio de Janeiro, branco, morador da R. Dona Feliciano, página 119 (frente), nº de matrícula 4429; **Charles Andur**, marinheiro, inglês, branco, residente num navio, página 119 (verso), nº de matrícula 4431. Idem.

⁵⁵⁴ Na realidade, esta superioridade é relativa, pois, os detentos contabilizados entre os dias 1º e 3 de janeiro de 1880, filtrados para o motim, são de 189, enquanto os detentos do 24 de dezembro de 1879 são de um total de 202. Os números são bem próximos, embora a superioridade mais evidente decorra da comparação detentos/dia, na qual a lista do dia 24 leva larga vantagem. Para mais detalhes, ver o capítulo 3 da presente análise.

Passava por elles na occasião um individuo a paisana, ouviu aquella frase e perguntou a quem era dirigida; respondendo o moço que eram uma phrase vulgarmente applicada aos urbanos, recebeu ordem de prisão.

Chegando a estação de urbanos e exposto ao facto, o Sr. sargento, depois de dirigir ao preso palavras insultuosas, em que não foram poupadas nem familia, nem nacionalidade, deu-lhe com uma bengala e mandou recolhê-lo ao xadrez.

Mais tarde veio o patrão reclamar o seu empregado, e ouviu do Sr. subdelegado pouco mais ou menos o que o peso ouviu do Sr. sargento.

A 1 hora da tarde foi o preso remetido para a casa de detenção, como vagabundo! Ahi esteve até o dia seguinte. E tudo isto por ter uma conversa com o companheiro, fallando em morcego!⁵⁵⁵

Não é necessário muito esforço para perceber que a notícia estaria fazendo referência a atuação da polícia naqueles dias de dezembro, em que tudo seria motivo para efetuar prisões. Isto parece ficar mais evidente no momento em que um dos caixeiros comenta com o outro, de forma jocosa, “que os morcegos nada tinham conseguido”. Naturalmente ela fazia menção as circunstâncias do evento e as atividades policiais neste dias, reconhecida pelos presentes, e, mais especificamente, pelos dois caixeiros, na qual os “morcegos” estariam constantemente buscando motivos para prender indivíduos ao menor sinal de “desordem”. E, nestes termos, um conceito genérico como este seria largo o suficiente para abarcar os mais diversos e, supostos, delitos. Acrescido das circunstâncias observadas no capítulo anterior, nas quais questões não necessariamente de “interesse público” motivariam prisões e agressões pelas autoridades, esta questão se torna mais evidente.

O caixeiro teria pago caro pela ironia, pois, além de ter sido ofendido moralmente, e, provavelmente, fisicamente pelo sargento dos urbanos, também ficou preso na véspera de Natal, só tendo sido solto no dia seguinte. O mais interessante é que ele, empregado de uma padaria na Rua Senador Eusébio, teria sido remetido ao *palácio de cristal*⁵⁵⁶ como “vagabundo”! A mensagem é bem clara, mas, ainda assim, requer alguns arremates. No momento em que este indivíduo foi preso por fazer um comentário e, a partir dele, foi remetido à prisão como “vagabundo”, isto pode levar a conclusão de que não só as prisões estariam sendo arbitrárias, fato evidenciado pela própria notícia, como também os registros policiais estariam sendo forjados a revelia dos prisioneiros. Deste modo, consegue-se verificar a validade das acusações feitas pela *Gazeta da Noite*, em que a atuação da polícia estaria ocorrendo de forma autoritária nas ruas.⁵⁵⁷

⁵⁵⁵ *Gazeta de Notícias*, 25 de dezembro de 1879.

⁵⁵⁶ A denominação *Palácio de Cristal* refere-se à Casa de Detenção da Corte.

⁵⁵⁷ Conforme acusações desta *folha*, estariam se tornando comuns nestes dias a prisão de pessoas sem terem cometido qualquer crime, o que revelaria, segundo a mesma, um sentido político por trás das ações da polícia. Para mais detalhes sobre esta questão, verificar o texto da *Gazeta da Noite* do dia 26 de dezembro intitulado “estão suspensas as garantias”.

Voltando aos registros prisionais⁵⁵⁸, são verificadas mais algumas evidências interessantes sobre o caso analisado e, por isso, sua análise vai tomar uma boa parte das páginas a seguir.

Semelhantes ao quadro verificado nas prisões dos 3 dias do “motim” do vintém, os prisioneiros são essencialmente trabalhadores, atuando em diversas ocupações, desde cafeiteiros até “trabalhadores”⁵⁵⁹. Nada menos do que 41 profissões diferentes são mencionadas nestes registros.

Com relação à origem geográfica, foram computadas 15 diferentes nacionalidades, distribuída de forma desigual entre os 202 indivíduos. Deste total, 120 são brasileiros (60%) e 49 são portugueses (29%), para citar os dois grupos mais numerosos. No tocante à naturalidade, foram computadas 46 diferentes, distribuídas de forma desigual, sendo os casos mais numerosos a província do Rio de Janeiro, com 64 pessoas (32%) e a cidade do Porto, com 39 pessoas (19%). Podem ser destacados ainda mais duas categorias relativamente numerosas em comparação aos demais detentos, como no caso da Bahia, com 13 pessoas (6%) e aqueles que não tiveram sua naturalidade identificada, com 21 pessoas (10%). As similaridades encontradas entre as circunstâncias apresentada pelos dados do “motim” e os dados em tela, levam a conclusão de que a origem geográfica dos indivíduos listados aproximam muito os detentos dos dias 24 daqueles verificados entre os dias 1º e 3 do ano seguinte, com exceção apenas da proporção do número de estrangeiros, que é bem mais equilibrada no segundo caso⁵⁶⁰.

Contemplando a “cor” dos detentos do caso avaliado, mais similaridades vêm a tona. Das 7 características físicas mencionadas, as mais numerosas são as de “pardos”, com 37 (18%), “pretos”, com 46 (23%) e “brancos”, com 86 (43%), que somam 84% do total. Estes números apresentam uma proporção similar àquelas apresentadas pelos detentos do “motim”, com um predomínio dos “brancos” sobre os demais grupos, seguido por “pardos” e “pretos”. As duas únicas peculiaridades que distinguiriam os dois casos seriam a proporção de “pardos” e “pretos”, que é inversa no caso do motim, e a superioridade de “brancos” em relação aos demais grupos, maior no caso do “motim”.

No tocante à moradia dos indivíduos do dia 24, mais uma vez observam-se similaridades com os dados dos dias do “motim”, em que verificou-se uma grande variedade nos logradouros indicados. Para se ter uma idéia, das 97 ruas computadas no evento do dia 24,

⁵⁵⁸ Os dados da Casa de Detenção que serão avaliados se encontram na parte anexa a este capítulo (ANEXO B).

⁵⁵⁹ Sobre o termo “trabalhador”, voltar a primeira parte do capítulo 3 do presente trabalho.

⁵⁶⁰ Como visto no capítulo 3, página 164, o número de portugueses (79) é praticamente igual ao de brasileiros (80).

62 apresentavam apenas 1 pessoa, já nas outras 35 foram registradas as maiores concentrações populacionais. Dentre estas últimas, merecem destaque as ruas do Príncipe, 7; da Misericórdia, 8; de S. Pedro, 9 e a do Conde, 14, somando um total de 22%. Outros dois pontos que merecem destaque são os que não possuem moradia, 15 (8%) e aqueles que não tiveram uma moradia identificada, 7 (3%). Estes dados permitem verificar pequenos focos de concentração, que, todavia, diante dos casos com 1 exemplo, que somam 31% do total, se tornam minorias, o que, por fim leva a conclusão de que a dimensão geográfica do caso do dia 24 é igualmente ampla.

Localizando estas ruas dentro da região do Município Neutro percebe-se que elas ocupam uma dimensão espacial realmente ampla, o que contribui para a percepção de que se trata de um evento marcado por pessoas dos mais variados pontos da cidade, afinal, os exemplos se estendem desde as freguesias rurais de Irajá e Campo Grande até a freguesia urbana da Candelária⁵⁶¹. Contudo, a distribuição destas pessoas entre tais regiões administrativas era desigual, sendo evidenciado o predomínio demográfico das “freguesias urbanas”, que apresentam aproximadamente 93% do total de detentos⁵⁶². Observando a disposição destas pessoas nestas freguesias constatou-se uma concentração em áreas próximas ao núcleo mais central da cidade, embora esta se dê de forma desigual em alguns casos, pois há indícios de pessoas residindo na freguesia da Candelária que, justamente, compõe o núcleo mais central⁵⁶³. Dentre estas freguesias, as que apresentam os maiores valores são as de Sacramento (13), Espírito Santo (14), Candelária (20), São José (23), Santa Rita (23), Santo Antônio (24) e Santana (27) que juntas somam um total de 144 pessoas.

Sendo assim, observa-se mais uma tendência que aproxima os participantes dos dois eventos, ou seja, a de concentração de indivíduos em determinadas regiões do centro da Corte. Afinal, todas as freguesias que marcaram presença nos dias do “motim” também estiveram

⁵⁶¹ As 15 freguesias localizadas nos livros de matrículas de detentos livres e libertos do dia 24 de dezembro são as seguintes: Inhaúma, Lagoa, Campo Grande, Irajá, Engenho Novo, Glória, Engenho Velho, S. Cristóvão, Sacramento, Espírito Santo, Candelária, São José, Santa Rita, Santo Antônio e Santana. Ver ANEXO B – Tabela 45.

⁵⁶² O total a que se refere este percentual é de 164 detentos, número deduzido dos casos em que os detentos não possuíam moradia (18), em que não foram identificadas as residências (9) ou aqueles em que as freguesias não foram identificadas (11). Em tais circunstâncias, estes números podem sofrer alguma variação, embora não o suficiente para reverter esta superioridade das “freguesias urbanas”. Para uma localização espacial das freguesias urbanas, ver o MAPA I, ANEXO B, página 267.

⁵⁶³ O “núcleo central” referido aqui diz respeito às freguesias centrais do município da Corte que eram: Candelária, Sacramento, São José e Santa Rita, sendo complementado pelas freguesias de Santo Antônio e Santana, além da Glória e Espírito Santo, que formavam uma espécie de cerco entorno das demais.

presentes ao episódio da véspera de Natal.⁵⁶⁴ Embora este fato pareça apenas uma dentre muitas coincidências possíveis quando são tratados dados desta natureza, acredita-se que este fato queira dizer algo mais, afinal, percorrendo todos os nomes e dados correlatos presentes nas fichas individuais, é possível concluir que haveria uma correlação entre os dois eventos e que ambos estariam inseridos dentro do processo histórico que levou as lutas políticas observadas neste momento.

Examinando as fichas de livres e libertos do dia 24 verificou-se ainda que das 40 profissões diferentes listadas, 28 também estão presentes nos eventos dos dias 1º e 3 de janeiro do ano seguinte.⁵⁶⁵ O mais interessante é que os números de pessoas apresentados por estas profissões são praticamente idênticos e, além disso, as profissões apresentadas como mais numerosas são praticamente as mesmas, representando, nos dois casos avaliados, 87% do total de detentos. Se estes dados forem confrontados com àqueles apresentados nas fichas de detentos escravos de janeiro, teremos as mesmas profissões encontradas nos livros de não-escravos, porém, em proporções menores.

Deste modo, a maioria dos detentos presentes aos dois casos, nutriam entre si dimensões profissionais em comum, o que, por conseguinte ajuda a sugerir possíveis trocas de experiência entre eles. Estas trocas de experiências seriam construídas também fora dos ambientes de trabalho, como nos locais de moradia e de lazer, afinal, muitos são os exemplos de indivíduos que residem na mesma rua ou freguesia, um fato, aliás, que facilitaria a constituição de organizações de trabalhadores, comuns ao período analisado, como visto no capítulo anterior.

A Sociedade Liga Operária, que foi mencionada no capítulo anterior, é um bom exemplo de um possível “espaço” de aglutinação de experiências, pois, de acordo com a sua proposta original, ela reunia “artistas, operários, nacionais e estrangeiros que se submetessem a seus estatutos”⁵⁶⁶. Ao fazer isso, ela estaria lidando com uma realidade cada vez mais comum na capital do Império, a da existência de um número cada vez maior de trabalhadores “livres”, ocupados em uma ou, possivelmente, mais profissões, de variadas origens étnicas, culturais e geográficas, inseridos em um mercado de trabalho cada vez mais disputado.⁵⁶⁷ Entre seus membros eram encontrados marceneiros, carpinteiros, tipógrafos, entre outros,

⁵⁶⁴ Como pode ser verificado na parte anexa deste capítulo (ANEXO B), além de apresentar as mesmas freguesias do “motim”, o evento do dia 24 apresenta ainda mais 4 freguesias rurais (Ianhaúma, Campo Grande, Irajá e Engenho Novo), embora deva ser ressaltado que estas contribuem com apenas 3% do total de detenções.

⁵⁶⁵ Ver a tabela “Comparação das profissões” no ANEXO B – Tabela 40.

⁵⁶⁶ MATTOS, Marcelo Badaró de. Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 229-251, 2004, p.3.

⁵⁶⁷ Para mais detalhes, voltar ao Capítulo 1 do presente trabalho.

localizados nas freguesias de Santo Antônio e de Santana, que eram limítrofes. Segundo os dados do recenseamento de 1872, avaliados no Capítulo 1⁵⁶⁸, estas duas freguesias apresentavam, nesta década, 32% da população total da Corte, sendo a freguesia de Santana a mais populosa de todas⁵⁶⁹.

Ainda sobre estas duas regiões administrativas, Santo Antônio era uma freguesia essencialmente manufatureira e artesanal, possuindo um importante comércio de retalhos e estabelecimentos industriais⁵⁷⁰ e a de Santana apresentava uma “desenvolvida indústria e inúmeras casas comerciais de varejo”⁵⁷¹, além de apresentar uma população em sua maioria de baixa renda, residindo em habitações coletivas, como cortiços, por exemplo. Confrontando estes elementos aos dados das detenções tem-se uma situação em que esta região apresentou uma taxa crescente de participação nos eventos de rua, 31% no dia 24 e 40% no “motim”, para ser mais preciso. Estes percentuais indicam ainda uma grande variedade de profissões, distribuídas de uma forma numericamente desigual entre os detentos, concentradas em setores como trabalhos manuais, comércio e serviços.

Portanto, diante de uma situação como essa, há indícios da existência de experiências compartilhadas entre os participantes de um mesmo evento e, da mesma forma, entre membros de eventos distintos, ou seja, as informações apresentadas pelos detentos do dia 24 de dezembro e dos dias 1 a 3 de janeiro de 1880 permitem que sejam estabelecidas pontes de contato entre eles, o que, por sua vez, proporcionaria elementos aglutinadores que funcionariam como meios de aproximação entre eles⁵⁷². É através do processo histórico que vem sendo analisado que estas proximidades foram contempladas, permitindo uma leitura mais ampla sobre os acontecimentos do período histórico em questão. Afinal, as freguesias utilizadas como exemplos para esta avaliação – Santana, Santo Antônio e muitas outras – que marcam presença neste período de lutas através de seus habitantes, fazem com que os

⁵⁶⁸ Ver Tabela 9, Capítulo 1.

⁵⁶⁹ Nos recenseamentos de 1872 e de 1890 a freguesia de Santana é apresentada como a mais populosa, apresentando cerca de 21% na primeira amostragem (1872) e 22% na segunda (1890). Ver Tabela 9, Capítulo 1.

⁵⁷⁰ SANTOS, Francisco Noronha. **As freguesias do Rio Antigo**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965, p. 115.

⁵⁷¹ Idem, p. 108.

⁵⁷² Foram verificadas cerca de 28 profissões em comum nas duas séries de dados, isto é, entre os prisioneiros do dia 24 de dezembro de 1879 e dos prisioneiros do “motim”, que permitiriam o surgimento de circunstâncias de troca de experiências entre os prisioneiros de eventos distintos. Esta contigüidade auxiliaria na percepção de uma conexão entre os dois episódios, sugerindo a evidência de um processo de mobilização de setores populares para além dos eventos dos dias de janeiro de 1880. As seguintes profissões são encontradas nos episódios de dezembro e de janeiro: Calafate, Carteiro (correio), Condutor, Foguista, Lavadeira, Lustrador, Caldeireiro, Copeiro, Marceneiro, Marmorista, Pescador, Estivador, Ferreiro, Pintor, Servente, Alfaiate, Ganhador, Padeiro, Marítimo, Cigarreiro, Cocheiro, Sapateiro, Marinheiro, Carpinteiro, Carroceiro, Caixeiro, Cozinheiro, Trabalhador. **Livro de Matrícula da Casa de Detenção da Corte, Livro de Livres e Libertos**, APERJ, Notação 14, N.o original 3965, dia 24 de dezembro de 1879 e dias 1 a 3 de janeiro de 1880.

caminhos desta análise cruzem os caminhos das experiências de lutas dos trabalhadores da cidade em busca de melhores condições de vida e de trabalho, o que, por sua vez, pode indicar uma conexão com as organizações de trabalhadores que estariam sendo formadas não só na década de 1870, como no caso da Sociedade Liga Operária, cuja proposta era criar uma agremiação de múltiplas categorias profissionais, como também na década seguinte.

Além disso, atentando para alguns dos aspectos que vem sendo tratados até o presente momento, verificou-se alguns dos problemas pelos quais a população trabalhadora da cidade estaria passando, em grande medida ligados a questões fundamentais de seu cotidiano como problemas de transportes, a truculência das autoridades – realizando prisões indiscriminadas, prejudicando o exercício de determinadas atividades de trabalho, agredindo fisicamente e moralmente os setores populares ao intervirem em seus espaços de convívio social, quer sejam os locais de trabalho, de moradia ou de lazer -, as dificuldades financeiras agravadas pelo aumento dos tributos, o corte de serviços como a educação noturna, essencial aos setores populares, e que, por sua vez, esteve conectado à redução da participação política destas pessoas através de mecanismos excludentes de qualificação eleitoral. A lista de elementos que atingiriam os trabalhadores é grande e variada, e auxilia a contemplar questões específicas que, mediante as experiências históricas do período analisado, contribuiriam para a aproximação de diversos personagens, distribuídos por diversos ramos de atuação profissional, que se reconheceriam como um setor prejudicado pelas circunstâncias concretas em que se viam inseridos. Afinal, para além das divisões culturais e étnicas experimentadas pelas centenas de habitantes da Corte, através de experiências como as de protestos de rua - e, antes deles, os problemas que seriam combustível para a realização dos mesmos - forjaram os alicerces para a ação direta e, por que não, organizada dos setores populares.

Pegando alguns dos pontos que indicaram os problemas listados, como, por exemplo, aqueles ligados a “instrução pública” pôde ser verificado que alguns personagens da capital do Império teriam se manifestado contra as medidas do governo sobre este assunto e, além disso, teriam se mobilizado para reverter a situação, como no caso de Otaviano Hudson e outras pessoas citadas no capítulo anterior⁵⁷³, que, inclusive, tornaram públicos os seus protestos ao manifestavam nos jornais seu descontentamento com aquilo que julgavam ser uma atitude abusiva dos governantes. No rastro destas manifestações, foram identificadas outras manifestações de descontentamento, agora partindo do cenário político institucional brasileiro como no caso do político José Carlos de Carvalho, que proferiu uma série de

⁵⁷³ Ver capítulo 3 da presente análise.

conferências na cidade a respeito das mudanças necessárias para a melhoria das condições educacionais da população do Império, proferindo duras críticas ao governo e ao Senado⁵⁷⁴. Portanto, a dimensão que este tema assumiu esteve além das galerias legislativas, local que muitos intelectuais pregam ser o único em que “a” política é gerida, atingindo um público mais amplo e variado, ecoando nos espaços como o das agremiações de trabalhadores, que ao se posicionarem sobre o assunto, suscitando protestos e manifestações de apoio aos defensores da educação, teriam contribuído não só para uma maior publicidade do tema, como ampliariam as dimensões de atuação a seu respeito.

Não é por acaso que no dia 26 de novembro do ano de 1879 a Liga Operária teria emitido uma nota no *Jornal do Comércio* sobre a condecoração do Sr. Hudson pela defesa que o mesmo desempenhou a favor da educação dos trabalhadores.⁵⁷⁵ Ao tomar esta atitude, a Liga estaria não só tornando pública uma medida de reconhecimento ao papel desempenhado por este personagem, como também estaria ela se posicionando a respeito da questão, demonstrando que sua diretoria e o conselho de trabalhadores não concordaria com os cortes promovidos pelo governo com relação à educação pública, afinal, uma das principais funções desta associação era a de “propagar a instrução, como o meio mais eficaz de esclarecer quer o operário, quer o artista”. Como observou Cláudio Batalha, para alcançar este fim “oferecia aulas noturnas de português, francês, inglês, aritmética, desenho e música”, embora, o mesmo observe que estes cursos eram freqüentados por poucos alunos.⁵⁷⁶

O mais importante não é a questão quantitativa, pois, a própria oferta de ensino regular pelo Estado era bem reduzida⁵⁷⁷, mas a constituição de uma certa mobilização em relação a um tema comum que cortaria horizontalmente os trabalhadores da cidade, e que, portanto, seria passível de promover algum tipo de comoção nos mesmos. Tomar a frente de uma questão como essa poderia representar uma oportunidade ímpar a uma organização que tinha

⁵⁷⁴ Idem.

⁵⁷⁵ “LIGA OPERÁRIA – A diretoria e conselho desta associação beneficente conferiu ao Sr. Octavianno Hudson o título de Conselheiro Honorário.” *Jornal do Comércio*, 26 de novembro de 1879.

⁵⁷⁶ BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: Algumas reflexões em torno da formação da classe operária. **Cadernos AEL**, São Paulo – Campinas, Vol. 6, n.10/11, 1999, p. 56.

⁵⁷⁷ Leôncio de Carvalho chamou a atenção para o fato de que a oferta de ensino na cidade do Rio de Janeiro não era compatível com a sua população livre, sendo o número de estabelecimentos de ensino - 4 mil no total - “excessivamente diminuto para uma população livre de aproximadamente 8 milhões”. Além disso, ele acrescenta que estas escolas funcionam em péssimas condições de higiene e conservação, em prédio alugados, impróprios para este tipo de atividade. No entanto, este cenário calamitoso não se estendia a todo o sistema, pois quatro escolas do Município Neutro apresentariam “condições luxuosas”, como é o caso das chamadas “escolas palácio” - provavelmente fazendo referência à magnificência de suas instalações, “comparáveis a verdadeiros palacetes” -, destinadas a uma parcela reduzida da população da Corte. Todavia, em contrapartida a todo o luxo oferecido a um público reduzido, elas custavam aos cofres públicos o equivalente ao que seria gasto para a construção de 64 escolas em condições adequadas para o aprendizado. Terceira conferência de Leôncio de Carvalho, *Gazeta de Notícias*, 26 de novembro de 1879.

como uma de suas pretensões abarcar diversos ramos profissionais, e, além disso, demonstraria sua capacidade de contemplar algo de suma importância, que estaria ganhando espaço nos periódicos e nas ruas.

Mas a educação não foi a única questão a assombrar os personagens desta história. Conforme visto, um outro elemento presente neste período seria a questão do “fechamento das portas”, que teria demonstrado a mobilização promovida pelos profissionais do comércio, mais especificamente os caixeiros, em prol de melhorias em suas condições de trabalho. Eles foram às ruas, realizaram abaixo assinados de porta em porta, assistiram a comícios⁵⁷⁸, enfim, começaram a atuar em prol da redução da carga horária de trabalho para toda a categoria e, ao fazê-lo, estariam utilizando estratégias de mobilização para enfrentar seus patrões, a quem, insistentemente, tentavam “arrancar” alguns direitos. Diante de uma situação como esta, a mobilização significava pressionar, o que, num contexto de disputas, poderia se desdobrar tanto em um “simples” cruzar de braços, até na ação direta contra os comerciantes que se recusassem em ceder às suas reivindicações.

Talvez este aspecto possa explicar a confusão do dia 24 avaliada nas páginas anteriores, em que a véspera de Natal, dia santo, poderia ser considerada um dia de “descanso” nas solicitações destes trabalhadores. O desfecho deste caso já é conhecido, pois foram verificados confrontos com a polícia e prisões destes trabalhadores, o que, aliás, nos dias seguintes, se tornaria uma constante. E já que este evento retornou ao centro das atenções cabe aqui uma pergunta importante: por que motivo teriam os outros trabalhadores se envolvido neste confronto? Será que haveria outras questões presentes ao mundo do trabalho a ponto de ocasionar um envolvimento mais amplo? Os elementos resumidamente apontados nas páginas anteriores podem fornecer esta resposta. Mas será que eles são suficientes? Talvez não.

Tornando a questão do imposto, e, mais precisamente, ao orçamento que lhe deu origem, alguns pontos importantes podem ser verificados a respeito da pergunta anterior. Mas, para isso, é necessário que o orçamento, ou melhor, as medidas econômica liberais do qual o mesmo é uma materialização, sejam vistas para além de uma simples pano de fundo para o imposto de vinte réis sobre os transportes públicos. A excessiva ênfase a um único ponto desta ampla e complexa reforma liberal das finanças, ao invés de ajudar na solução da questão do motim, pode acabar limitando as dimensões possíveis que o mesmo teria assumido, e, de

⁵⁷⁸ POPINIGIS, Fabiane. As sociedades caixerais e o “fechamento das portas” no Rio de Janeiro (1850-1912). *Cadernos AEL*, São Paulo – Campinas, v.6, n. 10/11, 1999, p. 113.

certa forma, pode criar obstáculos a observação de seus impactos. Por este motivo mais alguns pontos deste assunto serão abordados agora⁵⁷⁹.

No texto do orçamento foi aprovada uma taxa sobre o tabaco, matéria-prima para o fumo, que atingiria tantos os vendedores quanto os fabricantes, chegando a dobrar os valores dos impostos cobrados. Segue o trecho a este respeito:

3. São elevados:

§ 1º. A 40% além da taxa adicional, o imposto de consumo do tabaco frabricado que fôr importado, ficando o governo autorizado para rever as tabelas a que estão sujeitos os fabricantes e vendedores de preparado do fumo, augmantedo até o dobro as respectivas taxas.

Esse augmento não compreenderá os productores de fumo, nem excluirá quaisquer outras taxas que pelo seu comercio devam os vendedores pagar.⁵⁸⁰

Como pode ser observado, alguns setores envolvidos com a comercialização do fumo teriam suas tarifas alteradas, devendo pagar uma taxa maior ao governo. Embora não se possa verificar através das fontes utilizadas os reais impactos deste aumento sobre o mercado consumidor de fumo da Corte, é bem provável que esta medida tenha prejudicado o seu comércio e, indiretamente, sua produção.

Os cigarreiros e charuteiros, que eram profissionais envolvidos na fabricação e comercialização de derivados do tabaco⁵⁸¹, como no caso do cigarro, devem ter sido atingidos negativamente por esta medida, pois, devido ao aumento dos impostos, o produto final sairia mais caro, o que poderia levar a uma redução no consumo, sobretudo num momento de crises como este⁵⁸², conduzindo a uma conseqüente redução nos lucros e dos empregados envolvidos neste ramo econômico. Este fato fornece mais um exemplo de uma medida do governo liberal que atingia diretamente aos trabalhadores da cidade, o que, poderia ocasionar protestos dos mesmos.

⁵⁷⁹ Uma abordagem mais ampla das reformas liberais vem sendo construída nas páginas deste trabalho para tentar recuperar uma dimensão bem mais ampla do processo analisado, tendo em vista a variedade de envolvidos no “motim” identificados pela documentação prisional. Estas pessoas, juntamente com os outros setores envolvidos nos eventos de janeiro de 1880, foram os pontos de partida da presente análise, afinal, acredita-se que é através da agência histórica que os processos históricos podem, e devem, ser explicados.

⁵⁸⁰ Orçamento Geral do Império, 1879-1881, **Lei n.º 2.940 de 31 de outubro de 1879.**

⁵⁸¹ “Cigarreiro” era o profissional envolvido na produção ou comercialização de cigarros. O “charuteiro” era aquele que fabricava charutos ou que era proprietário de uma charutaria (estabelecimento comercial onde se vendem ou fabricam tabaco e seus subprodutos e acessórios). *Dicionário Eletrônico Houaiss*, 2003.

⁵⁸² A este respeito, ver o capítulo 1. Ainda a respeito da situação econômica da Corte entre as décadas de 1870 e 1880, ver também SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D’África, o príncipe do povo.** São Paulo: Cia das Letras, 2001. Ver especificamente as páginas 85 a 92.

Diante destas circunstâncias, não é mero acaso o fato de que charuteiros e cigareiros tenham sido presos nos eventos do dia 24 de dezembro e nos dias do “motim”, como demonstra os livros de matrícula de detentos livres e libertos.⁵⁸³

Através da questão anterior identificou-se mais um ponto problemático relacionado a população trabalhadora da cidade, que unido aos demais pontos vistos neste texto, pode demonstrar uma colcha de retalhos circunstancial que interligaria os trabalhadores da cidade acerca de um objetivo em comum: protestar contra a situação de crise em que viviam e contra um governo que ao invés de solucionar os mesmos, agravava ainda mais a sua situação.

Um outro exemplo do agravamento mencionado foi observado pela concessão dada pelo governo à Companhia de bondes Carris-Urbanos para “a remessa de mercadorias, bagagens e encomendas a domicílio na cidade do Rio de Janeiro”,⁵⁸⁴ através de um contrato celebrado com a Estrada de Ferro D. Pedro II. Conforme ficou estipulado pelo contrato⁵⁸⁵ a empresa de bondes poderia transportar artefatos em seu veículo pelas diversas regiões da cidade que fossem atendidas por seus serviços, partindo da estação ferroviária. Conforme descrição do serviço publicada no *Jornal do Comércio*⁵⁸⁶, muitas seriam as regiões atendidas por este serviço, o que, por conseguinte, beneficiaria a empresa de bondes, já que, além do lucrativo transporte de passageiros, ela atuaria também no ramo de transportes e entregas. Todavia, esta medida não deve ter agradado a todas as pessoas, sobretudo aos carroceiros⁵⁸⁷, cocheiros e ganhadores que atuavam no transporte de mercadorias e afins pela cidade.

Estes profissionais que atuavam a muitos anos neste serviço provavelmente se viram prejudicados pela concorrência desleal dos veículos de bondes, que contanto com o respaldo do governo central sobre o assunto, controlaria sua principal fonte de rendas. Diante de um

⁵⁸³ Os dados dos livros de matrícula destes dois momentos revelam que o número de charuteiros e de cigareiros não é muito grande se comparado às demais ocupações indicadas, pois, os números do dia 24 é de 2 cigareiros e nenhum charuteiro, e, nos dias do motim, de 1 charuteiro e 6 cigareiros. Todavia, se forem observados todos os números a este respeito, verifica-se que, embora não apresentem um número elevado, se comparadas de forma individual com as demais profissões identificadas, as duas estariam acima da média. A profissão de cigareiro, por exemplo, aparece nos dados dos dias de 1880 à frente de 36 outras profissões que apresentam uma média de 2 participantes. Além do mais, não pode ser esquecidos que estes mesmos profissionais poderiam estar envolvidos na comercialização de derivados do fumo, o que os aproximaria horizontalmente dos empregados do comércio. **Livro de Matrícula da Casa de Detenção da Corte, Livro de Livres e Libertos**, APERJ, Notação 14, n.o original 3965, dia 24 de dezembro de 1879 e dias 1 a 3 de janeiro de 1880.

⁵⁸⁴ *Jornal do Comércio*, 1º de janeiro de 1879.

⁵⁸⁵ *Idem*.

⁵⁸⁶ *Jornal do Comércio*, 4 de dezembro de 1879.

⁵⁸⁷ Segundo a historiadora Ana Maria da Silva Moura “os carroceiros são os pioneiros da formação da infraestrutura de abastecimento e serviços urbanos por via terrestre, que vão abrir os caminhos e ligar os mercados da cidade. A pequena capacidade de carga e compensada pelo número de veículos. Sua importância está ligada, muito estreitamente, ao crescimento e as novas necessidades do Rio, formando um grupo numeroso e específico da sociedade carioca.” MOURA, Ana Maria da Silva. **Cocheiros e carroceiros. Homens livres no Rio de senhores de escravos**. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 44.

contexto de dificuldades financeiras e de um mercado de trabalho bastante concorrido, a perda de uma fonte de renda, sem, na maioria das vezes, ter a perspectiva de conseguir outra a curto ou a médio prazo, era um luxo que muitos dos trabalhadores da cidade não poderiam se dar.

Segundo a historiadora Ana Maria Moura, os carroceiros representavam

um dos mais importantes canais de absorção de mão-de-obra pobre, livre e desqualificada abundante na Corte e que, devido ao sistema escravista não poderia ser colocada em outras atividades. Os carroceiros de frete faziam parte da camada mais pobre da população livre nacional (...) que representam um grande número de pessoas sobrevivendo e sustentando as suas famílias. Logo, um serviço prestado de maneira artesanal, de mão-de-obra não qualificada (...) que não podia competir com os pequenos profissionais liberais.

Sua renda ínfima o faz compartilhar 'a canalha dos cortiços' que fazem o grosso das moradias das paróquias urbanas (...). É uma atividade tão modesta, de rendimentos tão parcos, que sequer atrai os proprietários de escravos ao ganho.⁵⁸⁸

Tendo em vista que a redução do número de clientes causaria um impacto muito grande nas rendas dos trabalhadores envolvidos com o transporte de mercadorias, e que as condições em que se encontravam não eram favoráveis, apresentando ganhos parcos e com poucas alternativas de trabalho, é de se imaginar que uma medida como esta tenha suscitado indignação ou mesmo desespero.

Mais uma vez o governo atuaria a favor das empresas de bondes em prejuízo da população da cidade, e, agora, estaria permitindo que as mesmas se ocupassem de um serviço tradicionalmente exercido por profissionais que utilizavam suas carroças ou mesmo seus braços para realizar seu trabalho⁵⁸⁹. A noção de que as empresas de bondes e o governo seriam responsáveis por mais um problema deve ter se materializado diante destes trabalhadores juntamente com todos os outras questões enxergadas no mesmo período, tais como os acidentes contra carroças, os atropelamento de carregadores, a truculência policial, a apreensão de mercadorias e veículos em troca de propinas nos depósitos públicos e assim por diante⁵⁹⁰, o descaso do governo, etc., o que produziria uma interpretação negativa sobre ambos e, por conseguinte, motivaria algum tipo de ação com relação as circunstâncias criadas.

Este último elemento demonstra o quadro de questões que estariam atuando sobre os mundos do trabalho da cidade do Rio de Janeiro no período anterior ao “motim” de janeiro de 1880. Como visto até o momento, este quadro de questões, que vem sendo trabalhado em maior e menor densidade pelas páginas antecedentes sinalizaram para a composição de uma conjuntura volátil, que teria gerado circunstâncias propícias para as manifestações de rua

⁵⁸⁸ MOURA, Ana Maria da Silva. **Cocheiros e carroceiros. Homens livres no Rio de senhores de escravos.** São Paulo: Hucitec, 1988, p. 44-5.

⁵⁸⁹ Idem.

⁵⁹⁰ Para mais detalhes, ver capítulo 3 da presente análise.

observadas entre dezembro de 1879 e janeiro do ano seguinte. Neste contexto, observou-se também que os trabalhadores da cidade estariam se mobilizando para lutar por seus direitos e que os setores de oposições política ao governo estariam promovendo ataques nos jornais e nas ruas, através de reuniões populares, se aproveitando das condições delicadas apresentadas pelas relações políticas na cidade. O governo, preocupado com sua segurança institucional, buscou neutralizar qualquer situação potencialmente perigosa que pudesse acarretar sua derrubada, e, ao mesmo tempo, buscou combater a oposição política (republicana, conservadora, ou mesmo liberal) e evitar que esta pudesse se aliar ao descontentamento das ruas.

No entanto, o desenrolar dos fatos demonstrou que as estratégias escolhidas não teriam surtido o efeito desejado, ao contrário, teriam tornado ainda mais delicada a situação política da capital. Repressões nas ruas, suspensão de direitos constitucionais, prisões arbitrárias, proibição de manifestações, somaram-se ao já conturbado período. Os trabalhadores da cidade já demonstravam disposição para se empenhar em garantir seus direitos, como no exemplo dos caixeiros em sua busca pelos dias de folga que foram as ruas, mobilizando-se em prol de um objetivo comum. Esta capacidade de mobilização foi instrumento importante para estes trabalhadores ao conquistarem seu descanso, pois utilizaram sua identidade profissional como instrumento de união entorno de reivindicações que seriam levadas até a praça pública.

Todavia, como visto anteriormente, o governo liberal estaria atento a esta situação perigosa e, a partir disso, mobilizou-se no sentido de combater qualquer medida sediciosa que colocasse em risco a “ordem” da capital, justamente no momento em que o famigerado imposto dos transportes seria colocado em prática⁵⁹¹. Prova disso é que o alto escalão do governo Sinimbu começou a se estruturar para garantir que as coisas seguissem sem problemas. No dia 24 de dezembro de 1879, por exemplo, o Ministro da Guerra foi avistado visitando os quartéis militares da Corte, revistando as tropas, verificando equipamentos. Segue a descrição do assunto na *Gazeta de Notícias* do dia 25:

O Sr. Ministro da Guerra esteve ontem de manha nos quartéis do 1º e 10º batalhão de infantaria.

S. Ex. foi acompanhado pelo ajudante general do Exército e examinou minuciosamente todas as dependências dos quartéis, bem como os respectivos armamentos.

O Sr. ajudante general teve uma longa conferência com os comandantes de corpos de guarnição.

Mais tarde foi S. Ex. chamado a Secretaria de Guerra, onde se demorou bastante tempo conversando com o Sr. Ministro.

Foi mandado por a disposição da polícia uma força do 1º Batalhão de Infantaria.

⁵⁹¹ A taxa de 20 réis seria cobrada a partir do dia 1º de janeiro de 1880.

Através desta curta nota é verificada uma movimentação nos quartéis da Corte, ligadas as ordens do governo e da alta cúpula do Exército, em que seriam verificadas as condições das tropas, provavelmente para avaliar uma possível capacidade de reação caso as circunstâncias nas ruas pedissem. O fato do 1º batalhão ter sido colocado à disposição do Chefe de Polícia não só confirma as suspeitas como reforça a idéia de que as autoridades talvez estivessem esperando pelo pior.

O mesmo caso é comentado pela *Gazeta da Noite*, embora seja abordado de outra maneira, mais conectada a situação de tensão que estaria sendo evidenciada nestes dias. Segue o relato:

O Sr. ministro da guerra, que accumula também os negócios de marinha, mostra uma actividade sem limites: acorda às 5 horas da manhã, percorre as fortalezas, os quartéis, depósitos de armamentos, as fabricas de pólvora e artigos bélico; passa revista aos corpos, enfim prepara tudo, põe o exercito a postos!
 E para que?
 Para bater no povo, para massacrar aquelle, em cujo nome se mantém no poder!
 É o cumulo da irrisão!
 Pobre povo, que, pelo facto de manifestar-se contra um imposto iníquo, é ameaçado e será irremediavelmente esbordado, como um escravo pelo seu senhor... esse governo prepotente e miserável!
 Por esse governo que no ostracismo pregou a soberania do povo, de quem se dizia parte!...⁵⁹²

O comentário soma ainda mais elementos à tese de que estaria havendo uma mobilização das autoridades com relação as possíveis conseqüências das repressões as manifestações de rua. Outro ponto importante sobre este aspecto verificou-se no dia anterior a esta revista das tropas (23), em que o governo teria contratado mais 60 espões de polícia, o que teria levado a recorrer a um possível empréstimos externo⁵⁹³, provavelmente para ficar atento a movimentação nas ruas, reportando ao governo qualquer situação suspeita que pudesse se desdobrar em manifestações contra o imposto.

Além disso, não só as ruas, como outros “redutos” seriam alvo das investidas da Secretaria de Segurança, como no caso de habitações coletivas que estariam sendo invadidas em busca de armas e suspeitos. Como é o caso das buscas nas estalagens nº 189 e 203 da Rua do Riachuelo, promovidas no dia 21 de dezembro pelo Subdelegado da Freguesia de Santana, que apreendeu espingardas revólveres e grande quantidade de pólvora⁵⁹⁴; ou mesmo no caso das operações realizadas na madrugada do dia 24 de dezembro pelo Dr. Feital, subdelegado do 2º distrito da freguesia de Santana, em que percorreu diversas estalagens da ladeira do

⁵⁹² *Gazeta da Noite*, 26 de dezembro de 1879.

⁵⁹³ *Gazeta da Noite*, 24 de dezembro de 1879.

⁵⁹⁴ *Gazeta da Noite*, 22 de dezembro de 1879.

Barroso, apreendendo “grande quantidade de armas proibidas pertencentes a diversos italianos alli residentes”⁵⁹⁵. Como os jornais demonstraram, estes dias seriam de intensa atuação policial.

A *Gazeta da Noite* vai publicar em suas edições diárias listas nominais de pessoas presas sob a alegação de “desordem”. Na edição do dia 26 de dezembro, por exemplo, esta folha calcula que cerca de 300 pessoas tinham sido presas até aquele momento sob pretexto de serem “vagabundos” e “capoeiras”, quando, na realidade, este seria apenas uma desculpa para retirar de circulação indivíduos “suspeitos”. Sob o título de “Estão suspensas as garantias”, a *Gazeta* defende a idéia de que estas medidas fariam parte de uma estratégia política de “prevenção” do governo para evitar problemas nas ruas.

Estão suspensas as garantias!

Há 3 dias que assiste estupefacta, a população desta Corte à prisão arbitrária de indivíduos sob o pretexto de vagabundos e capoeiras!

Hontem de manhã, trez cavalheiros distinctos seriam recolhidos ao xadrez na freguesia do Espirito Santo, se não apparecesse nessa occasião uma autoridade sensata que fez soltar immediatamente os cidadãos, cujo único crime era estarem reunidos em intima palestra!...

É assim que este fraco e desmoralizado governo quer impôr-se à opinião publica! É assim que busca cada vez mais exacerbar as iras populares e precipitar os acontecimentos!

Tristissimo é o seu estado!

Approxima-se o dia fatidico e já o novo Balathazar vê desenharem-se nas paredes de seu palácio o *Mane, Tecel e Phares!*

Treme ao ver que foge-lhe o poder que tanto abusou, e, no cumulo do terror, commette cada vez maiores desatinos!⁵⁹⁶

Ainda que não se possa verificar de forma direta a veracidade do caso, supostamente ocorrido na freguesia do Espírito Santo, indiretamente é bem provável que tenha acontecido, devido ao momento histórico delicado em que ela teria transcorrido, em que as reuniões estariam sendo repelidas, como ficou tácito pela medida do Chefe de Polícia ao “solicitar” que os teatros da cidade não fossem cedidos para *meetings* ou qualquer forma de reunião política⁵⁹⁷.

Somados a este já conturbado cenário, começam a ocorrer ameaças a jornais de oposição como a *Gazeta da Noite*, que teria se envolvido nos últimos acontecimentos de dezembro, realizando uma campanha aberta contra o governo e seu imposto, além de abrir espaço em suas páginas para personalidades de oposição como Lopes Trovão que, junto a outros personagens, estaria promovendo conferências públicas dotadas de críticas vorazes aos

⁵⁹⁵ *Gazeta de Notícias*, 25 de dezembro de 1879.

⁵⁹⁶ *Gazeta da Noite*, 26 de dezembro de 1879.

⁵⁹⁷ *Gazeta de Notícias*, 24 de dezembro de 1879; *Gazeta da Noite*, 24 de dezembro de 1879.

setores políticos no poder. Este fato já foi observado em outras páginas deste trabalho, mas vale a lembrança de que o sucesso de tais reuniões devia-se a aceitação pública das idéias defendidas pelos seus oradores, que, neste sentido, contariam com uma população atenta, descontente, e, como visto, mobilizada. As milhares de pessoas que estiveram presentes às conferências do Teatro, no dia 22 de dezembro, em São Cristóvão, no dia 28 de dezembro e na Praça D. Pedro II, no dia 1º de janeiro do ano seguinte, demonstram a aceitação ou, ao menos, algum tipo de repercussão das idéias defendidas em tais conferências. Conforme a análise tem demonstrado, as críticas atingiram um público bem amplo, composto pelos setores mais pobres, trabalhadores de diversos ramos, que estiveram presentes ao motim. Assim, estas reuniões só viriam a acrescentar mais combustível a uma conjuntura claramente tensa.

As ameaças mencionadas se tornaram mais evidentes nos dias finais de 1879, sendo direcionadas não só ao pessoal do jornal, como também as instalações do mesmo. Na edição do dia 30 deste mês, por exemplo, este jornal fez duas denúncias a este respeito, a primeira com relação a possíveis agressões a seus funcionários e a segunda relacionada a integridade de suas instalações. Seguem as denúncias.

Uma pessoa contou-nos hontem que um official de urbanos recommendara a dois policiaes secretos para provocarem e esbordoarem os dois redactores principaes desta "Gazeta". Responsabilizamos, pois, ao referido official por tudo quanto resultar de tal provocação.⁵⁹⁸

Esta noite foi ameaçada a nossa typographia.
 Às 11 e 3/4 da noite fomos disso avisados e recommendamos aos nossos empregados que se munissem de garrafas vazias e vitriolo.
 Os capangas pela madrugada chegaram a se reunir em frente a typographia, mas deliberaram transferir o assalta para outro dia.⁵⁹⁹

Não parece restar dúvida quanto a veracidade das denúncias, pois, a *Gazeta da Noite* só voltaria a emitir qualquer outra notícia a partir do dia 12 de janeiro do ano seguinte, visto que ela foi atacada e retirada de circulação durante os dias de motim.⁶⁰⁰ Este tipo de situação apenas demonstraria que as forças do governo estariam dispostas a tratar a oposição com rigor, mesmo que fora da lei, para garantir a execução de reformas que, no decurso do período, seriam necessárias a própria manutenção do gabinete de 5 de janeiro no poder.⁶⁰¹

⁵⁹⁸ *Gazeta da Noite*, dia 30 de dezembro de 1879.

⁵⁹⁹ *Idem*.

⁶⁰⁰ Para mais detalhes sobre este aspecto ver o Prologo do presente trabalho.

⁶⁰¹ A exemplo do que foi tratado no capítulo 3, mais especificamente sobre o novo orçamento para o Império, foi observado que após o fracasso da reforma política, uma das bandeiras que teriam justificado o retorno liberal em 1878, apenas a reforma financeira, a segunda bandeira, teria restado aos liberais. Como a própria razão de ser do novo gabinete esteve atrelada a estes dois elementos, o político e o financeiro, o insucesso do primeiro fez com que as atenções recaíssem sobre o segundo, que assumiu uma posição de destaque nas pautas governamentais. A partir de tais circunstâncias, era fundamental obter sucesso na reforma econômica, pois, não apenas a

No entanto, apesar de todas as medidas tomadas pelo governo para minimizar as forças das oposições, o seu principal medo estaria se tornando uma realidade, pois os setores populares estariam mobilizados aguardando as próximas manifestações contra o governo e seu imposto. Em uma carta publicada na *Gazeta de Notícias* do dia 31 de dezembro de 1879 esta situação se torna evidente a partir do momento que os caixeiros publicam um pedido à Lopes Trovão para que realize outra manifestação de rua nos próximos dias.

AO MUI DISTINCTO LOPES TROVÃO

O povo aguarda a conferência que S. S. lhe prometeu, e então, dente ou queixo, as bayonetas não intimidam mais, o governo com medo crê-se que quer adiar o fechamento das portas para o dia 15, porém, os negociantes não estão por isso; a união faz a força.⁶⁰²

Como consta nos jornais deste período, o governo queria adiar o “fechamento das portas” para outro momento mais propício, provavelmente longe deste primeiros dias de janeiro em que o imposto seria cobrado, afinal, com os caixeiros nas ruas a situação poderia se tornar mais propícia a problemas, como ficou patente pela experiência do dia 24 de dezembro último, em que a polícia teria se confrontado com os manifestantes que estariam mobilizados nas ruas.

Retrocedendo um pouco no tempo, a questão do direito a folgas semanais e em dias santificados não estaria caminhando muito bem, pois, a medida, que deveria beneficiar a todos os caixeiros da cidade teria sido alterada pelo Conselho de Estado, a pedido da Câmara Municipal, no dia 21 de dezembro, quando ficaram excluídos da postura os hotéis, casas de pasto, botequins, confeitarias, farmácias e os quiosques caso estivessem relacionados a estas casas.⁶⁰³ É bem provável que este retrocesso tenha se dado devido à pressão dos empresários da cidade, que também se organizaram para solicitar que os pedidos dos caixeiros não tivessem respaldo legal.

Assim, boa parte dos caixeiros não teriam direito a algo que a categoria lutou para conquistar. Esta medida teria caído como uma bomba sobre o colo dos trabalhadores do comércio, que se organizaram para conquistar este direito e, no último instante, teriam sofrido uma derrota como essa. Ainda assim, eram esboçadas manifestações de euforia pela vitória, mesmo que parcial, sobre os patrões, como no caso que segue abaixo.

credibilidade, mas a própria sustentação do governo dependia disso. Para mais detalhes, voltar ao Capítulo 3 da presente análise.

⁶⁰² *Gazeta de Notícias*, 31 de dezembro de 1879.

⁶⁰³ Segue a nota completa publicada na *Gazeta de Notícias* do dia 21 de dezembro de 1879: “FECHAMENTO DAS PORTAS. O Ministro do Império aprovou a modificação que foi apresentada pela Illma. Câmara à proposta do fechamento das portas aos domingos e dias santificados. A modificação refere-se ao Art. 1º que fica assim concebido: ‘Exceptuados os hoteis, casas de pasto, botequins, confeitarias e pharmacias. Os kiosques pertencem ao numero das casas de commercio, e ficam, portanto, sujeitas as condições geraes da postura.’”

É cumprido o nosso desideratum!

Temos o que tanto tempo almejamos – liberdade de respirar o ar puro dos campos e gozar os bellos panoramas de nossa esplendida natureza e de descansar ao continuo trabalho de uma longa semana, de que nossa espinhosa occupação nos acarreta.

(...)

*A classe caixeiral de S. Christovão.*⁶⁰⁴

A mensagem foi encurtada, pois, ela termina com agradecimentos ao conselheiro Sodré e ao vereador Soares, que “tanto tinham cooperado” para a realização da lei que deu origem ao descanso dos caixeiros. Esta era, obviamente, uma estratégia dissimulada do escritor da carta, se colocando propositalmente “abaixo” dos membros de duas esferas de governo, o municipal e o imperial, para poder abrir caminho a futuras reivindicações, aliás, uma estratégia comum a esta “classe.”⁶⁰⁵ Todavia, esta não seria a única solução procurada pelos profissionais do comércio neste momento, pois, com o passar dos dias, o aumento das tensões e a insegurança em relação ao governo central sobre o assunto iriam abrir caminho para outra estratégia, como a ação direta. Além disso, manifestações nos jornais destes dias demonstraram que os caixeiros estavam motivados e dispostos a seguir adiante com sua luta, como pode ser verificado em uma nota publicada na *Gazeta de Notícias* do dia 25 deste mês:

FECHAMENTO DAS PORTAS

Avante classe caixeiral,
Sem ter receio, nem dor,
Que a victoria há de ser nossa
Ao rufar do tambor.

*Uma comissão da Rua Visconde de Itatúna*⁶⁰⁶

Quando o governo sinaliza que a execução da lei do “fechamento das portas” será adiada para depois do dia 15 de janeiro do ano seguinte, os caixeiros entenderam que talvez o jogo estivesse prestes a virar contra eles, o que, poderia exigir uma rápida mudança de estratégia para fazer frente ao governo, que pareciam não agir a seu favor, bem como garantir a luta para ampliação de seus direitos. Basta percorrer o período analisado para perceber que uma leitura política como esta seria facilmente produzida, sobretudo se for observada as alterações nas reivindicações originais dos trabalhadores que teriam retirado o direito de descanso de uma boa parte deles. As incertezas sobre o que o governo faria depois dessa

⁶⁰⁴ *Gazeta de Notícias*, 25 de dezembro de 1879. Esta não foi a única manifestação de euforia com a medida, como demonstra a sessão de “publicações a pedido” desse jornal.

⁶⁰⁵ POPINIGIS, Fabiane. As sociedades caixerais e o “fechamento das portas” no Rio de Janeiro (1850-1912). *Cadernos AEL*, São Paulo – Campinas, v.6, n. 10/11, 1999, p. 113-14.

⁶⁰⁶ *Gazeta de Notícias*, 25 de dezembro de 1879. Um “trabalhador” português chamado Bartolomêo Gomes de Oliveira, morador da R. Visconde de Itatúna é preso no dia 1º de janeiro por participar do motim. **Livro de Matrícula da Casa de Detenção da Corte, Livro de Livres e Libertos**, matrícula n. 91, página 218 (frente), Notação 14, N.o original 3965.

modificação marcaram os horizontes destes trabalhadores, sobretudo, após a notícia de que os proprietários de estabelecimentos comerciais de secos e molhados a varejo da cidade fariam uma reunião no dia 27 de dezembro, às 11 horas, no salão da fábrica de cerveja da Guarda Velha, “onde seria assignado uma representação a Illma. Camara Municipal e mais negócios de interesse”⁶⁰⁷. Segundo a nota de convocação emitida pela Comissão Organizadora, não seria permitida a entrada de pessoas alheias a este negócio, o que significa dizer que os patrões estariam se reunindo, a portas fechadas, para discutir sobre um documento com solicitações ao governo.

O documento em si não foi encontrado, mas só o fato de sua existência já deve ter causado inquietação aos trabalhadores do comércio, aumentando as incertezas sobre os seus destinos e sobre os resultados de suas lutas nos últimos meses. Nestes termos, talvez teria sido muito arriscado esperar os resultados deste encontro de braços cruzados, pois os comerciantes estavam pressionando a Câmara e o governo imperial para que voltasse atrás nesta medida⁶⁰⁸. Observando a situação desta forma, os trabalhadores teriam decidido partir para a ação direta e, é neste momento que o comunicado dos caixeiros visto acima é publicado, demonstrando que estariam dispostos a se unir à oposição de Lopes Trovão e seus aliados para enfrentar o governo. O restante da história já é conhecido, afinal, não apenas caixeiros como uma série de outros trabalhadores se envolveriam nos episódios seguintes de protesto, numa mobilização popular ampla e poderosa o suficiente para assustar àqueles que, em princípio, depositavam suas fichas na força das ruas para enfrentar o governo. O desenrolar dos acontecimentos teria assumido proporções que mesmo os setores da elite oposicionista não poderiam imaginar, o que, de certo modo, teria igualmente criado uma situação perigosa para os seus objetivos políticos de enfraquecer os grupos no poder, afinal, com a população agindo de forma ativa e autônoma contra o poder constituído, a natureza do movimento de protesto rapidamente poderia transformar-se num antagonismo de origem social e cultural de resultados catastróficos.

⁶⁰⁷ *Gazeta de Notícias*, 27 de dezembro de 1879.

⁶⁰⁸ POPINIGIS, Op. Cit., p. 112-14.

ANEXO B

Análise das informações sobre os detentos livres e libertos da Casa de Detenção da Corte presos no dia 24 de dezembro de 1879.⁶⁰⁹

1. PROFISSÃO**Tabela 38: Profissão - Todos os prisioneiros**

Ocupação	Nº	%
Cafeteiro	1	0,50
Caldeireiro de Ferro	1	0,50
Costureira	1	0,50
Criado	1	0,50
Engraxador	1	0,50
Foguista	1	0,50
Jornaleiro	1	0,50
Marmorista	1	0,50
Padeiro	1	0,50
Pescador	1	0,50
Pratiador	1	0,50
Quitandeiro	1	0,50
Serralheiro	1	0,50
Servente	1	0,50
Torneiro	1	0,50
Alfaiate	2	0,99
Cigarreiro	2	0,99
Condutor	2	0,99
Correio	2	0,99
Catraieiro	2	0,99
Copeiro	3	1,49
Estivador	3	1,49
Ferreiro	3	1,49
Lustrador	3	1,49
Marítimo	3	1,49
Sapateiro	3	1,49
Ganhador	4	1,98
Não Tem	3	1,49
Pintor	4	1,98
Calafate	5	2,48
Empalhador	5	2,48
Marinheiro	4	1,98
Cocheiro	6	2,97
Lavadeira	6	2,97
Marceneiro	7	3,47
Caixeiro	9	4,46
Carroceiro	10	4,95
Pedreiro	10	4,95
Cozinheiro	12	5,94
Carpinteiro	14	6,93
Trabalhador	60	29,70
TOTAL	202	100

Tabela 39: Profissões - acima de 4 pessoas

Profissão	Nº	%
Ganhador	4	1,98
Não Tem*	3	1,49
Pintor	4	1,98
Calafate	5	2,48
Empalhador	5	2,48
Marinheiro	5	2,48
Cocheiro	6	2,97
Lavadeira	6	2,97
Marceneiro	6	2,97
Caixeiro	9	4,46
Carroceiro	10	4,95
Pedreiro	10	4,95
Cozinheiro	12	5,94
Carpinteiro	14	6,93
Demais	43	21,29
Trabalhador	60	29,70
TOTAL	202	100,00

⁶⁰⁹ Os nomes apresentados nas tabelas 41 e 44 foram mantidos em sua escrita original apresentada pela fonte.

Tabela 40: Comparação das profissões de detentos livres e libertos

Profissão	Dia 24/12		Motim	
Calafate	1	0,57	1	0,60
Carteiro (correio)	1	0,57	1	0,60
Condutor	1	0,57	1	0,60
Foguista	1	0,57	1	0,60
Lavadeira	1	0,57	1	0,60
Lustrador	1	0,57	1	0,60
Caldeireiro	2	1,14	2	1,20
Copeiro	2	1,14	2	1,20
Marceneiro	2	1,14	2	1,20
Marmorista	2	1,14	2	1,20
Não Tem	3	1,70	2	1,20
Pescador	3	1,70	2	1,20
Estivador	3	1,70	3	1,81
Ferreiro	3	1,70	3	1,81
Pintor	3	1,70	3	1,81
Servente	3	1,70	3	1,81
Alfaiate	3	1,70	4	2,41
Ganhador	4	2,27	4	2,41
Padeiro	4	2,27	4	2,41
Marítimo	4	2,27	5	3,01
Cigarreiro	5	2,84	6	3,61
Cocheiro	6	3,41	6	3,61
Sapateiro	6	3,41	6	3,61
Marinheiro	7	3,98	7	4,22
Carpinteiro	9	5,11	8	4,82
Carroceiro	10	5,68	9	5,42
Caixeiro	12	6,82	10	6,02
Cozinheiro	14	7,95	13	7,83
Trabalhador	60	34,09	54	32,53
TOTAL	176	100,00	166	100,00

2. NACIONALIDADE, NATURALIDADE E COR

Tabela 41: Naturalidade - todos os prisioneiros

Naturalidade	Nº	%
Ilegível	1	0,50
África	1	0,50
Alagoas	1	0,50
Areias	1	0,50
Barra do Pirai	1	0,50
Barra Mansa	1	0,50
Cabo Frio	1	0,50
Coimbra	1	0,50
Ilha de Faial	1	0,50
Santo Lago	1	0,50
Itaboraí	1	0,50
Jacarepaguá	1	0,50
M. Galligo (?)	1	0,50
Madeira	1	0,50
Magé	1	0,50
Maranhão	1	0,50
Minho	1	0,50
Pará	1	0,50
Paraíba do Norte	1	0,50
Paraná	1	0,50
Pirai	1	0,50
Porto Alegre	1	0,50
Santa Catarina	1	0,50
Santa Cruz	1	0,50
São Paulo	1	0,50
Sueccia	1	0,50
Val Paraizo	1	0,50
Villa Nova Familiarção	1	0,50
Villa Real	1	0,50
Viseu	1	0,50
Ceará	2	0,99
da Costa	2	0,99
Guaratiba	2	0,99
Lagoa	2	0,99
Piauí	2	0,99
Lisboa	3	1,49
Minas	3	1,49
Niterói	3	1,49
Pernambuco	3	1,49
Braga	4	1,98
Rio Grande do Sul	4	1,98
Campos	5	2,48
Bahia	13	6,44
N/A	21	10,40
Porto	39	19,31
Rio de Janeiro	64	31,68
TOTAL	202	100

Tabela 42: Nacionalidade - todos os prisioneiros

Nacionalidades	Nº	%
Chileno	1	0,50
Congo	1	0,50
Francês	1	0,50
Mina	1	0,50
N/A	1	0,50
Paraguaio	1	0,50
Prussiano	1	0,50
Suíço	1	0,50
Africano	2	0,99
Americano	2	0,99
Espanhol	3	1,49
Inglês	2	0,99
Italiano	6	2,97
Português	59	29,21
Brasileiro	120	59,41
TOTAL	202	100

Tabela 43: "Cor" - todos os prisioneiros

"Cor"	Nº	%
Caboclo	1	0,50
N/A	1	0,50
Fulo	8	3,96
Cabra	10	4,95
Moreno	13	6,44
Pardo	37	18,32
Preto	46	22,77
Branco	86	42,57
TOTAL	202	100

3. MORADIA

Tabela 44: Moradia – todos os detentos.

Moradia	Nº	%	Moradia	Nº	%
Becco da Fidalga	1	0,50	S. Cristóvão	1	0,50
Beco do Carvalho	1	0,50	S. João de Meriti	1	0,50
Beco dos Ferreiros	1	0,50	Todos os Santos	1	0,50
Cais da Imperatriz	1	0,50	Travessa D. Manuel	1	0,50
Campo do Santana	1	0,50	Travessa da Costa	1	0,50
Catete	1	0,50	Travessa da Natividade	1	0,50
Consulado (?)	1	0,50	Travessa das Partilhas	1	0,50
Gamboa	1	0,50	Travessa das Saudades (?)	1	0,50
Ladeira do Livramento	1	0,50	Travessa do Paço	1	0,50
Largo do Depósito	1	0,50	Travessa do Porto	1	0,50
Largo do S. Francisco	1	0,50	Travessa S. Carlos	1	0,50
Matta Porcos	1	0,50	R. da Saude	1	0,50
Morro do S. Carlos	1	0,50	R. Dona Feliciano	1	0,50
Penha	1	0,50	Ilegível	2	0,99
R, Visc. do Rio Branco	1	0,50	Jogo da Bola	2	0,99
R. 7 de Setembro	1	0,50	Praia do Saco do Alferes	2	0,99
R. Alcantara	1	0,50	R. da Pedreira	2	0,99
R. Barão de Itapagipe	1	0,50	R. da Princesa	2	0,99
R. C. S. Joaquim	1	0,50	R. da Uruguaiana	2	0,99
R. da Aurora	1	0,50	R. das Flores	2	0,99
R. da Boa Vista	1	0,50	R. de S. Jorge	2	0,99
R. da Caixa d'Água	1	0,50	R. do Bom Jardim	2	0,99
R. da Candelaria	1	0,50	R. do Riachuelo	2	0,99
R. da Gamboa	1	0,50	R. do Senado	2	0,99
R. das Mangueiras	1	0,50	R. do Senhor dos Passos	2	0,99
R. de S. Jose	1	0,50	R. Formosa	2	0,99
R. de S. Valentim	1	0,50	R. Funda	2	0,99
R. do (?) Sapucaí	1	0,50	R. Larga de S. Joaquim	2	0,99
R. do Costa	1	0,50	R. S. Cristovão	2	0,99
R. do Guanabara	1	0,50	R. S. Leopoldo	2	0,99
R. do Livramento	1	0,50	R. S. Lourenço	2	0,99
R. do Matoso	1	0,50	R. da Conceição	3	1,49
R. do Mercado	1	0,50	R. do Hospício	3	1,49
R. do Monte Alegre	1	0,50	R. do Lavradio	3	1,49
R. do Porto	1	0,50	R. do Sabão	3	1,49
R. do Proposito	1	0,50	R. Machado Coelho	3	1,49
R. do Rosario	1	0,50	R. Sta. Luzia	3	1,49
R. do S. Diogo	1	0,50	A bordo	3	1,49
R. dos Barbonos	1	0,50	R. da Imperatriz	4	1,98
R. dos Invalidos	1	0,50	R. de S. Diogo	4	1,98
R. Estácio de Sá	1	0,50	R. da Alfândega	5	2,48
R. Fresca	1	0,50	R. da Prainha	5	2,48
R. General Pedra	1	0,50	R. do Regente	5	2,48
R. Larga	1	0,50	N/A	7	3,47
R. Marques de Abrantes	1	0,50	R. do Príncipe	7	3,47
R. Paula Matos	1	0,50	R. da Misericórdia	8	3,96
R. Silva Manoel	1	0,50	R. de S. Pedro	9	4,46
R. Theophili Ottoni	1	0,50	R. do Conde	14	6,93
Rio Comprido	1	0,50	Não Tem	15	7,43
S. Cristóvão	1	0,50	TOTAL	202	100,00

Tabela 45: Divisão de detentos por freguesia

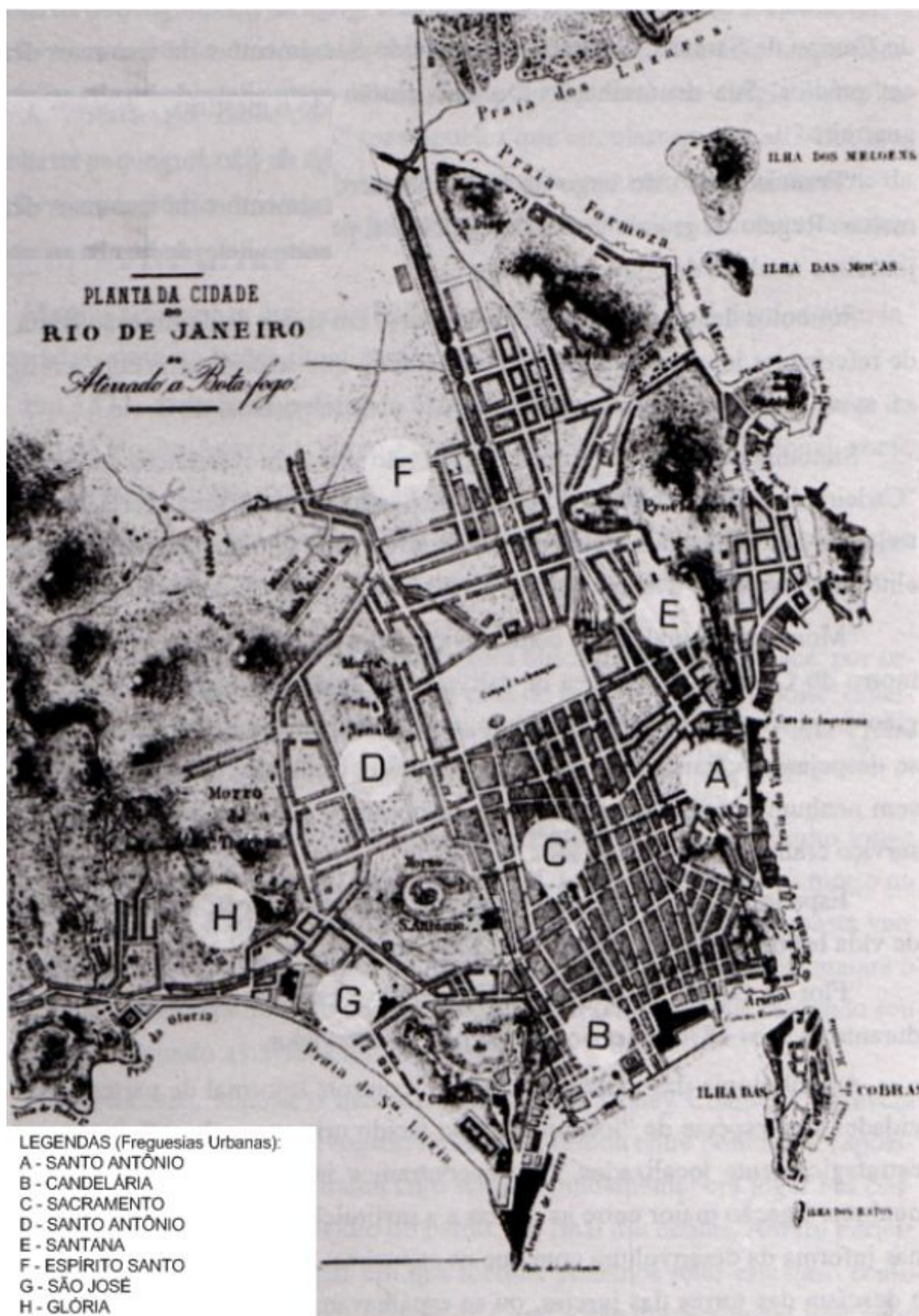
Freguesias	Nº	%
Inhaúma	1	0,61
Lagoa	1	0,61
Campo Grande	1	0,61
Irajá	1	0,61
Engenho Novo	2	1,22
Glória	3	1,83
Engenho Velho	5	3,05
S. Cristóvão	6	3,66
Sacramento	13	7,93
Espírito Santo	14	8,54
Candelária	20	12,20
São José	23	14,02
Santa Rita	23	14,02
Santo Antônio	24	14,63
Santana	27	16,46
TOTAL	164	100

4. CAUSAS DA PRISÃO

Tabela 46: Causas da prisão – todos os grupos

Causa da prisão	Nº	%
Capoeira	1	0,50
Capoeira, vagabundo e ébrio	1	0,50
Desordeiro e desrespeita a autoridade	1	0,50
Uso de arma	1	0,50
Vagabundo e capoeira	1	0,50
Vagabundo, desordeiro, ébrio e capoeira	1	0,50
Uso de arma de fogo	2	0,99
Embriaguez	3	1,49
Vagabundo e ébrio	3	1,49
Desobediência	4	1,98
Ébrio e desordeiro	12	5,94
Vagabundo, desordeiro e capoeira	11	5,45
N/A	19	9,41
Vagabundo e desordeiro	25	12,38
Desordeiro	25	12,38
Vagabundo, desordeiro e ébrio	43	21,29
Vagabundo	49	24,26
TOTAL	202	100

MAPA I
Freguesias urbanas da Corte



Mapa arquitetural da cidade – parte comercial. Rocha Fragoso, 1874. Apud SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A negregada instituição, os capoeiras no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: SMC/DGDI, 1994, p. 69. (com pequenas alterações pelo autor, legendas e tamanho, para este trabalho)

O FIM DA LINHA... CONCLUSÃO

O novo orçamento teria assumido uma grande importância para Sinimbu e seus aliados no poder, não só devido as propostas em si, mas também pela necessidade de justificar a própria existência do gabinete, que, como visto, teria sua origem ligada ao exercício de mudanças econômicas e políticas de que o país (supostamente) necessitaria. E, em decorrência do fracasso da reforma política, caberia ao governo implementar as reformas econômicas a qualquer custo, ao passo que se não o fizesse, estaria com os dias contados. Nesse sentido, ele não tardou a implementar seus projetos de equilíbrio orçamentário, cortando gastos, como no caso da educação, e ampliando o orçamento através de mudanças tributárias, donde o imposto sobre os transportes públicos da cidade - e não apenas sobre os bondes, vale lembrar – seria apenas uma de suas faces.

Embora a tarifa sobre os transportes urbanos não seja a única taxa referida no orçamento, sua existência é assaz polêmica, por ter criado uma grande celeuma entre os habitantes da cidade. Esta celeuma teria sido estimulada e utilizada por setores políticos oposicionistas para promover ataques ao poder constituído, projetando figuras conservadoras, liberais e republicanas no cenário político do país. Todavia, o fato de terem se aproveitado da polêmica não significa que estes personagens tenham o total controle sobre as suas variáveis e, muito menos, que os problemas acerca do assunto tenham sido um produto de projetos maquiavélicos. Do contrário, o que explicaria uma expressiva participação da população da cidade, para além dos grupos de elite, nas reuniões de rua e nos debates sobre o governo e o imposto, senão pela existência de expectativas amplas o suficiente para açambarcar setores sociais distintos.

O nexos político que teria gerado as condições para as manifestações de rua estaria justamente neste “trânsito” entre os diversos setores da sociedade acerca de um ponto em comum, que estaria conectado não só ao sistema de transportes da cidade, como também às atitudes assumidas pelo governo sobre esta e outras questões. A apreensão deste “trânsito” foi importante porque permitiu compreender que os personagens desta história vislumbraram condições em que suas expectativas teriam eco para além de seu grupo social específico, seja no caso das elites letradas e políticas, ao promoverem seus ataques ao governo, seja por membros dos setores populares, ao participarem de manifestações de rua nas quais poderiam protestar, compartilhando seu descontentamento com outras pessoas. Além disso, os

acontecimentos de dezembro de 1879 e janeiro do ano seguinte evidenciaram um elevado grau de mobilização política pelos setores descontentes, recorrendo à praça pública para manifestar suas idéias e, junto delas, suas expectativas com relação a sua situação neste contexto. Estes dois “fenômenos” teriam um papel chave para a circulação de idéias e, através dela, para a formação de opiniões e para a tomada de posições entre as pessoas envolvidas nestas disputas, à medida que permitiam a construção de formas de atuação política através das quais interesses e personagens variados teriam espaço de participação. Este ponto é profundamente importante, pois, a participação política estaria sendo negada à grande parte da população através de medidas do governo liberal.

Todavia, se um certo grau de compartilhamento de idéias e posições se tornou mais evidente através do “motim”, estes não se reduziram aos momentos de confronto. Como visto, os setores populares elaboraram outros mecanismos de sociabilidade que teriam permitido a troca de experiências, como no caso dos locais de moradia e de trabalho, as organizações de trabalhadores, as maltas de capoeira, entre outros, responsáveis pela criação de vínculos afetivos, pelo reforço de laços étnicos e culturais, enfim, pela criação de vínculos identitários dentro do complexo e variado tecido social da Corte. A partir destes vínculos, anteriores ao evento em questão, é que se formaram estratégias de ação diante do cenário de dificuldades vivenciado por todas estas pessoas, que tinham em comum o fato de serem pobres e de estarem sendo prejudicados pelas autoridades públicas e/ou por empresários.

A hipótese de uma instrumentalização destes mecanismos identitários no contexto político do período levou a exploração de espaços de sociabilidade da população da cidade e, mais especificamente, dos envolvidos nos embates observados. Esta questão se tornou mais evidente através da identificação e análise de manifestações anterior ao evento de janeiro de 1880, quando personagens e questões horizontais teriam conectado experiências aparentemente distintas num mesmo fio condutor. Tal situação sugeriu a evidência de um mesmo processo histórico, no qual os setores sociais envolvidos estariam partilhando de algumas experiências em comum, e que, por sua vez, auxiliariam na criação de estratégias de ação coletiva e de alianças transversais, reforçadas pela participação de setores de elite partícipes da oposição política.

O ponto principal aqui é o da construção de uma conjuntura política em que setores sociais distintos partilhariam de pontos em comum, gerados pelas experiências históricas em que se viram envolvidos, e, ao mesmo tempo, teriam interesses específicos, igualmente ligados às circunstâncias sociais à que se viram mergulhados neste momento. Uma conjuntura igualmente caracterizada pela emergência de polarizações políticas, de circunstâncias

socialmente e economicamente difíceis, do surgimento de tensões sociais e da mobilização de multidões que encheram as ruas e praças da capital, cujos resultados teriam sido os confrontos com as autoridades e o ataque aos bondes.

As questões anteriormente observadas, que serviram de base para a explicação do “motim” do vintém, se contrapuseram a uma das principais hipóteses defendidas sobre o mesmo, que pregava que a efetiva participação popular só teria se tornado uma realidade a partir deste evento. Nestes termos, este evento teria promovido uma ruptura com a “cultura política brasileira” controlada consensualmente e exclusivamente pelas elites, no qual “o grande público podia surgir como expectador ou como comentarista, mas não como um participante ativo.”⁶¹⁰ Para Sandra Graham, defensora de tal tese, o evento teria servido como uma espécie de aglutinador de problemas sociais, econômicos e políticos do Brasil na segunda metade do século XIX, reunindo-os através da participação de setores sociais distintos da cidade. Embora haja uma certa concordância com o papel de reunião de tensões de diversas naturezas, acredita-se que a ênfase dada a noção de ruptura tenha criado um problema de análise histórica, pois, relegou todas as experiências históricas anteriores dos setores populares a um segundo plano, donde o “motim” teria surgido como uma espécie de “maturação” de uma cultura política alternativa que tomaria conta do país somente a partir deste momento.

Conforme observou o historiador Carlos Eugênio L. Soares, no decorrer da década de 1870 foram observadas formas de *fazer* política que teriam nos setores populares seus protagonistas, ao lado de setores de elite como os membros do Partido Conservador, com os quais agiam, e, em certos momentos, compartilhavam interesses em comum. A construção de uma determinada “tradição” por setores sociais das camadas populares demonstraria que a participação que Graham afirmou só ser possível a partir da ruptura de 1880, estaria presente, pelo menos, uma década antes deste evento.⁶¹¹

⁶¹⁰ GRAHAM, Sandra L. O motim do vintém e a cultura política no Rio de Janeiro 1880. **Revista Brasileira de História**, Vol. 10, n.º 20, mar.91/ago91, p. 213.

⁶¹¹ Estudando a capoeira e seus praticantes na cidade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, Carlos Eugênio demonstrou dimensões de participação política dos setores populares através de mecanismos de sociabilidade específicos como as maltas, criadas pela população pobre da cidade composta por “negros” - livres, libertos ou escravos - ou mesmo “brancos” livres - nacionais e estrangeiros. Estes mecanismos tecerem relações horizontais e transversas entre os diversos setores sociais e políticos do complexo tecido social da cidade no período, permitindo, por exemplo, a criação de vínculos entre a política institucional e a política das ruas. Do encontro desta dupla dimensão é que teria sido forjada uma determinada tradição política que permitiu a criação de uma “aliança entre grupos ou maltas de capoeira e o Partido Conservador, aliança que atravessa vinte anos da vida política do país (1870-1890)”. Como observa o mesmo autor, esta tradição política teria culminado na chamada Guarda Negra, que nos últimos anos do regime imperial teria mobilizado a população negra da cidade em defesa da monarquia. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: SMC/DGDI, 1994, p. 187.

O reconhecimento destas circunstâncias políticas que aproximavam os setores populares e parcelas da elite conservadora pelos liberais fez com que o seu retorno ao poder em 1878 tivesse um sentido bem específico. A incidência de combates à capoeira e a seus praticantes seria um dos produtos deste reconhecimento, que identificou tais circunstâncias como potencialmente perigosas às expectativas políticas de parcelas do Partido Liberal, que buscavam reforçar sua presença junto ao poder central, local privilegiado da política institucional, para garantir a supremacia na política nacional. Afinal, conforme as lógicas da sucessão partidária no Império a máxima de que o partido no poder sempre ganhava as eleições seria mais uma vez colocada em ação através da máquina do Estado. Todavia, como parcelas significativas deste sistema estariam em mãos conservadoras e de seus aliados, como os capoeiras, fundamentais ao jogo político-partidário no Império, a vontade liberal poderia ser colocada em xeque. Nestes termos, o governo Sinimbu agiu no sentido de afastar ao máximo qualquer ameaça de um retorno Conservador.

No entanto, estes esforços de fortalecer a posição liberal no poder levaram o governo a um impasse: como afastar os capoeiras sem saber exatamente quem eles eram? A polícia seria a resposta. É sintomático que o aumento da repressão aos capoeiras tenha sido deflagrada neste momento de mudanças políticas, em que as verdadeiras cruzadas seriam realizadas buscando desmontar os mecanismos de diálogos políticos construídos durante a década de 1870. Todavia, a campanha de combate aos capoeiras foi um fracasso, pois, mesmo com o aumento da repressão, estes personagens da política da Corte continuavam a atuar nas ruas e, mesmo na prisão, não deixavam de manter contato com membros da elite conservadora.⁶¹² Além do mais, o fenômeno histórico da capoeira demonstrou ser capaz de se auto-reproduzir e de se reinventar no decorrer de décadas, o que seria um problema a mais para o governo diante de uma população esmagadoramente pobre e, potencialmente apta a pertencê-la.⁶¹³

Desse modo, o governo precisaria ser mais audacioso se quisesse atingir os seus objetivos, tendo em vista que o mecanismo de repressão por si só não conseguiu controlar a população de capoeiras de modo a afastá-los da política. A resposta foi dada através das reformas propostas pelo então gabinete Sinimbu. Como analisado neste trabalho, a reforma política e, de certo modo, a reforma orçamentária estiveram conectadas a este contexto de luta do governo para ampliar sua influência política sobre a capital.

⁶¹² Idem, p. 216. A discussão sobre os “problemas” na análise de Sandra e a observação de Carlos Eugênio sobre esta questão foram contempladas na Introdução do presente trabalho, mais precisamente nas páginas 27 e 28.

⁶¹³ Idem, ibidem.

À medida que foram avaliados os argumentos por trás de tais reformas, confrontando-os às circunstâncias históricas em que estariam inseridos, verificou-se que pertenciam ao mesmo processo de relações de forças entre membros da elite política e destes com os setores populares. A redução da participação popular no processo eleitoral seria uma das marcas deste processo, através do qual setores de elite, sobretudo os liberais, mas não só eles, reforçariam a noção de que a maior parte da população do império não estaria apta a atuar politicamente porque não possuía condições básicas como educação e renda, elementos que, segundo os defensores da reforma, seriam imprescindíveis para avaliar a capacidade cívica de um indivíduo.

Obviamente que este tipo de reforma não estaria essencialmente preocupado com as condições das eleições e dos seus participantes, mas sim em afastar os setores populares do pleito, pois, mais de 80% da população do Império seria composta por analfabetos e, grande parte dela, caso soubesse ler e escrever, não poderia comprovar sua renda devido aos complexos mecanismos exigidos pelo governo. Um outro fato que comprova esta intenção do governo pôde ser verificado através do orçamento votado no mesmo ano, que, sob o pretexto de estar combatendo as crises financeiras do país, ampliou não só a carga tributária como também, e este é o ponto principal desta questão, reduziu os gastos com setores básicos como o da educação pública o que levou a extinção das escolas de ensino noturno destinadas aos trabalhadores. Não por acaso, estes últimos poderiam atingir a renda de 200 mil-réis anuais exigidos pela Constituição para participar do pleito.

Assim, através de dois projetos diferentes, um tratando de questões políticas e o outro de questões orçamentárias, foram verificadas as expectativas defendidas pelos liberais e, de certo modo, nutridas por setores de elite econômica, como no caso dos proprietários de terra e de escravos⁶¹⁴, de desconstruir uma determinada tradição política que aproximou setores de elite e a população mais pobre da cidade durante uma década, e, desse modo, tentaria neutralizar formas específicas de atuação política que teriam sido construídas nesse período e que funcionariam como formas de participação num cenário social, econômico e politicamente excludente.

Todavia, ao propor e executar estas e outras modificações, o governo não estaria lidando apenas com os capoeiras, mas com toda a população do império, e, por este motivo, não seria nenhuma surpresa que trouxesse conseqüências para o desenrolar dos acontecimentos. Estas conseqüências não estariam restritas apenas à questão eleitoral, como

⁶¹⁴ A este respeito, ver o Capítulo 2 da presente análise.

visto, mas se estenderiam por todo um conturbado contexto no qual os setores populares estariam mergulhados. O momento de grandes dificuldades financeiras e sociais observado nesta análise não foi criado pelos liberais, mas, a partir das atitudes dos mesmos ele estaria se tornando ainda mais grave. Deste modo, a noção de que as coisas pioraram deve ter passado pelas mentes dos brasileiros neste período, sobretudo se estes fossem trabalhadores pobres.

Pegando com exemplo a questão da taxa de 20 réis sobre os transportes públicos foi identificado não só o problema na contribuição em si, que aumentaria de forma substancial o valor das passagens e, por conseguinte, dos gastos diários dos trabalhadores, mas também as condições em que ela seria cobrada. A complexidade do cenário observado revelou bem mais do que a questão financeira *stricto sensu*, pois, no período avaliado, que foi de outubro a dezembro de 1879, o número de incidentes envolvendo bondes foi absurdamente alto, vitimando um grande número de pessoas, em sua maioria trabalhadores, que perderam a sua própria vida ou a de alguém próximo, que foram mutilados, que tiveram prejuízos materiais, que sofreram constrangimentos, entre outros. A lista é longa e variada, e traduz um grande leque de violências simbólicas e concretas que criariam certo rancor em relação aos bondes e as empresas que prestavam este serviço.

Avaliando o mesmo cenário conturbado, a análise histórica de Eleomar Cândido Gonçalves Silva também defendeu que as manifestações de 1880 não foram motivadas apenas pelas medidas econômicas que estavam sendo implementadas pelo governo no segundo semestre de 1879. Segundo esse autor, a ameaça das autoridades ao que ele chamou de “direito consuetudinário” dos setores populares em utilizar os bilhetes emitidos pelas empresas de bondes como uma moeda de troca em um momento de carestia monetária teve um grande peso motivador nas atitudes dos setores populares.⁶¹⁵ Em suas palavras, a “escassez de moedas de pequeno valor era um fator que causava um pouco de dificuldade tanto para negociantes quanto para consumidores. E existia uma lógica e uma aceitação da sociedade como um todo em não considerarem um ato ilegal a utilização de bilhetes [de passagem] na forma de moeda. Afinal, o direito de posse pela aquisição dos bilhetes através da compra devia dar aos seus possuidores a justificativa para que fossem usados da melhor maneira que lhes conviesse.”⁶¹⁶

⁶¹⁵ Segundo Eleomar Silva, A ampliação das dimensões de compreensão do evento desenvolvida na presente análise aproxima-se das expectativas de Eleomar Silva, pois, em ambos os casos, o imposto em si não é encarado como o único motivador dos protestos de janeiro de 1880. **Cotidiano, política e protesto popular no Rio de Janeiro: 1880-1901**. Dissertação de Mestrado - PPGHC/UFRJ, Rio de Janeiro: 2008. A este respeito, ver as páginas 64 e 65 dessa análise.

⁶¹⁶ Idem.

Nestes termos, Eleomar conclui que as posses dos bilhetes e seu uso como moeda de troca constituíam “direitos consuetudinários” presentes na cidade há algum tempo⁶¹⁷ e que, devido ao peso dado a esta prática pela população, aliada a situação de penúria monetária, a atuação do governo em coibir tal prática, teria contribuído para o crescimento das tensões nas ruas, além de ocasionar uma compreensão sobre o problema dos transportes para além da questão do imposto propriamente dito, levando a um descontentamento com as autoridades e com as empresas, responsáveis, inclusive, pela cobrança do novo tributo. Embora este trabalho não possa ser resumido a questão anterior, afinal, ele também aborda um outro evento ocorrido em 1901 na cidade do Rio de Janeiro, a Revolta de São Cristóvão, no tocante ao evento de 1880, a tese sobre os bilhetes apresentada resumidamente acima assumiu uma das posições centrais nos argumentos deste historiador.⁶¹⁸ Sendo assim, esta situação representaria mais uma, dentre as diversas circunstâncias observadas neste contexto de dificuldades.⁶¹⁹

Diante deste cenário é que foi apresentada a controversa proposta do imposto, forjada sobre um acordo escuso entre as diretorias das empresas e o governo, em que ambas as partes seriam beneficiadas em detrimento dos usuários dos transportes. Cada vez mais parecia inquestionável que as autoridades governamentais estariam agindo a favor dos interesses dos empresários à revelia dos usuários, algo que já podia ser observado pela negligência do poder central em apurar e punir as empresas de bondes que seriam as maiores responsáveis pelos diversos incidentes de trânsito mencionados. Esta situação de impunidade agravou ainda mais as tensões observadas entre os funcionários dos bondes e as pessoas que compartilhavam as ruas da cidade com este meio de transporte. Casos como incidentes entre carroceiros e bondes

⁶¹⁷ Idem, p. 64.

⁶¹⁸ Idem. Segundo a tese de Eleomar, as arbitrariedades da força pública (na cobrança do imposto), o afronte aos costumes (ligado à proibição do uso do bilhete como moeda de troca) e a falta de sensibilidade nas questões sociais (representada pela taxa acentuada dos bondes e pela nebulosidade criada para o estabelecimento do imposto) teriam sido os três principais elementos causadores do “motim do vintém”. Idem, p. 135-6.

⁶¹⁹ Embora a contribuição de Eleomar Silva seja de grande importância para a superação dos “limites” impostos pela análise de Sandra Graham sobre o “motim do vintém”, acredita-se que o contexto histórico dos transportes que serviu de base para a avaliação dos possíveis causadores do motim apresentava elementos de complexidade para além da questão do bilhete, ou mesmo do valor do imposto, sendo marcado, por exemplo, por conflitos cotidianos no trânsito da cidade, envolvendo passageiros, condutores, carroceiros e autoridades, que motivaram atitudes de hostilidade e resistência ao pagamento da tarifa. Além disso, a presente análise demonstrou a existência de questões transversais que atingiam o conjunto da sociedade neste período e que foram capitalizadas pelos setores sociais da cidade através das manifestações de protesto e de conflito contribuindo, assim, para a constituição de um cenário complexo em que o “motim” seria apenas um de seus elementos. Nestes termos, o mais importante para explicar este cenário não seria a questão financeira em si, mas as dimensões de violências simbólicas e concretas em que seriam traçadas as relações de sociais na Corte, em cenários como o trânsito, por exemplo, e que, por sua vez, contribuíram para a construção de imagens “negativas” das empresas de transportes e do governo que seriam aliadas em muitas destas questões.

se tornariam igualmente comuns no mesmo período, elevando o problema para uma dimensão ainda maior.

Neste momento, os protestos contra o imposto promovidos pelos jornais de oposição e depois mais diretamente pelos seus colaboradores começaram a ecoar nos diversos espaços da cidade, atingindo a uma vasta população urbana que estaria sofrendo na própria pele as dificuldades geradas pelas empresas em acordo com o governo. Estas pessoas constituíram personagens atentos ao que estaria acontecendo, e viram no surgimento de uma oposição direta ao governo e as empresas uma oportunidade de fazer valer os seus direitos diante de um contexto hostil no qual tudo parecia ser negado.

Todavia, esta história não se encerra por aqui. Outras questões transversais seriam manifestadas neste exato momento, como é o caso da manifestação do interesse de trabalhadores em ampliar os seus direitos, como no caso dos caixeiros, que elaboraram estratégias de mobilização e protesto através dos quais pleitearam a redução da carga horária de trabalho, ao menos aos domingos e dias santos, o que representaria uma vitória contra a exploração a que estariam submetidos por seus patrões, de quem eram vigiados de perto constantemente em seu local de trabalho. Reduzir a dimensão de controle e ampliar as suas perspectivas de liberdade, teriam motivado os trabalhadores do comércio a agirem contra seus patrões. Para cumprir seus objetivos, os caixeiros fizeram abaixo-assinados, enviaram cartas aos jornais pedindo apoio, manifestaram-se nas ruas, recorreram à Câmara Municipal e ao Conselho de Estado, enfim, desenvolveram estratégias amplas de atuação política, buscando apoio para enfrentar seus empregadores.

No entanto, o desfecho deste episódio não teria sido como desejado, pois, embora os trabalhadores do comércio tenham conseguido uma vitória, com o passar dos dias esta demonstrou ser parcial não só devido a redução da abrangência deste direito – nem todos os trabalhadores do comércio foram contemplados –, como também pelo fato de que a mesma teria sido suspensa pelo governo, temeroso de que os empregados do comércio utilizassem a folga no período de festas de fim de ano com a finalidade de se mobilizarem contra seus patrões e, o que seria pior, se reunirem aos opositores do governo em suas manifestações contra o imposto. Pelo lado dos caixeiros o medo de que o direito conquistado fosse revogado se tornou uma constante, sobretudo quando observaram que os seus empregadores também estavam organizados e dispostos a lutar pelo retrocesso desta medida.

Contudo, ao invés de servir ao propósito de desmobilizar os trabalhadores deste ramo, a medida do gabinete liberal acabou gerando condições para a tão temida aproximação entre as elites oposicionistas e os trabalhadores, afinal, ela não só teria motivado a participação

destes profissionais na questão do imposto, como teria fornecido ingredientes para o crescimento do movimento oposicionista, que teria ao seu lado não só estes trabalhadores, mas também uma série de outros profissionais dos mais variados ramos que engrossariam as fileiras dos manifestantes.

A oposição ao imposto e, mais diretamente, ao governo teria servido como um elemento aglutinador entre setores sociais distintos que teriam nas manifestações de protestos, quer seja nas ruas, quer seja nos jornais, uma poderosa arma contra um governo que desfrutava de uma situação política favorável devido ao apoio recebido pela câmara dos deputados e por parte do senado, além do próprio imperador. Em tais circunstâncias de crescimento dos protestos em jornais e nas ruas, o governo não estava disposto a uma segunda derrota, como observado pela malograda reforma eleitoral, e fazia questão de mobilizar todas as suas forças para garantir o sucesso de seu orçamento e, mais precisamente, a realização da cobrança do imposto. Este fato explicaria a mobilização de diversos setores governamentais acerca da implementação da nova tarifa, e, mais especificamente, das autoridades de segurança pública e das forças armadas que, durante o mês de dezembro de 1879 demonstravam sinais de que atuavam como mecanismos de imposição da vontade governamental, agindo com a força, caso necessário, para garantir a tranqüilidade pública, a propriedade e a execução da lei fiscal.

A oposição faria uma leitura atenta desta mobilização, sendo atingida de formas específicas pelas autoridades. Os setores da imprensa mais radical, como no caso da *Gazeta da Noite*, começaram a sofrer ameaças constantes de intervenção em suas instalações e de prisão de seus funcionários. Aos setores populares ficou reservada uma atuação mais contundente, na qual a repressão seria traduzida por prisões arbitrárias, intervenções em espaços públicos (como em festas e manifestações de outra natureza) e privados (como em residências), proibição de reuniões ou qualquer aglomeração que fosse julgada sediciosa, entre outras. A escalada de violência e o aumento da presença das autoridades em diversos ambientes da cidade no último mês de dezembro foi interpretado não só pela imprensa, como provavelmente pelos seus principais alvos, os setores populares, como um verdadeiro desrespeito à sua liberdade de ação. Assim, esta ação do governo acrescentaria mais elementos ao já conturbado período, o que teria acarretado um aumento das tensões sociais nas ruas.

A partir do momento que esta oposição ampla se reuniu no dia 28 de dezembro em frente à residência de *sua majestade* para pedir alguma atitude com relação às medidas do governo, e, para a sua indignação e frustração foi impedida pelas tropas governamentais

presentes no local de estabelecer qualquer contato com o imperador, as estratégias de ação assumiriam um patamar diferente daquele observado até aquela ocasião. Afinal, se estes meios não estariam surtindo efeito, em grande parte, devido a intransigência governamental, talvez fosse necessário uma ação mais contundente e direta na qual o diálogo seria substituído pelo confronto aberto. Nestes termos, as atitudes posteriores a este dia teriam sido cruciais para a decisão da população em mudar sua estratégia.

Quando começaram a circular notícias de que o governo posicionaria suas tropas em toda a cidade e que haveria agentes disfarçados dentro dos bondes para obrigar os passageiros a pagar o imposto, tais informações caíram com uma bomba nos ouvidos da população, pois, não bastasse a truculência dos cobradores e dos condutores, agora as autoridades os ajudariam a coagir os passageiros. Manifestações da população contrárias ao imposto e à sua cobrança começaram a tomar as páginas dos jornais nos dias finais do ano de 1879, como este que segue abaixo.

AO POVO

Já não é no recinto da Câmara dos Deputados que sois ameaçados de bofetadas, um Sr. Director das companhias de bondes compromete-se a fazer pelo mesmo modo a cobrança do imposto kelé, assim o disse em uma confeitaria da rua do Ouvidor.⁶²⁰

Pelo conteúdo da mensagem, é bem provável que tenha sido escrita por algum trabalhador do comércio ou alguém ligado a eles, pois a informação teria sido “coletada” numa confeitaria, local propício aos olhos e ouvidos daqueles que permanecem atrás de um balcão diariamente. Além do mais, os caixeiros já tinham demonstrado sensibilidade com relação ao tema do imposto, apelando à Lopes Trovão para que convocasse manifestações de rua sobre este assunto e sobre a questão do “fechamento das portas”.⁶²¹

Mensagens como esta exemplificam o estreitamento das relações entre os setores de oposição que estariam contribuindo para a deflagração de uma espécie de “frente única” de enfrentamento ao governo num momento em que todos eles estariam sendo ameaçados pelas suas atitudes. E, na medida em que as mensagens de protesto sobre o “fechamento das portas” e sobre o imposto vão se tornando mais frequentes e contundentes, maiores seriam as evidências de que a situação política caminhava a passos largos para o confronto entre forças que pareciam cada vez mais alinhadas.

O alinhamento observado entre os personagens desta história, que partilhavam as circunstâncias deste período e que, no decorrer deste processo, teriam demonstrado possuir

⁶²⁰ *Gazeta de Notícias*, 31 de dezembro de 1879.

⁶²¹ *Gazeta de Notícias*, 31 de dezembro de 1879. A mensagem referida foi trabalhada no capítulo 4 desta análise, cujo título é “Ao mui distinto cidadão Lopes Trovão”.

interesses específicos que permitiriam elaborar formas de aproximação e de distanciamento de acordo com suas estratégias, esteve conectado, de alguma forma, com as tradições políticas observadas no decorrer da década de 1870, em que os setores populares estariam atentos à política institucional e, a partir desta compreensão, construíram com membros da elite política laços que lhes permitiriam estabelecer diálogos, através dos quais, podiam levar adiante seus “projetos” políticos. Quando o governo liberal, conhecedor desta tradição política, resolveu desconstruí-la para redesenhar as dinâmicas da política da cidade a seu favor, ele acabou entrando em confronto não apenas com membros do Partido Conservador ou com os capoeiras, mas com uma determinada forma de fazer política que permitia aos setores populares partilharem de mecanismos de participação num contexto excludente como aquele.

O que os setores populares fizeram ao recorrer a parcelas da elite neste momento de disputas foi, justamente, acionar os mecanismos políticos de diálogo que conheciam, e, a partir deles, não só identificaram uma divisão no seio das elites políticas, traduzida pelas disputas entre governo e oposição, como buscaram se aproveitar das circunstâncias criadas por esta situação para atingir alguns de seus objetivos, dentre os quais, o de enfraquecer o governo e, deste modo, ganhar espaços de atuação num momento em que os mesmos estariam sendo reduzidos pelos setores no poder.

A utilização de mecanismos de diálogo, sejam eles transversais (i.e. entre setores sociais distintos) ou horizontais (i.e. entre pessoas do mesmo setor social), a identificação desta divisão como uma vantagem no tabuleiro de disputas políticas e as circunstâncias posteriores em que os setores populares modificariam sua estratégia de ação no decorrer deste processo, passando de uma postura de negociação, observada até os fins de dezembro, para o conflito aberto nos dias iniciais de janeiro de 1880, comprova não só o papel ativo desempenhado por este setor social, como também corrobora o fato de que a consciência política desenvolvida pela população trabalhadora da cidade durante este processo teria permitido que eles agissem em defesa de seus interesses, muitos dos quais forjados nas experiências históricas anteriores ao próprio “motim”.

Diante das circunstâncias concretas observadas nos protestos de rua realizados a partir de 1º de janeiro de 1880, poderia ser dito ainda que as modificações de estratégias de ação citadas acima demonstrariam o esforço desempenhado pelos manifestantes em sobrepujar as tradições políticas constituídas na década anterior, que ligavam os setores populares às elites, e que, de certa forma, funcionariam dentro de lógicas de domínio específicos, em que as elites “tolerariam” ou não a ação popular, buscando manter as mesmas dentro de determinados limites aceitáveis, de acordo com suas conveniências políticas ou forçados pela própria

população. Afinal de contas, o que poderia explicar a continuação da ação popular nos três dias seguintes ao do dia 1º, mesmo quando os setores oposicionistas de elite já tinham recuado no campo de disputas e, além disso, estariam desaconselhando a ação direta popular como solução para os problemas, senão pela expressão de estratégias diferentes de ação, nas quais a própria população levaria adiante a sua luta, com ou sem a elite que os apoiara inicialmente.

Estas estratégias estariam conectadas a uma determinada compreensão da realidade social, política e econômica da cidade elaborada pelos setores populares, a partir de suas experiências não só neste momento de confronto, como também naquelas em que compartilharam em períodos anteriores, sejam elas de negociações ou de conflito. É a partir de tais compreensões, e da ação decorrente delas, que estes personagens imprimiram uma identidade própria aos movimentos de protesto destes dias, algo que teria sido chamado por seus contemporâneos de “motim”, mas que, aos olhos de um importante historiador britânico poderia ser denominado de “economia moral dos pobres”⁶²². Portanto, a palavra “motim” é demasiado pequena para abarcar este todo complexo que tomou conta da vida política da capital.

A ação direta coletiva colocou em prática uma postura que esteve para além do diálogo com os setores de elite, promovendo, mesmo que por um curto período, uma ruptura com os métodos que asseguravam uma posição privilegiada dos setores de elite nas relações políticas, e, por este motivo, seria reprovada tanto pelos oposicionistas quanto pelos membros da “situação”, ainda que de formas distintas. Pegando como exemplo um discurso da chamada “Liga republicana-liberal”, que reuniu no dia 3 de janeiro membros de oposição ao governo

⁶²² O “conceito” de “economia moral da multidão” foi desenvolvido pelo historiador E. P. Thompson para analisar os chamados (equivocadamente) “motins de fome” na Inglaterra do século XVIII. A partir dos mesmos, Thompson buscou recuperar os sentidos políticos destas manifestações populares inglesas que teriam sido deixados de lado pela história social e pela história econômica produzidas até aquele momento, que baseavam-se em premissas estatísticas e em “noções fisiológicas” de reação a estímulos econômicos externos primários para explicar os eventos, esvaziando-os de sentidos próprios, produzidos pelos agentes envolvidos. O que este historiador buscou explorar, ao contrário dos demais historiadores, foi o conjunto de sentidos culturais materializados pelos agentes históricos que partilharam destas experiências de luta, e, para além delas, se inseriram num contexto de dificuldades amplas, nas quais eram produzidas solidariedades e rivalidades, através de mecanismos de negociação e conflito, que antecederiam aos eventos de confronto. Nestes termos, Thompson afirma que “embora a economia moral não possa ser discutida como ‘política’ em nenhum sentido mais avançado, tampouco pode ser descrita como apolítica, pois pressupunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas, do bem-estar comum – noções que na realidade encontravam algum apoio na tradição paternalista das autoridades; noções que o povo, por sua vez, fazia voar tão alto que autoridades ficavam, em certa medida, reféns do povo. Assim, essa economia moral não se intrometia apenas nos momentos de perturbação social, mas incidia de forma muito geral sobre o governo e o pensamento do século XVIII. A palavra ‘motim’ é demasiado pequena para abarcar isso tudo.” THOMPSON, E. P. *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*. In: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 152-3.

na residência de Saldanha Marinho, nota-se que há um sentido bem específico nas palavras de seus membros ao afirmarem que, apesar de a ação dos manifestantes ser considerada legítima, era desaconselhável que esta fosse adiante, pois o governo poderia aumentar a violência e causar mais mortes na população da cidade.⁶²³

Este protesto é a manifestação de que tão bom direito como esse, que o povo tem exercido, representando contra a exagerada execução da taxa vintém, nos nunca esperamos que fosse atendido por meio de representações populares, por mais pacíficas e fundadas que fossem; e por isso não as aconselhamos, e reconhecemos hoje que o nosso dever, reclamando contra os excessos do governo, amparar o povo e pedir a este que se acalme e confie que nós estaremos firmes em sua defesa”⁶²⁴

Na mesma mensagem são observadas duas características importantes. A primeira delas é o pedido de que as manifestações de rua cessassem e a segunda diz respeito à apresentação de políticos (membros da elite) como defensores do direito da população perante o governo. Ela culmina na máxima de que o recado já teria sido compreendido e que, a partir daquele momento, os “legítimos representantes da nação” se encarregariam de representar os interesses populares, não havendo mais necessidade de protestos e embates. Para além do clichê político que demonstra uma tentativa de capitalização de tais eventos a favor dos opositores do grupo no poder, não é difícil compreender que as palavras acima tem um *quê* de receio quanto a dimensão que aquelas manifestações poderiam assumir, e, caso fossem adiante, poderiam colocar em xeque os próprios mecanismos de intermediação, oficiais ou não, que pessoas como estas se valiam para manter redes de influência e poder na cidade. Deste modo, por força das circunstâncias, e não apenas por maquiavelismo político, membros da elite teriam sido obrigados a endossar a ação da multidão, caso contrário, poderiam tornar-se também alvos de sua “fúria”.

Contudo, legitimar excessivamente as ações da multidão poderia fornecer mais combustível aos protestos, portanto, era necessária a dosagem certa para acalmar os ânimos e, ao mesmo tempo, não demonstrar a intenção de se opor à multidão, de quem a oposição dependia para obter sucesso nos planos de enfraquecer o governo, tirando proveito da situação para atacá-lo. A situação era delicada e necessitava de cautela, afinal, lidar com pessoas motivadas e dispostas a luta, reunidas em torno de objetivos em comum, representando, por

⁶²³ *Jornal do Comercio* de 4 de janeiro de 1880.

⁶²⁴ Discurso de Saldanha Marinho, reproduzido no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro em 3 de janeiro de 1880. Grifo meu.

fim, uma força que estaria fora de seu controle, era um risco alto, porém inevitável aos setores de elite política da cidade.

Os ataques aos bondes, e não aos trens e as barcas que igualmente foram taxadas pelo vintém devem ser interpretados como sintomas de que a multidão elegeu seus alvos. Alvos que remetem as experiências anteriores à cobrança do dito imposto, em que pessoas variadas teriam sido submetidas a situações interpretadas como degradantes e, de certo modo, incompatíveis com uma determinada concepção de bem-estar comum. Uma concepção que teria feito das autoridades, representantes do governo, alvos em potencial, não apenas pela sua posição de hostilidade nos primeiros dias de janeiro, mas também por todas as experiências vivenciadas até aquele momento em que elas opuseram-se às ações em defesa de direitos realizadas pela população, como no caso da luta contra o imposto ou ainda na busca por benefícios “trabalhistas” de descanso semanal pelos caixeiros. Num contexto em que a violência seria apenas uma das facetas das arbitrariedades cometidas pelas forças de segurança da Corte, cumprindo ou não as ordens de seus superiores, buscando manter as ruas e outros espaços freqüentados pelos setores populares sob controle para que as medidas do poder central pudessem ser efetivadas com sucesso, não é difícil de se imaginar a formação de rancores acompanhados de sensos de justiça que motivariam a ação dos manifestantes.

Inseridos numa situação de “suspeição generalizada”⁶²⁵, tendo seus “direitos” sociais e políticos suspensos e/ou infringidos nos locais de trabalho e lazer, os setores populares agiram para reverter esta situação, buscando alternativas ao poder constituído que obstava diretamente seus interesses. Se o processo não pode ser caracterizado como revolucionário em sentido restrito, tampouco pode ser classificado como uma *reação* a estímulos econômicos primários, pois, embora os elementos de natureza financeira tenham contribuído de forma significativa para criar uma situação de dificuldades, como visto, eles não foram os únicos causadores dos protestos. Afinal, um conjunto de fatores entrelaçados através de experiências históricas individuais e coletivas que contribuíram para a criação de leituras políticas dos setores populares, conectadas ao universo cultural que compartilhavam entre si e, de alguma forma, com outros setores sociais. Nestes termos, a *ação* popular diante da conjuntura do “motim” deve ser lida a partir da compreensão que os mesmos produziram dentro do mesmo processo que compartilharam com os demais setores sociais.

⁶²⁵ Em circunstâncias complexas como as observadas no contexto analisado, todos se tornaram suspeitos e, por conseguinte, passíveis de serem aprisionados pelas autoridades. Esta foi uma das únicas formas encontradas pelo governo para tentar coibir a mobilização popular, que, no entanto, com o desenrolar dos acontecimentos demonstrou ser ineficaz.

Contudo, a população não devia saber até que ponto poderia manter esta situação de embates sem que isto pudesse transformar-se em uma situação insustentável para ela, uma incerteza que, aliás, deve ter contribuído para a redução do próprio movimento que, já no dia 4 de janeiro, não apresenta mais sinais de força como nos dias que o precederam. O resto ficou por conta da própria repressão policial. Se o desfecho inicial deste episódio parece ter coroado o governo como grande vencedor dos embates, nos dias posteriores, as circunstâncias pareciam pender à população, afinal, alguns dos impostos foram revogados, como no caso dos de transportes e sobre o fumo⁶²⁶, e, por fim, alguns meses depois das manifestações, o governo Sinimbu não resistiu a pressão política e as críticas que vinha sofrendo desde os episódios de janeiro, sendo destituído pelo Imperador⁶²⁷. Embora não haja uma completa clareza com relação a todos os objetivos que teriam motivado os protestos analisados, e, por conseguinte, teriam levado uma população tão variada a se confrontar com as autoridades e atacar aos bondes, com certeza a queda do governo e de suas medidas devem ter satisfeito a uma parcela significativa destes manifestantes, afinal, seus sacrifícios não teriam sido em vão.

As experiências dos episódios do “motim” e do processo que o antecedeu demonstrariam ser bastante instrutivos, por assim dizer, aos trabalhadores da cidade, pois, no ano de 1880 e nos imediatamente posteriores, uma série de organizações de trabalhadores começaram a ser formadas na cidade. Embora estas agremiações não fossem necessariamente novas na história da cidade, pois, desde a década de 1850 organismos desta natureza já eram observados, parece que com o motim elas teriam tomado um novo ânimo, visto que as categoriais profissionais envolvidas nos processos analisados formariam novas agremiações como no caso dos próprios caixeiros e dos empregados do fumo.⁶²⁸ Medir a relação da formação destas agremiações e uma possível relação com os eventos políticos que o antecederam será uma tarefa para análises posteriores.

Em conseqüência de tudo que foi apresentado, observou-se a construção de uma conjuntura em que setores políticos distintos dialogam e se posicionam formando grupos em

⁶²⁶ Na **Lei n.º 3.018 de 5 de novembro de 1880**, nos Artigos 8º e 11 foram revogados os impostos sobre os transportes e sobre o fumo, respectivamente. “Art. 8º: Fica revogado o art. 18, n. 11, 2º, da Lei n. 2940 de 31 de Outubro de 1879, que mandou cobrar a taxa de 20 réis por passageiro, que circular nas ferro-vias da cidade do Rio de Janeiro e seus subúrbios, *trainways* ou carris urbanos, de tração animada ou a vapor. Esta disposição terá vigor desde já.”; “Art. 11: Ficam desde já revogadas as tabellas annexas ao Decreto n. 7559 de 20 de Novembro de 1879, para a arrecadação de imposto sobre o fumo, e sem effeito a autorização conferida ao Governo pelo art. 18, n. 3, § 1º, da **Lei n. 2940 de 31 de Outubro de 1879** para rever as tabellas a que estavam sujeitos os fabricantes e marcadores de preparados de fumo, as quaes continuam em vigor.”

⁶²⁷ O gabinete liberal de 5 de janeiro de 1878 (Sinimbu) foi substituído pelo gabinete de 28 de março de 1880, igualmente liberal, presidido pelo conselheiro José Antônio Saraiva.

⁶²⁸ Os seguintes organismos de trabalhadores foram formados em 1880 e nos anos próximos a ele: Associação do Empregados do Comércio (1880), Sociedade Beneficente dos Empregados do Fumo (1882), Corpo Coletivo da União Operária (1882).

torno de determinados interesses. As facções que apoiaram o governo disseram que a oposição ao imposto e as manifestações decorrentes dele eram ilegais; já os grupos de oposição ao governo afirmavam que a tarifa era ilegal e que o governo estaria utilizando meios escusos e a força bruta para impor a sua vontade; por fim, os setores populares, que comungavam de alguns destes pontos de vista devido as experiências em que estiveram envolvidos nos últimos meses do ano de 1879, e, a partir do desenrolar dos acontecimentos teriam produzido suas próprias estratégias de ação, ainda que não isoladas, para fazer valer seus interesses no campo de batalha aberto pelas reivindicações distintas destes grupos.

A percepção do momento certo para agir dos setores populares, para além dos trabalhadores do comércio utilizados como janela para adentrar no universo social deste complexo “setor”, esteve relacionada às leituras que os mesmos fizeram das situações específicas que estariam presenciando. Conforme elas iam se desenhando no transcurso dos acontecimentos dos meses finais do ano de 1879, novas configurações políticas igualmente se modelavam, com o crescimento das polarizações entre as elites entorno de questões palpáveis aos setores populares, como as péssimas condições dos serviços de transportes; os novos impostos, dentre os quais o do vintém e o do tabaco; as condições econômicas da cidade; o aumento da repressão policial sobre estas pessoas, intervindo nos diversos espaços da cidade, quer sejam de trabalho ou de lazer, prejudicando de diversas formas centenas de pessoas; a eliminação de cursos de ensino público destinados aos trabalhadores; a proibição de reuniões ou manifestações, num momento em que os trabalhadores buscavam ter voz diante de seus patrões; a busca por eliminar os mais pobres do processo eleitoral, classificando-os como manipuláveis e/ou incapazes; o beneficiamento das empresas de transportes com a extensão das suas concessões e dos serviços prestados, que atingiriam o exercício de determinadas atividades como o transporte de cargas; enfim, através de uma série de pequenos pontos que, juntos, formam uma grande “colcha de retalhos” metafórica, os setores populares teriam interpretado a partir de suas experiências concretas qual seria a melhor alternativa de ação. A partir do momento que entenderam que a negociação não seria possível pela falta de sensibilidade governamental, optou pela mobilização e pela ação direta, que tiveram como resultados o chamado “motim” do vintém.

Destarte, acredita-se que diante de tantas possibilidades e motivações, não haja um único motivo ou um motivo principal causador do evento mencionado, mas sim o conjunto destes motivos, cada qual a sua maneira, teria criado circunstâncias históricas para a reunião de uma população socialmente, culturalmente e etnicamente variada em meio a uma luta em comum. Na realidade, o “cimento” que unia estas pessoas distintas deve ser buscado nas

experiências vividas por cada um deles no seu dia-a-dia, que os distanciaria de uns e os aproximaria de outros, através dos quais seriam constituídas dimensões identitárias, tais como aquelas sugeridas pelas organizações de trabalhadores, pelas atividades profissionais exercidas ou ainda pelo seu local de moradia. Separar o evento deste contexto é retirar dele aquilo que tem de mais importante, que são os seus sentidos variados, traçados pelos personagens envolvidos, personagens que foram responsáveis pelos processos históricos que teriam permitido a existência de um fenômeno desta envergadura.

Buscar os significados do evento neste contexto é enxergar através do imposto sugerido como seu causador, é perceber o porquê do ataque aos bondes e não aos demais meios de transportes como os trens e as barcas. É perceber que a razão para isso foi construída no cotidiano das relações entre a população da cidade e a prestação dos serviços de forma precária, arriscada, truculenta e, a partir do imposto, mais cara pelas empresas de transportes. Quantas pessoas não morreram ou se feriram gravemente neste momento, quantos não foram os casos de agressões físicas e morais, quantas não foram as perdas de familiares, amigos, colegas de trabalho, empregados, pessoas com as mais variadas relações sociais e afetivas que deixaram de existir simplesmente pela negligência do governo e pela ganância de alguns poucos empresários.

Diante deste contexto, a emergência de um movimento político como um “motim” popular, deve ser lido como uma consequência das experiências históricas vivenciadas pelos habitantes da cidade até aquele momento. Do mesmo modo, esta experiência específica, que foi marcada pelo confronto de setores sociais distintos, materializados pelas autoridades e pelos trabalhadores presentes ao evento, seria fruto da ampliação das tensões entre tais agentes históricos que, em meio a experiências variadas, teriam seguido por caminhos distintos que os levariam a se confrontar algum tempo depois. Mas este confronto, como foi observado, não representou *um raio num dia ensolarado* para nenhuma das partes, pois, embora não tivessem a capacidade de prever todas as consequências de suas atitudes, elas perceberam que a situação estaria se tornando cada vez mais tensa.

Os pontos de antagonismos variados observados neste trabalho ajudaram a montar um cenário bastante complexo que marcaria a vida de diversos habitantes da cidade do Rio de Janeiro. À medida que avançou-se sobre as experiências avaliadas, maiores eram os indícios de que estaria se constituindo um verdadeiro “campo de forças” político, no qual eram travadas verdadeiras batalhas cotidianas. As posições assumidas por estas forças teriam se tornado mais evidentes no interior do “motim”, quando os antagonismos se transformaram em confrontos diretos que teriam como pano de fundo a cobrança do imposto. Ainda que este

tenha sido apenas um dos motivadores do evento, o início de sua cobrança funcionou como um “estopim” que teria desencadeado a ação direta das forças em campo, que concentrariam seus esforços em defender suas posições no grande campo de batalha que se tornou a capital do Império.

FONTES

ARQUIVO NACIONAL

Reclamações contra empresas de bondes e outros, AN IJ6-519

Biblioteca Nacional

Periódicos:

Gazeta de Notícias, novembro de 1879 a fevereiro de 1880.

Gazeta da Noite, dezembro de 1879 a janeiro de 1880.

O Cruzeiro, dezembro de 1879 e janeiro de 1880.

Jornal do Comércio, outubro de 1879 a janeiro de 1880.

Correio Paulistano, janeiro de 1880.

BRASIL. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento da população do Brazil a que se procedeu no dia 1º de Agosto de 1872**. Rio de Janeiro: 1873-76.

BIBLIOTECA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

(<http://biblioteca.ibge.gov.br/>)

BRASIL. Censo de 1907. **Séries Estatísticas Retrospectivas (Censo de 1907)**, Vol. 2. O Brasil, suas riquezas Naturais e suas Indústrias. Tomo 2 - Indústria Agrícola. Edição fac-similar (original publicado em 1908). Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=S%E9ries%20estat%EDsticas%20retrospectivas:%20o%20Brasil,%20suas%20riquezas%20naturais,%20suas%20ind%FAstias:%20ind%FAstias%20agr%EDcola&link=Serie_Est_Retro_v2_t2>

BRASIL. Oficina de Estatística. Recenseamento da Cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: 1907.

Disponível em:

<[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20da%20Cidade%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20\(Districto%20Federal\)%20realizado%20em%2020%20de%20setembro%20de%201906&link=RecenseamentodaCidadedoRiodeJaneiro1906](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20da%20Cidade%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20(Districto%20Federal)%20realizado%20em%2020%20de%20setembro%20de%201906&link=RecenseamentodaCidadedoRiodeJaneiro1906)>

Brasília – Universidade de São Paulo (USP)

(<http://www.brasiliana.usp.br>)

BRASIL. Lei n.º 2.040 de 28 de Setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre).

Disponível em:

<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/00846400/008464_COMPLETO_100.pdf?sequence=5>

Presidência da República
(<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>)

BRASIL. Decreto-lei n.º 3.029 de 9 de Janeiro de 1881.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_74/MemoriaJuridica/LeisHistoricas.htm>

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição do Império do Brasil.**

Disponível em;

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>

Senado Federal
(<http://www6.senado.gov.br/sicon>)

Leis e decretos eleitorais:

BRASIL. Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846.

Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=81146>>

BRASIL. Decreto n.º 484 de 25 de Novembro 1846.

Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=81517>>

BRASIL. Decreto n.º 842 de 19 de Setembro 1855.

Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=76640>>

BRASIL. Decreto n.º 1.812 de 23 de Agosto 1856.

Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=81382>>

BRASIL. Decreto n.º 1.082 de 18 de Agosto de 1860.

Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=74647>>

BRASIL. Decreto n.º 2.675 de 20 de Outubro de 1875.

Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=70376>>

BRASIL. Decreto n.º 7.981 de 29 de Janeiro de 1881.

Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=71085>>

BRASIL. Decreto n.º 8.213, de 13 de Agosto de 1881.

Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=71579>>

BRASIL. Decreto n.º 8.308 de 17 de Novembro de 1881.

Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=74246>>

BRASIL. Decreto n.º 3.122 de 7 de Outubro de 1882.

Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=69523>>

Legislações Orçamentárias:

BRASIL. Lei n. 2.940 de 31 de outubro de 1879.

Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=70975>>

BRASIL. Lei n. 3.018 de 5 de novembro de 1880.

Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=70854>>

Outros:

BRASIL. Decreto n. 7.247 de 19 de Abril de 1879. (Reforma o ensino primario e secundario no Município da Corte e o superior em todo o Império)

Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=73867>>

BRASIL. **Atas do Conselho de Estado do Império**, terceiro conselho, 1875-1880.

Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS10-Terceiro Conselho de Estado 1875-1880.pdf>>

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ

Livros de Matrícula da Casa de Detenção da Corte, Livres e Libertos. APERJ – Notação 14, n.º original 3965. (Dezembro 1879)

Livros de Matrícula da Casa de Detenção da Corte, Livres e Libertos. APERJ – Notação 14, n.º original 3965. (Janeiro de 1880)

Livro de Matrículas da Casa de Detenção da Corte, Detentos Escravos. APERJ – Notação 13, n.º original 5454. (Janeiro de 1880)

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ

Documentação avulsa, “cortiços”, 1855 -91, códice 41-3-35

Habitações coletivas, estalagens ou cortiços, 1875 – 85, códice 44-2-8.

Legislação, câmara municipal, câmara municipal e editais, 1871- 97, Códice 18-2-6.

Brazilian Government Document Digitization Project
 (Center for Research Libraries e Latin American Microform Project)
 (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/minopen.html>)

TOLENTINO, Antonio Nicoláo. **Relatório da Presidência da Província do Rio de Janeiro, 1857**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.

Disponível em:

<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/788/index.html>>

DANTAS, Manoel Pinto de Souza. **Relatório do Ministério da Justiça, 1880-1881**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

Disponível em:

<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1874/contents.html>>

DANTAS, Manoel Pinto de Souza. **Relatório do Ministério da Justiça, 1879**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

Disponível em:

<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1873/index.html>>

MELLO, Barão Homem de. **Relatório do Ministério dos Negócios do Império, 1879**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

Disponível em:

<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1746/index.html>>

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. **O Systema Representativo**. Rio de Janeiro: Garnier, 1868.

AZEVEDO, Moreira de. Imposto do vintém In: **Revista do IHGB**, Tomo LVIII, Parte 1, Rio de Janeiro, 1895, p. 321-326.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Proletários e escravos. Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850 -1872. **Novos Estudos Cebrap**, n.21. Rio de Janeiro: 1988.

BARBOSA, Rui. **Pensamento e ação de Rui Barbosa**. (Seleção de textos pela Fundação Casa de Rui Barbosa). Brasília: Senado Federal, 1999.

BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: Algumas reflexões em torno da formação da classe operária. **Cadernos AEL**, Vol. 6, n.10/11, 1999.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: SMCTE/DGDIC, 1992.

BERGER, Paulo. **Dicionário histórico das ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

BERGSTRESSER, Rebecca Baird. **O movimento pela abolição da escravidão no Rio de Janeiro, 1880-1889**. Tese de Doutorado, Universidade de Stanford, 1987.

BRETAS, Marcos Luiz. A polícia carioca no Império. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998, p. 219.234.

BRUNO, Fabiano Vieira. **O parlamento e a evolução nacional, 1871-1889** (Série 3), V.1, Brasília: Senado Federal, 1979.

BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha; THEML, Neyde. História comparada: olhares plurais. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, Vol.1, n.1, junho/2007.

CARVALHO, J. M. de. **D. Pedro II**. Coleção Perfis Brasileiros. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem. A elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. Cidadania: tipos e percursos. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.18, 1996.

_____. Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove. **Centre for Brazilian Studies, University of Oxford**, Working Paper 87.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das Sombras: a política imperial**. São Paulo: Edições Vértice, 1988.

CARVALHO, L. A.; LOBO, E.; STANLEY, M.. **Questão Habitacional e Movimento Operário**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

CAVALCANTE, João Cruvello. **Nova numeração dos prédios da cidade do Rio de Janeiro organizada por ordem da ilustríssima Câmara Municipal**. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1878.

CHALHOUB, Sidney. **A História Contada: Capítulos da História Social na Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

_____. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

_____. **Visões de Liberdade: uma história sobre as últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CONRAD, Robert E. **Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONSTANT, Benjamin. **Escritos sobre política**. São Paulo: Martins Fonte, 2005.

COOPER, F; HOLT, T. C.; SCOTT, R. J. **Além da Escravidão. Investigações sobre raça, trabalho, e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

DUARTE, Antônio Luiz. “O ‘dia de São Bartolomeu’ e o ‘carnaval sem fim’: o quebra-quebra de ônibus e bondes na cidade de São Paulo em agosto de 1947. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 2005, v. 25, n. 50, p. 25-60.

DUBOIS, Laurent. Luzes escravizadas: repensando a história intelectual do Atlântico Francês. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro: mai-ago 2004.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Porto: Afrontamento, 1975.

FORTES, Alexandre. ‘Miríades por toda a eternidade.’ A atualidade de E. P. Thompson. **Revista Tempo Social**, USP, São Paulo: Vol. 18, n.1, junho de 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. **Experiências atlânticas: Ensaio e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil**. Passo Fundo-RS: UPF Editora, 2003.

_____. História, protesto e cultura política no Brasil escravista In: **Escravidão: ofícios e liberdade**. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.

GONÇALVES, Aureliano Restier. Carnes verdes em São Sebastião do Rio de Janeiro, 1500-1900. **Revista de documentos para a história da cidade do Rio de Janeiro**. V. III. Rio de Janeiro: 1952.

GRAHAM, Sandra L. **O motim do vintém e a cultura política no Rio de Janeiro 1880**. *Revista Brasileira de História*, Vol. 10, n.º 20, mar.91/ago91, p.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Capital**. São Paulo: Paz e Terra, 2004

_____. **A Era dos Impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 2005

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____. **Imigrantes do café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOUAISS, Dicionário Eletrônico. São Paulo: Objetiva, 2006.

KOSERITZ, Carl Von. **Imagens do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1972.

LAPA, José Roberto Amaral. **Os excluídos. Contribuição para a história da pobreza no Brasil (1850-1930)**. São Paulo: EdUsp/Editora Unicamp, 1999.

LOBO, Maria Eulália L. **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital comercial e financeiro**. V.1, Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LOSURDO, Domenico. **Bonapartismo ou democracia. Triunfo e decadência do sufrágio universal**. São Paulo /Rio de Janeiro: EdUFRJ/UNESP, 2004.

MATTOS, Ilmar Rohrlorf de. **O tempo de Saquarema: a formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 1990.

MATTOS, Marcelo Badaró de. Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 229-251, 2004.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida: cultura democrática e científica no final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV/Edur, 2007.

MILL, John Stuart. **Representative Government**. Ontário: Batoche Books Limited, 2001.

MONTANO, Leandro Duarte. **Um motim em perspectiva: diálogos políticos e ação popular na Corte imperial**. [monografia de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007

MOURA, Ana Maria da Silva. **Cocheiros e carroceiros. Homens livres no Rio de Janeiro de senhores e escravos**. São Paulo: Hucitec, 1988.

NICOLAU, Jairo. A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra, 2004. S/P.

PAMPLONA, Marcos A. **A historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas**. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

_____. **Revoltas, repúblicas e cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PEREIRA, Maria Juvanete Ferreira da Cunha. História Ambiental do Café no Rio de Janeiro – século XIX. **A transformação do capital natural e uma análise do desenvolvimento sustentável**. In: XXIII Simpósio Nacional de História - História Guerra e Paz, 2005, História: Guerra e Paz. Londrina: Editorial Mídia, 2005.

PIMENTEL, Antônio Martins de Azevedo. **Subsídios para o Estudo da Higiene no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typografia e Lytografia de Carlos Gaspar da Silva, 1890.

PORTO, Costa. **Afonso Celso, discursos parlamentares, 1836-1912**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

POPINIGIS, Fabiane. As sociedades caixeirais e o “fechamento das portas” no Rio de Janeiro (1850-1912). **Cadernos AEL**, v.6, n. 10/11, 1999.

PRADO, Maria Emília. **Memorial das desigualdades – os impasses da cidadania no Brasil (1870-1902)**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista da USP**, junho/julho/agosto, n. 18, 1993, p. 8-39.

RODRIGUEZ, Hélio Suêvo. **A formação da estrada de ferro do Rio de Janeiro. O resgate de sua memória**. Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2004.

Revista do IHGB, Tomo 153, vol. 103, Rio de Janeiro, p. 37-45.

RUDÉ, George. **A multidão na História. Estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SANTOS, Noronha. **As freguesias do Rio Antigo**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

_____. **Meios de transporte no Rio de Janeiro: história e legislação**. 2. ed. Rio de Janeiro: SMC/DGDI, 1996.

SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, o príncipe do povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

SILVA, Eleomar Cândido Gonçalves. **Cotidiano, política e protesto popular no Rio de Janeiro: 1880-1901**. Dissertação de Mestrado - PPGHC/UFRJ, Rio de Janeiro: 2008.

SOARES, Carlos Eugênio. **A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: SMC/DGDI, 1994.

SOARES, Luiz Carlos. **O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2007.

SOUZA, Francisco Belisário Soares de. **O Sistema eleitoral no Império**. Brasília: Senado Federal, 1979. [Edição Fac-similar]

STEIN, S.J. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

_____. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, Antônio Luigi e SILVA, Sérgio (org.). Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Três Volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

TOCQUEVILLE, Alexis **A Democracia na América: Leis E Costumes**. São Paulo: Martins Fontes, Vol. 1, 2005

VAZ, Lilian Fessler. **Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, PUR/UFRJ, 1985.

VIEIRA, Wilson. **Apogeu e decadência da cafeicultura fluminense (1860-1930)**. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2000.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)